

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

AFRICANA STUDIA

Entidade Proprietária:

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Director: Maciel Morais Santos (maciel999@yahoo.com)

Sede da Redacção: FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Nº de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 500 exemplares

Periodicidade: Anual

Nº de contribuinte da entidade proprietária: 504045466

Tipografia:

Papelmunde

Edição:

Miguel Silva

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Revisão de textos:

Amélia Queirós, La Salette Coelho, Miguel Silva e Rosário Melo.

Conselho Científico / Advisory Board:

Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Carlos Couto (CEAUP), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Elikia M'Bokolo (EHSSS – Paris), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Isabel Galhano Rodrigues (FLUP), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA- Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Maria Rosa Sil Monteiro (U. Minho) , Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa), Wilson Abreu (U. Porto).

Conselho de Redacção / Editorial Board:

Carlos Pimenta, Cristina Pacheco, Elvira Mea, Gabriela Silva, José Capela, Maciel Morais Santos.

Secretariado: Raquel Cunha

Advertência:

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede África-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

AFRICANA STUDIA

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES
Nº 10 - 2007

Editorial 3

ÁFRICA E O ECO-DESENVOLVIMENTO

África – que desenvolvimento? 7
Jacinto Rodrigues

África – que desenvolvimento? / fichas de trabalho.....39
**Filipe Francisco, Nuno Duarte, Tiago Mateus,
Jacinto Rodrigues**

Embuste do desenvolvimento.....89
Carlos Pimenta

Mortality in Africa: An Introductory Overview155
Ana Pires de Carvalho

*A abundância ilusória da água em Angola: desafios
ao sistema institucional*.....187
Álvaro Pereira

*As catástrofes naturais como condicionantes
do desenvolvimento dos PALOP*.....213
Carlos Garrido

*Pancho Guedes, um arquitecto em Moçambique
– pré-sustentabilidade ou intuição tectónica*225
Miguel Fernandes Santiago

*Boticas e beberagens: a criação dos serviços de saúde
e a colonização da Guiné*235
Philip Havik

*Complexidade e solidariedade: lições em Edgar Morin
e S. Francisco de Assis*271
Maria José da Silva Aquino

PROBLEMÁTICAS DA ÁFRICA OCIDENTAL

*Uma tentativa de fomento industrial na Angola setecentista: a “Fábrica do Ferro” de Nova Oeiras (1766-1772).....*291
Ana Madalena Trigo de Sousa

*A construção de uma identidade literária na Costa do Marfim: percursos de uma escrita inovadora no universo africano*309
Benvinda Lavrador

RECENSÕES

T. F. Earle; K. J. P. Lowe (eds), *Black Africans in Renaissance Europe.....*331
Recensão de Carlos Almeida

Alberto Oliveira Pinto, *Cabinda e as construções da sua história 1783-1887*339
Recensão de Eduardo Medeiros

Lowel J. Satre, *Chocolate on Trial – Slavery Politics & the Ethics of Business.*341
Recensão de Maciel Santos

Jean Pierre Patat, *Afrique, un partenariat Nord-Sud.....*347
Recensão de Mohamed Abdillahi Bahdon

Paulus Gerdes, *Etnomatemática – reflexões sobre a matemática e a diversidade cultural.....*355
Recensão de Maria Fernanda Correia

Arménio Vieira, *Mitografias*361
Recensão de Maria Luísa Baptista

Leão Lopes, *Capitão Farel.....*371
Recensão de Maria Luísa Baptista

RESUMOS379

EDITORIAL

“Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres”. (PNUD)

De um lado temos os ricos, do outro os pobres. «Sempre foi assim, é a história da humanidade», dirão alguns. Talvez, mas é assim quando a Declaração Universal dos Direitos do Homem exige a dignidade de homem, e de cidadão, para todos; quando há mais de meio século se declarou solenemente o combate ao «atraso», à «pobreza», ao «subdesenvolvimento» e se montou uma poderosa indústria da cooperação que engloba toda a panóplia de boas intenções, de declarações e apoios, sábios e políticos, conferências e missões. É assim quando, em nome do «desenvolvimento» se hipoteca o futuro da humanidade rompendo a autoreprodução dos sistemas ecológicos. É assim quando sistematicamente se elaboram projectos para resolver definitivamente os grandes problemas da humanidade – tal como os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento – que obtêm grandes unanimidades políticas e onde desembocam sonhos e recursos, jantaradas e negócios, altruísmos e corrupções.

Décadas de buscas – mais orientadas pelo olfacto do lucro do que pela racionalidade do bem-estar – do desenvolvimento e da inserção destas preocupações, institucionalmente consagradas, na globalização, produziram, apesar de tudo algumas profundas mudanças, que nem sempre foram de acordo com a tendência espontânea da reprodução do sistema: os «desenvolvidos» reproduzindo cumulativamente a riqueza e os subdesenvolvidos reproduzindo a pobreza e a morte prematura. Mas essas rupturas de alteração das realidades locais, nacionais, regionais e internacionais parece não terem passado pela África Subsahariana.

Esta constatação «empírica», tão reveladora em tempos de «pragmatismo», exige reflectir sobre uma imensidade de problemáticas à luz dos conhecimentos actuais. Problemáticas interdisciplinares, interculturais, interparadigmáticas, frequentemente oscilando entre a Ciência e a Moral, a Filosofia e a Política. Problemáticas que frequentemente exigem lucubrações epistemológicas sobre a sua validade, sobre os espaços – simultane-

amente conceptuais e geográfico-sociais – da sua aplicabilidade, sobre as metodologias de resolução, sobre a codificação e descodificação na transição da realidade social para a construção dos modelos, sobre os conceitos utilizados, sobre a relação entre transformar e conhecer. Problemáticas e respostas que ora são complementares ora são desarticuladas, ora são conciliáveis ora são contraditórias.

Este número da revista assumiu como prioridade centrar a sua atenção sobre o desenvolvimento – que pode ser adjectivado de «humano», de «local», de «sustentado» ou de qualquer outro epíteto –, que tem de ser uma totalidade para expressar um processo de ruptura e de garantia de acesso à satisfação da necessidade biológica e socialmente básicas a todos os grupos sociais e a todos os seus elementos constitutivos.

Com a modéstia que é imperativo assumir ao tratar de tais «dossiers», apenas pretendemos contribuir para um debate que é universal e multifacetado, lançar pistas de reflexão.

Cabe ao leitor tirar as suas conclusões e fazer chegar até nós as suas opiniões, sendo o *site* do Centro (<http://www.africanos.eu>) o local ideal para tal.

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt

DOSSIER

ÁFRICA E O ECO-DESENVOLVIMENTO

ÁFRICA - QUE DESENVOLVIMENTO?

Jacinto Rodrigues*

Pág. 7 a 37

A Mudança de Problemática em Relação às Mudanças de Paradigma

O paradigma epistemológico dominante é hoje caracterizado pela cosmovisão newtoniana do pensamento ocidental, que introduziu um olhar mecânico sobre a natureza e sobre a ciência em geral.

Um outro processo “tecnocivilizacional”, como referiu Mumford,¹ traduziu o uso de novas energias e novas tecnologias (tecnosfera), expressou uma organização social com novas formas de poder (sociosfera) e revelou novas concepções do mundo (noosfera).

O mundo da técnica tornou-se cada vez mais elaborado, sendo a sua apropriação cada vez mais restrita aos especialistas.

As energias naturais (a água, o vento, a tração animal) deram lugar às energias fósseis. E a maquinaria, cada vez mais complexa, passou dos utensílios mecânicos iniciais ao motor a vapor e do motor a vapor aos motores de explosão.

Uma nova organização social gerou mudanças que vieram a inculcar a noção de progresso. E daqui se extrapolou a ideia de uma relação entre progresso técnico e progresso social.

Assim, ao longo do processo histórico, surgiram comparações e avaliações entre os vários modos de produção ou, como outros preferem, entre diferentes paradigmas. A avaliação comparativa desses modelos tem sido polémica. Ora se tem oscilado na incapacidade dum juízo de valor sobre a constatação das diferenças entre os referidos modelos civilizacionais, ora se tem ajuizado sobre a hierarquização progressiva das etapas ao longo da história.

A epistemologia das ciências oscila entre um relativismo total de juízos de valor e uma afirmação dogmática de raiz iluminista.

* CEAUP/FAUP

¹ in Mumford, Lewis “The transformation of men”, N.Y., 1957 e “A cidade na história”, Ed. Martins Fontes, S. Paulo, 1998.

O anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend², numa atitude “contra o método”, nega qualquer tentativa de comparabilidade entre paradigmas. Feyerabend recusa “lógicas óbvias” explicitando que todos os saltos rupturais na ciência, se devem à violação das normas seguidas. Exemplifica essas rupturas sucessivas pós-newtonianas com a teoria da relatividade e a teoria quântica.

A posição de Karl Popper,³ ao contrário de Feyerabend, pretende, com maior flexibilidade, defender a tradição iluminista duma “verdade” e duma “razão” hipostasiadas. Existe, para Popper, um critério de progresso. Trata-se de uma hipótese da humanidade poder chegar a teorias cada vez mais “verdadeiras”.

A posição de Thomas Kuhn⁴ pode considerar-se intermédia, revelando uma dialógica entre uma “ciência normal”, cujos referentes estruturais se convencionam a partir de valores instituídos por dentro (aceitação, durante um certo tempo, de problemas e soluções) mas cujos fundamentos têm relações com a conjuntura temporal e com as contradições dum processo sempre em mudança.

A questão que resumi desta forma esquemática, consiste em saber se é possível ou não, partir para a noção de progresso (processo valorativo) isto é, para uma espécie de telefinalismo apriorístico, onde se descortinam no desenrolar da história, formas sempre “superiores” de ciência, cultura e civilização.

Porém, o que queremos aqui demonstrar é que a questão epistemológica essencial não é esta polémica levantado pelo moderno ou pós-moderno, da grande ou da pequena narrativa em relação à maior ou menor possibilidade da “verdade”. O que queremos trazer a esta reflexão é a mudança de problemática epistemológica: olhar não tanto para a questão duma teoria do conhecimento totalizante, com discursos explicativos e uma lógica monística global, mas revelar fenomenologicamente, níveis diferentes na complexidade da biosfera, da técnica e da sociedade, com lógicas e funcionamentos metodológicos diversificados, ainda que com interações entre o uno e o múltiplo, o universal e o singular.

2 in Feyerabend, Paul “Against the method”, 1975

3 in Popper, Karl “A Lógica da Pesquisa Científica”, Ed. EDUSC, S. Paulo, 1985

4 in Kuhn, Thomas “The structure of scientific revolutions”, Chicago U.P., 1972

A tecnosfera, a sociosfera e a noosfera, agindo interactivamente, revelaram um novo pensamento ecologizado – uma ecosofia. Esta sabedoria permite-nos ter consciência das nossas acções. E é sempre melhor agir dum modo consciente, pilotando construtiva e pragmaticamente, do que soçobrar nos preconceitos apriorísticos do optimismo ou do pessimismo, do relativismo ou do dogmatismo pré-estabelecidos.

A Constatação do Estado Actual do Planeta

Através da intervenção histórica do homem numa perspectiva tecnocêntrica, o crescimento económico dominante foi construindo uma tecnosfera de tal maneira energetívora, na sua voracidade, que já não permite hoje, um ritmo regenerador da biosfera. A biosfera, delapidada das suas florestas biodiversivas, poluída pela toxidade das águas e dos solos, fragilizada pela construção excessiva de edificações consumistas e não recicláveis, esgotada pela tecnociência fóssil e contaminadora, está incapaz de reproduzir um processo de regeneração superior à delapidação do modelo actual. Os cientistas constataram esta situação há já alguns anos: a tecnosfera, esgotante e contaminadora, tem um peso destruidor maior do que a capacidade regeneradora da biosfera, enfraquecida!

Segundo o Fundo Mundial para a Natureza (W.W.F.N.) e o PNUE, em 2004 a humanidade consumiu 20% mais de bens naturais do que o que a terra pôde produzir. Por isso, estes organismos internacionais utilizam, a partir de agora, o conceito de dívida ecológica.

Podemos explicitar esta afirmação, servindo-nos da demonstração, já amplamente divulgada, do conceito de “pegada ecológica” de William Rees⁵.

“Dividindo a área total de terrenos produtivos da Terra pela população mundial obtemos o valor de 2,3 ha per capita (inclui o uso dos oceanos).

Nem todo este espaço deve estar disponível para os humanos, visto que partilhamos o planeta com qualquer coisa como 30 milhões de espécies. Reservando 12% para este efeito, (...) sobram cerca de 2 ha per capita.

5 in Rees, William e Wackemagel, Mathis “Our ecological footprint”, Ed. The New Cathalyst, 1996

Porém, embora 2 ha por pessoa possa parecer muito (qualquer coisa como 4 relvados de futebol), a Pegada Ecológica média é de 2,8 ha – o que, mesmo assim, representa uma subestimativa”.⁶

Segundo o Relatório “Planete Vivante”, a desigualdade entre as diferentes regiões do mundo é gritante. “Os gastos provocados por um habitante da América do Norte ou da Europa são entre 5 a 10 vezes superiores aos de um africano.”⁷

Portanto, este modelo social tecnosférico, gerou um tipo de sociedade que acelera e reproduz formas de consumo material e energético que, além de delapidarem o capital natural, geram desigualdades, exclusões e injustiças sociais.

Temos hoje um agravamento cada vez maior do fosso entre os que possuem cada vez mais meios materiais, alimentares e energéticos e os que não os possuem.

16% da população beneficia de 84% dos bens disponíveis.

84% da população sobrevive apenas com 16% dos bens disponíveis.

Assim, a apropriação e o funcionamento dessa tecnosfera, provocou o esgotamento e a contaminação da biosfera, sendo ao mesmo tempo responsável pela forma social de exploração e pela dominação de grupos cada vez mais pequenos mas mais vorazes e predadores na sociosfera.

Reciprocamente, o tipo de organização social e a forma de poder, geraram uma tecnociência dominante que, ideologizada por interesses lucrativos, serviu e serve a manutenção e dominação duma larga maioria da população.

Deste modo, para além do ecocídio da natureza, é cada vez maior o fosso entre dominadores e dominados. Sentem-se cada vez mais as desigualdades entre as pessoas, regiões, países e continentes.

A sociedade e a tecnociência do paradigma dominante, gerou um modelo baseado numa cultura consumista. Trata-se de uma cultura do supérfluo, do consumo de bens que não são resposta às necessidades essenciais, mas que resultam de uma produção gerada por um marketing em função do lucro. Este modelo hegemónico, baseado na aparente felicidade produzida pela posse de objectos e em falsas necessidades geradoras de esbanjamento, é impossível de se alargar a todos os povos. Se, por hipóte-

⁶ <http://www.esb.ucp.pt>

⁷ in Rapport Planète Vivante 2004, W.W.F.N.

se, se alargasse esse mesmo modelo de consumo, seriam necessários 2 a 3 planetas⁸.

Assim, a pegada ecológica dos países de economia dominante é tal que só uma mudança total de paradigma civilizacional, pode pôr fim ao actual modelo ideológico e tecnocientífico autofágico, em que vivemos.

Essa mudança poderá surgir de diversas maneiras:

- a) Após graves distúrbios na biosfera, como se prevê no filme “A verdade inconveniente”⁹ de Al Gore, onde as mudanças climáticas e as poluições globais são o prelúdio das catástrofes que se avizinham ou ainda as conclusões dramática previstas por Jammes Lovelock no seu livro “A Vingança da GAIA”¹⁰.
- b) Essas mudanças podem ser provenientes de acções internacionais, nacionais ou regionais. Podem ser grandes acções colectivas ou seguidas pela acção individual de ecocidadania.
- c) É provável também o cenário misto em que cataclismos exijam mudanças e do mesmo modo a intervenção preventiva resulte da consciência cada vez maior dos perigos em que a sociedade se meteu.

São várias e diversas as frentes para a sobrevivência da espécie humana e para a construção duma sabedoria ecológica num outro mundo que ainda é possível, se abandonarmos o imaginário social colonizado em que rico e felicidade são sinónimo de posse do supérfluo e esbanjamento dos bens naturais.

As Contradições dos Paradigmas

O paradigma newtoniano, com uma coerência interna de valores culturais e uma recomposição ideológica de interesses sociais, explicitou mudanças, antagonismos e descontinuidades. Assim se consolidou um outro processo técnico-energético, com diferentes relações sociais de produção e a reorganização do poder, revelando cosmovisões diferenciadas do anterior paradigma.

8 in Lazlo, Ervin “Tu puedes cambiar el mundo”, Forum Barcelona, 2004, Club de Budapest
9 ver filme “An Inconvenient Truth”

10 in Lovelock, James “A Vingança da GAIA”, Col. Ciência Aberta, Ed. Gradiva, 2007

Porém, esta ruptura com o mundo pré-moderno, não foi homogênea nem pacífica. E a própria modernidade não produziu sempre uma via única: Nicolau de Cusa, Jakob Boheme e Goethe afastaram-se do mecanicismo dominante e constituem hoje elos dialógicos dum pensamento emergente pós-newtoniano.

A atitude moderna convencional foi reducionista ao acusar de obscurantismo uma outra modernidade anti-mecanicista.

A continuidade entre sujeito e objecto, entre homem e natureza, são afinal constatações cada vez mais evidentes na ciência contemporânea, como revela “A Nova Aliança” de Prigorgine.¹¹

Também uma racionalidade pragmática prosseguiu sem ter necessariamente que enfileirar no racionalismo ideológico e irredutível. A própria razão deve estar sujeita, na crítica epistemológica, à crítica da própria razão, como diz Bachelard¹².

Assim, conflitos e contradições acompanharam este processo da modernidade ou de modernidades. O movimento hegemónico, dito “moderno”, nunca dominou inteiramente a cena filosófica da modernidade.

Não foi apenas a cosmologia newtoniana que viu opôr-se à mecanicidade do cosmos, uma “gaia” viva. Esta “gaia” viva, surge hoje duma forma teórica mais elaborada, com cientistas contemporâneos.

O movimento romântico introduzira a metáfora orgânica à ciência da vida e às ciências sociais. E o séc. XIX, mau grado a dominação do fisicismo e do positivismo, teve momentos diferenciados de sabedorias diversas, algumas das quais provinham mesmo de paradigmas mais antigos.

A cultura dita ameríndia, sensibilizou poetas e pensadores norte-americanos. A célebre carta do Chefe Índio Seattle ao Presidente dos E.U.A. mostra uma cultura ecológica profunda dos índios norte-americanos em relação ao produtivismo prometaico dos exploradores do novo mundo:

“Para o meu povo, cada pedaço desta terra é sagrado. Cada ramo de árvore que cintila, cada punhado de areia das pradarias, cada penumbra na floresta densa, cada clareira e cada insecto a zumbir são sagrados na memória do meu povo.

A seiva que percorre o corpo das árvores, carrega consigo as lembranças do Pele- Vermelha. Os mortos do homem branco esquecem a sua terra de origem

11 in Prigorgine, Ilya e Stengers, Isabelle “La Nouvelle Alliance”, Ed. Folio Essais, 1986
12 in Bachelard, Gaston “La Formation de l’Esprit Scientifique”, Ed. Vrin, Paris, 1937

quando se vão por entre as estrelas. Os nossos mortos jamais esquecem a terra pois ela é a mãe do Pele-Vermelha. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs. O veado, o cavalo e a grande águia são nossos irmãos. Os picos rochosos e os sulcos húmidos nas campinas, o calor do corpo do cavalo e o homem pertencem à mesma família. Portanto, quando o grande chefe, em Washington, manda dizer que quer comprar a nossa terra, ele pede muito de nós. O grande chefe de Washington diz que nos reservará um lugar onde possamos viver satisfeitos. Diz que será o nosso pai e que nós seremos seus filhos. Vamos pois considerar essa proposta de compra da nossa terra mas não será fácil".¹³

Thoreau, Emerson e Morris opuseram-se ao modelo industrialista/ produtivista e avançaram propostas descentralizadas ao urbanismo. Surgiram sensibilidades diferentes em relação ao binómio homem/natureza.

A crítica ao colonialismo e, em particular, à colonização africana foi assumida também em Portugal.

Ladislau Batalha no livro “O Continente Negro” faz uma crítica à colonização numa linguagem arvezada de autodidacta estrangeirado:

“Consideradas as conquistas em relação aos povos das terras conquistadas, é problemático se os europeus, levando aquelas regiões a civilização e o progresso, também foram portadores da felicidade. É esta puramente relativa e pode-se bem asseverar que a imensa família de proletários da Europa, seria mil vezes mais feliz se, em vez de possuir os arrobos de ventura simbolizada apenas na contemplação de maravilhas e assombros de arte e luxo, pudesse trocar o seu desassocego de espírito e excesso de privações, pela serenidade e abundância dos povos virgens do continente negro, os quais se dão por satisfeitos com possuírem algumas companheiras, uma espingarda, pólvora, tabaco, palmares e peixe seco.

São ricos na sua miséria porque nada mais precisam além do que possuem, e esta ventura é-lhes arrancada pelas ofertas da civilização, prompta sempre a despertar-lhes os sentidos com as promessas de luxo e de gozo.(...) O maior empenho foi sempre apoderarmo-nos em África das terras e bens alheios, tudo saquear, exercendo os maiores despotismos. (...) Na febre de legislar, pondo,

13 Divulgada pela ONU em 1976 - Declaração Chefe Índio Seattle ao Presidente E.U.A. em 1854

dispondo, fazendo e desfazendo, intervindo em tudo, e contradizendo-se a cada instante, D. Manuel que fazia ostentação das suas grandezas, enviou ao Rei do Congo, além de letrados em teologia, professores de ler, escrever e outras várias futilidades, entre elas mestres de canto-chão, de música e canto de órgão, catecismos, fatos de brocado e seda (extrangeiros), cruces, cálices, thuribulos, etc. Com estes mimos lhe enviou também uma colecção das suas ordenações para que por elas se regesse. O que se segue é curioso, e atesta o que deixamos dito sobre a felicidade hipotética levada ao indígena africano.

O potentado mandou que as ordenações lhe fossem lidas por um intérprete, e, notando as minudências segundo refere Mariz, perguntou a um português que se achava presente que pena davam em Portugal a quem punha os pés no chão.”¹⁴

Gandhi¹⁵ previu muitos dos erros que hoje podemos constatar, como por exemplo o processo tecnocrata do produtivismo em série que desvaloriza a realização antropológica do homem pelo trabalho manual e criativo. Gandhi abriu ainda, graças à noção de Swadeshi, a valorização do uso das forças endógenas, dos saberes vernaculares e ainda a importância essencial de uma economia de vizinhança ou seja, a virtude de contar com as próprias forças e o uso dos bens naturais existentes no biótopo em que se vive.

No entanto, o movimento tecno-científico tornou-se um saber convencional, cuja ideia essencial foi considerar a natureza como máquina e explicar a complexidade do universo e dos vários níveis da realidade, apenas através do causalismo determinístico.

Este causalismo implicava também a já referida ideia de progresso linear, proporcionado agora por uma intervenção dessa lógica mecanicista, perversamente, em nome duma crença, visando a felicidade universal.

Todo este fundamento epistemológico está ainda implantado na ideologia da maior parte dos centros culturais da contemporaneidade, nomeadamente nos “media”.

A economia tornou-se num corpo doutrinal, numa disciplina analítica cuja lógica interna expressa uma ausência da problemática da complexi-

14 in “Batalha, Ladislau “O Continente Negro”, Ed. Biblioteca do Povo, nº198, pág.57 e 58, Lisboa, 1907 Ver também sobre Ladislau Batalha, Rodrigues, Jacinto “A Especificidade do Imaginário Colonial nos Romances de Aventuras de Ladislau Batalha” in Revista Africana Studia, nº7, Ed. F.L.U.P., 2004 e “A Visão Antropológica do Colonialismo Português e o Olhar Singular de Ladislau Batalha” in Trabalho Forçado Africano, Col. Estudos Africanos, Ed. Campo das Letras, Porto, 2006

15 in Gandhi, Mohandas K. “A Minha Vida”, Ed. Bizâncio, Lisboa, 2006

dade e da relação sistémica entre o homem e a natureza.

Essa economia, enquanto disciplina fechada em si própria, transformou-se numa visão “monetarista”, numa “engenharia financeira”, num processo de “gestão contabilística”, sem pôr em causa, reflexivamente, o sistema geral do modo de produção em que se insere, tornando-se uma ideologia justificativa do sistema.

Críticas ao Modelo Reduccionista e Mecanicista

As críticas de Ivan Illich¹⁶ ao modelo urbano-industrial, iniciaram as diatribes contra as políticas ocidentais de “ajuda” aos países do terceiro mundo, nos anos 60 do séc. XX.

Illich faz a crítica ao conceito de “desenvolvimento”, mostrando que “o marketing dos produtos estrangeiros traduz-se em subdesenvolvimento acrescido”¹⁷.

Illich defendeu assim a revolução nas instituições, nos países de economia dominada. Considerou que a situação pós-colonial não mudou substantivamente a situação social.

“Um grupo de homens novos, com as suas próprias justificações ideológicas, tomou conta do poder. Mas continuou a assegurar o funcionamento das instituições escolares, médicas e económicas. Foi só a clientela que eventualmente mudou(...).

A única resposta possível ao subdesenvolvimento é a satisfação das necessidades fundamentais encaradas como objectivo, a longo prazo, nas regiões onde as possibilidades em matéria de financiamento serão sempre limitadas.”¹⁸

Ivan Illich, sem pretender discursar sobre grandes utopias, dava exemplos passíveis de imediata intervenção: substituir viaturas privadas por transportes colectivos e, em vez de transportes sofisticados e dispendiosos, veículos simples mas de todo o terreno. Fornecer água potável é mais importante do que construir serviços cirúrgicos muito caros. A ajuda

16 in Illich, Ivan “Nemesis Médica”, México, 1986; “Alternativas”, Ed. Planeta, México, 1988

17 in Revista “The Ecologist”, pág. 26, Inverno de 2001, vol.II, n^o4

18 idem

médica preventiva é preferível a médicos e enfermeiros especializados em remediar. É mais desejável o uso de câmaras frigoríficas colectivas do que frigoríficos individuais.

Illich defendia ainda propostas simples que preparassem a sociedade civil através dum ano de serviço cívico para a construção do habitat e de um urbanismo sustentável.

Estas acções de mobilização, formação e solidariedade iam mais longe do que as “escolas-academias”, com sistemas de graduação e selecção.

Muitos dos trabalhos de Ivan Illich, em particular depois da publicação do livro “Uma sociedade sem escola” editada pela primeira vez em 1971¹⁹, formaram uma crítica mais global com preocupações de fundo como o próprio sentido de desenvolvimento dos serviços de saúde e da educação.

Como ele próprio disse, o paradigma dominante “tentou safar” os mitos e as ilusões perversas da nossa sociedade de consumo e do modelo capitalista em que “a sede é sinónimo de coca-cola e bem significa mais.”²⁰

Também René Dumont fez, nessa altura, críticas ao tipo de crescimento agro-industrial.

A crítica pertinente, do agro-industrialismo monodiversivo, realizada na África colonial e neo-colonial, forneceu dados alarmantes sobre a destruição ecológica do continente africano.

O livro “L’Afrique Noire est mal partie”²¹ denunciou, à evidência, a destruição que o modelo ocidental provocava em África.

E Lewis Mumford, na linha de Morris, Patrick Geddes e dos desurbanistas da União Soviética dos anos 20²², condenou o “modelo” urbano-industrial das megapólis dissipadoras, avançando alternativas para ecopolis descentralizadas em que a ecotécnica substituiria a tecnociência positivista. Surgem, em vários países, experiências construtivas que procuram os aspectos positivos das técnicas tradicionais e a noção de eco-território aprofunda a noção de agro-ecologia, em relação à agro-indústria.

Algumas destas experiências foram tentadas em África, como por exemplo o “socialismo de aldeia”, de Julius Nyerere, que pretendeu imprimir, à estrutura agrícola, uma orientação próxima do desenvolvimento

19 in Illich, Ivan “A Sociedade Sem Escolas”, Ed. Vozes, Petropólis, 1977

20 in Revista “The Ecologist”, pág. 26, Inverno de 2001, vol.II, nº4

21 in Dumont, René “L’Afrique Noire est mal partie” Ed. du Seuil, Paris, 1962

22 in Rodrigues, Jacinto “Urbanisme et Revolution”, Ed. Universitaires, 1973

auto-centrado africano. Porém, estas experiências foram abortadas por contextos militares complexos, nomeadamente pela invasão militar ugandesa do Presidente Idi Amin.

Não temos ainda um balanço suficientemente fundamentado para tirarmos conclusões sobre estas experiências.

Crescimento e Desenvolvimento

Não seria possível hoje ultrapassar criticamente a noção de crescimento sem referirmos também os nomes de Jacques Ellul, Samir Amin, Majid Rahnema e Pierre Rabhi.

Como temos vindo a assinalar, é imprescindível a crítica à tecnociência para passarmos a uma perspectiva de ecodesenvolvimento.

a) **Jacques Ellul** foi um pensador contra-corrente. A abrangência dos problemas que debateu em mais de 60 livros publicados, praticando a transdisciplinaridade no quadro das suas reflexões, revelam sempre um critério ético na denúncia das questões sociais.

Contudo, a sua principal reflexão foi sobre o enfeudamento ideológico do positivismo e do cientismo tecnocrático. Foi um autor impossível de classificar em gavetas político-partidárias e que gerou constantes “arrelias” pela “provocatória” desmistificação das falsas verdades convenientes.

Considerou, nas suas principais obras,²³ que a tecnociência se tornou um poderio técnico tal como o nazismo. Essa tecnociência transformou-se no meio mais eficaz da modernidade dominante. O sistema da “sociedade tecnicista” é uma ideologia, uma “fetichização”, que tudo justifica. Ellul desmonta a dimensão alienante da informação tornada propaganda que se deixa manipular pela eficácia operativa, como critério de legitimação.

Para Jacques Ellul, a combinatória estado moderno e ideologia tecnocrática tornou-se o maior perigo da nossa sociedade.

Podemos não estar sempre totalmente de acordo com as conclusões de Ellul mas foi ele que forneceu os dados epistemológicos essenciais para a

²³ in Ellul, Jacques “La Technique ou l'enjeu du siècle”, Ed. Armand Colin, 1954 e “Le Systeme Technicien”, Ed. Calman Levy, 1977

demonstração da pseudo-neutralidade tecnocrática, como uma ideologia de desumanismo e alienação.

b) **Samir Amin** é um pensador criativo. A sua formação marxista de base não se cristalizou como aconteceu com muitas ideologias ortodoxas que se colaram comodamente às teses ideológicas e não procuraram a teoria crítica, ou seja, o essencial da obra de Karl Marx.

Samir Amin, no eurocentrismo-crítica duma ideologia,²⁴ fornece-nos os elementos essenciais para a crítica da construção ideológica do capitalismo. Amin mostra-nos como a cultura ideologizada do capitalismo se consolida durante o Renascimento com a sua dimensão universalizante, anulando simultaneamente a achega ao projecto universalista de todos os povos. Revelou, duma forma clara, que a pretensa superioridade do ocidente resultava do desenvolvimento desigual que colocou o modelo eurocêntrico como dominante e esse desenvolvimento desigual entre centro e periferia, norte e sul, se devia essencialmente, à acumulação feita no ocidente, na base do escravagismo, do saque e da exploração da riqueza dos outros povos.

Mais recentemente Samir Amin descreve-nos a entrada numa nova fase do imperialismo. Trata-se do imperialismo colectivo dos Estados Unidos da América, da Europa e do Japão.

Samir Amin refere o processo de auto-destruição do sistema actual, através daquilo a que ele chamou os quatro aspectos da senilidade:

1. *Uma “revolução tecnológica” apoiada fundamentalmente na informática e na genética, que levou ao aumento da crise de super-produção descontrolada e aumento do desemprego;*
2. *O centro imperialista convencional, E.U.A., passou da exportação de capitais para maior exploração, para uma situação parasitária e de esbanjamento (vive acima das suas capacidades) e importa cada vez mais capitais. Os outros parceiros (Europa e Japão) pagam a manutenção do cadáver adiado que é o império em crise.*
3. *A ideologia dominante tornou-se lixo cultural.*
4. *O sistema imperialista necessita cada vez mais da guerra para se manter e manter a máquina económica militar, alavanca essencial da sua economia.*²⁵

24 in Amin, Samir “Eurocentrismo-Crítica de uma Ideologia”, Ed. Dinossauro, Lisboa, 1999

25 in Revista Principios, entrevista a Samir Amin em Fev^o 2002, durante o 2^o Fórum Social em Porto Alegre.

Esta análise de Samir Amin é corroborada pelo movimento dos Chiapas no México. O subcomandante Marcos escreveu, em 25 de Março de 2007 e retomando um tema que vinha desde há vários anos a referir, sobre a 4^a Guerra Mundial:

“A etapa actual do capitalismo é, em sentido estrito, uma nova guerra de conquista(...). É a mais mundial das guerras(...). A água, o ar, a terra, os bens contidos no subsolo, os códigos genéticos e todas essas “coisas” que antes eram desconhecidas ou careciam de valor de uso e de troca, converteram-se, durante os últimos anos, numa mercadoria. (...) O sonho capitalista de um mundo sem trabalhadores, só com robots e máquinas que não exigem os seus direitos nem se sindicalizam, nem fazem greves, é uma quimera!”²⁶

c) **Majid Rahnema**²⁷ mostra-nos que as noções de “pobreza” e “riqueza” são construções sociais que instilam as ideologias subjacentes.

É preciso responder, antes de mais, à questão: Pobreza de quê?

Com efeito a pobreza, como diz Majid, pode significar “ausência de dinheiro, privação de relações humanas, falta de inteligência, ausência de vacas, de crianças, de tempo, de amor, de saúde, etc.”²⁸

Por isso, Majid Rahnema considera que houve uma adulteração do conceito de pobreza, uma perversão epistemológica! Antigamente todo o indivíduo era pobre ou rico em alguma coisa... em saúde, amor, dinheiro, terras, etc.

Assim, considera que é essencial definir o que geralmente separava a pobreza da miséria.

“A pobreza representava a falta de supérfluo enquanto que a miséria significava a falta de tudo o que é necessário”²⁹

Nesta reflexão epistemológica Majid fala-nos duma pobreza convivial que irrompe essencialmente nas sociedades vernaculares. Aí, na aparência dum mundo dito “primitivo”, existe uma sabedoria. É um saber fazer

26 <http://resistir.info/>A guerra de conquista.

27 in L'Encyclopedie de l'Agora” <http://agora.qoc.ca> Rahnema, Majid - Conferência no Colóquio Philia, 18 Outubro 2003

28 in Rahnema, Majid “Quand la misère chasse la pauvreté”, Ed. Babel, 2000

29 idem

proveniente de múltiplas gerações que permite ajuda mútua, organização para o afastamento da miséria.

Assim, as relações sociais e culturais da comunidade asseguram protecção porque as actividades económicas servem essencialmente para a satisfação das necessidades do grupo.

Com a revolução industrial houve uma produção sistemática de necessidades novas. Esta condição, como nos diz Majid, está ligada a um sistema tecno-económico que pretenderia conduzir-nos à abundância mas que na realidade está estruturalmente implicado na “produção de raridade e nas misérias modernizadas”, num sistema que “colonizao imaginário da maior parte das vítimas” e fabrica uma “raridade induzida bem diferente da raridade natural. (...) O sistema conseguiu, graças aos poderosos dispositivos de ajudas e promoções, convencer a maior parte das suas vítimas que também elas podiam obter o paraíso terrestre que estava anteriormente reservado apenas ao ricos.”³⁰

Majid, no seu livro “Quand la misère chasse la pauvreté”, revela-nos as razões profundas da pauperização como sendo, na realidade, a introdução da miséria. Miséria como incapacidade das populações, estilhaçadas, pulverizadas e desprovidas de convivialidade e solidariedade, em conseguir dar resposta às necessidades básicas da sua sobrevivência.

Por isso é que Majid assume uma postura similar a Serge Latouche, Pierre Rabhi, Jacquard e René Passet que, procurando a simplicidade voluntária, buscam um modo de vida baseado na simplicidade e solidariedade.

d) **Pierre Rabhi** nasceu na Argélia, num pequeno oásis do sul. Muito novo moveu-se entre duas culturas. Preservando as suas raízes numa família sufi foi educado por um casal de professores franceses após a morte de sua mãe.

Em 1958, tendo vindo muito novo para França, com os pais adoptivos, conheceu a vida operária numa fábrica de Paris mas acabou por vir a instalar-se numa província do interior, Ardèche, com a sua família, tornando-se agricultor. Orientando a sua actividade rural durante 25 anos para a agro-ecologia, tornou-se num “expert”. Veio a ser consultor dum organismo internacional e divulgou os seus conhecimentos em agro-eco-

30 in L'Encyclopedie de l'Agora" <http://agora.qoc.ca> Rahnema, Majid - Conferência no Colóquio Philia, 18 Outubro 2003

logia em diversos países africanos. Ao longo da sua actividade, forneceu utensílios para a autonomia alimentar das populações, procurando reconciliar a actividade humana com a natureza.

Em 2002 lançou o “apelo para uma insurreição da consciência” e foi candidato alternativo às eleições presidenciais francesas, tal como em 1974 fizera Renné Dumont, no primeiro grande impacto ecológico sobre vida política convencional.

A importância de Pierre Rabhi, cuja obra científica e literária³¹ é já reconhecida no mundo, está no facto de se engajar numa prática de vida, num ensino da frugalidade feliz que o tornaram numa figura emblemática dum novo Gandhi dos nossos dias.

As ideias-base de Pierre Rabhi podem resumir-se à:

- Não violência;
- Pertença inter e transcultural como atitude nova dum universalismo concreto, alimentado pelas experiências singulares vividas;
- Recusa do dogma do crescimento e defesa de um decrescimento na área das tecnologias contaminantes e de esgotamento;
- Recusa de uma modernidade em que se “vive para trabalhar em vez de trabalhar para se viver” e duma “civilização de combustão triunfante” da termodinâmica dissipativa que enjeita a realização criativa do trabalho manual e intelectual.

Rabhi desenvolveu uma acção em várias frentes. Da problemática altermundialista à intervenção local, abrangendo experiência em locais diversos como França, Marrocos, Burkina Fasso, etc. Pensar e agir criando alternativas participadas.

A palavra de ordem do movimento “Terre et Humanisme” de que é Presidente de honra consiste em criar “um oásis em cada lugar”.

O movimento “Terre et Humanisme” tem apoiado inúmeras iniciativas em África e na Europa. Tem desenvolvido acções de formação, particularmente em agro-ecologia e na pedagogia social. Tem-se oposto à introdução de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) levando a cabo acções comuns, com várias organizações, contra as multinacionais responsáveis pela introdução dos OGM. Pierre Rabhi tem trabalhado em cooperação com a Universidade “Terre du Ciel” e tem sido uma voz activa na política

31 in Rabhi, Pierre “Du Sahara aux Cevennes”, Ed. Albin Michel, 1983, “Offrande au crépuscule”, Ed. Harmattan, 1989, Rabhi, Pierre e Hullot, Nicolas “Graines de possibles”, Ed. Calman-Levy, 2005

favorável à consciência ecológica. Veja-se, o livro que escreveu, recentemente, com Nicolas Hulot³². Trata-se de uma importante contribuição na ecosofia.

Por outro lado, encarando uma actividade prática, Pierre Rabhi realiza projectos-piloto em Marrocos, Burkina-Fasso, Mali, etc.

Actualmente, em cooperação com Michel Valentin, participa no projecto “Les Amanins”, escola de vida, quinta experimental educativa, cujo objectivo central é formar agentes de eco-desenvolvimento, dotados de instrumentos teórico-práticos para a mudança do paradigma.

Na tradição africana temos inúmeras críticas ao conceito de “crescimento” e que apontam para uma voluntária frugalidade como forma de vida.

Amadou Hampaté Ba divulgou, através dos seus escritos e nos contos iniciáticos, uma forte cosmovisão panteísta onde o homem e o planeta são interdependentes e o homem com consciência pode ser a garantia do equilíbrio harmónico da criação.

Thomas Sankara, em Burkina Fasso pagou com a vida, há precisamente 20 anos, a ousadia de imaginar um outro tipo de sociedade. Ele defendeu o valor de muitas práticas tradicionais em oposição aos modelos importados que veiculavam exploração e dominação.

Sankara apoiava-se na cultura dos povos Dagara, de Burkina Fasso, articulando o saber tradicional com a agroecologia.

Esta atitude de fraternidade do homem com a terra, leva o Dangara camponês a “pedir desculpa à mãe natureza por ferir o solo do campo para obter alimentos.”³³ As árvores santuário, os rituais e os ritos de passagem constituem uma tradição viva dum “parentesco cósmico” como refere também Bimwenyi Kweshi³⁴ sobre a tradição similar do homem com a natureza, no Zaire e noutros povos africanos.

Esta imagem arquetipal da natureza corresponde de uma forma geral a toda a África tradicional.

32 in Rabhi, Pierre e Hulot, Nicolas “Les graines du possible”, Ed. Calman-Levy, 2005

33 in Dabiré, Gbaané “Les Sentiments de la Nature”, Ed. Decouverte, 1993

34 in “Discour Theologique Negro-Africain”, Louvain, 1977

A partir da crítica da colonização, nomeadamente da agro-indústria, denunciada por Renné Dumont, Thomas Sankara soube antever um outro “modelo”, um modelo de “ecodesenvolvimento” e do saber experimental da agro-ecologia. A campanha pela plantação de milhares de árvores, o desenvolvimento de pequenos centros-piloto de agro-ecologia e o projecto de milhares de reservas de água abastecendo pequenas quintas familiares de agricultura de subsistência, assim como os eco-loteamentos, com novas habitações de auto-construção feitas com materiais locais e pagas em troca de plantações de árvores frutícolas de interesse público, são exemplos desse modelo de ecodesenvolvimento posto em marcha.

Podemos também encontrar em Wangari Muta a continuadora desta preocupação de Sankara. Wangari Muta, com uma formação científica em ecologia, tornou-se uma voz não apenas para o Kenia onde nasceu, mas para África e para todo o mundo.

Ela denunciou a destruição da floresta. Revelou o processo devastador do abate de árvores autóctones e o repovoamento com espécies exógenas comercializáveis, que destruíam a biodiversidade.

Por isso Wangari Muta criou, em 1977, o “Green Belt” e iniciou campanhas sucessivas de plantações de árvores.

Este processo mobilizador e transformador do território é simultaneamente uma acção de formação cívica junto dos agricultores e da população rural.

Por isso essa mulher africana, Prémio Nobel da Paz disse:

*“Plantar uma árvore encerra uma grande mensagem: com este simples gesto tu podes melhorar o teu habitat. Dá-se assim uma tomada de consciência imediata da população que lhe permite influenciar o próprio contexto em que vive. E isto é o primeiro passo para uma maior participação na vida em sociedade. Toda a gente pode ver as árvores que plantamos. São as embaixadoras do nosso movimento”.*³⁵

Mas é também em África que a colonização e o neo-colonialismo das independências formais, perpetraram mais desastres ecológicos. Talvez a cultura hegemónica do ocidente, com a sensibilidade judaico-cristã em relação à natureza, tenha predisposto o homem ocidental a acreditar que foi criado para dominar e explorar a natureza.

35 in <http://www.democracynow.org>

E por isso é fácil extrapolar esse domínio sobre a natureza à vontade de submeter outros povos. Trata-se afinal de prosseguir no mesmo sentido. Não será essa a causa. Mas esse condicionalismo mitológico prometainco ajudou ao auto-convencimento e à “boa consciência” de muitos.

Por isso, é importante analisar a crítica ao crescimento económico e os subterfúgios com que a economia dominante se reveste, para explicar os traços profundos de miséria e o fosso crescente entre países de economia dominante e países de economia dominada.

Para isso é necessário desmontar a concepção reducionista da economia clássica, tal como esta disciplina tem sido configurada: sem teoria crítica sobre a ciência social. Este tipo de disciplina analítica é incapaz de perceber as interações sistémicas entre a sociosfera, tecnosfera e biosfera porque a actual visão de economia vive em “circuito fechado e desligada do ambiente ecológico” como refere Joel de Rosnay,³⁶ pois as leis do mercado não permitem regular os efeitos das tecnologias sobre os ecossistemas.

As terminologias usadas pela disciplina da “economia clássica” não escapam ao aprisionamento ideológico, pervertendo o significado polissémico dos conceitos aplicados ao desenvolvimento social.

Assim, o crescimento capitalista pode revestir-se de renovada linguagem. E, por detrás duma mesma ideologia surgem agora verbiagens novas que pretendem confundir. A expressão “desenvolvimento sustentável” (já não se diz desenvolvimento ecologicamente sustentável) é um exemplo disso. O “desenvolvimento sustentável” está cheio de boas intenções mas igualmente cheio de ambiguidades. John Pessey do Banco Mundial recenseou 37 definições diferentes de sustentabilidade. Por isso é possível encontrar 50 empresários de grandes multinacionais a subscreverem a sustentabilidade no Business Council for Sustainable Development.

Como diz Serge Latouche³⁷ “é possível fazer sobreviver ao mesmo tempo a camada de ozono e a indústria pesada americana” na óptica dessas multinacionais.

36 in Rosnay, Joel “2020 “Les Scénarios du futur”, Ed. V.A. Des Idées & des Hommes, Paris, 2007

37 in Revista “The Ecologist”, Inverno de 2001, vol.II, nº4

A Emergência do Pensamento Ecológico

Porém, o conceito de ecossistema desenvolvido por Tansley, entre os anos 40 e 50, permitiu uma economia política mais abrangente colocando a biosfera no centro das preocupações da gestão humana e agora num terreno em que já não poderia ser acusada de idealismo romântico.

Georgescu Roegen³⁸ abriu, a partir dos anos 70, uma crítica energética ao sistema capitalista.

Renné Passet,³⁹ no livro “Ilusão neoliberal”, diz-nos que é a partir daqui para o olhar de Georgescu Roegen que começa uma reflexão sobre a bioeconomia.

Para Renné Passet o desenvolvimento ecologicamente sustentado só é possível se se respeitarem os mecanismos reguladores da biosfera.

“Num mundo imperfeito, em que a imperfeição é um dos motores da história, a questão que se coloca não é a da realização de um óptimo estatístico e definitivo, mas sim a da pilotagem de uma evolução permanente, consubstancial à própria existência do universo e da vida”⁴⁰

Assim, a problemática desenvolvida pela ecologia veio revelar um outro paradigma emergente da ciência: os ecologistas sociais partem de uma nova fundamentação para a bioeconomia. Níveis diversos da realidade mostram complexidades que a ciência mecânica clássica não entreviu.

A “máquina” como “alma mater” explicativa do industrialismo mecanicista só conhecia o factor entrópico. Com o “ecossistema” no centro do metabolismo circular das relações bio-sociais, introduziram-se perspectivas negentrópicas; a retroacção, resiliência e a auto-organização na biosfera são irreduzíveis à explicação causal determinística do universo máquina.

A realidade exige uma distinção entre ciências tecno-operativas, estético-expressivas e ético-normativas, com lógicas diversificadas mas também com interações que só a complexidade e a sistémica podem compreender. Isto não implica recusar a análise. Implica sim ligar pensamento analítico com pensamento sistémico, nas ciências da complexidade.

38 in Roegen, Georgescu “The Energy and economics myths”, Pergamon Press, N.Y., 1976

39 in Passet, Renné “Ilusão Neoliberal”, Ed. Terramar, Lisboa, 2001

40 idem, pág. 48

Assim, a auto-regulação e a dinâmica interactiva da biosfera com a sociosfera e a tecnosfera, abrem novos horizontes que põem em causa o progresso linear e a visão do crescimento e a lógica mecanicista. A teoria geral dos sistemas e o conceito de complexidade irrompem hoje na abordagem das ciências.

A física quântica de Max Planck e as múltiplas lógicas dos vários níveis da realidade de Lupasco, das metodologias sistémicas de Bateson, Rosnay e Morin até às novas concepções neurológicas de Daniel Goleman e Karl Pribram, fazem a desconstrução do paradigma mecânico que desautorizou a concepção linear do progresso e impôs um olhar epistémico e crítico ao normativismo universalista e dogmático. A abordagem social e a questão do desenvolvimento sofreram também inúmeras críticas desde há vários anos.

O que é o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável?

O desenvolvimento ecologicamente sustentado⁴¹ procura integrar a problemática económica na biosfera. Por essa razão, a estratégia de um decrescimento sustentado pode e deve existir quando existe uma incapacidade de regeneração da biosfera. E só com uma mudança total na substituição das energias fósseis por energias renováveis, na diminuição da poluição pela reciclagem de materiais eliminando os elementos tóxicos apenas tolerando nutrientes biodegradáveis, poderemos fazer face ao actual estado do planeta em que as mudanças climáticas surgem como os primeiros grandes riscos globais.

Serge Latouche, Majid Rahnema e Pierre Rabhi desenvolveram esta questão do decrescimento sustentável que, no fundo, assenta na crítica da colonização do imaginário social que o modelo produtivista e consumista tentou impôr aos povos sujeitos à sua economia dominante.

Vários autores mostraram como o tecnocentrismo e o modelo ocidentalocrático se foi impondo, nas atitudes e comportamentos de quase toda a humanidade, com valores aparentemente universais e geradores dum progresso linear em que o ocidente expressaria o sucesso da espécie hu-

41 In Rodrigues, Jacinto "Sociedade e Território-Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado", Profedições, Março 2006

mana e o prenúncio do futuro de todas as outras sociedades.

O impacto da actividade tecno-científica do homem na biosfera, é tal que a biosfera já não consegue regenerar-se em relação a esse esgotamento e contaminação. A humanidade está a viver à custa dum capital natural que se vai esvaindo como se se delapidasse um tesouro, cada vez mais sem provimento.

A estratégia de desenvolvimento durável tal como a definiu Gro Harlem Brundtland já não é possível hoje. O estado em que a biosfera se encontra não permite levar a cabo o que se pretendeu na conferência do Rio, em 1992.

Naquela altura a primeira-ministra norueguesa defendia “o desenvolvimento durável como um modo de desenvolvimento que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer as capacidades das gerações futuras de responderem também às suas necessidades.” Mas neste momento, se não mudarmos de paradigma e decrescermos os gastos energéticos e o esbanjamento dos bens naturais... é uma miragem longínqua! É este o sentido preventivo do decrescimento durável.

Da Tecno-Ciência à Eco-Técnica

Vivemos num momento da história em que a tecnologia baseada essencialmente nas energias fósseis gerou um falso convencimento de que a tecnociência poderá resolver todos os problemas da humanidade.

De facto, conseguem-se hoje poderosas manipulações sobre a natureza. O paradigma actual da tecnociência ocupou o lugar da mentalidade sagrada do passado. Há uma espécie de “superstição” generalizada como se fosse a técnica a solução final para tudo.

Nunca o poder de agir sobre a natureza foi tão grande. Mas a lógica tecnocientífica valoriza apenas uma eficácia determinada por parâmetros que convencionamos serem “melhores”. No entanto, esses parâmetros de eficácia que sustentam o poder e a acção dos homens, carecem de fundamento ético. O poder operativo e o dever da consciência decorrem de níveis diversos do conhecimento humano.

Por isso, a tecnociência sem ética e sem discernimento epistemológico levará ao ecocídio e ao genocídio.

Este é o perigo da tecnociência cada vez mais difundida, assentando nessa superstição de que a técnica tudo resolve e que, pretensamente neutra, surge ilusoriamente como salvadora, deixando os movimentos sociais e as decisões da pólis na mão de minorias que manipulam essas tecno-ciências demenciais.

Jacques Ellul apontou nos seus livros a necessária mudança da actual tecno-ciência para uma ecotécnica, tal como já referimos anteriormente. Porém, Jacques Ellul não definiu claramente a possibilidade de se criar uma eco-técnica. Essa eco-técnica não é necessariamente a tecnologia do passado, tecnologia tradicional da economia de subsistência.

As sociedades vernaculares vivem social e tecnicamente integradas no ecossistema natural. Têm capacidades endógenas que permitem uma maior harmonia entre o homem e a natureza. Mas é uma “harmonia” atávica. É apenas veiculada pelo factor da tradição que tende a cristalizar e a recusar a criatividade.

A organização socio-cultural da comunidade vive muitas vezes num maior grau de solidariedade entre as pessoas e a protecção solidária é muitas vezes superior à competitividade e ao darwinismo social das sociedades capitalistas urbano-industriais. Foram feitos trabalhos notáveis que referem qualidades excepcionais dos povos a que o modelo dominante tratou pejorativamente de “primitivos” ou não civilizados.

A crítica antropológica sobre a pretensa superioridade do ocidente foi objecto de inúmeros estudos.

Marcel Mauss no seu “Ensaio sobre a dádiva”⁴² revela uma sociologia do valor simbólico nas relações sociais que Levy Strauss posteriormente confirmou. Pode inferir-se, na obra de Mauss e de Strauss que o lucro egoísta inviabiliza os processos civilizacionais estáveis, que necessitam de solidariedade e cooperação para não soçobrem na predacção e na guerra.

A sociabilidade criada pela dádiva das sociedades vernaculares é abertura para um sistema de valores e portanto a vida social não se reduz à mercantilização lucrativa tal como o capitalismo o impôs. A troca é para Mauss um facto social total, útil e simbólico, formalizando assim um princípio de reciprocidade ou de solidariedade. Por isso, na mesma linha de Mauss, Pierre Clastres⁴³ mostrou como o despotismo e as manipulações

42 in Mauss, Marcel “Ensaio sobre a dádiva” Ed. Edusp, S. Paulo, 1974

43 in Clastres, Pierre “Société contre l'état”, 1974

estão muito mais presentes no Estado capitalista do que no chefe tribal que assenta o poder no prestígio. O Estado torna-se mecanismo reprodutor totalitário do sistema de exploração, bem assim como repressor dos aparelhos periféricos.

Também Karl Polanyi⁴⁴ demonstrou como a economia está ligada ao social e à natureza nas sociedades vernaculares. A autonomização da “economia” como disciplina ideologicamente apropriável pelo poder é característica do Estado moderno. A mercantilização e o lucro prevalecem sobre a sobrevivência humana porque, sem reflexão epistemológica, qualquer técnica operativa soçobra num servilismo ao poder dominante.

Se desejamos verdadeiramente uma cultura biodiversiva e construída com a participação de todos os povos, é necessário romper com o pensamento único e o auto-convencimento da superioridade ocidentalocrática.

Só agora é que alguns investigadores começam a referenciar a sabedoria e a sensibilidade dos povos vernaculares como factores muito mais importantes para a Humanidade. É que a felicidade, a ética e a cultura não são resultado de elaboração tecnológica.

O trabalho de Eric Julien⁴⁵ mostra-nos que um pequeno povo das montanhas da Colômbia, os Koji, possuem qualidades excepcionais de leitura gestual, de prodigiosa ligação com a natureza, fazendo deles um paradigma excepcional de cultura, para aprendermos novas formas de simbiose com o planeta, de terapia e inter-relações pacíficas entre os homens e as sociedades. De tal maneira foi profunda esta experiência de contacto com esses povos na Colômbia que se está a organizar uma pequena escola, em França, onde o “chamanismo” Koji ajuda a aprofundar conhecimentos na área da saúde e da educação.

Ruy Duarte de Carvalho⁴⁶ encontrou também nos Cuanhamas, além das formas de solidariedade, de amizade e hospitalidade, a mesma matriz mágica da harmonia dos pastores com a terra e os animais. A África está cheia destes exemplos.

Porém, sem rejeitar uma enorme contribuição dessas virtudes endógenas, dos povos ditos primitivos, mais assentes na cultura do ser, numa

44 in Polanyi, Karl “A Grande Transformação”, Ed. Campos, Rio de Janeiro, 1980

45 in Julien, Eric “Le Chemin des Neuf Mondes”, Ed. Albin Michel, Paris, 2001

46 in Carvalho, Ruy Duarte “Vou lá visitar pastores”, Livros Cotovia, 1999, Lisboa

ecotecnologia sem consequências nefastas para a biosfera, é contudo evidente que as sociedades vernaculares não podem viver fechadas numa forma protectora sobre a sua singularidade. Isto dificulta a abertura universal a saberes múltiplos. Para que a tradição não se cristalice na ausência de inovação, gerando isolamento, é necessário o diálogo intercultural e transcultural. Mas essa abertura ao universal necessita de condições de reciprocidade.

No entanto, o que acontece é que um desigual impacto de influência das sociedades vernaculares torna-as vulneráveis aos modelos dominantes. Só uma consciência antropológica biodiversiva e promotora da acção comunicativa entre as culturas, poderá gerar solidariedade, igualdade de oportunidades e liberdade criativa para com todas as culturas.

É necessário fazer ressaltar as características positivas da cultura vernacular como a conviabilidade, a solidariedade e a cultura do ser. Mas é possível também lutar por uma viragem no paradigma dominante, para a emergência duma ecosofia. E assim, uma ecotecnologia, uma ecotecnosfera irão proporcionar uma maior planetarização das culturas e civilizações, um encontro mais enriquecedor das singularidades culturais para um processo de universalidade permanente, sem anular as diferenças essenciais à criatividade humana. Essa universalidade é tão necessária como preservar as singularidades. Só existe verdadeira universalidade enquanto existir direito à singularidade. E a singularidade só pode ser apreciada e defendida se houver uma correcta universalidade.

O olhar sobre a civilização tecnológica, exige contudo um olhar sem simplificações dogmáticas. Existe na tecnologia actual um perigo real, tal como refere o filósofo alemão Ulrich Bech,⁴⁷ quando refere o período actual como “civilização de risco”.

Com efeito, existem cada vez mais arsenais militares, centrais nucleares, mega-estruturas industriais e habitacionais sujeitas a acidentes e aos desastres provocados por cataclismos naturais. Na era da velocidade dos transportes, juntam-se os perigos que todos conhecemos. E há ainda a acrescentar as guerras, e a criminalidade resultantes da predacção social criada pelo modelo de exploração e dominação.

47 in Ulrich Bech, Samuel “Ecological Politics in an Age of Risk”, 1995

O crescimento, tendo como matriz conceptual a máquina ou o motor de explosão e o consumo de energias fósseis, esgota o capital natural e contamina ao mesmo tempo a biosfera com lixos tóxicos. A este binómio esgotamento/contaminação junta-se o corolário da exclusão social. E é este o grande risco civilizacional que todos os povos terão de enfrentar. É um risco planetário agravado pelos mecanismos neo-liberais.

Porém, estamos ainda no balbuciar epistemológico destas abordagens que têm sido feitas por filósofos e cientistas. Vejam-se os trabalhos de Erwin Lazlo, Nicolescu Bensarab e Edgar Morin.

A problemática da sistémica, a transdisciplinarietà e a multidisciplinarietà, o uno e o múltiplo, o singular e o universal, o local e o global, são hoje objecto de uma focagem dialógica.

Joel Rosnay, com o conceito de macroscópico, acrescentou à teoria sistémica instrumentos de modelização informática sobre a evolução de sistemas dinâmicos. Essas simulações são hoje aplicáveis aos sistemas naturais e aos sistemas das ciências sociais, favorecendo uma prospectiva cautelosa mas mais segura que a futurologia linear e mecânica.

Importa, no panorama crítico que fazem à tecnologia, saber descortinar também as inovações técnicas positivas que o pensamento dualista é incapaz de estabelecer. O que caracteriza o pensamento mecanicista dualista é a impossibilidade de reverter as situações, isto é, a transmutação do “pior” em “melhor”.

A realidade é sempre susceptível de surpreender e a criatividade humana tem hipóteses de subverter ou converter realidades negativas em positivas.

Assim é possível, com esta focagem, avaliar instrumentais que controlados de modo diverso e com objectivos diferentes, podem tornar-se libertadores mesmo quando pareciam estar ao serviço da dominação.

A informática é um instrumento desta natureza. Para Pierre Lévy⁴⁸ deveria tornar-se o principal instrumento para a criação duma consciência planetária onde a inteligência colectiva permita formas novas de participação e democracia. Mas em que condições é que o computador poderá tornar-se o “fogo do futuro”, como Lévy escreve?

48 in Lévy, Pierre “Filosofia World – inteligência colectiva e tecnologia dos inteligentes”, Ed. Piaget

Um cenário optimista é seguramente uma extrapolação futuroológica linear. Uma prospectiva sistémica exigirá precaução sem necessariamente tombar num imediato pessimismo. A internet ao serviço da desalienação, da solidariedade e convivialidade será possível? Muitos novos processos de apropriação da sociedade civil serão necessários para se conseguir realizar essa eventual utopia! Há tentativas com as experiências em torno da inteligência colectiva, da ciber-democracia e das biotecnologias susceptíveis de encarar o futuro do “ecosistema informacional” e a biologia sistémica. Mas esse futuro estará sempre sujeito a promessas e simultaneamente a ameaças.⁴⁹

A construção dum mundo melhor faz-se num terreno de contradições e antagonismos. Tem que se inventar um futuro incerto em que a informação não seja intoxicação e manipulação. Tem que se preferir uma sabedoria (cabeça bem feita) à bolimia duma informação desconexa e poluente.

No entanto, esta nova “linguagem” ou instrumento da comunicabilidade pode ajudar a reflectir sobre essa ecosofia emergente. Por exemplo, é já possível encarar com positividade as novas ecotecnologias e os novos protótipos de energias renováveis. Vejam-se os eco-motores baseados nas experiências de Sterling e Tesla e as múltiplas máquinas solares, eólicas, etc.

A sociedade civil terá que estar atenta à sua eventual sofisticação e inacessibilidade, com a conseqüente apropriação elitista, para que tal não aconteça.

Ao longo deste texto quisemos salientar o facto de que existem níveis de realidade diferentes e que muitas vezes, as metodologias são inadequadas aos diferentes planos em que são aplicadas.

A análise, a investigação indutiva e o determinismo causal, são aplicáveis quando funcionamos com máquinas. Mas o pensamento sistémico, a interacção, a auto-organização e a neguentropia são imprescindíveis na abordagem da vida. Por isso, a reflexão epistemológica que procuramos é adequar as abordagens aos diferentes níveis, físico, biofísico, social, expressivo e mental.

Não se pretende um monismo totalitário explicativo através duma metodologia única. Bachelard e Habermas mostraram-nos também a neces-

49 in Rosnay, Joel de “2020 Les scenarios du futur”, Ed. Des idées et des hommes, Paris, 2007

cidade de aplicarmos processos diferentes às ciências tecno-operativas, estético-expressivas e ético-normativas. O pensamento ecologizado pretende articular estes diferentes níveis.

A biosfera tem elementos abióticos e biocenoses com vida. É preciso distinguir a realidade física da realidade orgânica ao mesmo tempo que se percebe a necessidade de compreender a simbiose biofísica com essa outra realidade biosférica, como a socio-esfera e a noosfera.

As questões sociais compreendem-se de modo diferente e não se explicam ou analisam como as realidades mecânicas do universo.

Para que a vida se oponha à morte, para que a neguentropia não acelere a destruição da biosfera, é necessário a intervenção consciente do homem. Através da auto-organização, será possível preparar a regeneração neguentrópica do planeta. Até agora, com a “máquina” no posto de comando do paradigma quotidiano, a neguentropia entrou num processo acelerado de morte.

Com a introdução de eco-sistema como “alma-mater” do paradigma ecológico, é possível inverter o metabolismo linear, que esgotava e contaminava, em metabolismo circular, que reintroduz os chamados lixos do sistema, em nutrientes devolvidos ao processo retroactivo e dinâmico do ciclo da reciclagem e renovação.

Este processo, descrito por Wolman e largamente aplicado, nomeadamente por MacDonought e Braumgarten⁵⁰, constitui o elemento essencial da ecologia.

A Ecosofia

A ecosofia, tal como refere Bateson⁵¹, Felix Guattari⁵² e Morin⁵³, é uma ecologia ético-política que articula com uma epistemologia da complexidade, as três ecologias (ecologia do ambiente – biofísica; ecologia social – antrópica; e ecologia mental).

É uma reflexão epistemológica que se abre para uma “ciência com consciência”, como refere Edgar Morin.

50 ver Rodrigues, Jacinto “Sociedade e Território”, Profedições, Março de 2006

51 in Bateson, Gregory “Steps to an Ecology of Mind”, University of Chicago Press, 1972

52 in Guattari, Felix “Les trois ecologies”, Ed. Gallilée, 1989

53 in Morin, Edgar “Ciência com Consciência”, Ed. Europa-América, Lisboa

O fundo comum, a “alma mater” desta ecologização geral é transformar a maquinização dominante a que o pensamento se foi formatando ao longo do paradigma newtoniano, num pensamento ecossistémico, aos vários planos da realidade, sendo agora capaz de adoptar simultaneamente uma articulação holística com níveis de singularidade de saberes mais específicos.

O esgotamento do modelo civilizacional urbano-industrial dominante, tem vindo a produzir uma consciência ecológica em todo o planeta. Assis-timos hoje ao aparecimento de novas alternativas sociais, fundamento do novo paradigma ecocientífico.

Em todo o caso é necessário o decrescimento sustentável do modelo ocidental, para podermos construir um desenvolvimento ecologicamente sustentável que ponha fim ao paradigma civilizacional dominante. Mas, paradoxalmente, o decrescimento ecologicamente sustentável tem que fazer crescer os meios para a criatividade, a solidariedade, a justiça social, o aprender a aprender, a ecocidadania e uma nova forma de felicidade. Fazer crescer toda uma cultura ligada ao “ser”.

O decrescimento sustentável passa pela diminuição drástica das energias fósseis, pela eliminação das contaminações globais. Passa por abandonar os padrões de consumo das populações opulentas que conduzem à fome e à delapidação das populações na miséria.

É necessário fazer emergir um outro paradigma: o paradigma da solidariedade entre os povos, o paradigma duma cultura criativa e um paradigma duma ecotecnosfera centrada sobre os ecossistemas. Um diálogo dialógico de culturas diferentes que necessitam umas das outras para um paradigma emergente.

Não há um paradigma para África e outro para o resto do mundo. O paradigma a construir resultará das diferentes contribuições e expressará a polifónica multiplicidade das singularidades. Não existem soluções únicas. Existe uma sabedoria ecológica que poderá resumir-se nestes seguintes pontos:

1. Desenvolver as energias renováveis;
2. Praticar a poupança energética e o consumo mínimo dos bens naturais;
3. Substituir lixo por nutrientes reciclando o “lixo” orgânico, águas residuais e reutilizando materiais que deverão ser cada vez mais ecotecnológicos;

4. Promover a ecocidadania;
5. Optar por uma frugalidade voluntária;
6. Criar solidariedade e cooperação humanitária entre os povos;
7. Defender uma cultura de enriquecimento do ser – criatividade, convivialidade, felicidade qualitativa.

Conclusão

Quisemos revelar os preconceitos e as epistemes produzidas pelo paradigma dominante em que ainda mergulhamos. Reconhecemos os sinais de mudança resultantes duma exigência crescente imposta pelos movimentos sociais, pela crítica interna dos sistemas de referência tecno-científicos que se têm aberto cada vez mais à importância de uma ecotecnologia.

A consciência social reconhece cada vez mais que a continuidade antrópica numa biosfera já esgotada e mutilada, exausta e sem capacidade regenerativa, exige uma medicina planetária e uma nova adequação social mais justa.

A tripartição que temos vindo a assinalar, corresponde a grandes necessidades trifuncionais da humanidade:

- 1) a função da subsistência e reprodução, isto é, as necessidades materiais da vida humana que se traduzem na aspiração da fraternidade para a sua solução;
- 2) a função reguladora das oportunidades para todos, que corresponde à aspiração da igualdade na justiça;
- 3) a função cultural, produção do sentido da vida, que corresponde à aspiração da liberdade;

Esta trimembração, uma vez que a trifuncionalidade interage de uma forma orgânica, tem a ver com os três ideais da revolução francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, mas que ao longo do processo histórico, não conseguiram encontrar a correcta adequação entre as necessidades e as aspirações.

Assim, a igualdade de oportunidades veio a sofrer uma preversidade com os sistemas referidos (capitalismo, capitalismo de estado e “socialismo” de estado tecnoburocrático), gerando exclusão e tratamento desigual na esfera jurídica.

Só a ecosofia poderá permitir articular experiências e conhecimentos novos para o paradigma ecológico que tarda em surgir.

O tecido social dos países foi completamente modificado pela globalização neo-liberal dos últimos anos.

Mas esta internacionalização agressiva, das multinacionais, originou também uma resposta solidária, do mundo do trabalho e dos excluídos, que vai nascendo em toda a parte.

Alguns movimentos, como os foruns sociais mundiais e outros encontros internacionais e regionais, são a expressão inicial de uma vontade de articular acções e lutas pela mudança de paradigma.

Trata-se de uma nova etapa nas relações de forças ideológicas mundiais: se o imperialismo se vai expressando através dum novo sistema a vários níveis, também o “altermundialismo” se vai assumindo como uma larga plataforma de vontades.

O conceito de “altermundialismo” aqui referido não pode ser confinado a qualquer movimento assim denominado. É antes de mais um movimento sem fronteiras, que se vai assumindo no processo de transformação social, sem se deixar apropriar por qualquer núcleo centralista. Neste sentido é um movimento plural e descentralizado.

A novidade deste movimento consiste em que o aparecimento dessa plataforma se organiza num processo de múltiplas frentes sem ter um discurso ideológico único. Os pontos de vista diferentes permitem uma dinâmica necessária para alargar a frente de combate ao mesmo tempo que ajudam no olhar múltiplo, fazendo nascer uma estratégia ampla para a emergência do novo paradigma.

Assim, a unidade conseguida não é unicidade ideológica, é antes uma linha feita a partir duma ética, expressa na concordância essencial dum novo tipo de liderança. Essa liderança assenta em várias dezenas de personalidades, figuras reconhecidamente sábias que, pela sua estatura moral, vão pautando as referências essenciais reconhecidas por todos. Trata-se de uma “directão” não imposta mas reconhecida pela base. Algumas destas personalidades foram aqui referenciadas como expressão desta mudança paradigmática em curso.

Assim, a heterogeneidade de formas de luta é a sua riqueza. As lutas culturais, as reivindicações sociais, os processos inovadores na transformação concreta na vida quotidiana das pessoas, são exemplos múltiplos

deste combate contra o pensamento único e o “american way of live” imposto pela ideologia dominante.

Utilizando, mais uma vez ao longo deste texto, o arquétipo trifuncional de Georges Dumézil⁵⁴ em que, numa forma triádica, podemos estruturar a realidade cultural e política, vamos explicitar os três eixos essenciais que revelam as grandes aspirações da humanidade (liberdade, igualdade e fraternidade).

A concretização dessas aspirações são hoje visíveis no movimento anti-imperialista:

- Liberdade na descoberta de convicções e aspirações no domínio das ideias que dão corpo ao movimento de contestação e mudança;
- Igualdade na tentativa de se gerarem iguais oportunidades para todos, no direito de contribuírem nessa plataforma de iniciativas concretas pela mudança de paradigma;
- Fraternidade na articulação solidária, respeitando a diversidade daqueles que compõem o movimento para que várias experiências se possam ampliar (quintas agroecológicas, eco-aldeias, loteamentos urbanos ecológicos, alargamento do uso de energias renováveis, caixas económicas de mútuo apoio e microcrédito, universidades de formação alternativa, escolas livres de ensino alternativo e sobretudo lutas comuns contra o desemprego, a poluição e as lutas urbanas na defesa dos bens públicos).

A ecosofia pertence ao legado da Humanidade e não se pode confundir, como vimos ao longo desta reflexão epistemológica, com uma ideologia.

54 in Dumézil, Georges “L’Ideologie tripartite des indo-européen”, Ed. Latomus, Bruxelas, 1958 e “Esquisses de mythologie”, Ed. Galimard, Paris, 2003

FICHA 1 / ECO-CONSTRUÇÃO: MODALIDADES DE CONSTRUÇÃO EM TERRA

Filipe Francisco*

Pág. 39 a 44

Nia tero¹

A construção em terra tem já uma tradição secular. Estima-se que 75% dos edifícios a nível mundial, são construídos em sistemas de terra nas suas diversas técnicas.

Neste momento da história percebemos que as técnicas tradicionais de construção, são sistemas capazes de responder às necessidades energéticas e de conforto das populações.

Os países Europeus empenhados em minimizar os efeitos de estufa da atmosfera, envolvem-se desde há algum tempo, numa busca de alternativas mais sustentáveis. É de facto uma mais valia, ter edifícios que na sua vida útil consumam menos energia. Isso significa maior riqueza a todos os níveis; mental, social e económica. Já não fará muito sentido continuar a construir nos dias de hoje edifícios que não funcionam a nível energético. Compreender este facto é imperativo numa sociedade que se diz evoluída. O modelo pós-maquínista terá de dar lugar a um modelo *sustentabilis* integrando qualidade de vida social, económica, ecológica e medicina preventiva. Compreender a natureza, é um sinónimo de inteligência e evolução humana. Os metabolismos circulares que encontramos na natureza são ensinamentos fundamentais para a humanidade. Se seguirmos este princípio tudo estará em equilíbrio dinâmico.

Nos dias de hoje existem várias técnicas de construção em terra: Tai-pa, BTC, Adobe e Auperadobe entre muitas outras.

* Arquitecto

¹ Tradução de Esperanto para Português – Nossa Terra

A **Taipa** é muito usada na zona sul de Portugal; é um sistema um pouco mais dispendioso do que os restantes, devido ao tempo de execução e mão de obra. É executada por camadas, usando um martelo compressor ou pilão e cofragens laterais para a compactação das terras. Em termos estruturais o sistema comporta-se bem, desde que devidamente contra-ventado com mourões e estruturas de madeira.



Fotos do curso de Taipa Cabaços, Odemira, Alentejo, Portugal em julho de 2006.

Autoria da foto - Nelson Avelar.
Sitio - www.nelsonavelar.com

O **BTC** consiste em blocos constituídos por areia, terra, argila, e 5% de cimento ou de cal compactados com máquina manualmente (alavanca mecânica) ou por máquina eléctrica ou diesel. O cimento endurece mais rapidamente, o que se traduz numa economia de tempo em obra. A mais valia deste processo, é poder configurar os blocos com formas de encaixe, poupando mão de obra e material na sua colocação. Em termos estruturais as paredes podem ser armadas verticalmente, por exemplo com bambu, madeira, ou material semelhante uniformizando a parede. Os cantos deverão ser reforçados sempre com madeira.



Fotos do Curso de Construção com Terra e de Formação de Formadores, desenvolvido em Mumemo, distrito de Marracuene, província de Maputo, Moçambique, entre 02 de Maio e 31 de Agosto de 2006.

Autoria da foto - Miguel Mendes, Arq.
Sitio - www.mumemo.blogspot.com

O **Adobe** constitui-se por blocos de terra de argila, palha, areia e água, sem matéria orgânica. A secagem dos tijolos será feita ao ar livre. A palha usa-se para melhorar a estrutura do tijolo, dando-lhe uma maior resistência à tracção. Um tijolo com dimensão de 40 x 20 x 15 cm, pode pesar aproximadamente 16 kgs. Estas paredes podem ser auto-portantes trabalhando muito bem à compressão. Os cantos do edifício serão reforçados com mourões, madeira e arame farpado.



Fotos da construção do edifício na quinta do lago silencioso em Aljesur, Alentejo, Portugal

Autoria da foto – Desconhecida
Sitio - www.quintadolagosilencioso.com

O **Superadobe** é um processo que utiliza terra ou areia colocada em sacos, e empilhados como se de tijolos se tratasse. Estas pilhas têm que ser travadas verticalmente e o desenho dos edifícios normalmente curvos para melhorar o comportamento ao sismo. Não há notícia de que este processo tenha alguma vez sido utilizado em Portugal.





Fotos do Cal-Earth Institute em Hesperia, California, EUA onde o arquitecto Nader Khalili desenvolveu e ensina a técnica de construção com Super-Adobe.

As questões sísmicas, são as que mais levantam discussão neste tipo de técnicas.

A terra resiste bem à compressão, e mal à tracção e à torção. Por isso, a forma do edifício é mais eficiente estruturalmente quando utilizamos formas arredondadas, abóbadas e arcos, que funcionam à compressão e têm um bom comportamento ao sismo. No caso de formas angulosas, os cantos têm que ser reforçados estruturalmente, para que o edifício resista em caso de sismos.

A aplicação de elementos verticais de madeira nos cantos, triangulos, arame farpado são técnicas correntemente utilizadas para travar e reforçar o edifício. Os mourões, que podemos observar nas casas típicas do Alentejo, são reforços perpendiculares às paredes exteriores, que auxiliam a casa na ocorrência de sismos.

Existem edifícios de adobe com 14 e 15 pisos em África. Para isso, os pisos inferiores terão paredes resistentes com uma grande espessura, que vão diminuindo à medida que se sobe no edifício.

Em termos térmicos, os sistemas de construção em terra tem a seguinte característica: Por exemplo, numa parede de 40 cm de adobe, um terço da energia recebida pelo exterior é transmitida para o interior 6 a 8 horas depois. O que significa que quando no exterior a temperatura for mais baixa (fim de tarde e noite) a nossa parede estará a irradiar energia calorífica para o interior do nosso edifício. Constituí assim um sistema de aquecimento solar passivo. Existe menos necessidade de aquecer o

edifício com estes sistemas construtivos. O problema do aquecimento excessivo é facilmente resolvido através da ventilação natural e contenção nas aberturas (janelas).

As paredes não podem ter isolamentos que constituam barreiras para o exterior, caso isso se verifique o edifício perderá a sua capacidade de ter ganhos solares passivos. Por exemplo, em Portugal as paredes viradas a Norte podem ter isolamento em cortiça para aumentar a sua defesa relativamente às agressões térmicas, enquanto que a Sul temos ganhos solares passivos.

Uma boa orientação solar complementa um bom comportamento térmico do edifício.

O sistema construtivo em terra é também dos melhores materiais para insonorização, devido à sua elevada densidade, que tende a absorver as ondas sonoras.

Neste sistema construtivo não se verificam condensações, porque existem trocas constantes entre o interior e o exterior. Para que isso funcione em pleno não devem ser usadas tintas plásticas sobre nenhuma superfície de parede, apenas isolamentos e revestimentos que não impeçam a respiração das paredes.

O cimento não deve ser usado na construção em terra, porque têm tendência a fissurar. O material de acabamento mais apropriado para a construção em terra é a cal.

A cal é exemplo de um bom impermeabilizante e acabamento. Ela vai endurecendo ao longo dos anos, num processo de molecuração que absorve dióxido de carbono, o que significa ter mais oxigénio nos compartimentos do edifício. Este fenómeno contribui para a melhoria da qualidade do ar no interior do edifício.

“A terra é o material mais disponível, acessível e económico no planeta. A gratuidade da terra, simplicidade do seu emprego e a sua inesgotabilidade são qualidades que importam tanto a países em vias de desenvolvimento, como a países desenvolvidos, já que responde às incertezas das necessidades energéticas do planeta e do seu meioambiente.”²

² Mariana Correia, Arq. - Comunicado na 10ª mesa redonda da primavera com o título: *Universalidade e diversidade da arquitectura de terra.*

A construção em terra está em crescente divulgação e expansão na Europa. Portugal tem já muitos exemplos deste tipo de construção. Verifica-se que é uma solução viável, ecológica e económica de construção com resultados surpreendentes. A fusão entre as técnicas tradicionais e convencionais adaptadas aos padrões de qualidade e de conforto actuais, estão na base do sucesso deste tipo de técnica, com margem de expansão e crescimento num modelo de crescimento sustentável e amigo do ambiente.

Filipe Francisco, eco-arq.

CONTEXTO HISTÓRICO

A tomada de consciência da importância da arquitectura para ajudar a resolver os problemas ecológicos com que actualmente temos vindo a ser confrontados é hoje intensamente debatido no meio arquitectónico. Neste debate, parece não haver consenso na definição da relação que deverá existir entre arquitectura, ecologia e ciências do ambiente. De um lado da polémica, encontra-se o grupo “antropocêntrico” que tem por fundamentais, conceitos estéticos e valores sociais. Do outro lado temos um **grupo “ecocêntrico” (em oposição ao significado de antropocêntrico), que acredita numa nova maneira de pensar os edifícios, e numa capacidade de projectar que contribua para resolver a actual situação de crise ambiental, possibilitando ao mesmo tempo uma reconciliação entre Homem e Natureza.** Nesta discussão, referências históricas são regularmente evocadas para justificar posições. É frequentemente chamado à mesa da discussão o facto de a Natureza ou os Organismos servirem de inspiração em diferentes épocas a vários arquitectos de referência, ou pelo contrário afirmar que estiveram ausentes do processo criativo em determinada obra de relevo.



Fig. 01 - Falling Water, Frank Lloyd Wright.



Fig. 02 - Farnsworth House, Ludwig Mies van der Rohe.

* Arquitecto



Fig. 03 – Shigeru Ban, Terminal de Aeroporto em Madrid.

Há pelo menos 30 anos que a comunidade científica chama a atenção para o estado de crise ambiental. A consciência da iminente ruptura das “fontes” de petróleo e energias fósseis existe desde que foram divulgados as noções de “Peakoil” e demonstrado que é consumido mais petróleo do que o que é possível extrair e produzir. A nível mundial, e em particular, em Portugal, só nestes últimos anos foi iniciado o debate sobre a necessidade de controlar os gastos energéticos também nos edifícios. Só nos últimos 5 anos, com a progressiva desestabilização do panorama político internacional e particularmente nos últimos dois anos com a consciência da crise económica potenciada pelos sucessivos aumentos da cotação do petróleo, assistimos a uma vontade consertada de obter resultados imediatos na melhoria dos índices de eficiência energética dos edifícios. Na nossa sociedade, para o bem ou para o mal, o que motiva a mudança de orientações e prioridades, é a confrontação com a rotura do sistema económico, não a preocupação ambiental. É neste contexto que chegamos finalmente ao reconhecimento da importância do que é, nos dias de hoje, denominado por Arquitectura Bio-climática.



Fig. 04 – World Trade Center, Nova Iorque.

SISTEMAS PASSIVOS

Quando se fala em Sistemas Passivos, referimo-nos a certos dispositivos construtivos integrados nos edifícios, cujo objectivo é o de contribuir para o seu aquecimento ou arrefecimento natural. No caso do aquecimento (estação fria), estes sistemas pretendem maximizar a captação do sol no Inverno, através de vãos envidraçados bem orientados e dimensionados, aos quais se podem associar elementos massivos, que permitirão o armazenamento da energia solar e sua utilização em horas posteriores.

Estes dispositivos são geralmente denominados de Sistemas de Aquecimento Passivo e são classificados da seguinte forma:

Sistemas de Aquecimento Passivo:

- **Ganho Directo;**
- **Ganho Indirecto ou desfasado – Parede de Trombe, Parede Massiva, Colunas de água;**
- **Ganho Isolado – Espaço Estufa ou Colector de Ar.**

No caso do arrefecimento (estação quente), pretende-se tirar partido de fontes frias que permitirão arrefecer o edifício. Uma fonte fria no Verão é o próprio solo, cujas temperaturas são sempre inferiores à temperatura do ar exterior, sendo pois uma excelente fonte de arrefecimento dos edifícios. Outra fonte fria é o ar exterior, que em determinadas horas do dia (noite e manhã) apresenta uma temperatura inferior à temperatura interior dos próprios edifícios. Tal ocorre devido às grandes amplitudes térmicas diárias no período de Verão verificadas na temperatura do ar no nosso país, podendo pois ser muito efectiva a estratégia de ventilação nesses períodos, principalmente à noite e início da manhã. Encontramos ainda outros sistemas de arrefecimento, ainda que com menos utilização: o arrefecimento radiativo, tirando partido da diferença de temperatura radiativa entre a envolvente do edifício e a temperatura do “céu”; e o arrefecimento provocado pela evaporação de água.

Temos pois a seguinte classificação: Sistemas de Arrefecimento Passivo:

- **Ventilação Natural;**
- **Arrefecimento pelo Solo;**

- Arrefecimento Evaporativo;
- Arrefecimento Radiativo.

SISTEMAS DE AQUECIMENTO PASSIVO

Sistemas de Ganho Directo

No sistema de ganho directo, o espaço a aquecer dispõe de vãos envidraçados bem orientados de forma a possibilitar a incidência da radiação no espaço e nas massas térmicas envolventes (paredes e pavimentos). De notar que a construção corrente em Portugal tem em geral massa suficiente, sendo que uma boa orientação dos vãos conduz à utilização deste tipo de sistemas sem qualquer complexidade adicional.

Sistemas de Ganho Indirecto

Nos sistemas de ganho indirecto, a massa térmica dos sistemas é interposta entre a superfície de ganho e o espaço a aquecer. A massa térmica absorve a energia solar nela incidente, sendo posteriormente transferida para o espaço. Esta transferência pode ser imediata ou desfasada, conforme a estratégia de circulação (ou não) do ar que for adoptada. Nestes sistemas, verifica-se um desfasamento da onda de calor transmitida para o espaço e o ciclo da radiação solar. Os espaços onde estes sistemas se encontram podem tirar partido do desfasamento e receber a energia absorvida durante o dia no final da tarde e início da noite, dependendo muito de cada edifício e da sua utilização. A gestão da transferência de energia é feita pelo próprio utilizador, usando para o efeito sistemas simples de ventilação, que consistem em duas aberturas entre o espaço e a zona quente. De referir dois sistemas usualmente empregues: Parede de Trombe e Paredes e Colunas de Água.

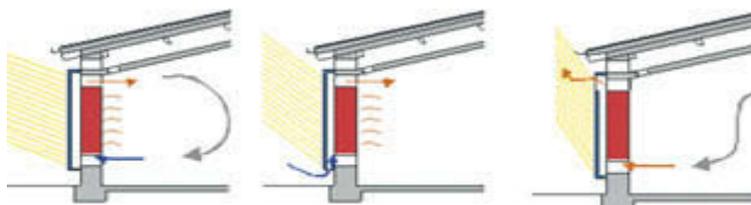


Fig. 08 – Esquema de funcionamento de uma Parede de Trombe Inverno /Outono e Primavera/Verão.

Sistema de Ganho Isolado

Nos sistemas de ganho isolado, a captação dos ganhos solares e o armazenamento da energia captada não se encontram nas áreas ocupadas dos edifícios, pelo que operam independentemente do edifício. Os espaços estufa são exemplos deste sistema e utilizam a combinação dos efeitos de ganho directo e indirecto. A energia solar é transmitida ao espaço adjacente à estufa por condução através da parede de armazenamento que os separa e ainda por convecção, no caso de existirem orifícios que permitam a circulação de ar.

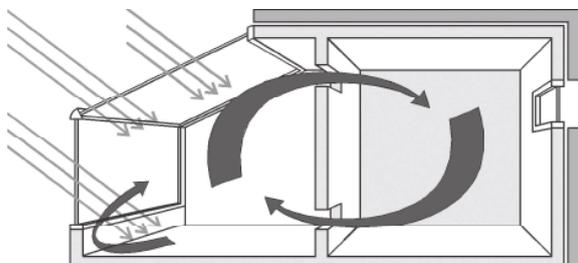


Fig. 09 – Sistema de Ganho Isolado.

SISTEMAS DE ARREFECIMENTO PASSIVO

Ventilação Natural

A circulação de ar contribui para a diminuição da temperatura interior e ainda para a remoção do calor sensível armazenado na massa térmica. Tem também implicações em termos de conforto térmico, ao incentivar perdas de calor por convecção e evaporação nos ocupantes.

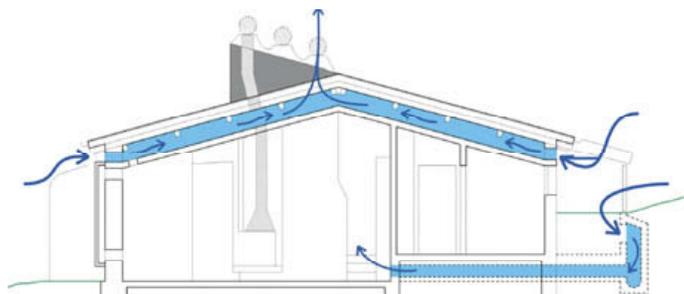


Fig. 10 – Esquema de Ventilação na Casa Shaffer.

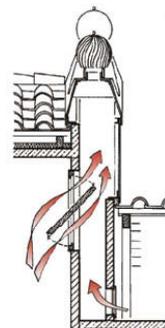


Fig. 11 – Chaminé Solar.

Arrefecimento Evaporativo

Esta estratégia baseia-se na diminuição de temperatura associada à mudança de fase da água do estado líquido ao estado de vapor. Quando o decréscimo é acompanhado de um aumento do conteúdo do vapor de água, trata-se de um arrefecimento evaporativo directo. Neste caso, o ar exterior é arrefecido por evaporação da água, antes de entrar no edifício.

Arrefecimento Pelo Solo

O solo, no Verão, apresenta temperaturas inferiores à temperatura exterior, constitui-se como uma importante fonte fria e poderá, no período de Verão, intervir como uma fonte de dissipação de calor, dissipação esta que pode ocorrer por processos directos ou indirectos.

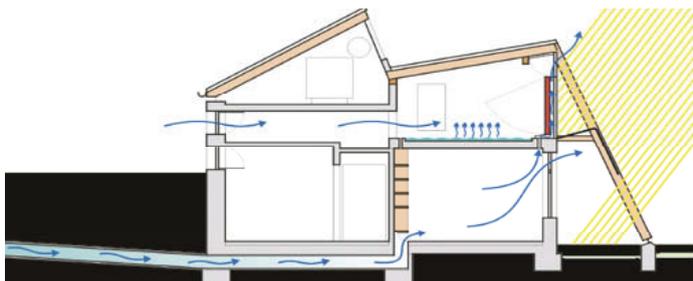


Fig. 12 – Casa Solar Porto Santo - Arqº. Gunther Ludewig.

Arrefecimento Radiativo

A emissão de radiação por parte dos elementos da envolvente exterior de um edifício poderá ser utilizada no arrefecimento do mesmo. As perdas por radiação ocorrem durante os períodos diurnos e nocturnos, tratando-se pois de um processo contínuo. É, no entanto, durante o período nocturno que os seus efeitos se fazem mais sentir em virtude da ausência de radiação solar directa.

PROJECTO NA PRÁTICA

As publicações dedicadas a este tema, têm normalmente uma secção dedicada a explicar as técnicas e regras práticas de projecto. É vulgar

deparar com afirmações do género, fachadas Norte só podem ter vãos de pequenas dimensões, ou, a implantação deverá ser rectangular e disposta longitudinalmente no sentido Este-Oeste. Todas as regras definem um modelo que muitas vezes é totalmente incompatível com as solicitações reais. Não poderemos no entanto, abandonar os objectivos da arquitectura bio-climática, apenas por não cumprir uma, ou outra regra base. Pelo contrário, devemos procurar compensar todo o sistema, implementando soluções correctivas.

Algumas das variáveis que produzem resultados que pretendemos controlar em fase de projecto, são:

- **orientação dos volumes edificados;**
- **localização relativa de implantação num terreno;**
- **distribuição dos espaços interiores de acordo com as funções previstas;**
- **distribuição de vãos e a orientação das fachadas em que são aplicados;**
- **sistemas de ganho directo;**
- **sistemas de ganho indirecto;**
- **efeito de estufa;**
- **“parede de trombe”(ventiladas ou não) ou os “jardins de Inverno”ou “estufas anexas”;**
- **atenção às possibilidades de utilizar ventos dominantes, associados a técnicas de ventilação de compartimentos**
- **aproveitamento geotérmico;**
- **água quente solar;**
- **controle da humidade relativa em cada compartimento;**
- **a inclusão, ou proximidade de planos de água;**
- **distribuição de vegetação de folha caduca e folha persistente, para sombreamento sazonal ou definitivo;**
- **aproveitamento de coberturas mais ou menos inclinadas, para plantação de vegetação rasteira...**

CASO DE ESTUDO: URBANIZAÇÃO VALESCO

O projecto da **Urbanização Valesco** teve em conta a **utilização de conceitos e ferramentas de arquitectura bio-climática**. Em primeiro lugar, foi efectuada uma análise da localização geográfica, cuja implantação possui características únicas, pois **todo o empreendimento está voltado para Sul**. Devido à inclinação do eixo da Terra, há diferenças no ângulo de incidência solar no Verão e no Inverno. A Nascente e a Poente, a altitude dos raios solares mantêm-se praticamente constantes, mas a Sul há uma diferença assinalável – 26 graus no Inverno e 75 graus no Verão. **Significa que os vãos orientados aos Sul recebem Sol directo durante a estação mais fria e pouco, ou nenhum, na época de maior calor.**



Fig. 13 – Urbanização Valesco, funcionamento no Inverno.

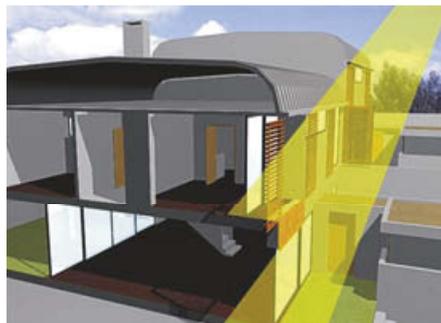


Fig. 14 – Urbanização Valesco, funcionamento no Verão.

Assim, no verão temos que os beirados funcionam como palas nas janelas, os estores exteriores encontrando-se fechados ajudam a manter a temperatura amena no seu interior, assim como a existência da varanda e do pátio na garagem que criam sombras controlando a temperatura.

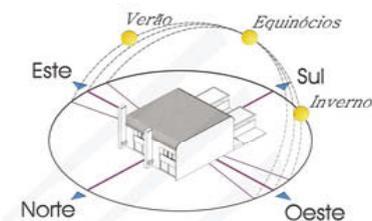


Fig. 15 – Urbanização Valesco, sistema de orientação solar.

O **isolamento térmico das casas é contínuo e aplicado pelo exterior**, o que permite uma correcção das pontes térmicas e salvaguardando qualquer problema de fissuras. Também as **coberturas foram alvo de um correcto isolamento**, com um revestimento denominado camarinha de zinco, que permite uma maior reflexão dos raios solares, evitando o efeito estufa, tão característico nas coberturas de telha. Nas **garagens recorreu-se a uma cobertura plana impermeabilizada com telas butílicas cruzadas e protegidas com pedra roliça dos rios** que absorve/irradia menos calor que a cerâmica.

O dimensionamento e o posicionamento das fenestrações opostas (vãos a sul e a norte) fazem com que a **ventilação natural funcione melhor em comparação com uma típica habitação, produzindo o arrefecimento natural sem recurso a meios mecânicos**. Os vãos estão dimensionados para que através da incidência dos raios solares, a iluminação natural seja suficiente durante o dia, não sendo necessário recorrer à iluminação artificial. Os caixilhos são em PVC (material resistente a grandes amplitudes térmicas) e estão dotados de vidros duplos (5+10+6 mm), para evitar perdas e ganhos térmicos, bem como, a redução de 35 decibéis entre o ruído exterior e interior.

No interior das casas **diminuiu-se as superfícies frias**, utilizando paredes e tectos em estruturas de aço galvanizado com isolamento térmico e acústico em lã mineral revestidos a placas de gesso cartonado. Os pavimentos são no seu grosso revestidos em madeira.

No Verão basta manter os estores semi-corridos ou corridos para ter uma temperatura amena dentro de casa. No Inverno, apesar de parte do aquecimento prover do Sol, as casas estão dotadas de piso radiante eléctrico que funciona a noite (quando a energia é mais barata), armazenando calor que é libertado à noite e mesmo durante o dia. Importa dizer que **as necessidades de aquecimento destas habitações por m² não vão além do 32 Watts, significativamente inferior às construções tradicionais com valores da ordem dos 70 a 80 Watts/m²**.

As **condições acústicas também foram tidas em conta** e proporcionam maior isolamento, graças à espessura dos vidros, ao isolamento feito do exterior e das paredes e tectos interiores e aos pavimentos em madeira.

“BUILDING WITH BAGS”

“BUILDING WITH BAGS, How we made our experimental earthbag/papercrete house serviu de base a esta espécie de guia de como construir uma casa recorrendo quase exclusivamente a sacos de areia. A descrição que se segue pretende passo a passo explicar como foi construído o primeiro edifício recorrendo a este tipo de material, que posteriormente foi apelidado de “Riceland” devido ao nome impresso nos sacos de arroz que foram usados para o construir.

Este edifício que funciona neste caso como um protótipo podia servir como um modelo para abrigos de emergência, cabines, estúdios, arrumos de jardim, etc. Para além da rapidez com que este pode ser executado funciona também muito bem em áreas sujeitas a terremotos, sismos, ventos e até mesmo furacões. Poderia ser usada em áreas devastadas pelos elementos naturais ou por grandes catástrofes, como no Paquistão, Turquia, Irão, Indonésia, Índia, Sri Lanka...



PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Nivelar o local

Em primeiro lugar é necessário seleccionar um local para a implantação do edifício que seja acima de tudo bem drenado e que não seja propício à recolção de águas residuais e pluviais. Após a escolha do local é necessário marcar o centro a partir do qual se irá efectuar

o desenho do edifício, que neste caso será de planta circular com um diâmetro interior de aproximadamente 4,5 metros. Usando uma corda que se encontra presa à estaca que foi utilizada para a marcação do centro da casa, marcamos uma área de aproximadamente 5 metros em torno dessa mesma estaca, perímetro esse que irá posteriormente ser limpo e nivelado.



Escavar uma vala no perímetro da construção

Em áreas onde não haja uma correcta drenagem por parte do solo das águas pluviais torna-se importante criar uma fundação em torno do domo de modo a tornar mais sólida a estrutura evitando assim que a água por acção de capilaridade afecte os sacos de terra comprometendo assim a solidez de toda a estrutura. Utilizando a estaca que se encontra no centro do edifício, faz-se a marcação de um círculo interior com um raio de 2,25 metros e um círculo exterior com um raio de 2,5 metros (dependendo da largura dos sacos utilizados). Nesta fase é também importante marcar a localização da entrada deixando espaço suficiente para a porta e para a sua estrutura de suporte. De salientar que a entrada deverá possuir um reforço estrutural devido ao risco de colapso da estrutura devido ao tamanho do rasgo que corresponde à porta de entrada.



Preenchimento da vala de perímetro com pedras

Após a escavação da área em torno das paredes do domo é necessário preencher essa mesma trincheira com um qualquer material estruturalmente resistente, neste caso a pedra. Contudo caso não exista este material nas redondezas este pode ser substituído por pequenas pedras, gravilha ou até mesmo por fragmentos de blocos de cimento. Dependendo da qualidade dos solos e caso se verifique que este não é a melhor poderá ser necessária revestir as paredes das fundações com um qualquer material de apoio secundário como é o caso de redes de arame ou até mesmo de mantas geotêxteis.



Como preencher a trincheira?

O enchimento desta vala de perímetro do edificio depende de inúmeros factores que se prendem exclusivamente com as características do solo em que estamos a implantar o nosso edificio. Dependendo da actividade sís-

mica e até mesmo do grau de pluviosidade da zona poderá ser necessário a elaboração de uma fundação que se eleve acima da cota base. Contudo na maioria dos solos não será necessário que essa fundação se eleve podendo então a primeira fila de sacos de terra ser colocada ao nível do solo circundante à construção.



Que tipo de sacos utilizar?

Neste caso foram utilizados sacos de arroz de 22kg, sacos esses que não são mais do que desperdício das companhias de arroz devido a erros de impressão ou na sua manufactura. Se formos utilizar um material como a areia ou a terra para o enchimento dos sacos é necessário que esses mesmos sacos sejam de um material resistente com o polietileno, pois irá durar muito mais do que os materiais correntes de que são constituídos os sacos de arroz e não se irá deteriorar quando se encontrar sob pressão dos outros sacos. Caso os sacos de arroz sejam preenchidos com outros tipos de materiais como o adobe não é necessário que esses sacos sejam de um material tão resistente como o polietileno, porque quando a parede se encontrar montada a resistência do saco deixará de ser o mais importante. Os sacos de 22kg serão os mais correctos para a maior parte das aplicações, a parede terá uma largura de aproximadamente 40 cm após ter sido executado o revestimento exterior e interior. Se possuirmos sacos mais largos estes poderão ser utilizados na base do edifício e se possuirmos também sacos mais pequenos estes podem ser utilizados na estrutura perto do topo devido à menor carga a que estarão sujeitos. Poderia ser possível também comprar tubos contínuos de polietileno contudo está opção não só seria mais cara do que o uso dos simples sacos de arroz mas também

torna-se muito mais difícil a montagem da parede visto estes tubos serem muito mais pesados do que os sacos de arroz para além do facto de que já se provou serem muito mais instáveis em termos estruturais em comparação com os tradicionais sacos.



Preenchimento dos sacos

Neste momento os sacos poderão então ser enchidos com o tipo de material que tivermos escolhido para o efeito. Neste caso específico foi utilizado uma rocha local vulcânica fragmentada apelidada de “scoria” devido às suas propriedades térmicas e acústicas e ao seu reduzido peso. Caso não seja possível recorrer a este tipo de material ou se o clima da zona onde irá ser construído o domo ser algo agreste ou até mesmo se não for para uso humano poderá ser possível também utilizar o solo local para encher estes mesmos sacos devido ao facto de que os solos habitualmente não funcionam como um bom isolante térmico e acústico. O saco de arroz é enchido na vertical e possui no seu extremo superior uma espécie de funil, funil esse que não é mais do que parte de uma simples lata de ração para galinha. Ao preencher os sacos de arroz é necessário deixar um espaço livre de aproximadamente 20/25 cm no extremo superior do saco para que seja possível dobrar esse mesmo topo quando o saco for colocado em posição na parede de modo a selar o seu conteúdo. Nas primeiras filas de sacos foram utilizados 2 sacos (um colocado dentro de outro) de modo a proteger os sacos de ruptura ou de qualquer rocha mais afiada que comprometesse a integridade estrutural do edifício.

Colocação dos sacos

Usando a trincheira previamente escavada como guia, procedemos agora à colocação da primeira fila de sacos sobre a fundação em rocha. É importante colocar com cuidado cada saco de modo a que a aba do saco fique automaticamente coberta aquando da colocação do saco seguinte, de modo a permitir a selagem completamente de todos os sacos de terra. De salientar que para tornar esta estrutura ainda mais forte poderá ser deixado debaixo de cada saco um pedaço de corda com aproximadamente 1,5 metros de modo a atar-se duas filas de sacos à vez.



Compactação dos sacos

Uma vez colocada a primeira fila de sacos de terra, esta deverá ser prensada utilizando um ferro pesado de modo a tornar o material que preenche os sacos o mais compacto possível, de modo a que as paredes da domo não sofram nenhum abatimento à medida que as vamos construindo. Neste caso foram utilizados uma variedade de métodos desde o simples saltar em cima dos sacos com os pés até à construção de utensílios caseiros. Um dos melhores métodos é o representado na figura, um maço de ferro com o qual se vai compactando os sacos. Este maço é muito pesado e torna-se difícil o seu uso por parte de qualquer um todavia o seu grande peso e o facto de possuir uma base muito larga quase do tamanho do próprio saco de arroz faz dele um ótimo utensílio para esta operação.



Colocação do arame farpado

A medida que vamos colocando as diversas filas de sacos de terra torna-se importante a colocação de duas filas de arame farpado espaçadas das bordas desses mesmos sacos aproximadamente 10 cm. Este arame farpado pode ser colocado no lugar utilizando tijolos cerâmicos ou até mesmo pedras até que a próxima fila de sacos de terra seja colocada. O arame farpado tem duas funções principais: 1) ajuda a manter os sacos unidos entre si, 2) ajuda a resistir à tendência natural da parede de se expandir para fora devido ao peso colocado sobre ela. Este arame farpado deve ser colocado entre cada fila de sacos de terra à medida que a parede vai crescendo.



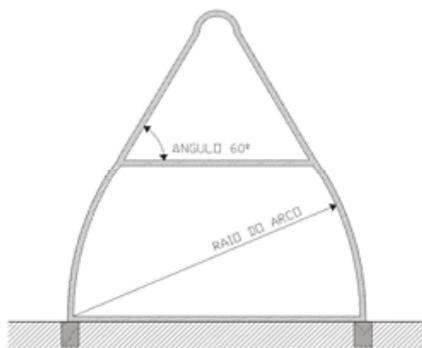
Acrescentar mais filas de sacos de terra

As primeiras filas de sacos de terra irão ser colocadas basicamente numa posição vertical umas por cima das outras. Os sacos deverão ser colocados como se se tratasse de um tijolo normal de construção à

medida que a parede vai crescendo; deverá ser utilizado um método de assentamento de junta contra fiada. Este método de construção da parede torna-a estruturalmente muito mais resistente. De salientar também que os cordões com 1,5 metros previamente deixados por baixo dos primeiros sacos foram agora atados por cima destes após a colocação de duas filas, tornando assim a estrutural resistente não só a impulsos verticais mas também resistente a impulsos horizontais.

Medição para a colocação dos sacos

Uma forma simples de ir construindo a parede de uma forma estável é utilizando uma vara com o comprimento exacto do diâmetro interno (aproximadamente 4,5 metros) e que funciona como guia. Ao colocarmos esta mesma vara na parte inferior do perímetro e posteriormente subi-la na vertical não esquecendo de a passar pelo próprio centro do edifício, teremos então o desenho do arco que irá corresponder à forma do domo. Este esquema para a montagem do domo resulta até ao nível do piso 1 (aproximadamente 2,5 metros, mas posteriormente a parte superior do domo deverá ser executada recorrendo a uma forma cónica utilizando para isso uma inclinação para as águas entre 30° até a um máximo de 60° . Para a execução deste cone poderemos recorrer uma espécie de tripé de modo a auxiliar a colocação de todos os sacos de terra até que a estrutura se encontre completamente pronta. Utilizar este sistema permite assegurar-nos de que nenhum saco irá cair abruptamente durante a montagem da cobertura pondo toda a estrutura em risco e possibilita ainda o aumento do pé-direito na área central do domo.



Colunas da entrada

De maneira a estabilizar a entrada para o domo, é necessário criar duas colunas maciças que consigam não só suportar o próprio peso da estrutura mas também o arco que servirá de auxílio para a entrada. No caso em estudo recorreu-se a uma duplicação dos sacos de terra como demonstrado na figura. Estes sacos de terra ao contrário dos que são utilizados na edificação das paredes são completamente cheios e possuem ambas as abas cosidas de modo a não rasgarem sob a pressão da própria estrutura do domo. Estes sacos que correspondem à estrutura da porta são dispostos de forma encadeada de modo a reforçar a entrada.



Estrutura para a porta

O método aqui empregue é um de vários possíveis para efectuar o correcto escoramento da estrutura para a porta e não é mais do que uma simples trave em madeira que é colocada entre os sacos e que possui depois escoras metálicas para melhor reforço da estrutura de madeira. Após a colocação desta estrutura secundária procede-se então à colocação da estrutura que irá suportar realmente a porta e que é aparafusada a esta primeira estrutura e apertada contra os sacos de terra. Outro método possível para o suporte da porta passa por inserir um maior pedaço de madeira entre todos os sacos permitindo assim o reforço da porta ou até mesmo inserir uma placa de contraplacado com vários pregos de modo a estes fixarem-se aos sacos de areia permitindo depois então suportar a estrutura da porta.



Fusão da parede com a estrutura da porta

À medida que a coluna de suporte da porta e a parede vão sendo erguidas estes dois elementos têm tendência para começarem a se unir. Devido à curva natural da estrutura da parede no sentido do centro do domo, estes dois elementos distintos terão tendência para se fundir numa única forma. Ao compararmos as fotografias da montagem da estrutura da porta no seu início e aquando da sua conclusão reparamos facilmente que a coluna vai sendo absorvida pela própria parede diminuindo assim o seu tamanho à medida que vai crescendo. Quando atingir o ponto necessário para a altura da própria porta a coluna deixará de ser erigida pois então dará lugar a um arco, arco esse que irá sustentar todo o peso da estrutura que se encontra respectivamente por cima dele.

União da estrutura da porta

Como se pode comprovar pela fotografia aqui colocada após a construção da coluna de suporte da porta teremos então de colocar a estrutura de madeira exterior na qual irá então encaixar a porta. Como referido anteriormente, foram deixados vários grampos de metal que agora serão aparafusados a esta nova estrutura de madeira a qual irá receber posteriormente a porta. Após esta estrutura estar convenientemente apertada poderemos retirar o grampo de metal excessivo ficando apenas a estrutura de madeira à vista.

Estrutura das janelas

No caso em estudo para a construção das janelas foram usadas peças de metal que são normalmente empregues na execução de sarjetas, contudo inúmeros outros materiais poderiam ser usados desde que a sua resistência e abertura sejam equivalentes às do material aqui usado. A vantagem destas tampas de sarjeta prende-se com o seu custo reduzido e com a variedade de tamanhos disponíveis no mercado. A sua colocação no local é extremamente fácil e estas podem ser colocadas em qualquer local da parede, para isso basta acomodar convenientemente estas tampas de sarjeta e ir colocando sacos de terra à sua volta. Poderá ser necessário utilizar uma estrutura de apoio para a sua colocação no sítio respectivo devido à própria inclinação da parede e até que esta esteja completamente construída em volta destes mesmos elementos metálicos. Estas tampas deverão então ser colocadas de acordo com a própria inclinação da parede daí o facto de poder ser necessário recorrer a uma estrutura de apoio durante a construção do resto da parede. Nesta mesma fotografia é também possível reparar no toldo azul na base do domo e que serve de protecção à exposição da luz ultra violeta do sol durante o processo de construção. É necessário durante todo este processo manter os sacos protegidos da luz directa do sol de modo a que não se verifique a degradação destes.



Estrutura da porta

A estrutura da porta não é mais do que um simples caixilho em madeira com uma dimensão de 4cm por 15cm que posteriormente irá acomodar a porta de entrada para o domo, esta porta poderá ser construída em madeira ou até mesmo em metal. De salientar que a peça de madeira de remate superior poderá ser de dimensão um pouco superior 6cm por 15cm de modo a suportar melhor a carga a que estará sujeita. No caso em estudo a entrada

irá ser suportada por um arco composto por sacos de terra contudo se fosse o pretendido este arco poderia não ser empregue, contudo para compensar a falta deste elemento estrutural toda a armação da porta deveria de ser reforçada de modo a não colapsar sob o peso de toda a estrutura.



Montagem do arco

O arco usado no caso em estudo foi concebido utilizando duas placas de contraplacado cortadas com a dimensão pretendida para o arco. Estas mesmas placas são unidas entre si utilizando para tal peças de madeira de dimensão mais pequena 4cm por 10cm e possuem um comprimento correspondente à largura de um saco de terra completamente cheio. Esta estrutura em madeira foi posteriormente elevada e colocada no cimo da estrutura da porta. Se algum espaço livre existir entre a estrutura da porta e a estrutura do arco tal facto poderá ser posteriormente corrigido aquando do retirar desta mesma estrutura em madeira do arco. Esta estrutura devido à sua composição e ao próprio material de montagem do domo faz com que esta possa ser utilizado inúmeras vezes desde que o arco possua a mesma dimensão. De salientar uma vez mais que toda a parede vai sendo tapada com um toldo de modo a proteger os sacos de terra da acção do sol.



Colocação dos sacos sobre a forma

Os sacos utilizados para a montagem do arco deverão ser completamente cheios de terra e deverão ser cosidos em ambas as abas à semelhança dos sacos utilizados na montagem das colunas de suporte da porta. Os sacos deverão ser colocados sob a estrutura de madeira do arco de modo a que desenhem uma espécie de semi-círculo que abra no seu sentido exterior e estes mesmos sacos deverão ser correctamente prensados para a colocação no sítio. Após a colocação dos sacos de um dos lados do arco deveremos proceder de forma simétrica no lado oposto do arco. Quando chegarmos ao topo da estrutura de madeira torna-se mais complicado a colocação destes últimos sacos no lugar respectivo e poderá ser necessário recorrer a estruturas de apoio como calços para colocar estes sacos no sítio certo. É muito importante nesta fase não retirar a estrutura de madeira que suporta o arco até que toda a parede do domo cubra totalmente o arco pois corremos o risco de toda a estrutura colapsar.



Colocação da estrutura do sótão

Quando finalmente chegarmos à altura pretendida para a construção do tecto do 1.º piso é altura então de construir uma espécie de reticulado de madeira que conforme a estrutura de apoio deste mesmo piso. Esta estrutura de madeira pode ser colocada directamente sob a parede de sacos de terra e correctamente nivelada bastando para isso recorrer a pequenos calços de suporte. A estrutura de madeira de suporte do piso 1 foi concebida utilizando troncos com uma dimensão de 4cm por 20 cm, contudo troncos de menor dimensão poderiam também ter sido utilizados. Esta estrutura de madeira poderá ser presa à parede de sacos de terra com

uma estrutura secundária em grampos de metal reforçando assim toda a estrutura e aumentando a própria segurança do domo.

Completar o topo do domo

À medida que nos vamos aproximando da conclusão do topo do domo, é então necessário encher com menos terra todos os sacos e dobrar a aba destes para que estes se adaptem ao ângulo cada vez mais reduzido da secção do cone. Este ângulo é facilmente conseguido sendo necessário para tal moldar o saco de forma a atingir a forma pretendida. Quando trabalhamos perto do topo do cone torna-se mesmo possível escalar o domo como se se tratasse de uma pequena montanha devido à grande resistência estrutural que o edifício apresenta já. De salientar uma vez mais que toda a estrutura deverá ser sempre correctamente protegida da acção do sol sob o risco de comprometer a integridade dos sacos e do seu conteúdo devido ao facto de ainda não termos revestido o exterior do domo.



Colocação dos sacos finais

À medida que o cone vai crescendo os anéis compostos pelos sacos de terra vão-se tornando cada vez mais pequenos até que será apenas necessário um último saco para completar a estrutura do domo. A fotografia aqui empregue não é mais do que uma vista interior direccionado para o topo do domo. Se necessário é possível colocar neste ponto um ventilador para fazer uma mais correcta ventilação do domo. A colocação de um ventilador no topo da estrutura não importa grandes considerações, sendo apenas necessário mover um pouco os sacos de terra do topo para arranjar espaço para esta estrutura. No caso em estudo foi utilizado um

tubo plástico de PVC com um diâmetro que pode variar entre os 15cm e os 20 cm, tubo esse ao qual posteriormente poderá ser anexado um extractor/ventilador.



Retirar a estrutura de apoio do arco

Só após a colocação de todos os sacos de terra que formam a estrutura é que poderemos finalmente retirar toda a estrutura de madeira que servia de apoio ao arco de entrada do domo. Como mencionado anteriormente a operação de retirar o arco de apoio poderá ser facilitada desde que na altura da sua colocação no lugar se tiver usado pequenas cunhas de madeira. Nesta fase essas mesmas cunhas podem ser facilmente retirados do local onde se encontravam o que irá permitir retirar muito mais facilmente a estrutura que compunha o arco sendo necessário apenas empurrar ligeiramente esta estrutura de madeira.

Aplicação do revestimento exterior

Após a colocação de todos os sacos de terra no devido lugar terá lugar então a fase final da montagem do domo: colocação do revestimento exterior sobre os sacos de terra. Esta operação poderia ter sido executada aos poucos durante a montagem da parede contudo torna-se muito mais fácil esperar até que todo o trabalho de colocação dos sacos esteja pronto e então só no final executar todo o revestimento ao mesmo tempo. No caso em estudo foi experimentado uma espécie de pasta de papel alterada, que não é mais do que simples papel reciclado ao qual foi adicionado cimento e areia. Este tipo de material funcionou muito bem no caso em estudo contudo outro tipo de material poderia também ter sido experimentado

desde que funcione como isolante térmico e acústico. Esta pasta de papel alterada ajuda a melhorar as propriedades térmicas da parede de sacos de terra que já de si é muito boa. Outros materiais tais como o estuque ou até mesmo o barro poderia ter sido utilizado contudo após vários ensaios os autores deste domo chegaram à conclusão de que esta pasta de papel alterada seria a melhor solução. A pasta de papel alterada não necessita de mais nenhum outro elemento estrutural pois esta une-se de forma razoavelmente boa aos sacos de cimento enquanto que outros materiais a utilizar teriam que ser reforçados através de malhas armadas.



Aplicação do revestimento em torno das janelas

A aplicação da pasta de papel alterada apesar de extremamente fácil requer cuidado em algumas zonas muito particulares do domo: uma delas é a área em torno das janelas. Como se constata pela imagem a pasta de papel deverá numa primeira fase ser aplicada em torno da janela previamente à instalação do vidro. Nesta mesma imagem é possível também reparar nos remates em madeira do sobrado do piso 1 que atravessam a parede de sacos de terra e que serão agora então recobertos com esta mesma pasta de papel alterada. No recobrimento destas peças de madeira é sempre necessário utilizar um material selante destes mesmos topos de madeira de modo a que não haja demasiada absorção de água por parte da madeira o que poderá levar à pasta de papel poder vir a fissurar com o tempo.



Ajuste dos vidros

Com a pasta de papel ainda molhada é altura então de colocar o vidro que foi escolhido sobre a janela e recorrendo a um marcador ou a uma pequena peça de madeira contornar o perímetro desse mesmo vidro marcando assim na pasta de papel a localização e a dimensão correcta deste. O vidro aqui empregue pode ser obtido em qualquer vidraçeiro e não necessita de ser um vidro muito bom; neste caso não é mais do que simples sobras que tinham sido mal cortadas e que já ninguém mais queria. Para melhorar o isolamento e o comportamento térmico das janelas foram aqui usadas duas camadas de vidro que se encontravam separadas entre si ligeiramente devido ao facto de a pasta de papel ter entrado no espaço entre as duas camadas de vidro formando assim uma caixa de ar o que ajudou a melhorar o comportamento térmico da própria janela.



Preparar a pasta de papel para aceitar o vidro

Usando então agora uma cunha de madeira chegou a altura de remover toda a pasta de papel que se colocou a mais e que tem que ser retirada para a colocação do vidro na cavidade correspondente. Este processo é apenas conseguido após várias tentativas visto ser necessário que o vidro fique bem colocado. Após retirar toda a pasta de papel em excesso poderemos agora deixá-la secar de maneira a que o encaixe onde será acoplado o vidro tenha uma base sólida onde possa repousar. No caso em estudo todo o domo foi revestido com duas camadas de pasta de papel. Uma primeira camada foi aplicada e foi sobre esta que se fez o recorte para todas as janelas e restantes vãos. Após esta primeira camada de pasta de papel se encontrar convenientemente seca e após a colocação do vidro procede-se então à colocação da segunda camada de revestimento exterior e que em certos pontos se irá sobrepor ao próprio vidro de modo a fazer uma correcta impermeabilização dos vãos.

Finalização da 1.ª camada de pasta de papel

Após o remate da pasta de papel nas janelas e nos restantes vãos resta apenas concluir a cobertura do domo utilizando para isso esta mesma pasta de papel alterada.



Ventilação e finalização das janelas

Na imagem em anexo poderemos analisar uma das estruturas que foi colocada: a chaminé de ventilação que não é mais do que um simples tubo metálico ao qual foi acoplado um ventilador de modo a que a água da chuva não entre no domo. Nesta mesma imagem salienta-se outro pormenor

muito importante: o desenho final das janelas e da maneira como a pasta de papel recobre a parta superior do vidro, para que durante fortes chuvas não se corra o risco de infiltrações no domo. Para além da ventilação no topo do domo outras ventilações secundárias podem ser empregues em alturas diferentes sendo necessário apenas que durante o processo de construção estas sejam colocadas a tempo.



Completar o domo

A construção do domo aqui demonstrada e apelidado de “Riceland” devido ao nome dos sacos de arroz que compoñham a estrutura começou durante o Verão e por alturas do Inverno a estrutura estava já completamente pronta permitindo assim o seu usufruto.



Acrescentar cor

Uma camada final de tinta poderá ser aplicada se for esse o acabamento final pretendido. Esta camada de tinta poderá ser aplicada normal-

mente apenas através da pintura da pasta de papel alterada ou até mesmo através da aplicação de um estuque colorido. Neste caso em estudo foi aplicada uma camada de tinta natural combinada com um reforço de látex de modo a tornar toda a estrutura mais impermeável.

FICHA 3 / O LADO NEGRO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Tiago Mateus*

Pág. 75 a 79

A redução da oferta de combustíveis líquidos face à procura crescente tem gerado escassez e correspondente subida do preço do petróleo, atingindo, recentemente, valores históricos.

Os biocombustíveis aparecem assim com uma forte alternativa ao “ouro negro”.

A União Europeia, Estados Unidos da América, Japão e outras regiões do globo traçaram estratégias energéticas para substituição, faseada no tempo, de combustíveis líquidos tradicionais por biocombustíveis. A directiva europeia 2003/30/CE aponta como meta para 2010: a utilização de 5.75% de biocombustíveis nos transportes.

O entusiasmo político sobre os biocombustíveis por parte das principais potências económicas, foi o principal impulsionador para o crescimento anual de 28%, correspondendo a uma produção de 44 biliões de litros em 2006. Contudo, os biocombustíveis representam actualmente apenas 1% do fornecimento global de combustíveis líquidos e cerca de 30% do aumento anual do consumo desses mesmos. O impacto dos biocombustíveis é até ao momento, nulo.

Um crescimento, a nível mundial, para substituição de 5.75% de combustíveis líquidos usados no sector de transportes por biocombustíveis em 2010, representaria uma área de exploração agro-combustível considerável, entre 2 a 5% do território do continente africano.

Os métodos de produção corrente de biocombustíveis requerem uma vasta área de terra fértil para cultivo e abundantes recursos hídricos para rega. A sua produção necessita de gastos energéticos importantes: transporte, fertilizantes usados, dessalinização da água, bombagem para rega, processos industriais para obtenção do biocombustível através da matéria-prima, ... Por esse motivo, a análise do ciclo de vida energético tem gerado alguma controvérsia: será a Energia gasta para a produção de bio-

* *Chefe do Departamento de Energia Solar da Empresa Vulcano*

combustíveis, inferior à energia que deles retiramos? E em que condições isso acontece?

O modelo do Brasil na produção industrial de biocombustíveis a partir da cana-de-açúcar, mostra que o etanol obtido por culturas bioenergéticas reduz significativamente a emissão de gases com efeito de estufa e contribui também para uma maior sustentabilidade energética.

Alguns peritos apontam mesmo para benefícios económicos inesperados que possam advir do crescimento da sua produção. “Dos 47 países mais pobres, 38 são importadores de petróleo e desses, 25 importam todo o petróleo que consomem; para essas nações, o triplicar do preço do petróleo tem sido um verdadeiro desastre económico. No entanto, as nações que desenvolvam indústrias de biocombustíveis poderão adquirir combustível dos seus próprios terrenos agrícolas, em vez de dispensar valores monetários significativos, com elevado peso no seu PIB.” Essa situação pode representar um potencial enorme de redução da pobreza para certos países africanos.

Além duma maior sustentabilidade energética e ambiental, a fileira dos biocombustíveis vai gerar a criação de milhares de empregos por todo o mundo, com especial importância na dinamização da economia dos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Um recente estudo da OCDE e da FAO, sobre as perspectivas agrícolas para os próximos anos, indica que “os biocombustíveis terão forte impacto na agricultura entre 2007 e 2016”, “os preços agrícolas ficarão acima da média dos últimos dez anos” e “alguns produtos agrícolas poderão custar 20 a 50% mais nos mercados internacionais ao longo dos próximos 10 anos”.

Os preços dos alimentos já sobem em ritmo acelerado na Europa, EUA, China, Índia e noutras regiões do globo.

O etanol americano, produzido a partir do milho, fez crescer o preço deste grão em 60% num ano. Sendo o milho, componente essencial na ração de suínos, bovinos e aves, tal situação eleva o custo de criação desses animais, encarecendo derivados como carne, leite, manteiga e ovos.

Como os EUA é um dos maiores exportadores de cereais, esse aumento reflectiu-se um pouco por todo o mundo. O caso mais crítico aconteceu no México, com uma manifestação popular contra o aumento de 60% no preço das tortilhas, que tem o milho como ingrediente básico.

O aumento do custo das rações tem preocupado os produtores de

animais e os países cuja exportação de carnes e laticínios tem elevado impacto no PIB (Argentina e Brasil).

No mundo, existem 854 milhões de pessoas que passam fome. Segundo Jean Ziegler (representante da ONU para o Direito à alimentação), “muitas mais passarão fome com a previsível conversão de plantações essenciais em superfícies para a produção de etanol”. Ziegler acusa os EUA, a UE e o Japão de hipocrisia ao encorajar a produção de etanol para reduzir a sua problemática dependência exterior do petróleo.

Outros analistas apontam que a principal causa para a fome é a pobreza extrema e chegam mesmo a projectar que: a segurança de alimentos conduzida por preços agrícolas mais baixos pode prejudicar, em vez de ajudar. “Preços mais altos podem permitir aos agricultores, a venda das suas colheitas a um preço decente mas reformas agrícolas e desenvolvimento de infra-estruturas serão necessárias para permitir que esses benefícios sejam dirigidos para as 800 milhões de pessoas desnutridas, a maior parte das quais vivem em zonas rurais”.

Uma forte indústria de biocombustíveis em países sub-desenvolvidos poderá criar mais escravatura ou trabalho mal remunerado. No Brasil, registam-se casos em que empresas da cana-de-açúcar dependem de trabalho escravo. Além disso, muitos trabalhadores são remunerados pela quantidade de cana cortada e não pelo número de horas trabalhadas, não tendo controle sobre a pesagem do que produzem.

Os incentivos dados à produção de biocombustíveis poderão ter consequências em vários sectores agrícolas, tendo como resultado o abandono de cultivos tradicionais pelo novo “ouro” agrícola. No Brasil, em menos de quatro anos, 300 mil hectares de cana-de-açúcar foram plantados em antigas áreas de pastagens e de agricultura. As plantações da cana-de-açúcar têm assim deixado cada vez menos terra para a subsistência dos agricultores do norte e nordeste do Brasil.

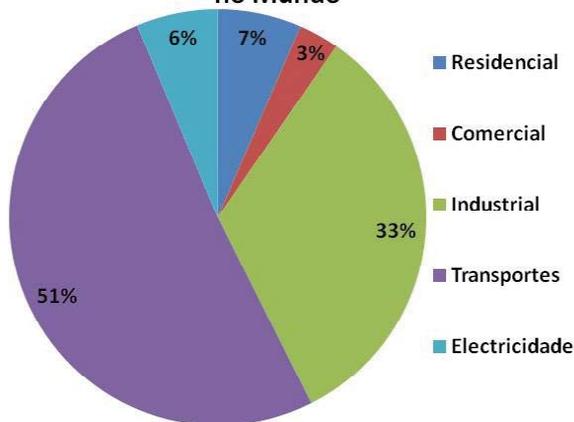
Teme-se que esse rápido crescimento possa ter impactos irreversíveis para a biodiversidade. No Brasil, a expansão desse cultivo poderá resultar no desmantelamento considerável de uma parte da área florestal Amazónica. O intenso cultivo de óleo de Palma na Indonésia e Malásia tem provocado a desflorestação, ameaçando a população de orangotangos.

A produção intensiva de agro-combustíveis poderá ter também consequências graves, a nível da degradação do solo e da exploração exaus-

tiva da água dos rios e reservas subterrâneas. Vão ser retiradas elevadas quantidades de biomassa que, supostamente seriam recicladas de volta para o solo, sendo os seus hidrocarbonetos reutilizados, fechando o ciclo. Um maior número de fertilizantes químicos, herbicidas e pesticidas serão usados, o que poderá ter um efeito prejudicial para as próximas gerações de cultivos agrícolas.

A indústria dos biocombustíveis não vai conseguir responder a todos os problemas energéticos relacionados com os transportes. Antes de mais, o petróleo deve ser usado de uma forma consciente, em sectores cuja sua substituição a curto prazo é problemática: o sector dos transportes representa apenas metade do consumo final. É essencial que, o desenvolvimento dos biocombustíveis ocorra num contexto de transição para um sector de transportes mais eficiente e energeticamente mais diversificado. Em vários países no Mundo, muitas viaturas circulam na estrada com apenas uma pessoa!

**Distribuição do consumo de petróleo
no Mundo**



O facto de se incentivar a produção de biocombustíveis, independentemente de serem ou não obtidos por produtos que entram na cadeia alimentar, irá inflacionar o preço desses mesmos alimentos até se atingir um valor equitativo para a sua comercialização como matéria-prima para biocombustíveis e como produto para a cadeia alimentar. Tal situação poderá elevar a quantidade de pessoas famintas no mundo. A possibilidade dos biocombustíveis serem obtidos por produtos que não fazem parte da

cadeia alimentar, por desperdícios florestais ou agrícolas, ou por biomassa sólida, tem um interesse relevante.

As colheitas energéticas devem ser estabelecidas nos milhares de hectares de terra degradadas, disponíveis em todo o mundo.

É fundamental que a indústria se desenvolva numa forma sustentável, para que a economia do petróleo não seja substituída por uma nova indústria que possa acarretar outros problemas sociais e ambientais.

Assim, incentivos fiscais flexíveis, tendo por base a capacidade de produção anual e tipo de cultivo, a utilização de certificados verdes para uma maior transparência e a certificação das áreas de cultivo, são políticas importantes a adoptar.

FICHA 4 / PROJECTOS PARA PRÁTICAS DE ECO-DESENVOLVIMENTO

Jacinto Rodrigues*

Pág. 81 a 88

Aldeias de Formação Escolas de Vida e Projectos de eco desenvolvimento

As escolas para o desenvolvimento social, na perspectiva de agentes de ecodesenvolvimento, têm muito a ver com as escolas de vida que eram veiculadas pelas “*mucandas*” vernaculares, em Angola. A aldeia socializa as crianças e os jovens de modo a que todos os cidadãos sejam úteis na iniciação para a vida. Portanto, a recolha de plantas, a caça, a pesca, a actividade agro-pastoril, a organização do habitat, a dança, a música, o canto, a aprendizagem através de contos, provérbios e filosofia, são os factores da cultura endógena úteis para a formação. Contudo, também uma abordagem intercivilizacional alarga a consciência e permite uma abrangência de saberes mais vastos. Não esqueçamos que a fitoterapia, utilizando a Moringa e a Artemisia por exemplo, provém de conhecimentos ancestrais, nomeadamente da cultura indiana e chinesa mas susceptíveis de trazerem resposta a interesses universais.

Uma escola de vida com uma acção pedagógica e social na construção de experiências exemplares, seria uma ecoaldeia, comunidade agro-ecológica sustentável e apoiada em tecnologias apropriáveis e energias renováveis.

É essencial que essa aldeia esteja estruturada dentro dum ciclo - metabolismo circular - para que a sua matriz seja um ecossistema integrado. A função produtora (pomar, horta, jardim, agro-ecologia, etc.), a função de reciclagem (reintrodução no ciclo metabólico dos “lixos” transformados em nutrientes), a reutilização ecotecnológica (aproveitamento de materiais, etc.) e ainda a renovabilidade energética (o uso de energia solar, eólica, hidráulica, etc.) constituem a alma mater do ecodesenvolvimento.

Interessa, antes da criação ou transformação duma aldeia deste tipo, investigar experiências já realizadas que possam contribuir para melhorar

* CEAUP/FAUP

a qualidade dos projectos: processos de bioclimatização (solar, solar frio, poço canadiano, sistema tromb, poço provençal, etc.), métodos construtivos (adobe, btc, sacos, palha, etc.), energias renováveis (solar, eólica, hidráulica, geotérmica, etc.),

Exemplo: estudar comparativamente, com balanços rigorosos e levando em conta as realidades concretas, experiências como o Centro Songhai no Benim, Terre Vivante em França, Gorom-Gorom em Burkina Fasso, Les Amanins em França, New Alchemist nos E.U.A. ...



Terre Vivante



Nzamujo e o Centro de Songhai



Escola em BTC



Interior sala aula (palha e madeira)

Projectos em agro-ecologia

A primeira mobilização a conseguir nas populações é plantar árvores. Plantar árvores no sentido biodiversivo e com o intuito de demonstrar civicamente que podemos intervir mudando a nossa vida e regenerando o planeta. Essa acção na biosfera é determinante para permitir uma fonte nutritiva para as populações, um equilíbrio ecológico e uma reciclagem regenerativa para o planeta.

Plantar árvores, neste sentido, é também criar uma nova produção agrícola agroecológica mais sadia e disponibilizar materiais construtivos inteiramente recicláveis. Plantar árvores é também criar jardins medicinais, plantas aromáticas e integrar o homem na harmonia da natureza.

Os problemas da saúde, alimentação e educação estão intimamente ligados. Inserem-se também numa perspectiva agroecológica sem a qual não poderemos resolver nenhum dos problemas que estão interligados – a água e a pecuária.

É portanto necessário promover uma acção simultânea em todos estes níveis.

Assim, o problema da fome pode encontrar, rapidamente, a solução imediata desenvolvendo uma agricultura de fácil apropriação pelas populações carenciadas.

África tem condições para plantações muito ricas em nutrientes (proteínas, vitaminas, sais minerais, etc.).

O exemplo da Moringa Oleífera, que sendo uma planta de origem indiana está provado poder reproduzir-se em solo angolano, mostra-nos que é possível utilizá-la em soluções múltiplas, úteis a toda a população.

Há vários tipos de Moringa mas todos eles podem ser semeados ou plantados em forma de estaca. Sobrevivem em solos pobres e mesmo com pouca água, resistem. Florescem normalmente depois de terem sido plantados em estaca 8 meses depois. Os ramos destas árvores, que podem atingir alguns metros de altura, transformam-se em estacas para novas plantações de árvores Moringas.

A Moringa Oleífera é a Moringa pterygosperma.



Flor de Moringa

As folhas de Moringa podem contribuir para acabar com a fome no mundo. Com efeito, as suas folhas são comestíveis e têm propriedades nutricionais fabulosas:

- a) 7 vezes mais vitamina C do que as laranjas;
- b) 4 vezes mais vitamina A do que as cenouras;
- c) 4 vezes mais cálcio do que o leite;
- d) 3 vezes mais potássio do que as bananas;
- e) 2 vezes mais proteínas do que o iogurte.

Assim, semear uma Moringa é ter uma imensa fonte polivitaminica e proteica para toda a familia. Basta fazer uma salada de folhas de Moringa!



Folhas de Moringa

As vagens são suculentas e constituem um elemento notável para o gado.



Vagens de Moringa

As sementes, que se encontram dentro das vagens, produzem um óleo alimentar excepcionalmente rico. Também se pode utilizar esse óleo como biodiesel para motores.



Óleo de Moringa

A semente, depois de triturada, dá origem a uma farinha que pode ser utilizada no tratamento da água. No Malawi, em colaboração com a Universidade de Lycester (Reino Unido) obtiveram-se resultados melhores e a preços mais baixos do que os habituais tratamentos com produtos químicos. Um relatório da referida Universidade explicita que a farinha da semente de Moringa, funciona como um polielectrólito catiónico natural, no tratamento da água².

No Malawi procede-se actualmente ao tratamento da água em larga escala, com a Moringa, na povoação de Thyolo.

Além da qualidade de coagulante natural que permite o tratamento da água, a Moringa tem propriedades terapêuticas: Na Índia, a medicina ayurvédica utiliza produtos extraídos da Moringa como antibióticos naturais e a antiga tradição indiana refere 300 doenças curáveis pela Moringa. Os cientistas contemporâneos confirmam esta espectacular capacidade profiláctica e curativa.

Em Oman, o óleo de Moringa é aplicado contra as dores de estômago e no Haiti as folhas e flores são preparadas como chás utilizados na cura das gripes. No Malawi usam-se as folhas secas para curar diarreias.

Podem-se plantar cercas verdes, muros vegetais, junto de todas as escolas, igrejas, hospitais e outros eventuais centros públicos. Esses taludes ecológicos teriam Moringas de metro em metro, conjugando-se com amoras, figos da Índia, cenouras, alhos e outras plantas úteis, para alimentar o povo.

A plantação da Moringa pode resultar dum acto de militância ecológica individual mas pode, para maior eficácia, inserir-se num projecto mais global.

¹ Relatório Sutherland/Folkard e Grant (<http://www.treesforlife.org>).

Qualquer dessas atitudes é louvável e permite, desde já, o início duma acção consciente, a bem da causa comum.

Seria importante conhecer a organização e o impacto das plantações de Moringa de modo a ter um balanço capaz de evitar erros.

A ideia de um projecto colectivo para uma maior eficácia e acção participativa, tem sido realizada em vários países. Lembro aqui a experiência feita no Brasil, através da Fundação Deusmar Queirós com o apoio de várias universidades e organizações ligadas à igreja. Este projecto no Brasil foi levado a cabo na zona do Nordeste, no Estado do Ceará. A preparação dessa acção foi longa e contou com vários organismos (universidade, igreja, correios, rádio, etc.). O início da operação fez-se em 10 de Abril de 2000 com a distribuição de 30.000 kits que continham instruções para semear e 4 sementes de Moringa oleifera. Em 2001 obtiveram-se resultados muito positivos pois 65% das sementes germinaram.

A Unesco reconheceu esta actividade como uma forma de tecnologia social que contribui para a prevenção de doenças.

Em 2003, 160.000 sementes foram distribuídas em 84 localidades do Estado do Ceará, tornando-se esta campanha num verdadeiro sucesso que teve a parceria de várias universidades brasileiras.

Várias associações têm vindo a obter sucessos, inclusivamente na luta contra a SIDA, desenvolvendo uma actuação articulada entre a Artemisia Annua, a Moringa Oleifera e a Aloé Vera.

Têm também vindo a utilizar a planta Neem como repelente biológico contra o mosquito da malária e a mosca tzé-tzé.



Artemisia Annua



Neem

É também de assinalar a existência de vários grupos, nomeadamente missionários ligados à Igreja católica, que cultivam a espirulina, uma alga fortemente nutritiva, que foi muito utilizada pela civilização Inca na América Latina.



Tanque de espirulina

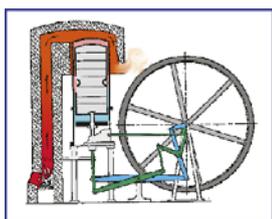


Secagem de espirulina



Prato de espirulina

É essencial a montagem de projectos relacionados com energias renováveis e dispositivos de produção energética. Pequenas indústrias de painéis solares, eólicas, fornos solares, secadores solares, motores Stirling e outros, deveriam produzir, in loco, ecotecnologias apropriáveis que pudessem resolver as necessidades energéticas locais.

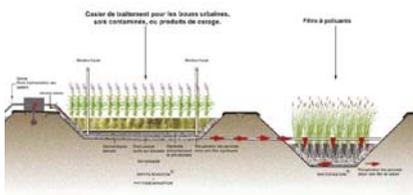


Motor Stirling



Secador solar

É importante a produção de redes de sistemas hidráulicos com a criação de reservas de água e sistemas de irrigação. Procurar-se-á, simultaneamente, criar sistemas de lagunagem biodepurativa, com o intuito de reciclar e potabilizar as águas residuais.



Um projecto pedagógico interessante seria o de constituir caravanas ambulantes que funcionassem de um modo ecosustentável.

Os quiosques ecológicos itinerantes, realizados pelo arquitecto Michel

Rossel, tinham como objectivo mostrar biodepuradoras e simultaneamente protótipos de energias renováveis. No interior das carruagens, articuladas e puxadas por um tractor, movido por um motor solar ou por outro tipo de energias renováveis, estão organizados, em prateleiras, pequenos jardins filtrantes que reciclam a água residual e servem de pequenas hortas para alimentação e obtenção de plantas medicinais.

Outro projecto importante é a organização de muros verdes ou seja, taludes ecológicos evolutivos, pensados e realizados por Emmanuel Rolland, que constituem divisórias naturais do território, gerando ecotopos particularmente ricos para a biodiversidade.

APONTAMENTOS INICIAIS

1. Psicanálise das notícias

O conhecimento corrente não pode servir de ponto de partida, de base, para um trabalho científico, mas aquele pode ser uma referência para nos apercebermos do sentido que é dado às palavras, da natureza simbólica destas, da generalização de formas de observar o mundo passado e futuro impregnadas pela política consagrada.

A crítica do conhecimento corrente pode fornecer-nos elementos para um estudo científico. Pode ser a “psicanálise” dos conhecimentos feitos, a “psiquiatria” das evidências espontaneamente assumidas. Por isso mesmo pegamos em notícias, em meios de informação, para começarmos a desconstruir afirmações que povoam o nosso dia-a-dia.

O Governo do Japão procedeu esta Terça-feira, 18 de Setembro, a entrega ao Governo de Moçambique de um donativo constituído por três toneladas de arroz, avaliadas em 2,15 milhões de dólares norte-americanos (...) O Governo do Japão vem fornecendo assistência alimentar a Moçambique desde 1977, cujo valor acumulado actualmente atinge cerca de 135 milhões de dólares norte-americanos. A ajuda alimentar

* CEAUP/FEP

1 O desenvolvimento é um tema maior da Economia após a II Grande Guerra. Enquanto estudante de Economia vivemos intensamente os debates sobre “crescimento e desenvolvimento”, mergulhando nas diversas teses explicativas que iam das teorias etapistas do crescimento ao desenvolvimento não capitalista. As teses estruturalistas, da dependência, da troca desigual acompanharam a nossa formação inicial quanto posteriormente fomos avassalados pelas formulações da evolução espontânea neoclássica, ao mesmo tempo que vários discursos alternativos iam adjectivando as suas propostas (integrado, humano, sustentado) para se centrarem apenas numa parte do problema. Mais recentemente dois tipos de acontecimentos reorientaram-nos para a problemática do desenvolvimento: (1) a nossa centragem disciplinar e interdisciplinar em África, as funções de professor no Mestrado em Estudos Africanos e os pertinentes desafios que diversos mestrandos nos foram lançando; (2) a concentração da nossa investigação durante alguns anos sobre a Globalização, de que resultou, entre outros aspectos, a publicação do livro (PIMENTA, 2004). Este artigo surge no movimento de convergência destes acontecimentos, tendo dado lugar a uma sistematização de pontos de vista concretizado em PIMENTA (2007a) reforçado em (2007b).

japonesa constitui parte significativa da cooperação nipónica alargada a Moçambique, bem como outros apoios já concedidos aos sectores da necessidade humana, nomeadamente agricultura e infra-estruturas (Japão doa 2.15 milhões de dólares em arroz, Zambeze, 20/09/2007)

O Governo do Japão fez um donativo, ajudou. Os nossos princípios éticos ensinaram-nos a valorar positivamente os actos de bondade, os comportamentos filantrópicos dos ricos em relação aos pobres. Não parece haver razões para nutirmos sentimentos diferentes em relação ao acontecimento que nos é relatado. As contas não estão bem feitas, dificultando a quantificação da notícia. Em 2004 o preço no produtor do arroz japonês era de 1919 dólares americanos por tonelada, enquanto no mesmo ano o moçambicano era de 181. Assim sendo as três toneladas cotadas ao preço japonês valeriam a módica quantia de 5,8 milhares de dólares, o que está bastante distante do informado na notícia. Indecisos se o erro está nas quantidades ou nas valorações não arriscamos qualquer quantificação adicional, mas também não é esse o cerne da informação. O que é mais interessante na notícia é que o essencial se centra na transacção realizada entre os dois países, mais precisamente entre os Governos dos dois países: do Japão rico em relação ao do Moçambique pobre. A notícia não nos informa se estamos perante um acto bilateral em que os dois intervenientes participaram com a mesma capacidade de negociação ou unilateral em que um disse “em nome das boas relações de cooperação existente entre os nossos dois povos, aqui estão três toneladas de arroz”, transposição metafórica de uma ideia mais simples: “o primeiro arroz é para os pardais, mas os grandes negócios são para os nossos empresários”. Também não nos informa sobre os circuitos de distribuição em que esse arroz se integrou, nem o que eventualmente seria mais importante de um ponto de vista pragmático: a quantos moçambicanos essa doação matou a fome, se é que estavam mesmo com fome. Também não nos informa sobre outras questões que seriam bastante interessantes: qual o significado desse arroz para Moçambique, país que produziu em 2004 (segundo as estatísticas da FAO que temos estado a seguir) 2007 mil toneladas? Que impactos teve sobre a produção futura de arroz, sobre as indústrias de descasque e tratamento do arroz e sobre a comercialização interna? Fortaleceu as cadeias produtivas² moçambicanas ou, antes pelo

² Entenda-se por cadeias produtivas a sequência de operações económicas tais como cultivo

contrário, enfraqueceu-as? Certamente que poderão contra-argumentar que estamos perante uma singela notícia de que não se pode exigir tanta informação, e têm razão. Mas isso não invalida a explicitação de algumas tendências naturais que esta notícia revela: “a cooperação é automaticamente boa”, “a cooperação mede-se pela transacção” e não pelos seus resultados na sociedade.

É na mesma linha que se coloca a notícia seguinte:

a ministra holandesa da Cooperação para o Desenvolvimento vai assinar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Victor Borgès, um acordo suplementar de ajuda orçamental de 4 milhões de euros, que serão disponibilizados em duas tranches. Uma primeira, de 1 milhão e 500 mil euros, entra para os cofres do Estado ainda este ano. Os restantes 2 milhões e 500 mil euros serão disponibilizados em 2006. (Holanda concede ajuda orçamental suplementar, A Semana, 07-11-05)

O que importa é a transferência de dinheiro, não a sua futura aplicação, não os seus resultados. Cooperação é por excelência desenvolvimento.

Uma delegação de 47 empresários japoneses visitará Angola entre os dias 13 e 16 de Outubro para contactos com as entidades governamentais e empresariais angolanas, disse fonte da embaixada do Japão em Luanda.

Segundo a mesma fonte, a missão empresarial, a primeira ao país, tem como objectivo a análise do mercado angolano para futura cooperação entre os dois países. “É a primeira vez que uma missão tão grande vem a Angola. Esta visita tem como objectivo a pesquisa do mercado angolano para num futuro se estabelecer cooperação entre os dois países, já que a nível empresarial não existe qualquer tipo de colaboração”, disse a fonte. (...) “A vinda da missão decorre do grande interesse que Angola está a despertar nos círculos económicos e financeiros do Japão, face às boas referências do desempenho da economia angolana e ao clima de confiança e de segurança reinante no país, propício ao investimento, refere uma nota da embaixada de Angola no Japão, divulgada na imprensa local. (Delegação empresarial japonesa visita Angola para pesquisa de mercado: 01/10/2007 – Digital News)

Garantindo ao leitor que não colocámos os japoneses sob mira, tratando-se apenas de mera coincidência, consideremos a notícia anterior. Na lista do Banco Mundial sobre a facilidade de fazer negócio nos

do arroz, armazenamento, transporte, descasque e branqueamento, embalagem, armazenamento e transporte, comercialização por grosso, lojas acessíveis ao consumidor. Poder-se-ia eventualmente considerar ainda outras actividades relacionadas com a utilização do arroz em outras indústrias (ex. alimentação pré-confeccionada) ou serviços (ex. restaurantes).

diversos países³ Angola situa-se em 156º lugar (existem no total 175 países e estão ordenados por dificuldade crescente de realizar negócios) mas mesmo assim tantos empresários japoneses mostram interesse por este extenso país, privilegiado em recursos naturais. Talvez, como se diz, pelo bom desempenho – leia-se, elevadas taxas de crescimento económico, preponderância política na região, sociedade de exclusão para muitos mas não certamente para empresários que joguem as regras – pelo clima de confiança – para os ricos, entenda-se –, pela segurança reinante – isto é, pelo fim da guerra. Talvez também pelas riquezas naturais, pela importância crescente do petróleo na economia mundial, pela dimensão do capital-dinheiro disponível no território, muito dele ainda na procura de aplicações adequadas. Nada temos contra, nem no plano económico, nem ético. Os empresários japoneses procuram espaços de aplicação e Angola parece profícuo em si e na competitividade entre as economias asiáticas. Uma franja da sociedade angolana, por muito restrita que seja, está interessada nestes tipos de negócios. Que se encontrem e negoceiem! O que está em causa é a utilização, para esta operação estritamente empresarial, do termo cooperação. E utilizando-se o título de cooperação para designar o negócio estamos automaticamente a associar que este gera desenvolvimento. Vamos admitir que os investimentos japoneses passam exclusivamente pela aquisição de empresas que já estão a laborar em Angola. Onde está o “desenvolvimento”? Vamos admitir que o investimento japonês se traduz em instalação de empresas que extraem certas matérias-primas, não realizam qualquer transformação no país e exportam para o Japão, onde serão transformadas. Onde está o desenvolvimento? Nos postos de trabalho criados ou nos recursos não renovados que as gerações futuras de angolanos não poderão utilizar? Quando as empresas japonesas aproveitam oportunidades de negócio nos EUA ou na Alemanha também estamos perante um acontecimento designado por “cooperação”?

Continuemos:

Vão organizar o Campeonato Africano das Nações em 2010, vão organizar o Campeonato Africano de Basquetebol e vão construir um novo aeroporto internacional – estes desenvolvimentos são todos visíveis e evidentes – mas a realidade da população é a mesma de sempre. (Diferentes perspectivas sobre a política angolana, 15/06/2007, Digital News)

3 Ver WORLD BANK (2006)

Nesta notícia é interessante, em primeiro lugar, a utilização do termo “desenvolvimentos” para designar qualquer realização. Se essa visibilidade não é inevitável na cooperação e desenvolvimento também temos que reconhecer que frequentemente é procurada. Neste caso estamos perante uma infra-estrutura de comunicações, que frequentemente se afigura como susceptível de ter impactos positivos sobre outras dinâmicas económicas de transformação da sociedade. Neste caso como noutros qual é o seu custo de oportunidade? Mas talvez muito mais interessante seja a dissociação entre estes “desenvolvimentos” e as condições de vida da generalidade dos cidadãos. Problema particularmente premente nos países produtores de petróleo – cuja observação foi desde há muito um dos pilares da dicotomia “crescimento / desenvolvimento” – é uma questão geral.

A propósito deste texto, para depois o retomarmos, procedamos à formulação de algumas hipóteses e constatações. Consideremos o desenvolvimento como um *processo social*, um conjunto de transformações sociais. Um processo que conduz de uma situação A (situação de não desenvolvido) a uma situação B (situação de desenvolvido). Consideremos agora, o que não parece chocante, que desenvolvimento é um processo que conduz à *acessibilidade* aos «frutos» da nossa civilização. O que são esses «frutos»? O que a ciência e a técnica hoje permitem produzir e distribuir? As relações entre os homens que as actuais formas de organização social e política permitem gerar? Aos comportamentos que a sociabilidade e a ética forjam? A referência a uma determinada fase histórica da civilização e admitindo espontaneamente a inexistência de um “fim da história” estamos perante um processo dinâmico, que remete todas as sociedades para o processo, mas é necessário seleccionar uma meta, mesmo que dinâmica, para esse processo. O perigo da escolha é que as desigualdades sociais, a existência de ricos e de pobres, uma ética da exploração e da espoliação também podem ser «frutos» da civilização. Adoptemos então uma designação que em determinada altura esteve na moda: *acessibilidade aos bens e serviços, em sentido lato, que os actuais conhecimentos científicos e técnicos são susceptíveis de gerar*. Recordemos as dimensões da acessibilidade: ela é a negação das restrições. Para se ter acessibilidade é necessária uma certa localização geográfica, é necessário ter recursos económicos para adquirir, é necessário ter conhecimentos para decidir,

é preciso ter liberdade para agir. As *dimensões geográfica, económica, cultural, educacional, social e política* da acessibilidade são condições indispensáveis da sua concretização. Temos então que analisar a universalidade desta acessibilidade: acessibilidade de todos, da maioria, ou de alguns? A resposta é forçosamente ideológica porque comporta dimensões do ser e estar que ultrapassam as respostas que podem ser dadas pela ciência. O respeito pela vida e a dramática situação social actual, em época de cidadania mundial, leva-nos a defender que a acessibilidade *deve ser tendencialmente de todos, garantindo-se, no entanto, a todos a acessibilidade aos bens e serviços susceptíveis de garantir a satisfação das necessidades básicas.*⁴

O que a notícia a que nos estamos a referir mostra é que os tais “desenvolvimentos” são desligados dessa acessibilidade, podendo em alguns casos até os agravar. O país vai bem, o povo é que vai mal, como se o povo fosse uma excrescência do país, um elemento perturbador.

Creio que resulta claro do que afirmamos anteriormente que grande parte destas formulações jornalísticas são a expressão das interpretações políticas de paradigmas científicos e que muitas delas não são inadequadas. Os paradigmas é que o são. Na afirmação seguinte continuamos a comentar o discurso jornalístico e não o científico⁵ mas é particularmente curiosa a necessidade de “fundamentar cientificamente” os lugares comuns.

E explica: «se se verificar que a emigração é realmente um motor importante para o crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento, as nações que estão interessadas em ajudar os países mais pobres poderão apostar no abrir de fronteiras no sentido de aumentar a entrada de cidadãos dos PVD.» Esta nova estratégia de ajuda internacional contrapor-se-ia, diz, às «convencionais transferências bancárias», que «nem sempre resultam, porque o dinheiro acaba muitas vezes por ficar nas contas dos governantes».
”(Universidade de Oxford faz estudos em Cabo Verde, A Semana, 26-01-06)

Este texto tem uma apreciação da cooperação e do desenvolvimento mais evoluída que alguns dos anteriores, sendo capaz, por iniciativa

⁴ Esta definição visa apenas fixar ideias. Oportunamente retomaremos este esforço conceptual. Convém, no entanto, referir que alguns autores adoptam definições de “desenvolvimento” menos ligadas às componentes tangíveis, salientando a importância no “desenvolvimento da personalidade”, na “confiança”, na “dignidade”, entre outros aspectos.

⁵ Para que assim não fosse teríamos que tomar como referência o estudo científico e não esta fonte muito indirecta.

própria ou alheia, de criticar algumas das práticas sociais. Além disso eventualmente transborda de altruísmo ao pretender acabar com o sofrimento dos emigrantes clandestinos, quantas vezes forçosamente suicidas ou joguetes das máfias. Contudo retoma teses malthusianas⁶ e assume, mais uma vez, o povo como aspecto complementar, quiçá acidental, dos países.

2. Os três equívocos do “desenvolvimento”

Tecidas estas considerações, que visaram essencialmente libertar o leitor de algumas ideias feitas, entremos numa análise mais analítica. E para tal partimos do livro de MILANDO (2005) cujo título tem, desde logo, a função de exorcizar evidências ilusórias e preparar o leitor para caminhos alternativos: cooperação sem desenvolvimento.

O autor assenta a sua análise desde o início num esclarecimento terminológico muito útil:

Importa distinguir três dimensões diferentes do “desenvolvimento”. Em primeiro lugar, distingue-se o “desenvolvimento-processo”, isto é, o conjunto de práticas e dinâmicas sociais em curso”, tendo como mentores principais os “operadores de desenvolvimento”. Incluem-se, aqui, as políticas, as organizações, as instituições, os profissionais e os terrenos de exercitação que existem e se reproduzem em torno da noção de desenvolvimento. Estes elementos configuram dinâmicas sociais facilmente identificáveis pelos dispositivos metodológicos que engendram e tentam pôr continuamente em prática. Uma outra dimensão do fenómeno de desenvolvimento é designada por «desenvolvimento-resultado» e refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz. Finalmente, em terceiro lugar, há o “desenvolvimento-utopia”. (2005:37)

6 Malthus (1766-1834) considerou que as populações tendem a variar em progressão geométrica (se a razão for 2, temos como exemplo, 1, 2, 4, 8, 16, ...), enquanto os meios de subsistência só tendem a crescer em progressão aritmética (se a constante for dois e tomarmos o mesmo ponto de partida, temos, por exemplo, 1, 3, 5, 7, 9 ...). Estas diferentes evoluções conduzem à degradação das condições de vida, conduzindo ao ajustamento da população aos recursos. O indicador tradicional do crescimento económico é o produto nacional *per capita* que por definição é a divisão do produto nacional pela população. O aumento do produto *per capita* corresponde a maior nível de crescimento e matematicamente esse crescimento pode ser conseguido ou pelo aumento do denominador (produto) ou pela diminuição do denominador (população). Designou-se por teses malthusianas ou neomalthusianas as que defendiam a redução da população ou do crescimento da população como processo prioritário de aumento do indicador do crescimento.

O que a comunidade internacional designa por “desenvolvimento”, em consonância com a reprodução da correlação de forças e com as práticas institucionalizadas à escala institucional, pode ser decomposto em três vectores:

- «desenvolvimento-processo»;
- «desenvolvimento-resultado»;
- «desenvolvimento-utopia».

Simultaneamente o conceito de cooperação também é reconstruído, confinando-se à (des)articulação entre o «desenvolvimento-processo» e o «desenvolvimento-resultado».

É sobre esta terminologia que procuraremos construir a nossa análise⁷.

7 Reafirmando a importância do trabalho de Milando é preciso desde já dizer que as considerações que se seguem não seguem as vias de investigação exploradas no seu trabalho. Em primeiro lugar, a heterodoxia daquele é construída na crítica à ortodoxia, seguindo deliberadamente de perto os documentos das instituições de Bretton Woods, explorando as suas contradições. A nossa heterodoxia é construída pela exploração de outras vias de problematização. Em segundo lugar, na sequência do aspecto anterior, Milano considera que a incapacidade do “desenvolvimento-processo” conduzir satisfatoriamente ao “desenvolvimento-resultado” é explicada por um conjunto de más práticas: O pressuposto inicial do presente estudo foi confirmado. Na sua configuração e funcionamento actuais, o quadro estratégico, organizacional e operacional dos projectos de desenvolvimento não é susceptível de induzir um processo de desenvolvimento cujos resultados possam estar em consonância com as especificidades das sociedades linhageiras e as necessidades do seu *empowerment*. Isto explica-se por quatro razões essenciais, a saber: (i) o horizonte temporal de curta duração dos projectos, que não permite apreender adequadamente as especificidades socioantropológicas das sociedades-alvo; (ii) a complexidade dos processos de devir social, que não permite estabelecer relações fiáveis de causalidades recorrentes entre os múltiplos factores que intervêm nas dinâmicas que lhe são próprias; (iii) a prevalência dos interesses estratégicos dos mais poderosos, em detrimento dos das sociedades linhageiras e de outros segmentos sociais relativamente menos poderosos; (iv) as dificuldades ou a impossibilidade de articular o quadro lógico de estruturação e de execução dos projectos de desenvolvimento com as racionalidades que estruturam e transformam as paisagens organizacionais das «sociedades tradicionais» africanas; daí os problemas de comunicação intercultural. A introdução de uma nova perspectiva de avaliação do desempenho dos «operadores de desenvolvimento», baseada na identificação dos condicionamentos objectivos inerentes ao quadro de intervenção de cada um deles, é o primeiro contributo teórico deste estudo. Observando os múltiplos condicionamentos dos «operadores de desenvolvimento» obtém-se um quadro analítico relativamente claro sobre a complexidade dos processos de indução do desenvolvimento em qualquer sociedade humana. Outro contributo advém do facto de se analisarem as características dos «contextos institucionais adversos» essencialmente como um «desenvolvimento-resultado», isto é, como consequência do funcionamento do próprio sistema de cooperação para o desenvolvimento. Na visão dominante, as «adversidades do desenvolvimento» são consideradas uma disfunção das sociedades às quais se destinam as «ajudas». Quer dizer, tais adversidades são tidas como resultantes de opções estratégicas, organizacionais e operacionais internas dos países receptores de «ajuda», não podendo, por isso, vincular o complexo da cooperação internacional como parte importante no condicionamento dos resultados que vêm sendo alcançados do «desenvolvimento-processo». (MILANDO. 2005:150-151) Embora estes resultados sejam esclarecedores e contribuam para elucidar algumas das “desilusões” actuais, parecem-nos

«DESENVOLVIMENTO-PROCESSO»

3. Noção

O que podemos entender por «desenvolvimento-processo»?

Numa primeira leitura podemos dizer, como Milando, que é a totalidade das acções da “multiplicidade dos actores sociais envolvidos” na tentativa de concretização do «desenvolvimento-utopia». O interessante é ser este processo, e não o resultado, que permite falar em desenvolvimento:

O «desenvolvimento» existe, tem base empírica, na medida em que existam “desenvolvedores”, na medida em que existam indivíduos, organizações e instituições que designam por «desenvolvimento» os resultados do seu trabalho ou os processos sociais cuja dinâmica vinculam directamente ao seu trabalho. (Milando. 2005:37).

Para o entendermos melhor é necessário ter em conta os seguintes aspectos:

- trata-se de um problema recente da história da humanidade;
- a política de desenvolvimento foi configurada jurídico-institucionalmente como uma intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

4. Institucionalização do “desenvolvimento” (I)

O aparecimento da preocupação pelo “desenvolvimento” e a institucionalização de procedimentos para o “combater” exige a concretização de alguns factores permissivos de natureza muito diversa.

As séries cronológicas longas⁸ mostram-nos hoje que os acentuados desníveis das condições médias de vida entre os países é um fenómeno recente. Essas estatísticas, preciosas apesar dos seus inevitáveis erros resultantes dos meios indirectos de cálculo, não são viáveis para todas as regiões do mundo⁹, mas as informações que nos fornecem mostram

insuficientes. O que está em causa não são as “más práticas”, mas a inevitabilidade destas pela natureza “neocolonial” do “desenvolvimento-processo”. Simultaneamente é falaciosa a quantificação do “desenvolvimento-resultado”, exigindo-se outro conceito de “desenvolvimento-resultado”. É nestes aspectos que temos centrado as nossas análises e voltaremos a fazê-lo neste artigo.

⁸ Veja-se, por exemplo, a este propósito MADDISON (2003)

⁹ Mais uma vez África é dos continentes insuficientemente analisados, nomeadamente ao sul

que a criação de uma hierarquia de riqueza entre os países, a sua consolidação e o aumento das diferenças entre eles é uma realidade posterior à Revolução Industrial, estando particularmente correlacionada com a sua expansão à Europa e ao mundo durante o século XIX. É certo que obra considerada fundadora da Economia Política¹⁰, *A Riqueza das Nações* trata assuntos que hoje poderíamos considerar estar na “agenda do desenvolvimento”, mas as realidades analisadas e as problemáticas em jogo eram manifestamente diferentes. É também durante o século XIX que as inovações científicas e tecnológicas permitiram uma muito maior aproximação pessoal e informativa entre os cidadãos do mundo revelando de uma forma mais universal as referidas diferenças entre os países.

Se estes aspectos são factores objectivos permissivos de uma “política de desenvolvimento”, mas por si só não bastam. Para que tal aconteça é necessário que os mais poderosos, o que consolidaram ou têm possibilidades de consolidar o seu poder hegemónico à escala mundial, não pretendam aproveitar essas diferenças em benefício próprio ou considerem que a “política de desenvolvimento” é a melhor forma de conseguir domínio sobre o outro.

A esta continuação do domínio sobre o outro ou sua reconstrução é acompanhada pelo reconhecimento que as diferenças não são de geração espontânea ou, se o são, que podem ser controladas pelos homens, pela difusão de uma ideia de progresso, pela afirmação ética e formal de um conjunto de princípios consentâneos com as novas faces dos velhos rumos. A Revolução Francesa já tinha difundido a ideia de progresso¹¹. A II Guerra Mundial veio criar por diversas vias (desde o reforço da mundialização à construção de novas hierarquizações mundiais, desde o poder da União Soviética aos anseios e movimentos de libertação colonial, desde o aparecimento da pobreza como problema a resolver à criação da ONU, etc.) as condições para o aparecimento de uma “política mundial pelo desenvolvimento”:

do deserto do Sahara.

10 Os economistas consideram frequentemente que Adam Smith é o pai da Economia e ainda hoje muitos assuntos exigem reanalisar o que foi dito por esse eminente economista. Contudo, como chama a atenção ESTEVES (2004) é preciso e legítimo “a des-disciplinarização de fundadores de disciplinas” (73) acrescentando de seguida que a “des-disciplinarização de A. Smith está facilitada pelo facto de a sua polifacetada obra (...) ter sido produzida numa fase de indiferenciação disciplinar” (74).

11 Ver, por exemplo, CONDORCET e a sua obra *Quadro dos Progressos do Espírito Humano*.

Considerado uma evidência irrecusável no fim da Segunda Grande Guerra, face aos diferentes movimentos de opinião pública, o «subdesenvolvimento» não tinha tido até aí direito de cidadania. H. W. Arndt (1972)¹² sublinha a propósito que, ao longo das décadas de 30 e 40, as próprias referências aos países «subdesenvolvidos» eram dispersas e pontuais. (...) Diversas referências apontam o discurso inaugural do Presidente Truman em 1949 como um dos pronunciamentos mais decisivos na matéria. Ou seja, é a partir de um dos países «desenvolvidos» cuja dinâmica ocultava a especificidade dos países «subdesenvolvidos» que o subdesenvolvimento ganha o estatuto de problema autónomo. (FIGUEIREDO, 1982: 20/21).

Uma autonomia relativa pois inicialmente, e por vezes ainda agora, o “subdesenvolvimento” surge como faceta da pobreza.

5. Prelúdios “antidesenvolvimento”

Porque estamos a tratar da “política de desenvolvimento” aplicada a África é necessário recordar os ataques que as sociedades aí residentes sofreram ao longo de séculos.

Entre 1500 e 1800, período “crucial para as grandes formações sócio-políticas do continente”, a sua integração nos “circuitos comerciais mundiais, que a ligam estreitamente à Europa, à América e à Ásia” faz-se com a instalação de comunidades estrangeiras no continente (nomeadamente holandeses e portugueses), com sistemáticas pilhagens às suas riquezas, com ocupação dos seus territórios e sobretudo com o comércio de escravos: “Todos os documentos mostram com evidência que a desumanização dos africanos aumentou entre 1500 e 1800, na sequência da intensificação da escravatura a partir de 1619” (OGOT, 1998, 576/581). Este comércio de escravos não só se manteve no século XIX como se intensificou, ao mesmo tempo que se alargavam as regiões de utilização do trabalho forçado¹³.

A Conferência de Berlim (1884/1885) confirma e continua todo o processo de domínio e pilhagem referida e reforça-o de uma forma inédita:

¹² Está a referir-se a ARNDT, H. W. 1972. *Development Economics before 1945*, *Development and Planning: essays in honour of Paul Rosenstein Rodan*, ed. J. Bhagwati e R. Eckaus. Londres, George Allen & Unwin.

¹³ Para análise destas questões ver AJAYI (1997). Ver a vasta obra de José CAPELA e as actas dos colóquios realizados pelo CEAUP.

A geração de 1880-1914 foi testemunho de uma das mutações históricas talvez mais importantes dos tempos modernos. É durante este período que a África, um continente de 28 milhões de quilómetros quadrados foi reparada, conquistada e efectivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa. Do ponto de vista europeu o que este período tem de notável é a rapidez e a facilidade relativa com que, através de um esforço coordenado, as nações ocidentais ocuparam e subjugaram um continente tão vasto. É um facto sem precedentes na história. (BOAHEN, 1998:40)

Toda esta situação muitíssimo sumariamente aqui referida gerou o abandono forçado do seu habitat de milhões de africanos, a morte de muitos outros, a ocupação da terra por povos que lhes eram estranhos, uma humilhação permanente, um abandono das formas de reprodução das suas sociedades e a reconstrução do espaço/tempo em função dos interesses dos colonizadores (que foi da divisão por países sem ter em conta a unidade e diversidade dos povos que habitavam à opção por actividades económicas apenas em função dos objectivos das empresas dos países colonizadores, que foi da organização das formas de vida segundo o modelo europeu – mesmo que se adoptasse práticas específicas em resultado do ambiente existente – ao impedimento de qualquer forma de ascensão social dos autóctones, que foi da reconstrução dos padrões culturais africanos à reconstrução das personalidades de cada um dos intervenientes no processo, apenas para referir alguns aspectos deste ser e estar em África).

Os números históricos têm as limitações que todos conhecemos¹⁴ mas são úteis para dar uma ideia, por muito aproximada que seja, do que está quantitativamente em jogo. Segundo ELTIS & Outros (1999) só no tráfico transatlântico de escravos teriam sido comercializados 7.943.600 escravos. Estimativas contra estimativas recordemos que para MADDISON (2003) a população total de África seria de 46.610, 55.320, 61.080 e 74.236 milhares em 1500, 1600, 1700 e 1820 respectivamente. Tomando estes dados como referência o comércio transatlântico de escravos africanos (afectando quase exclusivamente a África Ocidental) deslocou forçadamente 10,8% da população africana¹⁵. A estes dados acrescenta-se

14 Qualquer informação estatística é uma aproximação quantificada da realidade. Aproximação porque sempre ficam alguns de fora, aproximação porque toda a metodologia de recolha de informação e de cálculo tem erros, aproximação porque não capta todas as componentes do social. Estes erros ampliam-se quando os métodos de quantificação são indirectos, exigem muitas hipóteses de partida e construção de modelos susceptíveis de reconstruir os índices.

15 Trata-se apenas de uma referência, dum número simbólico. Quando constatamos que MADDISON (2003: 200) indica para 1820 o número anteriormente referido e para 2001 (ano que permite metodologias radicalmente diferentes e mais próximas da realidade) o montante

os escravos para outras regiões do mundo, os escravos deslocados de uma região de África para outra, os africanos obrigados a trabalho forçado.

Durante todo este período não há uma ideia de “desenvolvimento”, não há uma “política de desenvolvimento”. Por outras palavras há uma “política de desenvolvimento” dos países desenvolvidos, do que no fim da I Grande Guerra ainda declaravam formalmente que os povos africanos não tinham capacidade para se gerirem por si.

6. Primeira conclusão

Este breve sobrevoos para mostrar que o “problema do desenvolvimento” é recente na história da humanidade e na história de África, permite-nos mostrar igualmente o quadro histórico em que vai nascer a configuração jurídico-institucional da “política do desenvolvimento” chamando a atenção para a existência de uma forte probabilidade dessa configuração ser uma adaptação formal e simbólica das práticas anteriores de dominação do mundo, e muito particularmente do continente africano, ao novo contexto político-social¹⁶.

Estamos agora em condições de analisar o segundo aspecto referido no fim do ponto 3.

7. Institucionalização do “desenvolvimento” (II)

Finda a II Grande Guerra os EUA assumem a hegemonia do mundo capitalista. A URSS sai reforçada. Os movimentos de libertação nacional e a vontade dos povos de decidirem do seu próprio destino ganham força.

de 821.088 milhares, somos propensos a admitir que os valores históricos estão subestimados. Contudo passa-se o mesmo com o número de escravos. Segundo especialistas nessa área sempre que se faz um estudo localizado no espaço e no tempo, em que se pode ir a um muito maior pormenor, a conclusão a que se chega é que o número de africanos feitos escravos é duas a seis vezes superior às quantificações genéricas feitas.

16 A pergunta que seria interessante responder seria: entre a I e a II Guerra Mundial houve uma alteração do modo de produção capitalista que permitisse as economias dominantes de livre e espontânea vontade abdicarem dos mercados das colónias e sobretudo dos recursos naturais daquelas? Provavelmente a resposta seria negativa. É certo que nesse período houve uma deslocação do centro do capitalismo, já numa fase imperialista, para fora da Europa, mas também houve outros factores que poderiam levar a considerar um aumento da importância das colónias, como é a necessidade de reconstrução da Europa e da sua base económica. Se não houve essa alteração na estrutura económica também não é de admitir que espontaneamente tivesse existido uma alteração da superestrutura político-ideológica gerada por aquela. Provavelmente essa mudança jurídico-institucional foi o resultado da construção alternativa de uma sociedade socialista (Rússia primeiro, depois URSS, países europeus e China depois) e a intensificação das lutas dos povos colonizados.

Há um volumoso e longo trabalho de reconstrução a fazer. É nesse contexto que o presidente dos EUA Truman, no seu discurso em Janeiro de 1949 vai dedicar uma parte das suas propostas ao “subdesenvolvimento”, ao “crescimento” e ao “desenvolvimento”. Este é o combate da “miséria”, da “fome”, de uma “vida económica primitiva e estagnante”, da “pobreza”. Acredita-se que o desenvolvimento científico, a “cooperação económica”, o “capital privado”, a “agricultura” e o “trabalho” são capazes de resolver esse subdesenvolvimento. Este aparece como algo que existe “naturalmente”, sem causa. Desta forma se alcançam dois objectivos ideológicos, simultaneamente: (1) remete-se para o esquecimento, para o silenciado, a responsabilidade do colonialismo; (2) quando não há razões plausíveis para uma situação “anormal” subentende-se que aquelas se radicam na natureza humana daqueles povos, logo nas suas “incapacidades” inatas¹⁷.

Mas o que nos interessa particularmente nesta análise é o entendimento transmitido por Truman de qual é o processo do desenvolvimento: *este aparece como uma acção de um agente (desenvolvido) sobre outro (subdesenvolvido)*. Não se trata apenas de uma referência retórica, mas de algo que corresponde ao núcleo duro do pensamento etnocêntrico sobre os “mais atrasados”. É a continuidade, noutra época histórica, do que no Tratado de Versalhes, depois da I Grande Guerra, ficou consignado: a existência de povos que não sabem cuidar de si mesmos e que as potências imperialistas tomam a responsabilidade de gerir com piedade¹⁸.

17 Ver a janela em que se reproduz todo o discurso. Colocou-se em carregado o que se refere especificamente o que agora estamos a analisar.

18 Ver, a este propósito o Artigo 22 do Tratado, do qual transcrevemos algumas passagens, utilizando <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/imt/parti.htm>: To those colonies and territories which as a consequence of the late war have ceased to be under the sovereignty of the States which formerly governed them and which are inhabited by peoples not yet able to stand by themselves under the strenuous conditions of the modern world, there should be applied the principle that the well-being and development of such peoples form a sacred trust of civilisation and that securities for the performance of this trust should be embodied in this Covenant. The best method of giving practical effect to this principle is that the tutelage of such peoples should be entrusted to advanced nations who by reason of their resources, their experience or their geographical position can best undertake this responsibility, and who are willing to accept it, and that this tutelage should be exercised by them as Mandatories on behalf of the League. (...) Other peoples, especially those of Central Africa, are at such a stage that the Mandatory must be responsible for the administration of the territory under conditions which will guarantee freedom of conscience and religion, subject only to the maintenance of public order and morals, the prohibition of abuses such as the slave trade, the arms traffic, and the liquor traffic, and the prevention of the establishment of fortifications or military and naval bases and of military training of the natives for other than police purposes and the defence of territory, and will also secure equal opportunities for the trade and commerce of other Members of the League. There are territories, such as South-West Africa and certain of the South Pacific Islands, which, owing to the sparseness of their population, or their small size, or their remoteness from the centres of civilisation,

É a continuação do pensamento colonialista que perdura até hoje. Mas o que é mais importante é que essa concepção de “desenvolvimento” ficou oficialmente consignada como aquela que deveria vigorar. A partir daí multiplicaram-se as formas de “cooperação”, os organismos internacionais e nacionais “para o desenvolvimento”, as decisões políticas, os muitos milhares de especialistas da cooperação, desenvolvimento e outras especialidades, as ONGs. A ajuda ao desenvolvimento – o «desenvolvimento-processo» como é designado neste documento – torna-se numa verdadeira indústria com sede nos países do centro e agências e representantes nos países da periferia. Uma indústria de reprodução do neocolonialismo. E se em muitas situações há boas intenções podemos reproduzir o ditado popular: “de boas intenções está o inferno cheio”.

RIST (1996) tem toda a razão quando designa o desenvolvimento como uma “crença ocidental” que alicerça uma adaptação de práticas antigas de dominação às mudanças sociais, internacionais e nacionais, que se vão verificando. Como afirma no início do seu livro:

Apesar de todos considerarem que sabem do que se trata [quando se utiliza a palavra «desenvolvimento», o consenso favorável que acompanha este termo está no cerne dum mal-entendido que paralisa o debate. (...) [de seguida] analisar-se-á o período colonial para se mostrar que as práticas que hoje são consideradas novas têm uma longa história e que o controlo dos territórios do Sul revestiu há muito tempo a aparência do internacionalismo generoso. Colocar-se-á então de saber como foi tentada pelo presidente Truman – de forma tão fortuita quão genial – a noção de «subdesenvolvimento» que contribuirá para mudar o curso da história. Com efeito, depois de Rostow, imaginou-se que todas as nações poderiam partilhar a abundância prometida a todos. Depois a escola de dependência moderará estas esperanças sublinhando a responsabilidade dos países industrializados na miséria dos do Sul. Com a proclamação da Nova Ordem Económica Internacional acreditou-se ter-se encontrado o meio para reduzir as desigualdades que separavam os Estados e, ao preconizar a satisfação das «necessidades fundamentais», [das necessidades básicas.] pensou-se poder acabar com a miséria que oprimia as populações dos países mais carenciados. (...) [Perante a não resolução destes problemas] põem-se de acordo em desejarem que o «desenvolvimento» seja simultaneamente durável e humano. Assim se justificaram, tanto no Norte como no Sul, as intervenções humanitárias que permitiram perpetuar um sistema que mantém e reforça a exclusão, ao pretender eliminá-la. Enfim, o último capítulo mostrará as razões da progressiva elisão do «desenvolvimento», que só subsiste como resíduo para justificar o processo de mundialização.” (16/7).

or their geographical contiguity to the territory of the Mandatory, and other circumstances, can be best administered under the laws of the Mandatory as integral portions of its territory, subject to the safeguards above mentioned in the interests of the indigenous population.

Mr. Vice President, Mr. Chief Justice, fellow citizens:

I accept with humility the honor which the American people have conferred upon me. I accept it with a resolve to do all that I can for the welfare of this Nation and for the peace of the world.

In performing the duties of my office, I need the help and the prayers of every one of you. I ask for your encouragement and for your support. The tasks we face are difficult. We can accomplish them only if we work together.

Each period of our national history has had its special challenges. Those that confront us now are as momentous as any in the past. Today marks the beginning not only of a new administration, but of a period that will be eventful, perhaps decisive, for us and for the world.

(...)

In the coming years, our program for peace and freedom will emphasize four major courses of action.

First, we will continue to give unfaltering support to the United Nations and related agencies, and we will continue to search for ways to strengthen their authority and increase their effectiveness. We believe that the United Nations will be strengthened by the new nations which are being formed in lands now advancing toward self-government under democratic principles.

Second, we will continue our programs for world economic recovery.

This means, first of all, that we must keep our full weight behind the European recovery program. We are confident of the success of this major venture in world recovery. We believe that our partners in this effort will achieve the status of self-supporting nations once again.

In addition, we must carry out our plans for reducing the barriers to world trade and increasing its volume. Economic recovery and peace itself depend on increased world trade.

Third, we will strengthen freedom-loving nations against the dangers of aggression. We are now working out with a number of countries a joint agreement designed to strengthen the security of the North Atlantic area. Such an agreement would take the form of a collective defense arrangement within the terms of the United Nations Charter.

We have already established such a defense pact for the Western Hemisphere by the treaty of Rio de Janeiro.

The primary purpose of these agreements is to provide unmistakable proof of the joint determination of the free countries to resist armed attack from any quarter. Every country participating in these arrangements must contribute all it can to the common defense.

If we can make it sufficiently clear, in advance, that any armed attack affecting our national security would be met with overwhelming force, the armed attack might never occur.

I hope soon to send to the Senate a treaty respecting the North Atlantic security plan.

In addition, we will provide military advice and equipment to free nations which will cooperate with us in the maintenance of peace and security.

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas.

More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive

and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas.

For the first time in history, humanity possesses [sic] the knowledge and skill to relieve suffering of these people.

The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.

I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development.

Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens.

We invite other countries to pool their technological resources in this undertaking. Their contributions will be warmly welcomed. This should be a cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations and its specialized agencies whenever practicable. It must be a worldwide effort for the achievement of peace, plenty, and freedom.

With the cooperation of business, private capital, agriculture, and labor in this country, this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living.

Such new economic developments must be devised and controlled to the benefit of the peoples of the areas in which they are established. Guarantees to the investor must be balanced by guarantees in the interest of the people whose resources and whose labor go into these developments.

The old imperialism--exploitation for foreign profit--has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing.

All countries, including our own, will greatly benefit from a constructive program for the better use of the world's human and natural resources. Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically.

Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge.

Only by helping the least fortunate of its members to help themselves can the human family achieve the decent, satisfying life that is the right of all people.

Democracy alone can supply the vitalizing force to stir the peoples of the world into triumphant action, not only against their human oppressors, but also against their ancient enemies--hunger, misery, and despair.

On the basis of these four major courses of action we hope to help create the conditions that will lead eventually to personal freedom and happiness for all mankind.

(...)

To that end we will devote our strength, our resources, and our firmness of resolve. With God's help, the future of mankind will be assured in a world of justice, harmony, and peace¹.

1 NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION, www. A utilização de negrito é da nossa responsabilidade.

8. “Desenvolvimento” na globalização

O «desenvolvimento-processo» é hoje, simultaneamente e de forma interligada, uma neocolonização, envolvendo instituições e pessoas exteriores e interiores aos países sujeitos a essa situação, e uma próspera “indústria” que contribui para o enriquecimento dos países já desenvolvidos.

O «desenvolvimento-processo» é hoje, parte integrante da globalização.

Não pretendemos aqui retomar na totalidade os nossos estudos sobre a globalização¹⁹, mas não podemos deixar de chamar a atenção para dois aspectos:

- a) A delimitação do conceito de “globalização”
- b) A explicitação de algumas das suas características que têm implicação directa com o conceito que estamos a analisar.

Estaremos então em condições de precisar algumas das características do «desenvolvimento-processo» no último quarto de século, permitindo a interpretação de algumas das evoluções no continente africano.

9. Globalização, fase da mundialização

Na nossa terminologia – construída na análise da informação estatística, na interpretação dos discursos e na preocupação política de clarificar realidades – mundialização e globalização designam períodos diferentes. Esta é uma parte daquela²⁰.

Entendemos por *mundialização* um processo de aproximação entre homens quotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes. Aproximação que pode assumir múltiplas formas: da viabilidade de contactos pessoais à comunicação escrita, oral; da troca de mercadorias produzidas por uns e outros à troca de informações, etc. Assim sendo, podemos dizer, como é frequentemente afirmado, que a mundialização é um processo que se iniciou nos primórdios da humanidade, com avanços e recuos, mas tendencialmente crescente, manifestando-se de forma de-

19 Para uma análise mais pormenorizada remetemos para Pimenta (2004), especificamente sobre a globalização, e (2007) para as suas relações com o subdesenvolvimento e desenvolvimento.

20 Nesta caracterização vamos seguir muito de perto a nossa intervenção na conferência do IESE. Ver PIMENTA (2007b).

sigual nas diversas regiões do mundo. Se medirmos a mundialização pela frequência e velocidade da relação entre quaisquer dois cidadãos (ou instituições) situados em espaços geográficos (e sociais) diferentes, facilmente chegaremos à referida constatação.

Contudo, será disso que falamos quando discutimos sobre a mundialização, quando procuramos medir os seus prós e contras, quando reflectimos sobre as nossas condições de vida, sobre as políticas económicas e sociais de que somos destinatários ou instrumentos? Certamente que não. O objecto de estudo que corresponde às preocupações de todos nós, cidadãos desta etiquetada “aldeia global”, é a sociedade actual, com dinâmicas fortemente condicionadas pelo económico. *É uma certa fase da mundialização* que se estende até aos dias de hoje. Uma fase que assume certa especificidade. É a essa fase que designamos por *globalização*.

A caracterização desta fase e a sua periodização é um processo simultâneo, do qual resultou a datação do seu início. Os estudos mostram que este se verifica nos anos 80 do século passado. Parece-nos que essa referência é consistente com dois aspectos particularmente relevantes dessa década: o advento da microinformática, a integração das diversas formas de informação e as redes de telecomunicações, por um lado, e o fim do socialismo na Europa e na URSS e a tendência de hegemonização do capitalismo à escala mundial. Dois fenómenos de natureza diferente, mas que podem estar intimamente associados, por outro.

Pensamos que esta diferença entre mundialização e globalização (chamemos-lhes desta forma ou utilizemos outras designações (“mundialização” / “fase recente da mundialização”; “globalização milenar” / “globalização imperialista recente”, etc.) é vantajosa. Em primeiro lugar porque precisa o objecto de estudo e permite uma muito mais rigorosa caracterização. Em segundo lugar porque diferencia claramente dinâmicas seculares, predominantemente determinadas pela evolução da tecnologia, das forças produtivas, e dinâmicas de décadas, predominantemente determinadas pelas relações económico-socio-políticas, pelas relações de produção. *Em terceiro lugar porque podemos dizer categoricamente que a mundialização é inevitável e a globalização não é inevitável. Não o é na sua existência e nas formas que assume.*

10. Linhas de força da globalização

Uma caracterização muito sintética da globalização pode ser feita da seguinte forma:

Esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados e pela adopção de políticas económicas que reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos.²¹

Concentremos a nossa atenção em três aspectos. Os dois primeiros intimamente interligados entre si e elementos caracterizadores da globalização – a importância dos mercados financeiros e a ampliação da economia subterrânea – e o terceiro consequência daqueles: o agravamento das desigualdades económicas à escala mundial. Eles têm impactos directos sobre o «desenvolvimento-processo», nomeadamente em África.

A importância crescente das actividades financeiras e dos *mercados financeiros*, a estreita interligação entre esses mercados (entre esses diversos tipos de mercados e entre mercados formalmente localizados em espaços diferentes), a grande diversidade de títulos e operações (alguns tradicionais e inevitáveis numa economia capitalista, mas muitos outros funcionando quase exclusivamente como amplificadores das operações de crédito), nomeadamente sobre futuros é algo que surge como novidade nos anos 80 do século passado e desde então até hoje se tem ampliado muito significativamente. O produto mundial anual é um valor irrisório em relação ao montante das operações diárias nos mercados financeiros²².

21 Retomamos aqui a síntese que temos feito frequentemente na sequência da publicação do livro com as nossas investigações sobre esta temática. Gostaríamos de salientar que não pretendemos que desta constatação de factos se retire qualquer valorização. A crítica que frequentemente nos tem sido feita de que só apresentamos os aspectos negativos da globalização parece-nos inadequada. Ilustremos. Nesta formulação falamos em “aumento do capital fictício”. Estamos dessa forma a designar objectivamente que os movimentos de capital-dinheiro nos mercados financeiros aumentam em quantidade e que dentro destes aumenta a importância relativa da sucessiva compra e venda dos mesmos títulos, sem uma ligação directa e imediata a processos de financiamento das actividades habitualmente designadas de produtivas. É bom? É mau? Depende da interpretação que cada um faça sobre a relevância dos mercados financeiros para os processos de funcionamento das sociedades, depende das vantagens ou desvantagens monetárias que se retiram dessas dinâmicas. Falamos em “reforço das empresas multinacionais”. É uma constatação empírica, embora mude as características e formas de actuação desse tipo de empresas. É bom? É mau? Depende da apreciação que se faça do papel das empresas, das funções do Estado, da importância da inovação, etc.

22 Podem encontrar-se quantificações até 2004 no livro (PIMENTA, 2004) e, obviamente, em

Este aspecto tem consequências imediatas sobre o funcionamento global das economias de todo o mundo e, conseqüentemente, sobre o «desenvolvimento-processo», sobre a “cooperação para o desenvolvimento”.

Em primeiro lugar porque desarticula a relação inevitável entre a “economia real” e a “economia monetária”, a unidade dos processos de produção e reprodução, da troca e da repartição dos rendimentos. Os sistemas monetários e de crédito deixam de ser a outra face dos sistemas produtivos e de criação de bens e serviços, autonomizam-se, reproduzem-se ampliando-se e passam a funcionar como um sorvedouro de recursos monetários proveniente de todos os sectores de actividade económica, pelo que podem funcionar como um obstaculizador do próprio crescimento mundial do valor acrescentado²³.

Uma demonstração deste antagonismo entre o económico e o financeiro é-nos dada por STIGLITZ (2004). Depois de chamar a atenção para o carácter nefasto de muitas das intervenções do Fundo Monetário Internacional em todo o mundo, depois de ter mostrado como elas têm contribuído para o agravamento das condições de vida de milhões de indivíduos, tenta interpretar a lógica de intervenção do FMI. Um comportamento tão nefasto para a humanidade seria difícil de explicar por incompetência técnica, por burocracia ou organização interna, por erros individuais ou até por enviesamento ideológico. E a sua conclusão é lúcida:

A mudança de mandato e de objectivos pode ter sido discreta, mas não tem sido subtil – o FMI deixou de servir os interesses económicos mundiais para servir os interesses financeiros mundiais. A liberalização do mercado de capitais pode não ter contribuído para a estabilidade económica global, mas abriu novos e vastos mercados a Wall Street. (2004: 263)

O FMI ao ser a organização mundial orientada por “interesses financeiros”, acaba por estar contra os “interesses económicos”. Ao preocupar-se exclusiva ou predominantemente com a situação financeira dos países e do mundo, acaba por dificultar o crescimento económico, por agravar as condições de vida das populações de vastas regiões do planeta.

muitos outros livros e estatísticas internacionais.

23 Dois exemplos em diversos países: as baixas taxas de crescimento do produto interno bruto, as dificuldades dos sectores agrícola e industrial e, como contraponto, os elevados lucros dos bancos e do sector financeiro em geral; os ritmos de crescimento do crédito em comparação com outras variáveis económicas.

Enquanto o «desenvolvimento-processo» anterior à globalização dava grande importância ao abastecimento de produtos minerais e agrícolas e ao consumo de bens produzidos, logo à existência de infra-estruturas que permitissem a apropriação das matérias-primas pelos países desenvolvidos e o consumo pelos subdesenvolvidos dos bens industriais, com a globalização começa a alterar-se os enfoques do processo. As questões financeiras assumem importância crescente, o sistema bancário e os mercados de capitais passam a estar entre as prioridades. Enquanto o «desenvolvimento-processo» pré-globalização tinha que dar atenção os homens – indispensáveis na produção e no consumo – e deixava estruturas que facilitavam a actividade económica, actualmente os homens pouco interessam: o capital-dinheiro é prioritário e são poucos, muito poucos, os que são os seus possuidores.

O «desenvolvimento-processo» também é financeirização e ao fazê-lo conflitua com o crescimento económico, subvaloriza o espaço e os homens, desumaniza-o ainda mais.

11. Globalização e “economia sombra”

A financeirização da economia mundial é acompanhada de um aumento do que a OCDE designa por economia-não-registada, na medida em que não figura nas estatísticas e não é considerada pela contabilidade nacional dos países. Podendo ser designada de múltiplas formas, é frequentemente designada por economia subterrânea ou economia sombra.

Apesar de não haver informação estatística, como é óbvio, sobre estas actividades, existem métodos de constatação da sua existência, de quantificação aproximada. Podemos dizer categoricamente que tem aumentado desde a década de 80 do século passado e que actualmente representa cerca de 25% do produto interno mundial. Esta percentagem média oscila entre 5% e 70%, para utilizar números redondos, conforme os países, variando também a importância relativa das suas diversas componentes. Por outras palavras, o produto anual mundial é 1,25 vezes o oficialmente anunciado. Encontramo-nos “rodeados de economia subterrânea por todos os lados”. Não é uma excrescência do sistema, uma sua parte marginal, mas situação integrante de todo o

tecido económico, a que ninguém está totalmente alheio²⁴.

Utilizando a terminologia da OCDE uma parte dessa economia não registada seria o resultado de uma fuga ao fisco, outra parte seria sobretudo actividades relacionadas com a sobrevivência das famílias – genericamente designadas por actividades informais – e uma outra formada por actividades ilegais (da droga ao armamento, dos órgãos humanos ao “armazenamento” de resíduos tóxicos, do tráfico de verdadeiros escravos ao contrabando diverso, etc.). Este aumento da economia não registada parece estar essencialmente ligado à importância deste terceiro grupo.

Acrescente-se ainda em relação à economia subterrânea dois comentários. Em primeiro lugar há um ambiente social favorável à proliferação da economia subterrânea: (a) o facto de o dinheiro assumir-se como símbolo de poder e de felicidade, fim último da vida em camadas crescentes da população, enfraquece os comportamentos morais e cria condições favoráveis para a expansão desse tipo de economia; (b) a liberdade de circulação de capitais, a fraca intervenção do Estado, a fluidez dos mercados e o anonimato são suportes fundamentais para o «branqueamento de capitais», mais precisamente para a passagem do capital-dinheiro das actividades ilegais para as legais e destas para aquelas. Em segundo lugar o capitalismo criou estruturas apropriadas para serem “placas giratórias” entre as actividades legais e ilegais: os territórios *off-shore*.

Esta importância crescente da economia subterrânea também afecta directamente o «desenvolvimento-processo». Não é fácil fazer um inventário preciso dessas alterações porque elas não são visíveis e porque os métodos de estimação são muito ineficazes para as pormenorizações. Contudo há alguns dados e fortes indícios de que:

1. Algumas actividades de “cooperação” estão directamente ligadas a actividades subterrâneas, nomeadamente ilegais, tais como, servindo apenas de exemplo, tráfico de armas, obtenção de órgãos humanos e sua comercialização, tráfico de homens, mulheres e crianças. A presença e intervenção “bem intencionada” nos países desenvolvidos permite essas actividades ao serviço de sectores dos países desenvolvidos.

24 Apesar de os dados mostrarem inequivocamente esta situação, frequentemente continuamos a comportar-nos (inclusive a estudar cientificamente as sociedades contemporâneas) como se nada disso existisse ou fosse o resultado da actuação de uns tantos malféitores.

2. Há uma recomposição da economia subterrânea nos países sub-desenvolvidos, ao mesmo tempo que aumenta o seu valor. Se aí tinha, e tem, muito peso a “economia informal”, frequentemente ligada à própria população local, cada vez mais esta se insere nas redes comerciais mundiais e aumenta a importância relativa das actividades ilegais²⁵.

Como afirma HUGOT (2006), “A África tornou-se um local de reciclagem dos capitais permitindo o branqueamento do dinheiro, o financiamento dos partidos políticos estrangeiros ou as subfacturações, fonte de rendas privadas e públicas” (49). O «desenvolvimento-processo» tem integrado África na mundialização das actividades ilegais controladas por instituições localizadas nas economias desenvolvidas.

12. Integração marginalizada

Recordemos finalmente, que esta mundialização atinge todas as vertentes da sociedade, mas manifesta-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, ora integrando a acumulação capitalista mundial ora desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado. As desigualdades sociais aumentam.

As estatísticas comprovam inequivocamente que a partir de 1983 há um agravamento das desigualdades entre os diversos países do mundo.

Como salienta Samir AMIN a tendência estrutural é de agravamento das desigualdades:

A lei do valor mundializada acarreta uma maior polarização, dados os “cinco monopólios” que definem a nova hierarquia capitalista (o controlo das tecnologias, dos sistemas financeiros, do acesso aos recursos naturais, das

²⁵ Nestas breves considerações deixamos de lado certos aspectos destas actividades ilegais e de fraude, como é o caso da corrupção. Esta tem origens muito diversas e não podemos legitimamente explicá-la apenas com um elemento, mas temos que reconhecer que a cooperação tem funcionando ora como seu factor permissivo ora como seu factor impulsionador. Refira-se ainda a frequente relação entre a cooperação e a manipulação política. Há estudos rigorosos (ver, por exemplo, os estudos em que DREHER é um dos co-autores) que mostram, por exemplo, que os países dependentes de financiamento do Banco Mundial ou do FMI, os países com ajustamentos estruturais tendem a adoptar as posições do G7 na Assembleia Geral das Nações Unidas, ou que a ajuda ao desenvolvimento dos EUA é uma forma de comprar votos na Assembleia Geral das Nações Unidas.

comunicações e os meios de comunicação de massa, e dos armamentos de destruição maciça) (2000, 246/7).

É neste contexto que se insere o «desenvolvimento-processo».

13. Acordos de cooperação

A expressão jurídico-formal da correlação de forças económico-social entre os diversos países em torno do «desenvolvimento-processo», assumido ideologicamente como “desenvolvimento” são os acordos de cooperação. Estes não são um subproduto espontâneo da vontade política dos países dominantes (a este propósito designados de “doadores”), mas acabam por reflectir, com tonalidades próprias, a dinâmica da economia mundial.

Não são um subproduto espontâneo porque as determinantes das acções “desenvolvimentistas” são diferentes de país para país, porque há diversos níveis de dominação, porque a correlação de forças à escala mundial reflecte sempre a actuação de todos e de cada um, porque as conjunturas também podem determinar as estruturas, porque a manifestação ideológico-política das reais vontades económicas cria um espaço de possibilidades variegadas de concretização, porque a diplomacia tem algum espaço de autonomia²⁶. E na medida em que o não são há que também aproveitar essa frente de intervenção política e utilizá-la para dar um sentido diferente ao conceito de “desenvolvimento”.

Contudo temos de ter cuidado em não transformar esse limitado espaço de manobra com a ilusão de aí se modificar de forma decisiva essa correlação de forças. De facto a dinâmica da economia mundial acaba

²⁶ Um exemplo retirado de TAMAMES (1993) para ilustrar esta autonomia relativa da negociação, dispensando-nos de acrescentar qualquer comentário sobre as suas afirmações (que eventualmente justificariam uma leitura mais complexa): “Para concretizar o novo organismo projectado, solicitou-se ao secretário geral da ONU que iniciasse as consultas pertinentes «para a realização de uma Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento». Esta solicitação teve o processo adequado, apesar da ideia de uma Organização Internacional de Comércio (...) não fosse muito atractiva para os países industriais, que já tinham o GATT como foro internacional de comércio. No entanto uma negativa rotunda ao projecto da conferência teria provocado uma irritação profunda e generalizada entre os Países Menos Desenvolvidos. Foi assim que, a três de Agosto de 1962, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas convocou a «Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento» (CNUCD), mais conhecida pelas suas siglas inglesas de UNCTAD (United Nation Conference on Trade and Development)” (174).

por reflectir-se nas negociações, nos acordos, nas regras acordadas (por maioria ou unanimidade).

Tomemos, para exemplo, duas situações: a evolução dos acordos entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio.

Num sobrevoo sobre a história dos acordos CEE-UE/ACP podemos dizer que há uma tendência entre Yaoudé I (1963) e Lomé III (1984) para ficarem consignados aspectos que são economicamente relevantes para o “desenvolvimento” em África: concessão de vantagens comerciais às ex-colónias africanas para além da ajuda técnica e financeira, Prioridade à construção de infra-estruturas, compensação pelas perdas nas exportações resultantes das baixas de preços dos produtos, maior atenção à auto-suficiência e segurança alimentar, particular importância ao desenvolvimento rural. Entretanto modifica-se significativamente a correlação de forças mundial com o desmembramento do socialismo, com a diminuição da luta dos novos países independentes e dos países não alinhados e desde Lomé IV (1989) até aos Acordos de Cotonou (2000) há alterações significativas dos acordos, com a introdução de controlos políticos e afirmações ideológicas: maior relevância atribuída à situação política dos povos (“direitos humanos”, “democracia”, “estado de direito”)²⁷, podendo funcionar como critério de exclusão, “maior importância” atribuída ao sector privado²⁸. Além disso as ONGDs (Organizações não Governamen-

27 Considerar que a consignação destes aspectos nos acordos são negativos não se opõe ao reconhecimento de que as questões políticas são importantes, que é importante que haja melhor Estado (em África e em todo o mundo), tanto mais que defendemos em muitas situações *melhor Estado e mais Estado*. O que é negativo é que a classificação do que é melhor ou pior seja realizada exclusivamente de um ponto de vista dos países desenvolvidos, que facilite a ingerência política, que tenda a subestimar as situações económicas e sociais. Acrescenta-se, para se atender também há hipocrisia frequente, que alguns dos “avaliadores do bom comportamento político” não têm regras democráticas de funcionamento (casos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) e que alguns dos países “grandes defensores dos direitos humanos” sejam os primeiros a negociar com ditaduras quando elas transpiram petróleo e negócios ou sejam dos mais frequentes violadores das regras de funcionamento da economia mundial (ex. EUA, como o demonstram diversos trabalhos sobre o assunto).

28 Também aqui se impõe uma observação para esclarecer interpretações distorcidas. Não estamos contra a participação do capital privado no “desenvolvimento”. Aliás, quando defendemos que promover o desenvolvimento (veja-se o que se diz em “desenvolvimento-resultado”) é aumentar a densidade da matriz interindustrial estamos implicitamente a defender um

aumento da iniciativa empresarial, um aumento da apetência para a iniciativa, o risco e a capacidade de montar empresas. Mesmo na “ajuda ao desenvolvimento” muito frequentemente

tais para o Desenvolvimento) “multiplicam-se como cogumelos”, assumem uma cada vez maior importância na ajuda pública ao desenvolvimento e surgem frequentemente como credíveis junto dos Estados “doadores” que os Governos dos Estados “ajudados”.

Por outras palavras, a globalização, fase recente da mundialização, vem aumentar a capacidade de ingerência dos países desenvolvidos em África, de procurar novas formas de controlo neocolonial. Esta situação – que se manifesta desde os casos que referimos aos “planos de ajustamento estrutural”, desde o retomar da confusão entre “combate ao subdesenvolvimento” e “combate à pobreza” aos prémios atribuídos aos bem comportados económica e politicamente – modifica o panorama da cooperação («desenvolvimento-processo») à escala mundial. Esta alteração das tendências da cooperação traduziu-se também nas regras de actuação da UE, uma das grandes instituições financiadoras da ajuda pública ao desenvolvimento.

Quanto aos Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio é interessante ver que os primeiros pontos são de grande “impacto humano” e decisivos para muitos cidadãos do mundo (“1. erradicar a pobreza extrema e a fome”, “2. alcançar a educação primária universal”) mas os que merecem maior pormenorização são os que interessam aos países desenvolvidos (“7. assegurar a sustentabilidade ambiental”, “8. desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento”²⁹). Simultaneamente, enquanto nos países em vias de desenvolvimento os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão no centro das suas preocupações, são apresentados publicamen-

a iniciativa privada é a melhor, a mais eficiente e duradoura via de se atingirem os objectivos. No entanto condenamos que o reconhecimento da importância das empresas privadas no “desenvolvimento” se transforme numa arma ideológica. E isto acontece quando a cooperação em vez de se centrar nos objectivos a atingir se centra n as vias para o conseguir, quando o privado é etiquetado de “bom” em contraponto ao público que passa a ser, num mundo visto só a duas cores, “mau”.

29 O primeiro objectivo tem duas metas: “Meta 1. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia”; “Meta 2. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afectada pela fome”. O segundo objectivo tem uma única meta: “Meta 3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.”. O sétimo objectivo tem três metas: “Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais”. “Meta 10. Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável”. “Meta 11. Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados”. Finalmente o oitavo objectivo tem sete metas: “Meta 12. Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório”. “Meta 13. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados”. “Meta 14. Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento”. “Meta 15. Tratar de forma

te como importantes metas a serem atingidas, nos países desenvolvidos quase não se fala no assunto a não ser na preparação de cimeiras.

Ao mesmo tempo reconhece-se já que os primeiros objectivos já não são atingíveis nos prazos estabelecidos, por muito interessantes que fossem.

Como diz AMIN (2006)

Um exame crítico da formulação dos objectivos bem como da definição dos meios que são requeridos para implementá-los apenas pode levar à conclusão de que os ODM não podem ser levados a sério. Uma litania de esperanças piedosas não compromete ninguém. E quando a expressão destas esperanças piedosas é acompanhada por condições que no essencial eliminam a possibilidade delas se tornarem realidade, deve-se formular a pergunta: não estão os autores do documento a perseguir outras prioridades que nada têm a ver com “redução da pobreza” e tudo o mais? Neste caso, não deveria o exercício ser descrito como pura hipocrisia, como atirar areia para os olhos daqueles que estão a ser forçados a aceitar os ditames do liberalismo ao serviço de interesses bastante particulares e exclusivos do capital globalizado dominante?

14. Adjectivação do «desenvolvimento-processo»

Para terminarmos estas considerações sobre o «desenvolvimento-processo» peguemos no magnífico documento de AMARO (2006), começando por transcrever a parte que interessa para a nossa análise:

Como se referiu, são inúmeras as designações que surgiram nos últimos 30 anos, na tentativa de renovação do conceito de desenvolvimento.

Destes conceitos vou reter seis (cinco + um), que cumprem dois critérios que considero fundamentais para a sua utilidade e pertinência social:

- serem cientificamente fundamentados, o que significa terem já um suporte bibliográfico de circulação mundial suficiente e/ou terem já sido objecto de investigações e trabalhos académicos (nomeadamente ao nível de dissertações de mestrado e doutoramento);
- terem reconhecimento institucional internacional, ou seja serem fre-

integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo”. “Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho condigno e produtivo”. “Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento”. “Meta 18. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação”.

quentemente utilizados como referência conceptual e estratégica pelas mais importantes organizações internacionais (O.N.U. e seus departamentos e organismos principais, Banco Mundial, F.M.I., O.C.D.E. e/ou serviços da União Europeia, entre outros).

Com este crivo, foi possível seleccionar claramente cinco conceitos novos, a que se juntou mais um, que não cumpre completamente aqueles dois critérios, mas que surge referenciado a propósito dos outros.

Os seis novos conceitos são (com alguma ordem cronológica):

- Desenvolvimento Sustentável
- Desenvolvimento Local
- Desenvolvimento Participativo
- Desenvolvimento Humano
- Desenvolvimento Social
- Desenvolvimento Integrado

Tendo em conta os respectivos conteúdos e contextos (científicos e institucionais) de afirmação, é possível organizar os cinco primeiros em três grandes “fileiras” ou famílias conceptuais, ficando o último à parte, como conceito transversal:

- a) A “fileira” ambiental;
- b) A “fileira” das pessoas e das comunidades (“people-centered”);
- c) A “fileira” dos Direitos Humanos e da dignidade humana.

Quando falamos ou aplicamos cada um dos seis conceitos de desenvolvimento estamos a privilegiar algumas componentes do processo em detrimento de outras. O “desenvolvimento sustentável” privilegia a articulação entre as actividades económicas e o sistema ecológico; o “desenvolvimento local” privilegia a participação e as relações de vizinhança; o “desenvolvimento participativo” também privilegia a participação na dimensão da cidadania, não deixando de frequentemente confundir-se com o conceito anterior³⁰; o “desenvolvimento humano” e o “desenvolvimento social” privilegiam o bem-estar das pessoas assente na

30 O “desenvolvimento participativo” tem estado nos últimos anos muito relacionado com o *empowerment*, conceito empresarial (associado à descentralização, promovendo a iniciativa de planeamento e execução em todos os níveis, sendo todos responsáveis pela resolução dos problemas) transposto para intervenção nas sociedades, fortemente acarinhado pela União Europeia. O livro de Milando, que nos está a servir de suporte para esta análise, baseou-se muito no estudo crítico deste tipo de “desenvolvimento”.

possibilidade e liberdade de escolha. O que o “desenvolvimento integrado” privilegia é de outro nível, é metodológico: a sociedade é um todo e exige uma forma de intervenção que transforme articulada e racionalmente esse todo.

Estamos de acordo com Amaro quando considera que a explicitação destas preocupações é positivo: “A extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos, exigindo uma permanente criatividade e permitindo recuperar um dos princípios fundamentais da Vida, tão maltratado pelo uniformismo e massificação das práticas anteriores.” Certamente que o «desenvolvimento-resultado» é diferente conforme o «desenvolvimento-processo» adoptado, mas não podemos perder de vista o essencial: estamos sempre num quadro de referência em que o desenvolvimento é assumido como uma intervenção de uns (desenvolvidos) sobre outros (subdesenvolvidos), em que “a cooperação para o desenvolvimento” é parte integrante da reprodução do capitalismo, com a sua hierarquia de riqueza e poder, é, hoje, parte integrante da globalização. Por isso não é estranho que frequentemente sejam as mesmas organizações internacionais a adoptar estas diversas concepções.

Por isso temos afirmado com insistência: “Porque se trata de um processo complexo, com múltiplos elementos constitutivos com dinâmicas próprias, com interacções entre si, podemos designar este desenvolvimento como integrado. Porque tem como referência o homem e são as condições de vida destes que norteiam os processos, é desenvolvimento humano. Porque, por definição, tem que garantir a sistemática reprodução e não hipotecar o futuro de nenhuma forma, é sustentável. Porque é tudo isso, e muito mais, é pura e simplesmente desenvolvimento.” (2007a: 23)

Retomaremos este assunto a propósito do «desenvolvimento-resultado».

15. Indústria do desenvolvimento

Já anteriormente fizemos alusão que a “cooperação para o desenvolvimento” deu lugar a toda uma “indústria do desenvolvimento”, cujos principais beneficiários são os países já desenvolvidos. É oportuno aprofundarmos um pouco mais esta ideia, embora uma referência pormenorizada e quantificada exigisse estudos adicionais.

Para maior facilidade de exposição podemos segmentar as referências a esta promissora indústria, embora seja importante não se perder de vista que todos os aspectos que referiremos de seguida estão interligados³¹.

Em primeiro lugar, a “cooperação para o desenvolvimento” fez com que tivessem sido constituídos muitos organismos “vacionadas” para a sua concretização. As instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Bancos de Desenvolvimento Regionais), embora visando também outros objectivos, dedicam muita atenção à cooperação. A ONU tem diversas instituições multilaterais que têm na cooperação a exclusividade ou uma parte significativa das suas actividades: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), etc. São aproximadamente meia centena de instituições³². O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é outra instituição relevante para estes propósitos. Depois quase todas as integrações regionais (a começar pela União Europeia) têm as suas estruturas especificamente encarregues da cooperação, o mesmo acontecendo com

31 O que aqui referimos são apenas tópicos. Esta matéria exigiria um estudo mais detalhado, desembocando na estimativa do valor acrescentado criado por esta “indústria”. Aqui limitamo-nos a muito poucas referências e a algumas perguntas que podem ter o mérito de despertar para esta realidade que tem sido ignorada.

32 Apenas alguns singelos dados sobre estas organizações. O PNUD, com direcção em Nova Iorque, que por sua vez está associado a muitas outras instituições e que tem relações estreitas com centenas de ONGDs, tem 5300 funcionários, encontrando-se cerca de 18% na sede. A UNICEF, localizada em Nova Iorque, tem cerca de 6000 funcionários, espalhados pelo mundo. O PAM, com sede em Roma, conta com 10906 funcionários e as suas receitas resultam de doações governamentais, tendo atingido em 2004 (último ano para que obtivemos dados) 3.100 milhões de dólares americanos (1 milhão = 10⁶). A FNUAP, com sede em Nova Iorque tem 972 funcionários e as suas receitas foram em 2004 de 506,1 milhões de dólares. A CNUCED, com sede em Genebra, tem 192 estados membros, está associado a 146 instituições intergovernamentais e associado a mais 193 organizações relacionadas com os seus objectivos, tem apenas 394 funcionários na sua sede e gere um orçamento habitual de 45 milhões de dólares, contando com um orçamento suplementar de montante aproximado. A FAO, com sede em Roma, tem cerca de 1500 funcionários permanentes e 2200 “tarefeiros”, com um orçamento para 2006/7 de 765,7 milhões de dólares. Poder-se-ia referir que a UNESCO (educação e cultura), com sede em Paris teve um orçamento base para 2006/7 de 610 milhões de dólares, reforçado em 408,8 milhões. A UNHCR (refugiados), com sede em Genebra, tem cerca de 6000 funcionários espalhados pelo mundo e as suas despesas em 2006 foram de 1.220 milhões de dólares. O FMI tem 2700 funcionários e o BIRD, instituição principal do Banco Mundial, 6800 funcionários permanentes. Para termos um termo de comparação diga-se que o rendimento interno da África subsariana em 2004 foi de 500.237 milhões de dólares.

quase todos os países desenvolvidos. Acrescentemos ainda estruturas diversas de coordenação de programas e projectos. Todas estas instituições estão espalhados por todo o mundo mas as suas sedes estão essencialmente nos países já desenvolvidos.

Em segundo lugar existem as ONGDs. São dezenas de milhar. Orientadas pelas mais diversas preocupações, actuando em diferentes espaços geográficos. O seu prestígio institucional e os fundos de que são frequentemente portadoras dá-lhes uma força de actuação junto dos países subdesenvolvidos, umas vezes caldeada pelo bom senso, outras vezes apropriando-se de algum do espaço de soberania daqueles.

Em terceiro lugar todas estas organizações geram, ao funcionar, impactos em cadeia sobre muitas outras actividades. São as empresas de transporte, as empresas de consultadoria e as universidades, são as instituições privadas, financeiras ou industriais, envolvidas nestes processos, são todos os ramos de actividade que estão ligados, directa ou indirectamente ao normal exercício de actividades dos sectores dos serviços, da saúde, da educação, etc.

Uma parte dessa actividade realiza-se nos países que são objecto de intervenção. Diga-se, a título de exemplo, que no *Directório das Organizações de Desenvolvimento* há, para 2007, 14.359 instituições referenciadas em África, em 57 países. É o continente com maior número de instituições, representando 28% das instituições inventariadas. Por isso mesmo os espaços de vivência dos cooperantes ou de realização de eventos são zonas urbanas de intenso crescimento das actividades económicas, dominantemente controladas por cadeias de hotelaria e restauração multinacionais.

Em quarto lugar é importante ter em conta que várias actividades de cooperação mesmo quando concretizadas em territórios em vias de desenvolvimento acabam por beneficiar essencialmente as economias desenvolvidas, como recorda NYAMBAL (2006), quando justifica algumas das razões da ineficácia da cooperação como processo:

Uma análise detalhada dos fluxos de ajuda bilateral e multilateral mostra que os países industrializados são os primeiros beneficiários da ajuda que adjudicam aos países pobres. Tomemos como exemplo um projecto de assistência técnica do Banco Mundial da ordem de 8 milhões de dólares americanos que devem financiar um programa de privatizações. Este empréstimo servirá para financiar despesas dos consultores e bancos comerciais estrangeiros no montante de 6,4 milhões de dólares US e a compra de material

informático e de escritório de 200.000 dólares US. Estas despesas serão efectuadas nos países avançados. O restante, nomeadamente as despesas de funcionamento do comité de privatizações e despesas diversas será gasto no país que empresta. (...)

Este esquema também se verifica nos empréstimos bilaterais em que o essencial do dinheiro regressa aos países doadores, pela via do pagamento dos salários dos peritos e pela compra de mercadorias às empresas desses países. Por conseguinte, disponibilizado o crédito, os países beneficiários a quem compete a gestão do projecto, isto é, quem tem os encargos com as despesas correntes e de manutenção (...) recebem muito pouca liquidez. Um projecto de ajuda ao desenvolvimento gera um retorno para os países doadores, transferências financeiras mais importantes que o montante da própria ajuda. (...)

Concentradas na rentabilidade da sua parte do mercados certas ONG humanitárias tornaram-se verdadeiras empresas, actuando mais em seu próprio beneficiário que em benefício dos seus anunciados beneficiários. As suas despesas de funcionamento explodiram durante os últimos anos, a tal ponto que os salários das ONG concorrem por vezes com o sector privado. Perante a ausência de mecanismos rigorosos de avaliação das suas acções, algumas limitam-se cada vez mais a mandarem representantes para «colocarem a bandeira» e para justificarem os seus acessos aos fundos, perpetuando-se de forma similar aos organismos públicos descritos pela sua ineficácia (150)³³

Outras situações de benefício às economias dos países desenvolvidos são bem mais cínicas, igualmente realistas, como cita Simões Lopes a propósito da perda dos valores:

As hipocrisias movidas por interesses do mundo de hoje são infelizmente demasiado comuns e muitas vezes inumanas por demasiado cruas. Não temos nós assistido, como pretensa resposta ao terrorismo condenável, ao menosprezo da via político-diplomática e, em espírito de retaliação, não temos assistido ao desencadear de ataques bélicos que devastam e deixam na miséria populações extensas, indefesas e inocentes, fazendo-se-lhe seguir depois da devastação ajuda humanitária? Destrói-se, estropia-se, mata-se antes... enviam-se alimentos e medicamentos depois (in STIGLITZ, 2004, 13).

Ganham as indústrias de armamento e ganham as indústrias alimentares e de medicamentos. Como diz o ditado “matam-se dois coelhos de uma cajadada”.

Enfim, o «desenvolvimento-processo» dá efectivamente lugar a processo de crescimento económico mas nos países que o controlam e promovem, nos países já desenvolvidos.

33 Convém referir que o autor destas palavras para além de um académico prestigiado trabalhava quando da edição do livro (agora desconhecemos) na Sociedade Financeira Internacional do Banco Mundial.

16. Conclusão

Em síntese, o «desenvolvimento-processo» é outra designação da cooperação para o desenvolvimento. Entendido como uma intervenção dos desenvolvidos nos subdesenvolvidos são uma continuação “mais civilizada” do colonialismo e do neocolonialismo. Nas últimas três décadas essa cooperação para o desenvolvimento insere-se na globalização, fase recente da mundialização. Esta gerou diferentes dinâmicas conforme as regiões e os países, alterando as hierarquias político-económicas no centro e nas periferias. Globalmente conduziu a uma financeirização da economia, a um maior desprezo pelos homens, a um agravamento das desigualdades económicas e a um crescimento da economia subterrânea.

O «desenvolvimento-processo» gerou valor acrescentado, sobretudo nos países já desenvolvidos que nos países subdesenvolvidos.

África foi particularmente maltratada nesta dinâmica.

«DESENVOLVIMENTO-RESULTADO»

17. Desconectar processo e resultado

Como MILANDO refere, e não seria difícil chegar ao mesmo resultado pelo nome que ele atribui, o «desenvolvimento-resultado» “refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz”³⁴. Recordemos que a primeira dimensão a que se refere é o «desenvolvimento-processo» que acabámos de analisar.

O «desenvolvimento-resultado» *também* é consequência do «desenvolvimento-processo» mas não há nenhuma relação quantitativa entre um e outro. Há que *desconectar* quantitativamente a relação entre as duas realidades. Finalmente, há que *encontrar as melhores metodologias de quantificação do resultado*. Esses são os três desafios que pretendemos enfrentar neste ponto.

Contudo, poderá ser útil, tal é a força do hábito de raciocinar de forma diferente e as falsas evidências, tecer algumas considerações adicionais sobre a importância destes pontos.

³⁴ O termo “real” poderia conduzir-se a diversas apreciações, nomeadamente sobre “real” e “realidade”, sobre a nossa leitura simbólica do mundo de que somos e onde estamos. Não o faremos aqui.

Vamos admitir que pretendíamos medir o «desenvolvimento-processo». Se o pretendêssemos fazer rigorosamente entrariamos provavelmente no processo de infinitas lucubrações, mas como apenas visamos fazer um pequeno exercício de reflexão sobre o assunto, ficamos satisfeitos em admitir que é a soma das “transferências” dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos³⁵, mais o total dos rendimentos gerados pelas instituições de cooperação³⁶, eventualmente mais os rendimentos gerados noutros sectores em resultado da sua actividade. Essas actividades teriam determinados impactos sobre as sociedades subdesenvolvidas – pois é aí que se medem os resultados, apesar de estes serem provavelmente maiores nas desenvolvidas, como referimos anteriormente – e esse seria o «desenvolvimento-resultado». Contudo nos países subdesenvolvidos acontecem muitas coisas que não estão relacionadas com o «desenvolvimento-processo»: há muitas empresas a laborarem, haja ou não haja cooperação, assim como há milhões de pessoas a viver o seu quotidiano profissional e familiar, assim como há muitas decisões políticas nas mesmas circunstâncias. Se quiséssemos medir o “resultado” do “processo” teríamos que considerar apenas aquele que resulta deste. Contudo não é isso que habitualmente se faz. Hábito que frequentemente pressupõe que nada de bom acontecerá aos países subdesenvolvidos fora da cooperação. O «desenvolvimento-resultado» que é efectivamente medido resulta de muito mais factos que dos gerados pelo «desenvolvimento-processo».

Por outro lado já constatamos que as acções de cooperação podem alterar a realidade alvo ou não, e no caso afirmativo pode fazê-lo positiva ou negativamente, como Milando o demonstra inequivocamente, apesar de se centrar nos processos defendidos pelo Banco Mundial. “Muitos dos programas e projectos têm contribuído apenas para tornar ainda mais difícil a vida daqueles a quem se pretende ajudar” (42), afirma em

35 Grosso modo as “transferências” englobam o dinheiro e o valor dos bens e serviços que podem ser considerados “cooperação”, pública ou privada, com ou sem retorno, consumo ou investimento.

36 Rendimentos gerados em múltiplas instituições supranacionais ou nacionais, públicas ou privadas, tais como, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Instituto para a Cooperação deste ou daquele país, Organizações não governamentais, empresas de auditoria das acções de cooperação, etc. independentemente de onde actuem e se encontrem. Em alguns casos considerar-se-ia a totalidade dos rendimentos da instituição, noutros casos uma percentagem correspondente às actividades de cooperação com os países desenvolvidos. Se estivéssemos a quantificar apenas o “desenvolvimento-processo” com África os procedimentos seriam semelhantes.

determinado momento e reafirma-o ao longo de todo o livro. Comparando o processo e o resultado, podemos dizer, utilizando um provérbio popular, que a montanha pariu um rato. Importa pois desconectar totalmente a relação entre um e outro.

Fica por resolver a metodologia de cálculo do «desenvolvimento-resultado».

18. Incomparabilidade entre países

O que referimos anteriormente permite-nos rapidamente concluir que *quantificar o «desenvolvimento-resultado» por uma comparação entre países*, que medi-lo pela maior ou menor diferença entre uns e outros – independentemente da melhor ou menor qualidade dos indicadores adoptados³⁷ – *é um absurdo*.

É um *duplo absurdo*:

- Estamos a comparar o que não é comparável.
- Estamos a enredarmo-nos nas posições que já anteriormente considerámos herdeiras do colonialismo.

Como reagiríamos se assistíssemos a uma maratona em que uns corredores levassem às costas um motor que lhes facilitasse o avanço e outros uma mochila de pedregulhos ou motores que tendesse a levá-los a andar para trás? Se um corredor do grupo dos “privilegiados” ganhasse a prova poderíamos concluir que era melhor corredor que outros, nomeadamente dos que sofriam uma série de constrangimentos?

Não teríamos dificuldade em concluir que estávamos perante uma prova viciada, uma fraude desportiva, uma manobra de coacção e de desrespeito pelos corredores e o público. Quando analisamos o «desenvolvimento-resultado» através de comparações entre países estamos perante uma situação semelhante.

Uns começaram a corrida quando da revolução industrial, há séculos enquanto outros só puderam começar a correr após a independência³⁸. Admitir que esta dificuldade temporal poderia ser resolvida medin-

³⁷ Muito provavelmente é preferível comparar uns países com os outros tomando o índice de desenvolvimento humano do que adoptando, por exemplo, o peso dos sectores primário, secundário e terciário em termos do produto interno bruto, mas essa vantagem relativa não anula a sua natureza comum: assim como a cooperação é a acção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, o subdesenvolvimento é o afastamento dos subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos.

³⁸ Agradecemos a Marília Barros, de quem tive o prazer de ser professor, o lançamento em

do velocidades em vez de posições seria não ter em conta que o tempo da corrida em liberdade poderia influenciar fortemente a velocidade, que a situação social quando no início da corrida poderia condicionar fortemente tudo o resto. Mas além disso continuaríamos a tentar comparar o que não é comparável: como referimos não estamos perante dinâmicas independentes: o avanço de uns pode significar o recuo ou o menor avanço de outros. É uma relação – eventualmente susceptível de rupturas parciais – que é comandada pela acumulação capitalista dos países que nderam o aproveitamento da revolução industrial³⁹. Essa relação

sala de aula desta ideia fundamental.

39 Rosa Luxemburgo (1988) analisou exaustivamente o problema. Partindo da análise de Marx sobre a reprodução simples e a reprodução alargada, mostrando toda a controvérsia a que deu lugar chega à conclusão que aquele autor não explicou adequadamente a reprodução alargada – simplistamente e simplificando, o crescimento económico – nos países europeus. A sua constatação resulta exclusivamente da análise das contradições e ambiguidades do modelo e da aplicação da dedução. Procurando resolver o problema conclui que para se interpretar a acumulação, a reprodução alargada na Europa – este era então o “centro” do mundo, é necessário considerar as relações dos Estados capitalistas com as sociedades não-capitalistas. Dois extractos entre os muitos que tratam deste problema:

Assim como a produção capitalista não pode limitar-se às riquezas naturais e às forças produtivas das zonas temperadas, necessitando para seu desenvolvimento, pelo contrário, de todos os tipos de terra e de clima, da mesma forma só a força de trabalho da raça branca não lhe basta. Para o aproveitamento de regiões em que a raça branca não tem condições de trabalhar, o capital necessita de outras raças. Tem de poder dispor de forma ilimitada de toda a força de trabalho do globo inteiro, para com ela pôr em movimento todas as forças produtivas da face da Terra, na medida em que os limites da produção da mais-valia o permitam. Essa força de trabalho o capital encontra, no entanto, geralmente presa a condições de produção arcaicas, pré-capitalistas, das quais precisa ser previamente “libertada”, para que possa engajar-se no exercício ativo do capital. Esse desatrelamento da força de trabalho de suas relações sociais primitivas e sua absorção pelo sistema assalariado capitalista é uma das condições históricas indispensáveis do capitalismo. (II.27) Os objetivos económicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especificamente, os seguintes:

- 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.;
- 2) “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;
- 3) Introduzir a economia mercantil;
- 4) Separar a agricultura do artesanato.

Na acumulação primitiva, ou seja, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, em fins da Idade Média, bem como pelo século XIX adentro, a encampação [sic] do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital. E até hoje essa mesma tarefa é levada em frente em escala bem maior, na política colonial, pelo capital dominante. É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos dos povos

de dominação é, aliás, uma das características do imperialismo⁴⁰, que ainda hoje vivemos.

Se promover o desenvolvimento numa sociedade é garantir a acessibilidade dos seus membros aos bens e serviços que a civilização actual, o actual nível científico e tecnológico permitem, tal deve ser conseguido de forma duradoira através da dinâmica dessa própria sociedade. Essa é a lição positiva que os países desenvolvidos transmitiram a toda a humanidade. Essa é a consequência lógica se pretendemos reduzir e tendencialmente acabar com uma lógica jurídico-institucional de intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, perpetuando formas de dominação seculares. *O «desenvolvimento-resultado» nas sociedades subdesenvolvidas tem de ser encontrado na estrutura e funcionamento das próprias sociedades subdesenvolvidas e não através de uma comparação entre países*⁴¹.

Estamos totalmente de acordo com FIGUEIREDO & COSTA (1982) quando afirmam que

Uma concepção não enviesada do subdesenvolvimento deve integrar o reconhecimento das condições que tornem possível aos agentes sociais dos países «subdesenvolvidos» a avaliação da sua própria realidade. (29)

19. Resultado medido em cada país

Porque as vertentes da sociedade directamente relacionadas com a produção, repartição do rendimento, troca e consumo são de primordial

primitivos que se dedicam ao pastoreio.

Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. (II.32)

Estas análises mantêm toda a actualidade, embora carecendo de actualização e adaptações. 40 Para aprofundar este tema ver Lenine (1960). A este propósito é também oportuno consultar N'KRUMAH (1967).

41 Para eliminar desde já eventuais críticas fáceis é importante salientar que estas considerações não significam, nem têm qualquer relação, a defesa do isolamento de um país ou conjunto de países do resto do mundo. Tal é impossível e sem interesse há mais de um século e ainda seria mais absurdo na actual fase de mundialização – note-se, estamos a falar de mundialização em geral e não de globalização. As sociedades regionais fazem parte de sociedades mais amplas, tendencialmente mundiais, e entre elas há uma relação dialéctica que tanto engloba dinâmicas de harmonização, complementaridade e evolução mútua como dinâmicas de conflito, obstaculização e ruptura. O que dizemos é que nesta relação há que garantir à escala regional transformações e dinâmicas que impeçam que a inserção em espaços mais vastos sejam contra o crescimento mútuo. Acrescente-se que aqui estamos apenas a tratar da quantificação do “desenvolvimento-resultado”.

importância para se quantificar o «desenvolvimento-resultado», concentremos a nossa atenção na actividade económica.

Quando consideramos o conjunto dos processos de produção, troca e utilização dos bens materiais e serviços verificamos que tal constitui

– um entrelaçamento de relações entre diversos “agentes” económicos (por exemplo, há produtores porque há consumidores e reciprocamente, há empresas porque há capital e trabalho, há quem troque porque há quem se aproprie de rendimento, etc.)

– um entrelaçamento de relações entre empresas (por exemplo, para que uma empresa crie determinados bens tem de adquirir a outras empresas matérias-primas, energia, assistência técnica; visto de outro prisma as empresas ao venderem fazem-nos para outras empresas, para os consumidores finais, para o estrangeiro).

O tipo de entrelaçamento, a importância relativa de cada comprador ou vendedor depende do tipo de bem (por exemplo, uma máquina que serve para produzir outra máquina será transaccionada entre empresas, enquanto o pão será maioritariamente transaccionado entre as empresas e as famílias, os consumidores finais), depende da estrutura dessa economia (que bens se produzem? qual a importância relativa de cada bem nas exportações e nas importações, há compradores para que bens? há capacidade de transformar os bens e vendê-los às famílias e ao estrangeiro com maior incorporação de valor? há trabalhadores e empresários com conhecimentos para certas funções? etc.), depende – o que está interligado ao aspecto anterior – da maior ou menor dependência do exterior e dos constrangimentos internacionais a que esteja sujeito, depende de todos os aspectos do funcionamento da sociedade, com particular dependência da política económica nacional e internacional.

Quanto maior for o entrelaçamento entre os diversos ramos⁴² de actividade, maior é a possibilidade de geral rendimento. Uma variação na produção de um ramo reproduz-se em cadeia sobre todos os outros ramos com os quais mantém relações de compra e venda. Uma variação na procura de um determinado bem tem esses efeitos em cadeia se a oferta pretender responder a essa solicitação. Se designarmos por matriz inter-industrial a quantificação dessas relações entre ramos, podemos dizer quanto mais relações existirem entre ramos de actividade e quanto mais

42 Um ramo de actividade é o conjunto de unidades produtivas que têm como produção dominante um determinado bem.

importantes forem essas relações de compra e venda, maior é a densidade da matriz interindustrial, Quanto maior for a densidade da matriz interindustrial maiores são os impactos de qualquer alteração pontual sobre o conjunto da economia, maior é a quantidade de valor criada por essa economia, maiores são os efeitos multiplicadores⁴³.

Há rupturas nesta “harmonia” quando estamos perante uma economia excessivamente dependente do exterior, isto é, em que quase tudo o que retira dos sectores agrário, da pesca ou extractivo se dirige à exportação e em que quase tudo o que é consumido pela actividade produtiva ou pelos consumidores finais tem de ser importado.

Há rupturas nesta “harmonia” quando há desarticulação entre os processos produtivos dos diversos ramos de actividade, das diversas empresas que estão, ou poderiam estar interligados entre si. Também o há quando as actividades económicas não se articulam adequadamente com os restantes aspectos da sociedade (educação, cultura, estruturas políticas, etc.)

Quando existem, lado a lado na mesma sociedade, conjuntos de empresas e outras instituições com estruturas e dinâmicas totalmente diferentes (exemplos: sectores de empresas tecnologicamente evoluídas viradas para o mercado externo e microempresas viradas para estratégias de sobrevivência local; actividades económicas carecendo de conhecimentos de ponta, investigação e educação e sistema de ensino incapazes de formar esses quadros; vastos conjuntos de cidadãos com formação, coragem empreendedora e iniciativa para o lançamento de novos ramos de negócios e aparelhos burocrático-políticos que dificultam espontânea ou deliberadamente a concretização de qualquer iniciativa; etc.) é muito maior a probabilidade de haver rupturas na referida harmonia possível. A própria vontade de assumir o destino nas suas próprias mãos por parte dos povos e suas estruturas políticas e os constrangimentos externos impostos pelos “doadores” abre fortes rupturas⁴⁴.

43 A precisão destes aspectos aconselham a utilização de simbologia matemática e mesmo a utilização de modelos matemáticos. Atendendo à diversidade de formações de quem nos possa ler tentamos ao máximo evitar essa formalização, mas tivemos de utilizar alguns esquícios em *working paper* recente, aconselhando a sua leitura a quem estiver interessado: PIMENTA (2007).

44 A “guerra do caju” é um caso paradigmático de como a desarticulação é forjada e de como a “cooperação” pode ser altamente lesiva do desenvolvimento-resultado. Ver sobre o assunto REIS (2007).

Acrescente-se a completar estes comentários que a articulação entre actividades económicas e entre componentes da sociedade tende a gerar espontaneamente novas articulações, enquanto as desarticulações podem tender espontaneamente para a sua perpetuação ou o seu agravamento.

20. Segmentação desarticulada

A tentativa de FURTADO (1964) e de outros autores estruturalistas de distinguir sociedade “atrasada” de sociedade “subdesenvolvida” continua a fazer todo o sentido:

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão-somente uma economia atrasada – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia a atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores – na linguagem dos economistas – com reflexos em toda a estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. O esquema dinâmico de causalidade cumulativa, elaborado por Myrdal, é de muito maior eficácia explicativa neste caso. Dada a existência de duas formas de remuneração do trabalho, de duas tecnologias de níveis extremamente diversos, de duas concepções de organização da produção, a economia dual é intrinsecamente instável. (84)

Embora o autor se refira a uma forma típica de desarticulação, muito inspirada na situação de então da América Latina, a sua forma de colocar o problema mantém actualidade e a sua análise pode ser vantajosamente generalizada. É na “economia dual” que está o cerne do subdesenvolvimento, das dificuldades de desenvolvimento e na tendência espontânea de reprodução do subdesenvolvimento.

Generalizando, podemos falar em *segmentação desarticulada*⁴⁵ da sociedade. Esta tem como ponto nevrálgico a segmentação desarticulada da economia.

Como podemos constatar essa segmentação desarticulada? O que dissemos anteriormente permite-nos constatar de imediato que há diversas formas de o fazer, assim como o há de se manifestar. Contudo

45 Habitualmente falávamos de “dualismo desarticulado”. Contudo a existência das “teorias dualistas” relacionadas com as problemáticas do desenvolvimento levou-nos a procurar outra terminologia para evitar equívocos. Em conjugação com a tentativa de ampliar o conceito à sociedade, passamos a adoptar a designação aqui referida.

É possível apresentar as actividades económicas de uma região durante um determinado período como um conjunto de fluxos. Todo o fluxo criado tem uma utilização. Todo o fluxo utilizado foi criado. Na criação e utilização estão agentes económicos. Por isso podemos registar toda a actividade económica na forma de um quadro de dupla entrada. Em linha registam-se as criações e em coluna registam-se as utilizações.

Podemos de uma forma simplificada dizer que as criações dão lugar a vendas e as utilizações processam-se através das compras. Se designarmos as criações por *outputs* e as utilizações por *inputs*, podemos representar o conjunto das actividades económicas numa matriz de *input-output* do tipo:

Output Input	1	2	...	m	Total Output
1	t_{11}	t_{12}	...	t_{1m}	$\sum_{k=1}^m t_{1k}$
2	t_{21}	t_{22}	...	t_{2m}	$\sum_{k=1}^m t_{2k}$
...
n	t_{n1}	t_{n2}	...	t_{nm}	$\sum_{k=1}^m t_{nk}$
Total Input	$\sum_{j=1}^n t_{j1}$	$\sum_{j=1}^n t_{j2}$...	$\sum_{j=1}^n t_{jm}$	$\sum_{k=1}^m \sum_{j=1}^n t_{jk} = \sum_{j=1}^n \sum_{k=1}^m t_{jk}$

Que esses inputs e outputs sejam de economia oficial, representada na contabilidade nacional, ou de “economia sombra” pouco nos importa agora.

Essa matriz de input-output pode ser decomposta em quatro matrizes¹ :

$[X_{ij}] = X$	$[Y_{ij}] = Y$
$[F_{ij}] = F$	$[H_{ij}] = H$

A matriz X é a matriz das relações intersectoriais. “apresenta em linha os fornecimentos que cada sector (i) faz aos diferentes sectores utilizadores referenciados por (j) e, em coluna, traduz a situação «recíproca» – mostra para um dado sector (j), quais os fornecimentos que lhe são destinados por cada sector (i)” (197).

A matriz F apresenta “a distribuição dos inputs primários” (197), tais como valor acrescentado bruto (desdobrável nos rendimentos das famílias, Estado e empresas) e importações.

A matriz Y “apresenta-nos a estrutura da procura final por tipos de produtos (fornecimentos) em linha e por utilizações, em coluna” (197) As exportações estão consideradas nesta matriz.

Finalmente a matriz H encerra “uma grande diversidade de rubricas que vão desde as da redistribuição do rendimento à poupança e despoupança e às importações que se destinam ao consumo final” (198).

Para os nossos propósitos interessa-nos essencialmente a matriz X, a matriz das relações intersectoriais, também designada de interindustrial.

¹ Ver REIGADO, 1983.

Trata-se de uma matriz quadrada, isto é, com o mesmo número de linhas e colunas. Outra coisa não poderia acontecer porque se desagrega as actividades produtoras de bens (bens materiais e serviços) num determinado número de sectores (ou ramos) de actividade e pode ver-se

- quanto é que cada sector vende (outputs)
- a que outros sectores vende
- quanto é que cada sector compra (inputs)
- a que outros sectores compra.

		Ramos compradores					
		1	2	...	j	...	n
Ramos vendedores	1	X ₁₁	X ₁₂	...	X _{1j}	...	X _{1n}
	2	X ₂₁	X ₂₂	...	X _{2j}	...	X _{2n}

	i	X _{i1}	X _{i2}	...	X _{ij}	...	X _{in}

	n	X _{n1}	X _{n2}	...	X _{nj}	...	X _{nn}

Nesta matriz consideremos X_{ij}. Tanto posso dizer que é a quantidade de bem que o ramo i vendeu ao ramo j como podemos dizer que é a quantidade de bem que o ramo j compra ao ramo i. A venda de uns é a compra de outros.

Construamos agora um indicador de dependência de um ramo em relação a outro. Para que um ramo j produza X_j está dependente do fornecimento de outros sectores, genericamente do sector i. Para produzir-se X_j é necessário que o ramo j compre ao ramo i a quantidade X_{ij}. A essa relação

$$a_{ij} = \frac{X_{ij}}{X_j}$$

chama-se habitualmente coeficiente técnico, porque ela reflecte as técnicas de produção.

Quanto mais forem os a_{ij} diferentes de zero maior é a interdependência entre os diversos ramos de actividade. Uma maior interdependência traduz-se em maiores efeitos multiplicadores. Uma alteração de uma unidade na procura dos bens de um ramo traduz-se em um aumento M (maior do que 1) na produção da totalidade dos ramos de actividade.

Se considerarmos uma economia fechada – o que sabemos ser uma abstracção sem aplicação, devido à mundialização – e considerarmos para além de a_{ij} o coeficiente técnico óptimo

$$\hat{a}_{ij} = \frac{\hat{X}_{ij}}{X_j}$$

que mede a máxima interdependência possível atendendo ao actual desenvolvimento tecnológico, os efeitos em cadeia entre os diversos sectores de actividade são tanto maiores quanto mais os coeficientes técnicos se aproximarem dos coeficientes técnicos óptimos.

Comparemos uma sociedade desarticulada com uma articulada:

	$\frac{\text{Número de } a_{ij} = 0}{n^2}$	$\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n (\hat{a}_{ij} - a_{ij})$
Articulada	A1	A2
Desarticulada	D1	D2
	D1 > A1	D2 > A2

pode ser útil termos um indicador sintético, que reflecta essa situação agarrando alguns dos seus aspectos fundamentais. Consideramos particularmente útil, apesar das dificuldades estatísticas do seu cálculo, a partir de uma matriz intersectorial relativamente desagregada analisar a quantidade de coeficientes técnicos nulos ou abaixo de valores viáveis (“óptimas”) atendendo ao desenvolvimento tecnológico e às relações económicas mais rentáveis. Essa segmentação desarticulada expressa-se, para além doutras vias, por uma baixa densidade da matriz intersectorial. Por outras palavras, menos técnicas, o subdesenvolvimento manifestar-se-ia pela ausência de cadeias produtivas, pela ausência de articulação entre os diversos sectores de actividade num determinado espaço. Países quase sempre, comunidade de países, noutros. Generalizando para a sociedade, essa segmentação desarticulada manifesta-se por uma baixa densidade das relações entre diferentes segmentos e sectores da sociedade indispensáveis à reprodução da sociedade em condições mais vantajosas para a generalidade dos seus cidadãos.

Esta interpretação do subdesenvolvimento, logo do desenvolvimento, exige termos muito cuidado com os sinónimos que lhes atribuímos. Dois exemplos, sendo o segundo sobejamente nosso conhecido. Modernização da economia ou da sociedade pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Cooperação pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Numa situação e noutra basta que não altere a “densidade” da matriz intersectorial ou até a diminua. E não seria de estranhar que tal acontecesse porque é, provavelmente a situação mais habitual quando essa modernização ou essa cooperação é determinada essencialmente pelos interesses – e quando há verdadeiro altruísmo e vontade de ajudar os mais desfavorecidos frequentemente acontece o mesmo – das sociedades do centro, as líderes da globalização.

Só há desenvolvimento quando há mudanças estruturais conducentes ao adensamento da matriz intersectorial, à redução da segmentação desarticulada.

21. Outra política de desenvolvimento

Estas considerações desconectam totalmente o «desenvolvimento-processo» do «desenvolvimento-resultado» e simultaneamente abrem pistas

para uma política económica de desenvolvimento. Esta passa por redução da segmentação, pela criação e ampliação das cadeias de produção, pela harmonização e sincronização dos diversos sectores sociais.

Passa por uma capacidade de decisão dos países subdesenvolvidos. Passa simultaneamente por uma ruptura com as regras institucionalizadas para a cooperação internacional. Algo “fácil” de dizer e generalizadamente reconhecido e afirmado em África:

O continente africano já experimentou tipos e concepções de reformas os mais diversos, que tiveram implementação, praticamente desde a sua existência, enquanto constelação de estados independentes, sem ter visto, até agora, resultados significativos que o pudessem retirar da cauda, do continente mais atrasado do planeta.

Certamente não será por fatalidade que nos encontramos onde estamos; também não será por obra de um poder sobrenatural que, erguendo sobre nós a sua espada de maldição, somos ou continuamos a ser sempre os piores, quando se trata de medir o progresso das nações.

Os estados africanos, ao longo dessas quatro últimas décadas, fizeram aquilo que, de fora, lhes foi dito para fazerem, como se não tivessem olhos para ver ou cabeça para pensar.

(...)

É preciso, pois, romper com o paradigma de receptor acrítico de tudo aquilo que vem de outros centros de saber e de decisão, e construir o nosso próprio modelo, pensando por nós, sentindo por nós e desenvolvido por nós.

O renascimento africano é, antes de mais, uma manifestação do nosso querer e uma afirmação soberana de quem somos, do que queremos ser e para onde pretendemos ir.

Caso contrário, os outros continuarão a pensar e a decidir por nós! (REIS, 2007:31)

Esta política não significa que alguns aspectos do que é actualmente a “cooperação” não deva continuar a existir (ex. transferência pública de recursos financeiros, redes de investigação científica), mas, simultaneamente, muitas outras teriam que terminar imediatamente. A sua institucionalização teria de ser radicalmente diferente.

22. Cooperação contra o desenvolvimento

MILANDO já nos tinha chamado a atenção para a possibilidade de haver cooperação sem desenvolvimento. Esta ligação do desenvolvimento económico à densidade da matriz interindustrial, esta correlação entre desenvolvimento e articulação dos diversos sectores da economia chama a atenção para a possibilidade de se ter cooperação contra o desenvolvi-

mento. Basta para tanto que a cooperação enfraqueça as relações entre sectores industriais, que leve à destruição de interdependência entre sectores de actividades – e a substituição de produção por importações ou a preferência por exportações com baixo valor acrescentado são situações frequentes associadas à cooperação! –, que conduza a um maior afastamento em relação aos coeficientes de correlação óptimos.

Só uma análise quantificada de todas as intervenções verificadas poderíamos concluir qual a percentagem de acções de cooperação que conduzem ao desenvolvimento, qual a importância relativa da cooperação neutra em relação ao desenvolvimento e, finalmente, a cooperação mais perniciosa, a que conduz a um subdesenvolvimento. Não temos esses dados, mas se a comparação entre a dimensão da “indústria da cooperação” e o «desenvolvimento-resultado» aponta para uma ineficácia atroz da cooperação⁴⁶, muitos são os exemplos que nos mostram efeitos negativos. Muitos dos “ajustamentos estruturais” e muitas outras alterações nas economias africanas mostram como a cooperação gera subdesenvolvimento⁴⁷.

Esperamos ter mostrado que o conceito de “cooperação para o subdesenvolvimento” é uma constatação inevitável a partir da revisão do conceito de «desenvolvimento-resultado» que temos vindo a fazer.

23. Repensar conceitos

As adjectivações do conceito de desenvolvimento que referimos a propósito do «desenvolvimento-processo» assumem agora novos significados.

O desenvolvimento é integrado porque é desenvolvimento. Sem essa integração não seria desenvolvimento. A falta de integração está muito frequentemente associada à desarticulação, à segmentação desarticulada. Integração entre sectores de actividade, integração entre “cooperação” e práticas económicas e políticas endógenas, integração das vertentes económicas, sociais, políticas, culturais e outras. A parte exige a consideração do todo e este é a articulação das partes.

46 Os mesmos que são eficazes na concorrência, na competitividade, nas regras de jogo cada vez mais exigentes da mundialização revelam-se ineficazes na “ajuda” aos outros. Se fosse um caso isolado poderíamos admitir “dupla personalidade”. Como não o é temos que admitir, um total hiato entre as afirmações ideológicas e as práticas políticas e económicas. Também é isto o neocolonialismo.

47 A este propósito aconselhamos a ler o *working paper* “A guerra do caju” de Carmo Reis, porque se refere a um caso paradigmático de cooperação *para* o subdesenvolvimento.

O desenvolvimento é humano na medida em que garanta o bem-estar das pessoas de uma forma continuada, que o bem-estar de umas não ponha em causa o bem-estar das outras. Esse bem-estar, por sua vez, para ser desenvolvimento tem de estar associado à interdependência dos sectores de actividade, à combinação dos direitos dos cidadãos com a produção dos serviços, a uma repartição do rendimento que não fira os direitos⁴⁸.

A adjectivação do desenvolvimento de social parece irrelevante se associado à “liberdade de escolha”. Esta é frequentemente entendida como uma abertura total ao mercado mundial, o que pode significar um enfraquecimento da matriz interindustrial. Que essa liberdade de escolha seja assumida como um objectivo a atingir pode fazer sentido mas não pode ser orientadora das políticas económicas e sociais em fases de ruptura com o subdesenvolvimento.

O desenvolvimento pode ser participativo, mas este reforço da cidadania só surge directamente relacionado com o de desenvolvimento quando

48 O “desenvolvimento humano”, por muito entusiasmante que seja este conceito, está muitas vezes associado à cooperação para o subdesenvolvimento. Está muitas vezes associado ao “trabalhar para as estatísticas”. Porque esta é uma questão importante e que choca com os lugares comuns sobre o assunto, levantarei aqui dois exemplos. Primeiro exemplo, de desarticulação interindustrial. É preciso aumentar o ensino básico obrigatório, porque há os objectivos do milénio. Financia-se e fazem-se escolas. Financia-se e formam-se alguns professores. Entretanto as escolas estão mal equipadas, os livros são criados com a colaboração do financiador, a edição é feita no estrangeiro. Trabalhou-se no ensino básico porque essa é a prioridade mas não se garante a continuidade no sistema educativo, não se garante um ensino universitário que seja capaz de reequacionar todas estas questões e produzir formadores de formadores, redactores de livros, professores de qualidade dos diversos graus de ensino. Financiou-se o ensino básico, cooperou-se e agravou-se a articulação interindustrial, cooperou-se e melhorou-se temporariamente alguns aspectos – o que em si é positivo – mas gerou-se subdesenvolvimento. Segundo exemplo, de desarticulação de práticas sociais. A educação num país africano tem pela frente desafios muito mais ciclópicos que num país europeu. O ensino básico não tem apenas o objectivo de ensinar a ler, contar e escrever. Expliquemos. NYAMBAL (2006: 46 e seg.) começa por apresentar sete dificuldades ao desenvolvimento: (1) uma incapacidade para se projectar enquanto entidade cultural distinta das outras civilizações; (2) um espírito de dependência incompatível com o desenvolvimento; (3) a cultura política e social está pouco orientada para a criação de riqueza; (4) o etnocentrismo contra o contrato social; (5) uma cultura pouco orientada para a valorização do saber e da inovação; (6) a recusa de dominar o espaço e o tempo; (7) a onnipresença da superstição e do fatalismo. Admitamos que tem razão. Por isso também o tem quando, por dedução lógica, conclui como uma forma de acção, que é preciso tornar o ensino básico obrigatório e promover reformas visando, para além da transmissão dos conhecimentos de base, difundir os valores do patriotismo, da inovação, da integridade, da pontualidade, o gosto pela aprendizagem, o espírito de questionamento, o culto do trabalho e da poupança, a cooperação, a preferência pela racionalidade científica em detrimento da superstição, o sentido da responsabilidade perante a colectividade. Será que este grande desafio que se coloca ao ensino básico não exige um ensino qualitativamente superior ao que é pensado e montado pela cooperação? Por isso temos afirmado insistentemente que a sua aplicação dos princípios orientadores da educação “às zonas periféricas exige maior rigor e mais intensa valorização dos princípios, porque só assim as periferias serão capazes de se impor na cena político-educativa mundial.” (CORREIA, 2007: 4).

a participação está associada ao adensamento da matriz interindustrial. Em muitas outras situações a participação não está directamente relacionada com o desenvolvimento, embora possa influenciá-lo no longo prazo ao reforçar valores que são fundamentais para a iniciativa empresarial⁴⁹.

Todo o desenvolvimento é desenvolvimento local porque a acessibilidade aos bens é componente indispensável do bem-estar. As formas de acessibilidade têm-se alterado profundamente e com elas o próprio conceito e as praticas políticas têm de ser reanalisadas, mas continuam a ter significado. O desenvolvimento como articulação dá sentido mais rigoroso a esta acessibilidade espacial: exige articulação entre a produção ou importação, por um lado, e o armazenamento, conservação, transporte, e comércio, por outro, sendo estes sectores que garantem a efectiva acessibilidade.

Também o conceito de desenvolvimento sustentável exige alguns ajustamentos. Em primeiro lugar, as propostas de decrescimento (que só faz sentido em relação aos países desenvolvidos) nada têm a ver com a resolução do subdesenvolvimento. Teriam enquanto se medisse o subdesenvolvimento como um atraso no acesso ao desenvolvimento (a diferença entre desenvolvidos e subdesenvolvidos tanto pode diminuir por decrescimento dos primeiros como por crescimento dos segundos), mas enquanto articulação e adensamento da malha económica é irrelevante. Em segundo lugar continua a fazer todo o sentido enquanto nova concepção do económico e da articulação com a natureza, enquanto solidariedade intergeracional e enquanto articulação entre o económico e o ecológico. Essa articulação é sempre entre actividades económicas e ambiente⁵⁰. Uma articulação que quando possível reforçará o combate à desarticulação e ao subdesenvolvimento.

24. Conclusão

Uma economia subdesenvolvida (“em vias de desenvolvimento” na terminologia oficial) não é uma economia atrasada. Ela pode ser modernizada

⁴⁹ Veja-se a nota anterior.

⁵⁰ Se os “prejuízos ambientais” e a “acessibilidade aos bens essenciais pelas populações” estiverem em conflito numa economia subdesenvolvida a quem dar o primado no desvio ou resolução da contradição? Será que a visão planetária da problemática ambiental pode funcionar como uma nova forma de impedir o desenvolvimento? Será que os acordos de Kyoto e similares não irão provocar uma deslocalização produtiva dos desenvolvidos para os subdesenvolvidos que perpetuarão a desarticulação? Estas são algumas questões para que não temos resposta. Estas são interrogações que nos preocupam quando confrontados com um frequente “fundamentalismo ecológico”.

e continuar subdesenvolvida. O elemento caracterizador desse subdesenvolvimento é a segmentação desarticulada. Uma sociedade subdesenvolvida é a expressão dessa desarticulação, assumindo importância crucial os fenómenos económicos.

A desarticulação analisa-se através da observação da própria economia e sociedade desarticulada. A mundialização é um processo descontinuamente em expansão e todas as economias estão mais ou menos abertas às outras economias, mas a desarticulação é intrínseca, é um resultado historicamente produzido e reproduzido numa sociedade concreta. As comparações entre países podem ser úteis, mas não detectam nem medem o subdesenvolvimento.

Essa desarticulação manifesta-se de forma essencial na baixa densidade da matriz interindustrial. Aí se encontra o facto de frequentemente o subdesenvolvimento gerar subdesenvolvimento (a desarticulação agrava-se assim com a articulação intensifica-se), de “os impactos” de desenvolvimento desencadeados por processos internos ou externos não se auto-sustentarem, de o «desenvolvimento-processo» ser ineficaz ou até contraproducente.

Recolocada a explicação do subdesenvolvimento no interior deste, abrem-se perspectivas diferentes para entender as políticas de desenvolvimento, para reestruturar, na medida das possibilidades abertas pela luta política, a cooperação para o desenvolvimento.

«DESENVOLVIMENTO-UTOPIA»

25. Tentativa de delimitação

O autor que estamos a seguir nesta tipificação do desenvolvimento afasta deliberadamente o «desenvolvimento-utopia» do seu estudo. Fâ-lo por “não passar ainda de uma meta e, portanto, estar destituído de fundamento empírico que o torne possível de observação e análise em concreto” (38). Fâ-lo por ele “ser uma realidade inquestionável” (38). Fâ-lo ainda porque lhe interessa “falar daquele tipo de «desenvolvimento» que está, realmente, a acontecer e não daquele que se pensa que está a acontecer” (38). Deixa-nos sem fio condutor e baralha-nos: parece admitir que este «desenvolvimento-utopia» possa constituir uma meta; considera-o uma

realidade inquestionável quão “céu prometido” da “utopia cristã”; designa por utopia o que é ideologia.

O que dissemos em relação às outras duas facetas do “desenvolvimento” é fácil concluir que há um permanente jogo de sombras, de descoberta e ocultação: o «desenvolvimento-processo» manifesta-se enquanto ajuda para encobrir o etnocentrismo e as intenções neocoloniais; o «desenvolvimento-resultado» nos países africanos revela-se em conferências, notícias e declarações oficiais que escamoteiam, deliberadamente ou por enviesamento conceptual, as dinâmicas sociais dos seus países; o «desenvolvimento-resultado» é anunciado nos países subdesenvolvidos quando eles são eventualmente maiores nos altamente desenvolvidos, via “indústria da cooperação”; “subdesenvolvimento”, “em vias de desenvolvimento”, “humano”, “sustentado”, “integrado”, “crescimento”, “pobreza”, “cooperação”, “democracia”, “humanitário”, “parceria” e outras palavras surgem, descontextualizadas ou adulteradas, em roleta russa atingido os cérebros desprevenidos.

O que pretendemos explicitar com estas considerações é que o «desenvolvimento-utopia» não é uma meta a atingir, colocada no seu pedestal, mas instrumento ideológico de viabilização do «desenvolvimento-processo», o único que verdadeiramente interessa aos países dominantes, e dominadores, da globalização. O «desenvolvimento-processo» deixaria de ter o terreno desimpedido para a sua construção se os grandes objectivos internacionais deixassem publicamente de ser “combater a pobreza” e passassem a ser “o controlo dos países que só existem para serem colonizados”. As grandes campanhas internacionais perderiam impacto se as pessoas estivessem convictas que “a ajuda internacional é ... tirar aos pobres dos países ricos... para dar aos ricos dos países pobres”⁵¹.

26. Um conceito sombra

O «desenvolvimento-utopia» é “desenvolvimento-ideologia” para as “elites” dos países desenvolvidos e das organizações internacionais, para algumas “elites” dos países subdesenvolvidos. É «desenvolvimento-utopia» para muitos bem-intencionados que (por ignorância, por interpretação optimista dos factos ou por simples fê) procuram abnegadamente intervir nos países

⁵¹Retirado de uma anedota do Jornal Savana em Moçambique, reproduzido em PIMENTA (1996:107)

subdesenvolvidos. Não é nada para muitos – os principais interessados no dito “desenvolvimento” – que esgotam os seus objectivos, os seus anseios, a sua maneira de ser e estar, na capacidade de sobreviver até amanhã⁵².

Não há certeza de nada,

*sei apenas que hoje acordei
e aqui estou, aqui neste preciso momento.*

O dia de amanhã

Encontrar-me-á ainda na minha trincheira?

Probabilidade demasiado aleatória!

*Imensas e impiedosas são as crateras cavadas pelo furacão
na sua furibunda passagem,*

arrastando consigo tudo, tudo e todos.

O que sobreviverá à hecatombe?

– Eis a questão!

(FERNANDES, 1995)

O «desenvolvimento-utopia» é nada, embuste ou sonho, conforme as experiências de vida, as crenças e as consciências possíveis dos diversos intervenientes. É instrumento poderoso de reprodução da “cooperação para o desenvolvimento”, como é actualmente entendido”, e de cumplicidade pela opinião pública⁵³.

27. Desmontar este conceito

Provavelmente é ao nível do «desenvolvimento-utopia» que é mais importante a acção dos académicos que têm uma leitura heterodoxa do “desenvolvimento” e que se situam nos países desenvolvidos. Recolocando a caracterização do subdesenvolvimento na estrutura da sociedade dos

52 A este propósito, para completar o que se afirma, recorde-se o que nos relembra FRANÇOIS ([sd.]:8): A antropologia convida-nos, sobretudo depois dos trabalhos de Karl Polany, Gorge Dalton, Claude Lévi-Strauss e de Maurice Godelier, a ter em conta que «em numerosas sociedades a economia não se apresenta como um sistema (separado), operando segundo uma lógica própria, independente de outros registos do social». É preciso «relativizar o dado económico que se apresenta, cada vez mais, como um em-si apodíctico cuja violência, real ou ideal, tende a submergir-nos. A postura antropológica deve permitir-nos evitar a naturalização do económico. Nula imanência no que os homens elaboram em sociedade, insistindo nos factos como escolhas culturais»

53 Seria extremamente interessante fazer a análise psicológica, sociológica, antropológica de como as pessoas sentem e pensam o “desenvolvimento”, que se saísse da “bola de cristal” do conceito etnocêntrico de desenvolvimento. As poucas obras que conhecemos de desmontagem do conceito de desenvolvimento, de que provavelmente a mais importante é a de RIST (1996), não vão por esse caminho. Se existem trabalhos com este enfoque agradecia que o leitor tenha a amabilidade de nos informar ou o esforço de completar esta análise com artigo seu em futura revista.

próprios países, ou conjunto de países; enfatizando a decomposição do conceito de “desenvolvimento” em subconceitos, como faz MILANDO; demonstrando as rupturas – essenciais e estruturais – entre “processo” e “resultado”; desmontando a terminologia diplomática e revelando a nudez crua do agravamento da situação em África; impedindo que se encare o que é feito como a única actuação viável no quadro de uma globalização que é etiquetada de inevitável; mostrando a grande diversidade de caminhos alternativos existentes⁵⁴; promovendo uma pedagogia esclarecedora e construtiva junto dos quadros envolvidos nestes processos e dos cidadãos em geral estamos a desmontar o conceito ortodoxo, institucionalmente estabelecido, de «desenvolvimento-utopia».

28. Que fazer?

Como diz RIST (1996:405), expressando uma vontade sentida por muitos, “não se pode ficar de braços cruzados perante a miséria do mundo” e somos sistematicamente tentados a formular a pergunta “que fazer?” e a dar uma resposta. Poderemos mesmo dizer que no ponto anterior já começamos a entrar nesse percurso.

Assim sendo há que reter duas precauções, uma genérica relativa ao pragmatismo, outra específica dos assuntos que estamos a tratar.

A) O muito que há a modificar não exige um pragmatismo? Não se espera do economista, mesmo sendo heterodoxo, que tenha engenho e arte para encontrar soluções? Não vale a acção mais que mil palavras?

Poderíamos simplesmente responder que de acções bem intencionadas, sem a bússola do estudo científico do que não queremos e o sonho do que pretendemos, está o inferno cheio.

Poderíamos apenas dizer que para o economista heterodoxo não basta começar a história com “era uma vez” ou “vamos supor que...”, como muitas anedotas sobre os economistas, que ouvimos em África. Não basta porque o critério da verdade é a adequação à realidade – e não a coerência interna ou a aceitação pela comunidade científica – e a Economia não é apenas a

⁵⁴ Anteriormente referimos as diversas adjectivações usuais do “desenvolvimento”, recolocando-as no seu espaço próprio do “desenvolvimento-processo” ou reinterpretando-as a propósito da revisão do “desenvolvimento-resultado”. Recordamo-las aqui enquanto instrumentos de desmontagem do “desenvolvimento-utopia”, reconhecendo que as teses do decrescimento podem ser particularmente corrosivas.

ciência dos meios escassos, mas também a ciência dos objectivos que se atingem. Objectivos inseparáveis da política e da ética.

Poderíamos laconicamente recordar a pujança de muitas filosofias do não desde a Grécia clássica até períodos muito recentes.

Preferimos começar por recordar uma posição de Figueiredo & Costa (1982)

A aquisição de cidadania teórica não significa que se assista à constituição de paradigmas alternativos, mas tão só à definição de contornos de um referencial teórico capaz de manter com a análise concreta de situações concretas a dialéctica necessária entre objecto teórico e objecto real, tarefa que o primado da vulgata interrompeu (49)

ou, reconhecendo cientificamente os sentimentos como partes integrantes da razão e o papel da “rêverie” no racionalismo, aceitar a leitura do físico que literariamente se designava por Gedeão

Eles não sabem que o sonho
é uma constante da vida
tão concreta e definida
como outra coisa qualquer,
(1983:20/1)

O pragmatismo gera alçapões integradores no sistema. Num contexto imutável da estrutura, o “não” transforma-se frequentemente em “o mal o menos” – o que tomado à letra não deixa de ser interessante –, em “talvez” ou em “a cavalo dado não se olha ao dente”. É necessário intervir quando necessário, corporizar a estratégia em cada momento, mas tendo em atenção que na Economia e na Política Económica o pragmatismo é frequentemente uma das facetas da ortodoxia.

Atendendo a todos estes aspectos e porque esta comunicação pretende ser predominantemente científica, ficamo-nos pelo “não”.

Enquanto cientistas e académicos, postura em que aqui nos colocamos, consideramos que a nossa função é científica, crítica e pedagógica, como anteriormente referimos. Não temos uma estratégia para a construção de uma alternativa relação entre os homens, das relações de vizinhança às relações internacionais, nem temos uma data para “vender na feira da ladra” as explorações e as desigualdades e substituí-las por uma sociedade diferente, emergindo quão iceberg da utopia. Quando muito possuímos a capacidade de dizer não, sabemos, dizemos e ensinamos por-

que dizemos não, conhecimento objectivo, conhecemos algumas táticas e atalhos, mas ainda não temos o mapa do percurso. Não podemos confiar que descobrimos o caminho, caminhando. Ele é labiríntico.⁵⁵

B) Podemos alterar alguns aspectos das práticas políticas do desenvolvimento e devemos fazê-lo. Contudo uma alteração radical da “cooperação” e do “desenvolvimento” passa inevitavelmente pelo fim da globalização, pela alteração significativa da correlação de forças à escala mundial.

Entre o individualismo de Zaratrusta (Nietzsche) e o colectivismo do operário (Marx) continuamos a considerar que este está mais próximo da realidade. A transformação da “cooperação para o desenvolvimento” tem de ser o resultado de uma acção colectiva, económica, social e política.

Enquanto académico, parte do cidadão, só poderemos contribuir para uma prática científica que auxilie, ou suporte, a prática política.

Também não serão os académicos que têm de dar lições seja a quem for.

“Deixem os africanos apropriarem-se do seu futuro”. É este o apelo de Mahamet Annadif⁵⁶. É um apelo legítimo, realista e operacional. Lutemos por isso.

55 Neste ponto seguimos de perto o que apresentamos em Setembro de 2007 numa conferência em Maputo.

56 Entrevista concedido a Pedro Vieira e publicado em *A Visão* de 20 Setembro de 2007. Segundo a informação dessa publicação Mahamet Annadif é o chefe da Missão permanente da União Africana na União Europeia.

Bibliografia

[av]. 1997. *L'Avenir du Développement*. Paris: Harmattan. Original edition, 1997.

———. 2002. *África Subsariana: Globalização e Contextos Locais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

———. 2003. *Atlas da Globalização Le Monde Diplomatique*. 2 ed. Lisboa: Campo da Comunicação.

[av]. 2006. *Trabalho Forçado Africano - Experiências Coloniais Comparadas*. Edited by C. E. Africanos. Porto: Campo das Letras.

[av]. 2007. *Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*. Edited by C. E. Africanos. 1ª Ed ed. 1 vols. Porto: Campo das Letras.

ADJAMAGBO, Agnès, Philippe Antoine, Donatien Beguy, and Fatou Binetou Dial. 2006. Comment les femmes concilient-elles mariage et travail à Dakar et à Lomé ? *Working Papers from DIAL*.

AINA (Ed.), Tade Akin, Chachage Seithy L. CHALANGE (Ed), & Elisabeth ANNAN-YAO (Ed.). 2004. *Globalization and Social Policy in Africa*. Dakar: Codesria.

AJAYI, Ade. 1997. *Histoire Générale de l'Afrique. VI. L'Afrique au XIX Siècle Jusque vers les Années 1880*. Abrégée ed. Vol. 6. Paris: UNESCO.

AMARO, Rogério Roque. 2006. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação -- da teoria à prática e da prática à teoria. In *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG.

AMIN, Samir. 2000. *Os Desafios da Mundialização*. Lisboa: Dinossau-ro.

———. 2006. Os objectivos para o desenvolvimento do milénio Uma crítica do sul. *Resistir*.

ANDERSON, Sarah, & John CAVANAGH. 2000. *Top 200. The rise of corporate global power*. Washington: Institute for Policy Studies.

ANDOH, Nat Kobina. 1999. The impact of structural adjustment on

regional integration in Sub-Saharan Africa: A case study of the Economic Community of West African States and the Southern African Development Community, Howard University.

ANDREATTA, F., P. G. Ardeni, and A. Pallotti. 2006. Swords and Plowshares: Regional Trade Agreements and Political Conflict in Africa. *Working Papers from Dipartimento Scienze Economiche, Università di Bologna*

ARNDT, Channing, Sam JONES, and Finn TARP. 2006. Aid and Development: The Mozambican Case. *Discussion Papers from University of Copenhagen. Department of Economics (formerly Institute of Economics)* (06-13).

BANDYOPADHYAY, Subhayu, and Howard J. Wall. 2006. The determinants of aid in the post-cold war era.²⁶

BARAN, Paul A. 1977. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Translated by S. F. CUNHA. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

BASEDAU, Matthias, & Wolfram LACHER. 2006. A Paradox of Plenty? Rent Distribution and Political Stability in Oil States. *GIGA Working Papers*:32.

BERTE, Ibrahima. 2002. Test de convergence du PIB par habitant en Afrique: Evidence par la methode des series temporelles et la methode non parametrique, Universite de Sherbrooke (Canada).

BHAUMIK, Sumon K. 2006. Does the World Bank have any impact on human development of the poorest countries? Some preliminary evidence from Africa. *William Davidson Institute Working Papers Series from William Davidson Institute at the University of Michigan Stephen M. Ross Business School* (787).

BOAHEN, A. Adu. 1998. *Histoire Générale de l'Afrique. VII. L'Afrique sous dominatgion coloniale 1880-1935*. Abrégée ed. Vol. 7. Paris: UNESCO.

BOURGUIGNON, François J., Victoria Levin, & David Rosenblatt. 2006. Global redistribution of income. *Policy Research Working Paper Series from The World Bank* (3961).

CARNEIRO, Emmanuel Moreira. 2004. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana. Caracterização e Consequências*. S. João do Estoril: Princípia.

CHARTIER, Anne-Marie. 1996. *Essai Critique sur le Concept de Développement*. Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble. Original edition, 1996.

CLING, Jean-Pierre. 2006. Commerce, croissance, pauvreté et inégalités dans les PED: une revue de littérature. *Working Papers from DIAL* (DT/2006/07).

COCKBURN, Andrew, & Joli COBB. 2003. Escravos do Século XXI. *National Geographic - Portugal* (Setembro 2003).

CONDORCET. 1987. *Quadro dos Progressos do Espírito Humano*. Translated by M. A. GODINHO. Lisboa: Edições Cosmos.

CORREIA, Maria Fernanda, and Carlos PIMENTA. 2007. Ordenamento Estratégico da Educação. *Working Papers / CEAUP* (2):26.

DIAGNE, Marcelin Waly. 2004. The Economic Community of West African States: Is there a case for a common currency? Doutoramento, Fordham University.

DIOUF, Makhtar. 2002. Mondialisme et Régionalisme. Le "nouveau régionalisme" en Afrique.

DREHER, Axel, Peter NUNNENKAMP, and Rainer THIELE. 2006. Does US Aid Buy UN General Assembly Votes? A Disaggregated Analysis. *Working papers from Swiss Institute for Business Cycle Research (KOF), Swiss Federal Institute of Technology Zurich (ETH)*, (06-138).

DREHER, Axel, and Jan-Egbert STURM. 2006. Do IMF and World Bank Influence Voting in the UN General Assembly? *Working papers from Swiss Institute for Business Cycle Research (KOF), Swiss Federal Institute of Technology Zurich (ETH)*, (06-137).

ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. 2002. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2003. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2004. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2005. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

EDI, Eric. 2005. *Globalization and politics in the Economic Community of West African States*, Temple University.

ELTIS, David, Stephen D. Behrendt, David Richardson, and Helbert S. Klein. 1999. *The Trans-Atlantic Slave Trade*: Cambridge University Press.

ESTEVEZ, António Joaquim. 2004. Troca de Saberes no campo das ciências sociais. In *Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade*. Porto: Campo das Letras.

ESTULIN, Daniel. 2005. *Clube Bilderberg: Os Senhores do Mundo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

FERNANDES, Maria C. 1995. *Poemas*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

FIGUEIREDO, António. 1991. Economia e Desenvolvimento. *Boletim da Universidade do Porto* (6):22/26.

FIGUEIREDO, António & Carlos S. COSTA. 1986. *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações. Tomo I: Conceito. Rupturas*. Porto: Afrontamento.

FORERO-PINEDA, Clemente. 2006. The impact of stronger intellectual property rights on science and technology in developing countries. *Research Policy* 35 (6):808-824.

FRANÇOIS, Alain. [sd]. Le concept de développement : la fin d'un mythe. *L'Information Géographique*, n° 66 (Dez. 2003), pp. 323-336, Lido através de documento disponibilizado na Internet, 13 pág.

FURTADO, Celso. 1964. *Dialéctica do Desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Original edition, 1964.

———. 1965. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Original edition, 1961.

———. 1982. Transnacionalização e Monetarismo. *Pensamiento Iberoamericano* (1):13/44.

———. 1998. *O Capitalismo Global*. Lisboa: Gradiva.

GAKUNZI, David, & Ad'Obe OBE. 1995. *Rencontres avec Julius K. Nyerere*. Paris: Descartes & Cie.

GIDDENS, Anthony. 2000. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presenca.

HÉRAULT, Nicolas. 2006. Trade Liberalisation, Poverty and Inequality in South Africa: A CGE-Microsimulation Analysis. *Melbourne Institute Working Paper*.

HIGGOTT, Richard. 2006. International Political Economy (IPE) and the Demand for Political Philosophy in an Era of Globalisation. *CSGR Working Paper* (210/06):58.

HUGON, Philippe. 2006. *L'économie de l'Afrique*. 5 ed. Paris: La Découverte.

IMPERIAL, Jovelina Alfredo António. 2006. A CPLP e a cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros Um exemplo: Angola, ISEG, UTL, Lisboa.

ISMAIL, Ahmed. Challenging regionalism, trade integration and globalization: Development integration theory and the Southern African Development Community, Northern Arizona University.

KATZ, Frederico Jayme. Globalização e Periferia. Passado e Presente. Paper read at *Para Onde Marcham os Periféricos?*, at Recife, Brasil.

KLOCZOWSKI, Jerzy, & [av]. 2005. *Des frontières en Afrique du XIIe au XXe siècle*. Paris: UNESCO.

KOUAM, Reine Djuidje. 2005. L'Union africaine comme réponse africaine au défi de la mondialisation. *Afrique et Développement XXX* (1 & 2):125-151.

LENINE. 1960. "L'Impérialisme, stade suprême du capitalisme", in *Oeuvres (22)*. Translated by R. GARAUDY. Moscovo: Edições Progresso.

LEONTIEF, Wassily. 1988. *A Economia do Insumo-Produto*. Translated by M. D. DAVID. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural.

LUSHABA, L. S. (2006). Development as modernity, modernity as development. *ASC Working Paper*, 2006(69), 53.

LUXEMBURGO, Rosa. 1988. *A Acumulação do Capital (I & II)*. Translated by M. V. LISBOA. São Paulo: Nova Cultural.

MADDISON, Angus. 2003. *The World Economy. Historical Statistics*. Paris: OCDE/OECD.

MARONG, Alhagi. 1998. Economic integration and foreign direct investment in West Africa, McGill University (Canada).

MAYDA, Anna Maria, & Chad STEINBERG. 2006. Do South-South Trade Agreements Increase Trade? Commodity-Level Evidence from COMESA. *Working Papers from Georgetown University, Department of Economics:37*.

MBONGO, Nsame. sd. Naissance de la Philosophie et la Renaissance Africaine (Origines et enjeux de la philosophie négro-pharaonique).16.

MKANDAWIRE, T. (2005). Maladjusted African Economies and Globalisation. *Africa Development / Afrique et Développement*, XXX(1&2).

MILANDO, João. 2005. *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.

MILANOVIC, Branko. 2006. Global income inequality : what it is and why it matters. *Policy Research Working Paper (WPS3865):35*.

MINGAT, Alain. 2006. Social Disparities in Education in Sub-Saharan African Countries: Gender, geographical location and family income. *Pre- and Post-Print documents from HAL, CCSD/CNRS*

MSHIGENI, Deogratius Stephen. 2002. The growth of regionalism in Sub-Saharan Africa, University of Nevada, Las Vegas.

N'KRUMAH, Kwame. 1967. *Neocolonialismo - Último Estágio do Impe-*

rialismo. Translated by M. C. PEDREIRA. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. Original edition, 1967.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION. *www. Harry S. Truman Library & Museum*, <http://www.trumanlibrary.org/publicpapers>. Última visita: 29/10/2007.

NUNES, Gemeniano António. 2005. *Economia Guineense: Globalização e Integração*, UTL - Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

NYAMBAL, Eugène. 2006. *Créer la Propérité en Afrique*. Paris: Harmattan.

NYERERE, Julius K. 1970. *Socialisme, Democratie et Unité Africaine. La Déclaration d'Arusha*. Translated by J. MFOULOU. Paris: Présence Africaine.

OCDE. 1980. *Simulations de Politique Budgetaire a L'Aide du Modele des Liaisons Internationales Etablis par l'OCDE. Politique de Revenus en Théorie et en Pratique*. Paris: OCDE.

———. 2002. *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook* OCDE.

———. 2006. *Comprendre la croissance économique*. Paris: OCDE.

OGOT, B. A. 1998. *Histoire Générale de l'Afrique. V. L'Afrique du XVIe au XVIII Siècle*. Abrégée ed. Vol. 5. Paris: UNESCO.

ONU. 2005. *Rapport sur la situation sociale dans le monde en 2005*. Washington: ONU.

———. 2006. *The Inequality Predicament. Report on the World Social Situation 2005*. Place Published: ONU.

PARAIRE, Philippe. 1999. *A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo*. 1 ed. Lisboa: Editorial Avante. Original edition, 1999.

PATTILLO, Catherine, Sanjeev GUPTA, and Kevin CAREY. 2006. *Douleurs de croissance. Finances et Développement* (Março 2006).

PEIRO, Amado. 2006. *Happiness, satisfaction and socio-economic conditions: Some international evidence. Journal of Socio-Economics* 35 (2):348-365.

PICASSO, T. J. L. (sd.). *Da Organização da Unidade Africana (OUA) à União Africana (UA)*. Maputo: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

PIMENTA, Carlos. 2000. Globalização e Humanismo. In *Globalizzazione e Umanesimo Latino*. Tolosa: Cassamarca.

———. 2000. Globalização: Prolegómenos, Questão problemática e Hipóteses. *Vértice - nova série* (94):25.

———. 2001. Globalização, Humanismo e Política. In *Integração Latino-Americana ante a Globalização*. Recife: UNICAP.

———. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.

———. 2005a. Apontamentos sobre complexidade e epistemologia nas Ciências Sociais. In *Sobre Interdisciplinaridade*. Caxias do Sul: EDUCS.

———. 2005b. Globalização: desafios económicos e éticos. In *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*, edited by S. ROCHA-CUNHA. Évora: Instituto Superior Económico e Social.

———. 2006c. Apontamento sobre os futuros da Ciência Económica. In *Ensaios de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG.

———. 2007a. Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? *Working Papers / CEAUP* (1):41

———. 2007b. Apontamentos Heterodoxos sobre Globalização e Desenvolvimento em África. Paper presented at the Conference «*Desafios da Investigação Social e Económica em Moçambique Hoje*».

PIMENTA, Carlos, and M. Teresa Saturnino. 1996. *Introdução à Economia. Pensar a Economia. 11º Ano. Exercícios de Economia*. 1 ed. Porto: Porto Editora. Original edition, 1996.

PLESSIS, Stan du, and Ronelle Burger. 2006. Examining the Robustness of Competing Explanations of Slow Growth in African Countries. *Working Papers from Stellenbosch University, Department of Economics* 25.

- PNUD. 1990. *Human Development Report 1990*. New York: PNUD.
- . 1991. *Human Development Report 1991*. New York: PNUD.
- . 1992. *Human Development Report 1992*. New York: PNUD.
- . 1993. *Human Development Report 1993*. New York: PNUD.
- . 1994. *Human Development Report 1994*. New York: PNUD.
- . 1995. *Human Development Report 1995*. New York: PNUD.
- . 1996. *Human Development Report 1996*. New York: PNUD.
- . 1997. *Human Development Report 1997*. New York: PNUD.
- . 1998. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1998*. Lisboa: Trinova Editora. Original edition, 1998.
- . 1999. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2000. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2001. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2002. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002*. Lisboa: PNUD.
- . 2003. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. New York: PNUD.
- . 2004. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*. New York: PNUD.
- . 2005. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. New York: PNUD.
- . 2006. *Human Development Report 2006. Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. Nova Iorque: PNUD.
- POULAIN, Jacques, and [av]. 2004. *La Culture à l'Épreuve de la Mondialisation*. Paris: UNESCO.

RAMIREZ-RONDAN, Nelson, & Saki BIGIO. 2006. Corruption and Development Indicators: An Empirical Review. *Working Papers from Banco Central de Reserva del Perú* (2006-007).

RAZAFINDRAKOTO, Mireille, and François ROUBAUD. 2005. Gouvernance, Démocratie et lutte contre la pauvreté en Afrique: Expérience et point de vue de la population de huit métropoles Enquêtes 1-2-3, Premiers résultats. *Working Papers from DIAL*:115.

REDDY, Sanjay G., & Camelia MINOIU. 2006. Real Income Stagnation of Countries, 1960-2001. *Working Papers from United Nations, Department of Economics and Social Affairs*.

REIGADO, F. Marques. 1983. *Introdução ao Planeamento. Teorias e Técnicas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

REIS, José António dos. 2007. O “Reformismo” Africano. *A Nação* n° 5. 04 a 10/10/2007, Cabo Verde.

REIS, Luis Filipe Carmo. 2007. Notas sobre a Guerra do Cajú em Moçambique (1992-2002). *Working Papers* n° 10 / CEAUP.

RIST, Gilbert. 1996. *Le Développement. Histoire d'une Croyance Occidentale*. 1 ed. Paris: Presses de Sciences Po. Original edition, 1996.

SALIFOU, André. 2005. *Entretiens avec mes enfants sur la démocratie en Afrique...* Paris: Présence Africaine.

SALL, Ebrima. The Social Sciences in Africa Trends, Issues, Capacities and Constraints. *SSRC Working Paper Series* 8.

SANTOS, Maciel. 2006. A historicidade das sociedades rendadeiras – contributo para a crítica da rentier theory. Texto dactilografado

SCHNEIDER, Friedrich. 2004. The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003. *IZA - Discussion Paper* (No. 1431):64.

———. 2006. Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do We Really Know? *IZA - Discussion Paper* (2315).

SCHNEIDER, Friedrich, and Robert KLINGLMAIR. 2004. Shadow Economies around the World: What Do We Know? *IZA - Discussion Paper* (No. 1043):60.

SIMON-AARON, Charles 2002. Class ideology and African political theory. Ph.D., York University (Canada), Canada.

SINE, Babacar. 1983. *Le Marxisme devant les sociétés africaines contemporaines*. Paris: Présence Africaine.

SISSOKO, Yaya, and Sel DIBOGLU. 2006. The exchange rate system and macroeconomic fluctuations in Sub-Saharan Africa. *Economic Systems* 30 (2):141-156.

SÖDERBAUM, Peter. 2007. Science, ideology and development: Is there a 'Sustainability Economics'? *post-autistic economics review*, (43):18.

STEIN, H. (2000). Economic Development and the Anatomy of Crisis in Africa: From Colonialism through Structural Adjustment. *OCCASIONAL PAPER - Centre of African Studies University of Copenhagen*.

STIGLITZ, Joseph E. 2004. *Globalização, A Grande Desilusão*. Translated by M. F. DUARTE. 3ª Revista ed. 1 vols. Lisboa: Terramar.

SZOSTAK, Rick. 2006. Economic history as it is and should be: Toward an open, honest, methodologically flexible, theoretically diverse, interdisciplinary exploration of the causes and consequences of economic growth. *Journal of Socio-Economics* 35 (4):727-750.

TABELLINI, Guido. 2005. Culture and institutions: Economic development in the regions of Europe. *CESIFO WORKING PAPER* (1492):78.

TAMAMES, Ramón. 1993. *Estructura Económica Internacional*. 17 ed. Madrid: Alianza Editorial. Original edition, 1970.

TAMURA, Robert. 2006. Human capital and economic development. *Journal of Development Economics* 79 (1):26.

TAWFIK, Rawia M.. NEPAD and African Development : Towards a New Partnership between development actors in Africa. *CODESRIA*:16.

UE. 2005. *EU Report on Millennium Development Goals 2000 – 2004*.

EU contribution to the review of the MDGs at the UN 2005 High Level Event. Bruxelles: UE.

UIA. 2006. *Yearbook of International Organizations. Guide to Global Civil Society Networks.* 5 vols. Munchen: Union of International Associations.

UN - ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. 2003. *Economic Report on Africa 2003 - Accelerating the Pace of Development.* Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2004. *Economic Report on Africa 2004 - Accelerating the Pace of Development.* Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2005. *Assessing Regional Integration in Africa.* Addis Ababa: UN - Economic Commission for Africa.

VAKALOULIS, Michel. 2003. *O Capitalismo Pós-Moderno. Elementos para uma Crítica Sociológica.* Translated by R. CRUZ. 1 ed. Lisboa: Campo da Comunicação.

WIREDU, Kwasi. 2006. *A Companion to African Philosophy.* 1 vols. Victória (Austrália): Blackwell Publishing.

WORLD BANK. 2006. *Doing Business in 2006. Creating Jobs.* Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank

YA'U, Y. Z. (2005). Globalisation, ICTs, and the New Imperialism: Perspectives on Africa in the Global Electronic Village. *Africa Development / Afrique et Développement*, XXX(1&2).

ZELEZA, Paul Tiyambe (Ed.). 2006. *The Study of Africa. Vol. I. Disciplinary and Interdisciplinary Encounters.* Edited by P. T. Zeleza. Oxford: African Books Collective.

ZERBO, Adama. 2006. Marché du travail urbain et pauvreté en Afrique subsaharienne: un modèle d'analyse. *Documents de travail from Centre d'Economie du Développement de l'Université Montesquieu Bordeaux IV.*

MORTALITY IN AFRICA: AN INTRODUCTORY OVERVIEW

Ana Pires de Carvalho*

Pág. 155 a 185

Introdução

The study of mortality (and survivorship) is an elemental component for the assessment and understanding of the wellbeing of a society. The knowledge of mortality levels, mortality causes and mortality differentials contributes to the understanding of the population dynamics, its weaknesses and development trends. The striking feature of a developed society is whether people live long and healthy lives. Furthermore, once mortality rates are in great measure linked with morbidity rates, it is expected that a country with high mortality rates will also have high morbidity rates, hence with a much lower wellness. Therefore, in diagnosing the population infirmities it is possible to identify ways of improving its well being.

Mortality levels in Sub-Saharan countries are staggeringly high (UNICEF, 2007):

- **1 in 16 women in average die of maternal causes, but in Angola the corresponding figure is 1 in 7 women;**
- **1 in 5.9 children in average do not reach 5 years old, but in Sierra Leone only 1 in 3.5 children reach that age;**
- **46 years is the average number of years a person born today expects to live, but in Swaziland the analogous figure is 31 years;**

These values are considerably worse than the world averages and incomparably worse than in industrialized countries.

Indeed, the study of mortality aims to know, first of all, how many years, in average, a person lives and how many persons die in a certain period, at different ages. It also aims to identify the causes of death and to recognize

* Consultora Independente

which groups of the population are more vulnerable. The answers to these questions will allow determining what can be done to prevent early deaths and increase people's life-span. They will allow the formulation of targeted policies conducing to a steady improvement of the population well being and the increase of its development pace. That's why mortality levels are a crucial issue in the eight UN Millennium Development Goals² (MDGs). That's the case of Goal 4 - reduction of child mortality and Goal 5 - reduction of maternal mortality. In addition, Goal 6 – combat HIV/AIDS, malaria and other illnesses is also related with mortality.

Nevertheless, data on mortality in sub-Sahara Africa is still incipient and for most African countries, only in the last few decades basic mortality indicators have been estimated. In addition, data on causes of death is not very accurate, as Kenneth Hill (2006) reported:

“Death has always been an overriding concern: two of the eight Millennium Development Goals express targets in terms of mortality and one out of three components of the Human Development Index is a mortality measure. It is therefore surprising that so little is known about the levels and causes of death in developing countries. In Africa, only two countries report causes of death for 50% or more of their deaths.”

Hence, writing about mortality in Africa is of great importance but, due to the scarcity of data, it is a daunting challenge. Nevertheless, due to its importance it should be attempted, as its importance overrides the difficulties in doing it. What follows aims to present an overview, or, more precisely a snapshot of what is known about mortality levels and issues hence related in sub-Saharan Africa.

As a first overview on mortality in sub-Saharan Africa, this article will tackle this issue mostly from a quantitative perspective. Mention to medical and socio-economic issues will be done, but the objective is to present the mortality levels and main issues in the region hence related.

² In September 2000, at the United Nations Millennium Summit, World leaders agreed to set a time-bound and measurable goals and targets for combating poverty, hunger, disease, illiteracy, environmental degradation and discrimination against women

All sources of data presented here have been published in journals or included in International Organizations reports.

1. The measurement of mortality

1.1 Data sources

Global health progress and people's survivorship trends require the systematic gathering of data so that morbidity and mortality levels and trends are accurately scrutinized. However, as above mentioned, this is not the case of most sub-Saharan countries. Indeed, the International Institute for Vital Registration and Statistics (1988) reported that the great majority of sub-Saharan countries do not have registration systems producing usable vital statistics. Data gathering is a rather costly activity, thus a compromise between quantity and quality of data has to be made.

In order to estimate the mortality levels of a certain population during a given time period, the basic information needed are the number of persons of the population during that period and the number of deaths that occurred during that period. Because the number of persons is continually changing, demographers consider the number of persons in a given period as the mid-point between the number of persons at the beginning of the period and the number of persons at the end of that period. A well organized civil registration is needed to obtain these figures. While it seems that this registration system is a straightforward process, it is costly and entails a level of government organization that most African countries cannot afford. Particularly complex it is the data gathering on causes of death of all population, that in addition to an efficient registration throughout the country, also requires the participation of medical personnel.

In the last decades, population censuses have been conducted in most countries with a reasonable frequency and quality, producing acceptable information on population figures. However, death's statistics on these censuses rely solely on people's reports on past deaths, with questionably

accuracy. In addition, seldom there is any mention to causes of death on these censuses, as proper statistics on the cause of death requires the presence of medical personnel for the registration of deaths' details.

Other important sources of data are the demographic and health household surveys, using large samples representative of the whole population. These surveys have, among many others, detailed questions on births and deaths and its quality can be considered good. However, because deaths are a relatively rare event, the death rates provided are significant only at national level, and sometimes also at regional level. Since mortality rates tend to vary considerably from one region to another, these surveys provide good estimates but incomplete.

More recently, in order to obtain information on causes of death, a pilot experience has been set up in a number of sub-Saharan countries, called Demographic Surveillance Systems, where verbal autopsies (VA) are used to assign causes of death in a given region. This process involves interviewing family members about circumstances leading to death, and symptoms signs during the illness that preceded death, with close involvement of medical personnel on the sites (Adjuik et al, 2006). These Surveillance Systems do not represent statistically all country, as the sites are not numerous neither constitute a random sample. They nevertheless give an amount of very important data, at a reasonable cost.

In summary, data on mortality levels and mortality causes in the region exist but it is still incipient. Nevertheless, in the recent decades, governments and international organizations are making great efforts have in gathering information and estimating the basic mortality indicators. Putting together all existing data it is possible have a rather accurate picture of the situation.

1.2 Overview of main mortality indicators

The measurement of demographic indicators is simple but somewhat tricky, because the population is continuously changing due to births, deaths and migration. In general, indicators refer to a fixed period, often

a year, and the mid-period population is used as the base rate. The procedures used to calculate the various indicators below presented will not be presented here.

The main mortality indicators are the following:

- Crude mortality rate and age-specific mortality rates
- Expectancy of life (at birth and at other ages)
- Infant and under five mortality rates
- Maternal mortality

The **crude death rate** is the quotient of the total number of deaths occurred during a year by the mid-year population. **Age specific mortality rates** are similar concepts, but they refer to a certain age group: it is the quotient between the number of deaths of persons within a certain age group by the total number of persons of that age group, during a certain period.

Comparing the mortality levels of two population groups, for instance two countries, using only the crude death rate, can be somewhat misleading as this indicator depends greatly on the age-structure of the population. If a population is 'old', meaning that have a high proportion of older people, it may have the same crude mortality rate than a population that is 'young', but with very different levels of mortality in the sense that in the first country, people live much longer than in the second one. So, to clearly understand the levels of mortality, one has to combine the crude death rate with the age specific death rates.

The graphic of the age-specific mortality rates is a U-shaped line as mortality rates at very young and very old ages are much higher than at other ages. The left side is higher or lower depending on the level mortality rates at early ages. In developed countries, the left part of the 'U' is almost inexistent while in less developed countries the shape is much closer to an 'U'. However, the soaring death rates due to AIDS are changing this pattern in some countries, as there are significantly higher mortality rates in early adulthood. The age-specific mortality rates, not only define a more complete mortality pattern of the mortality levels, but it is also the base to calculate the expectancy of life (see below).

The great importance of the crude mortality rate is to calculate the annual natural population growth rate. Indeed, this last rate is the difference between the crude birth rate (definition similar to the crude death rate, but considers births instead of deaths) and the crude mortality rate in a given year. Nevertheless, a single mortality indicator would be desirable for easy comparison.

The **expectancy of life at birth (e_0)** is the number of years the persons born in that year can expect to live, if at each age they will experiment the same age specific mortality rates as observed in the year they were born. Similarly, the **expectancy of life at a given age x (e_x)** is the number of years the persons aged x years can expect to live on average, if at each age afterwards they will experiment the same age specific mortality rates as observed in the year they were aged x years old.

The expectancy of life indicators are 'fiction' definitions, as the age specific mortality rates tend to change over time. However, the expectancy of life at birth is a single indicator and it is the most important for comparison of mortality levels between different populations. As the definition states, the expectancy of life is calculated based on age-specific mortality rates, but these rates require accurate yearly statistics per age on the total population and deaths, which only the more developed countries produce. Scholars and demographers at United Nations developed model life-tables for different mortality structures which have been used for the estimation of the expectancy of life in less developed countries.

The **Infant Mortality Rate (IMR)** is the number of deaths under age 1 in the year divided by the number of live births in that year.

Normally this rate is indicated as the number of infant deaths in one thousand live births. Actually, this indicator is not a 'rate' but a 'ratio' as the numerator is not a subset of the denominator. The virtue of this indicator is that it can be calculated from census or survey data while the age-specific mortality rates need a complete and accurate births and deaths registration. However, if mortality rates are relatively stable, the

infant mortality rate is a good proxy of age-specific mortality rate between exact ages 0 and 1.

The **under-five mortality rate** is the probability of dying between birth and exactly five years of age, expressed per 1,000 live births

The **maternal mortality ratio** is the number of women who die each year from causes related with pregnancy and delivery per 100,000 live births.

Because this rate depends on the number of children and does not provide a proportion of woman who dies by maternal causes, another indicator is often used.

The **life time maternal risk of dying** is the probability of a woman to die due to maternal causes.

All these mortality indicators are very important indicators for the understanding and measurement of a society wellness. Indeed, the striking feature of a developed society is whether people live long and healthy lives. As mentioned above, mortality rates are very much linked with morbidity rates, and thus a country with high mortality rates will also have high morbidity rates. Of particular importance among the different mortality indicators, is the infant mortality rate. It depends on the parent's education, on their capability to provide enough food and on the country's health system accessibility to the majority of people. It is the group of people where the mortality rates are staggeringly high and its influence on the value of the expectancy of life is enormous.

On Figure 1, the relationship of the expectancy of life and the mortality rates can be observed. Indeed, the graph on the left side is the expectancy of life at different ages for three sub-Saharan countries.

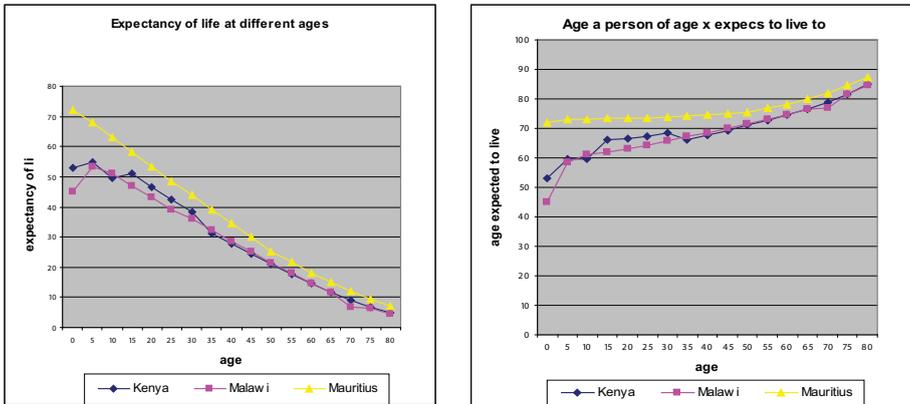


Figure 1. Expectancy of life at different ages in Kenya, Malawi and Mauritius

Source: data from UN Statistical Yearbook, 2006

As can be noticed, while there is a huge difference of e_0 between Mauritius and Malawi (respectively 72 and 45 years), the difference of e_x for x bigger than 15 years is much smaller. In other words, in a country with high levels of mortality at early ages, once a person reaches youth, he/she can expect to live almost the number of years as a person in another country with a much higher expectancy of life at birth. Or, it can be said the age a person is expected to live to increases considerably after surviving the first years, as can be observed on the graph on the left part of Figure 1. Nevertheless, AIDS mortality rates are changing considerably this pattern. Countries with high prevalence of AIDS for some decades, are already experiencing a mortality pattern different of the one just mentioned. This is due to the fact that the increase of mortality rates due to AIDS is affecting mainly young adult ages, as will be analyzed below.

2. Mortality rates in Africa

The knowledge of sub-Saharan population dynamics in the past is very scarce, almost nil. Based on historical colonial documents, some researchers come up with some figures for some specific populations, but credible figures on mortality in the past for the region simply do not exist. However, there are some references about the high mortality levels in the past. McDaniel and Preston (1994), using data from the American authorities showed that the mortality levels of the freed slaves returning to Liberia in the beginning of 1800's is the highest mortality level of a sizeable population ever recorded. In Newitt (1995)'s *History of Mozambique*, reported that that one in three children died during the first half of the twentieth century. In summary, although these and other indications suggest high mortality levels, they are scattered and thus not conclusive of the situation in the past. For most sub-Saharan Countries, only on the recent decades, estimates of mortality levels have been done.

2.1 Present values

As mentioned above, the weakness of the vital registration in most African countries prevents the estimation of accurate mortality levels, particularly rates related with causes of death. However, most of the above mentioned rates are calculated in almost all sub-Saharan countries. On Table 1 it is presented the average mortality rates for sub-Saharan and other regions of the world.

Table 1. Average mortality rates for sub-Saharan and other regions of the world

	Life expectancy at birth	Infant mortality rate per 1,000 live births	Under five mortality rate per 1,000 live births	Maternal mortality ratio per 100,000 live births	Life time risk maternal death, one in:
Sub-Saharan Africa	46	101	169	940	16
World Average	68	52	76	400	74
Industrialized countries	79	5	6	13	4000
Central Europe	67	32	38	64	770

Middle East & North Africa	68	44	56	220	100
South Asia	63	67	92	560	43
East Asia and Pacific	71	29	36	110	360
Latin America & Carib.	72	26	31	190	160

Source: 'The state of the world's children 2006', UNICEF 2007

It is important to note that while these figures show a tremendous situation, they are averages for all the sub-Saharan Africa, which means that there are countries in a worse situation than the average. Indeed, there is a great variability among the countries in the region. On Table 2 it is presented the list of countries in the region with highest and lowest under five mortality rate. For instance, in Sierra Leone, 283 children aged under five out of 1,000 live births die per year. This means that around 1 in 3.5 children do not reach five years old. Indeed, the under five mortality rate in Sierra Leone is approximately 20-fold higher than Seychelles'.

Table 2. Countries in sub-Saharan Africa with highest and lowest under five mortality rate per 1,000 live births

Worst five Sub-Saharan Countries	Value	Best five Sub-Saharan Countries	Value
Sierra Leone	283	Seychelles	14
Angola	260	Mauritius	15
Niger	259	Cape Verde	36
Liberia	235	Namibia	63
Somalia	225	South Africa	67
Average in sub-Saharan Africa:		169	

Source: 'The state of the world's children 2006', UNICEF 2007

Similarly, the country averages hide the differences between regions within a country. For instance in Mozambique, the IMR and the U5MR are respectively 124 and 178 per 1,000 live births. But the analysis of the corresponding values per province, show a dramatic disparity, as can be seen on Figure 2.

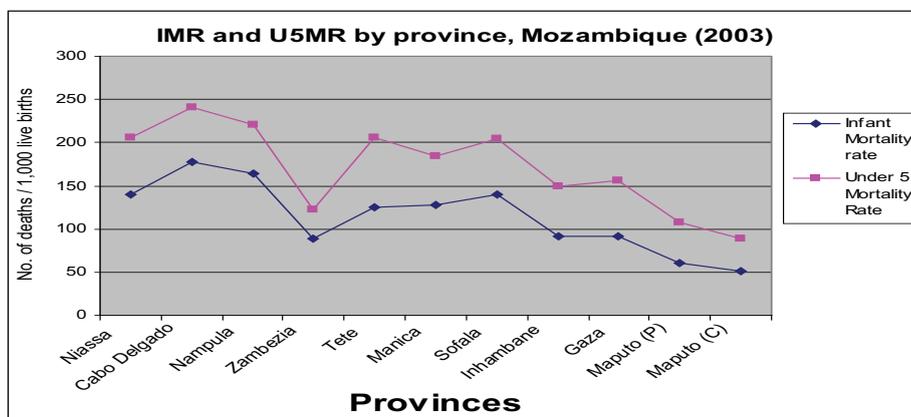


Figure 2. Infant and under five mortality rate in Mozambique

Source: data from "Mocambique – Inquerito Demografico e de Saude", 2003 (INE e MISAU, 2005)

While infant and child mortality rates have been decreasing for the last decades and the expectancy of life is increasing in general (it is not the case of countries with high prevalence rates of HIV/AIDS) in Sub-Saharan Africa, maternal mortality is not having the same improvements. A study by Keneth Hill (2007), showed that maternal deaths fell by less than 1% a year between 1990 and 2005.

The number of women dying by maternal causes varies dramatically worldwide from one in six in Sierra Leone to 1 in 47,000 in Ireland (UNICEF 2007). Maternal health is strongly linked to access to safe abortion, contraception and emergency obstetric care. It is studied that for each woman who dies of childbirth there are around fifteen other woman that suffers disability, often rather severe. In addition, if a mother is ill or dies, the baby is less likely to survive and her other children less likely to be healthy and educated (Starrs, 2007). On Table 3, the maternal mortality ratio and maternal life time risk of death averages in the different regions in the world are presented. In addition, the antenatal coverage and the percentage of births attended by a skilled medical professional can also be observed.

Table 3. Maternal mortality ratio and maternal life time risk of death averages in different regions in the world, antenatal coverage and the percentage of births attended by a skilled medical professional can also be observed.

Region	Antenatal care coverage %	Skilled attendant at birth %	Maternal mortality ratio (no. of deaths per 100,000 births)	Lifetime risk of maternal death, 1 in:
Sub-Saharan Africa	69	42	940	16
Middle East & North Africa	71	76	220	100
South Asia	54	36	560	43
East Asia and Pacific	87	86	110	360
Latin America & Caribbean	87	87	190	160
Central Europe	86	93	64	770
Industrialized Countries	na	99	13	4000

Source: UNICEF 2007

Similarly to the other rates, the high average levels of maternal mortality in Sub-Saharan Africa do not tell the whole story, indeed there are dramatic differences between the countries. On Table 4, the list of the sub-Saharan countries that have the maternal mortality ratio higher than this region average is presented.

Table 4: Maternal mortality ratio and maternal life time risk of death for countries with higher maternal mortality ratio higher than the average in sub-Saharan Africa

Countries	(a)	(b)	(c)	(d)	Countries	(a)	(b)	(c)	(d)
Angola	66	45	1700	7	Mauritania	64	57	1000	14
Democratic Rep. Congo	68	61	990	13	Mozambique	85	48	1000	14
Central African Rep.	62	44	1100	15	Niger	41	16	1600	7
Chad	42	16	1100	11	Rwanda	92	31	1400	10
Guinea-Bissau	62	35	1100	13	Sierra Leone	68	42	2000	6
Kenya	88	42	1000	19	Somalia	32	25	1100	10
Malawi	94	61	1800	7	Tanzania	94	46	1500	10
Mali	57	41	1200	10	Zimbabwe	93	73	1100	16

(a) Antenatal care coverage

(c) Maternal mortality ration (no. of deaths per 100,000 births)

(b) Skilled attendant at birth

(d) Lifetime risk of maternal death, 1 in:

Source: UNICEF 2007

High levels of maternal mortality are linked with unsafe abortion, antenatal care, skilled birth attendance and emergency obstetric care. If maternal mortality is difficult to measure, the proportion of each of these causes is even less known. Nevertheless, it is common sense that maternal mortality reductions require a considerable increase and improvement of health care personnel and facilities. But these actions need to be preceded by a throughout situation analysis, to determine where the bottlenecks lie. Indeed, plotting the antenatal care coverage and the skilled birth attendant against maternal mortality ratio from the data on Table 4 (Figure 3), one can see that there is not a strong correlation between the two variables. That's the case, for instance, of Kenya, Rwanda, Zimbabwe and Tanzania, having very high coverage of antenatal care but very high maternal mortality ratios.

Although Egypt (Campbel et al, 2005) is not a sub-Saharan country, its experience in tackling maternal mortality is worth to mention. According to UNICEF (2007), the antenatal coverage is 69% of pregnant women and the percentage of births attended by a skilled health professional is also 69%. Nevertheless, they halved the maternal mortality ratio in just 10 years. They started the program by doing a detailed and comprehensive diagnosis of the situation, checking the accessibility and logistics of the health care facilities, the quality of providers and the availability of supplies (equipment, drugs, blood, anesthetics) all over the country. In addition they also checked on contraceptive prevalence and the supply of family planning services. Based on the results of this throughout study, they addressed the encountered problems and as a result maternal mortality declined drastically.

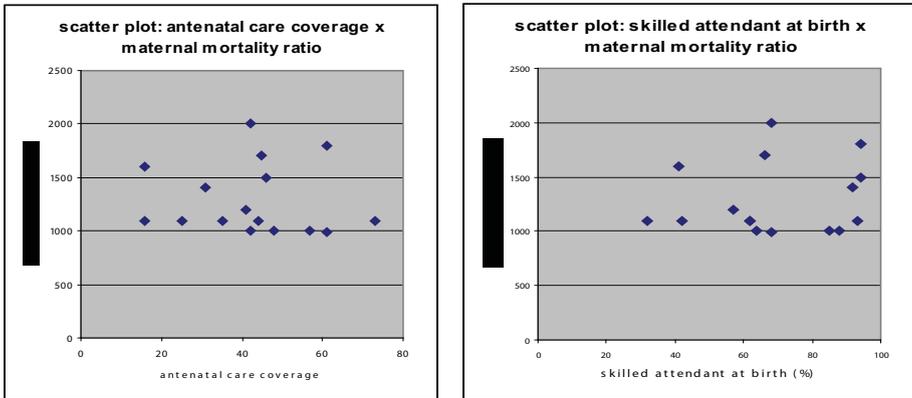


Figure 3: Scatter plots showing the relationship between antenatal care coverage and maternal mortality ratio (left graph) and skilled attendant at birth and maternal mortality ratio (right graph) for the countries with maternal mortality ratio higher than the sub-Saharan average

It is worth to point out the importance of family planning in reducing the maternal mortality levels. There is an obvious reason for this: the higher the number of children a woman has, the likelier she dies of maternal causes. Furthermore, the use of contraceptives prevents women to have children too young, too old, too short birth intervals and too many children, all proven causes for the increase of death by maternal causes (Marston & Cleland, 2004).

2.2 Values in the last decades

Notwithstanding mortality rates in sub-Saharan Africa are tremendous, on average they have been decreasing for the past decades. This is the case of the expectancy of life at birth, infant mortality rate and under five mortality rate. Maternal mortality rates are mostly unknown from that period.

This mortality decrease has not been continuous and there are countries where mortality levels increased recently. In a recent study, Garenne and Gakusi (2006), studied 32 countries for which there was data available for the period 1950-2000 and reported that:

- A quarter of the countries had monotonic declining mortality trends;
- Another quarter had long term declines, with some minor rises over short term periods;
- A third quarter had periods of major increases in mortality due to political or economic crises and in most of them mortality stopped to decrease;
- Finally, in the remainder countries mortality has risen in recent years, particularly due to HIV/AIDS.

Nevertheless, Garenne and Gakusi, concluded that during the second half of the twentieth century, under-five mortality rates declined an average of 1.8% per year on the 32 sub-Saharan countries observed. They said that the main causes of mortality increases were due to political instability, serious economic downturns, and emerging diseases. These authors, likewise many others, consider that these declines are in great measure due to the general child vaccinations that sub-Saharan countries started to implement immediately after their independence, with help from several international organizations.

In any case, it is interesting to see how sharply some mortality levels fell, in some selected countries. On Table 5, the estimates of the infant mortality rate of a handful countries are presented.

Table 5: IMR in selected countries, four or five decades ago and now

Country	Period	IMR (per 1,000 live births)	IMR nowadays (per 1,000 live births)
Burundi	1965	150	114
Tanzania	1956	190	
	1967	167	78
Niger	1959-60	200	152
Sudan	1955-56	94	63
Mozambique	1950	212	104
Kenya	1962	132	79
Angola	1940-50	273	154
Mali	1956-58	344	121

source: data taken from Jacques Vallin, 1976; Ansley Cale, 1966; UNICEF, 2007

Similarly, the trends on the expectancy of life at birth in three countries are presented. It is important to recall that a drastic reduction of high levels of IMR immediately makes the expectancy of life at birth considerably increased. Unfortunately, there are not many countries with known expectancy of life in the 1950's.

Table 6: e_0 selected countries, four or five decades ago and now

Country	Period	e_0	e_0 nowadays
South Africa			47
Asiatic	1945-47	50	
	1950-52	55	
Colored	1935-37	41	
	1945-47	43	
	1950-52	46	
Mauritius	1942-46	33	72
	1959-65	37	39
Central African Rep.	1959-65	39	44

source: data from Etienne Van de Vale and Hilary Page, 1969; George Stolnitz, 1965; Ansley Coale, 1966; UNICEF, 2007

2.3 Mortality levels of countries in other regions in the past

On Table 7, the values of the infant mortality rates in selected European and Asian countries on the early 70's and nowadays are presented. Interestingly, it can be seen that the IMR in Portugal three decades ago are almost the same as it is nowadays in Maputo City. In addition, it is the same or higher than some African countries nowadays.

Table 7: IMR in selected countries around the world

Country	IMR in 1970-73 (per 1,000 live births)	IMR nowadays (per 1,000 live births)
Poland	29	7
Portugal	49	4
Italy	28	4
Finland	12	3
China	65	26
Pakistan	142	80
Thailand	75	18
Sri Lanka	46	12
Indonesia	137	30

source: Jacques Vallin, 1976; UNICEF, 2007

On Figure 4, the infant mortality rates in Italy for little more than a century are plotted. Interestingly, only on the 40's-50's of the twentieth century did Italy IMR levels started to be lower than African average nowadays, which is 101 children deaths per 1,000 live births. So, in Sub-Saharan Africa existing information shows that improvements in infant mortality rates so far happened to a much higher pace than happened in Italy. Indeed, if we look at the sub-Saharan levels in the early fifties, i. e., around fifty years ago, and the nowadays values we can see a similarity of Italy rates changes in eighty-hundred years.

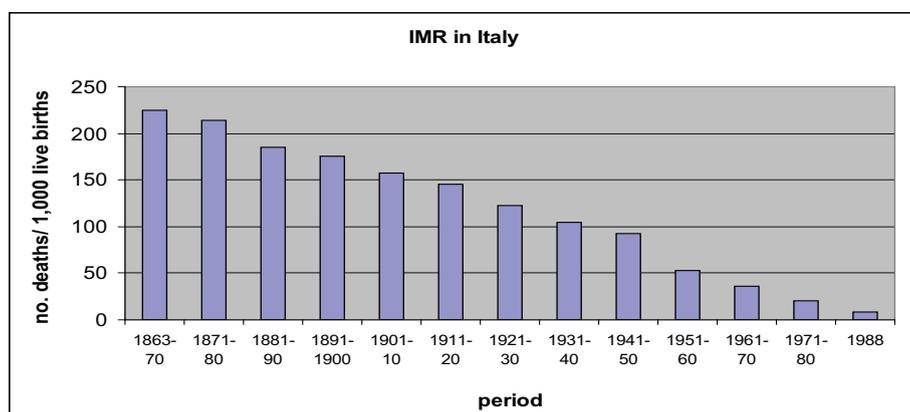


Figure 4: Infant mortality rates in Italy, 1863-1988

Source: Bacchi, 1990

Also, experience from other countries shows that the values of the expectancy of life can change rapidly. On Table 8, the trends of the expectancy of life at birth in Chile and Venezuela are shown. Interestingly, these countries had, in the early 1940's, an expectancy of life at birth respectively 42 and 47 years, which is very close to the expectancy of life in sub-Saharan Africa that is 46 years in 2006. So, in just 60 years these countries improved the life expectancy enormously: Chile has almost the same expectancy of life nowadays than the industrialized countries, respectively 78 and 79; Venezuela is rapidly reaching the industrialized countries with an expectancy of life at birth at 73 years.

Table 8: trends of the expectancy of life at birth in Chile and Venezuela

Country	Period	e_0
Chile	1940	42
	1952	52
	2004	78
Venezuela	1942	47
	1952	57
	2004	73

source: data from Stolnitz, UNICEF

3. Causes of death

3.1 Main causes of death in Africa

In order to estimate the main causes of death the participation of the health personnel at the time or immediately after the death is required in order to assess all the death circumstances. The objective of estimating the number of deaths per cause and per age, allows the answer to the following questions:

- What is the probability of dying per each cause at each age?
- How would the life table be changed if one cause is totally or partially removed?
- How much would the expectancy of life be increased if a cause of death disappeared?

There are demographic methods to answer these questions (see Bacci, 1990), but the results obtained using those methods are only approximate. Indeed, even in developed countries, it is not yet known whether a certain cause of death is eliminated the distribution of the remaining causes is still the same. In fact, persons who die of a certain cause that has been eliminated, might have had some specific characteristics to get that disease or to die from that disease. In other words, it is not certain that with the absence or decreasing of a cause of death the remaining causes of death will still have the same relative proportions among themselves. In addition, it is also not known if the removal of a certain cause of death was done by using medicines that might weaken the body and thus become more prone to other diseases.

Nevertheless, even taking into account these limitations, it is crucial to estimate the proportion of each cause of death. Using different methods and different data sources, WHO (2005) estimated the proportion of the different groups of causes of death for the different regions of the world, for children under five years old. On Table 9 it is presented the estimated distribution of causes of death for children under five years of age and on Figure 5 a pie chart of this distribution is shown (it is important to notice that the values for Africa include all northern Africa countries and not only sub-Saharan Africa).

Table 8: Trends of the expectancy of life at birth in Chile and Venezuela

Cause	All member states (%)	Africa (%)
HIV/AIDS	3	6
Diarrhoeal diseases	17	16
Measles	4	5
Malaria	8	18
Acute respiratory infections	19	21
Neonatal causes	37	26
Injuries	3	5
Others	10	5

source: data from WHO, 2005

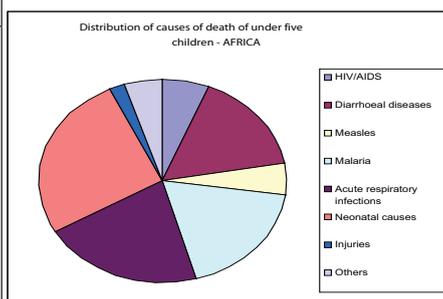


Figure 5: Distribution of causes of death for children under five years of age.

As can be seen, aside the neonatal causes, the main causes of death are acute respiratory infections, malaria and diarrhoeal diseases. These last three causes account for 55% of all under-five deaths. Because northern African countries are less malaria and HIV/AIDS prone countries, their inclusion on the overall statistics may not give the real distribution of the causes of death for sub-Saharan countries.

Indeed, Adjuik et al (2006) report that the mortality estimates from the sub-Saharan sentinel sites are, on the whole, similar to the WHO estimates, but the sentinel sites recorded a lower contribution of diarrhoeal diseases and a higher contribution of malaria. In addition, they concluded that the AIDS cause of death rate in South Africa is higher than the WHO estimates. According to the authors, the main reason for the difference might be attributed to the slightly different time frame of the data gathering. Indeed, the WHO estimates refer to an earlier period and it is more recently that HIV/AIDS significantly increased and malaria became resistant to existing drugs. While the sentinel sites study can not be extrapolated to all region as the sample is not a random and representative sample, it does point for some trends.

Malaria has been under scrutiny for some time as a leading cause of death in sub-Saharan Africa and more recently a number of interesting studies have been done. Dobson (2006) estimated that almost a million children aged under five die per year of this disease. Ayaga and Binka (2005), studying the malaria endemic region of northern Ghana, concluded that as of 1995, if malaria had been eliminated in that year, life expectancy would have increased by as much as 6 years. Romagosa et al. for three years (Jan 2001-Dec 2003) studied the maternal death in Maputo (Mozambique) and concluded that the overall crude maternal mortality rate was 995/100 000 live births. In addition, they found that malaria was the most frequent cause of maternal death, accounting for 23%, of all deaths, with peaks during the rainy seasons. While this result cannot be extrapolated to all maternal deaths in the city and even less to all maternal deaths in the country, it nevertheless points out for the important role of malaria on maternal deaths.

As already mentioned, AIDS role on mortality levels is changing its traditional pattern. In addition, it is becoming the leading cause of death in some countries. That's the case of South Africa, where death rates from natural causes for women aged 25-34 years increased five-fold between 1997 and 2004, and for males aged 33-44 more than doubled (UNAIDS 2006).

As a final note on this section, Byce et al (2005), analyzing WHO estimates on the causes of death for children under five years old, concluded that 94% of global deaths attributable to malaria occur in the Africa region. However, the noteworthy conclusion of their study is that under-nutrition, while does not directly causes many deaths, is the underlying cause of all deaths of children aged under five years.

From the results just mentioned, there is no single formula for the reduction of child deaths that can be applied across countries; it needs to be based on their geographical location, income level, and epidemiological profile. The one thing that is undoubtedly common to all countries is the need to gather data and analyze it properly. In addition, it is important to point out that a large proportion of child deaths can be prevented with relatively simple measures. Findings from large scale surveys showed that fewer than 5% of children in regions of Africa with high prevalence of malaria are using insecticides treated nets to prevent malaria.

4. Mortality differentials

The analysis of mortality variations by socio-economic, environmental and demographic characteristics of a population is one of the most interesting issues in the mortality study, but also one of the most difficult ones to tackle. The characteristics to be considered can be varied, from biophysiological and environmental to economic, social and life style. Within each characteristic, subgroups can be considered in order to more fully understand the mortality levels' variations between characteristics.

The sources of data are registration, censuses and surveys. Nevertheless, a trade-off compromise needs to be done: the larger the number of individuals, the more costly the information gathering is and thus the fewer questions to be asked, and not much information can be gathered about the individual's characteristics. Nevertheless, the most difficult issue to circumvent is the interpretation of the differentials. A very interesting study made by Valin and Beham (1980), compared the probability of death before one year old (a proxy to infant mortality rate) with the moth-

er's number of schooling years in a few Latin American countries. They showed that while the probability of death decreases with the increase of the number of school years, these differentials are much more accentuated in some countries than in others (see Figure 6).

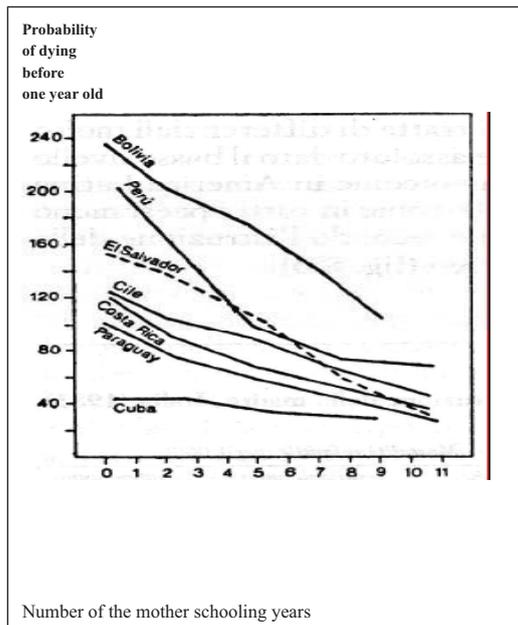


Figure 6: Probability of dying before one year old, per number of schooling years of the mother in seven Latin American countries

source: copied from Bacchi, 1990

These results suggest that there is not only one important characteristic to be considered. Indeed, not only some other individual characteristics (mother's age, revenue, etc) may also have impact on the probability of death of the infant, but also community level variables should be considered. This is the case of the availability, accessibility and quality of health centers, the social education carried out on the communities on how to take care of a baby, etc.

Multivariate regression models are a very useful and often applied to analyze the relationship between child mortality and characteristics of the

household. In addition, more recently, multilevel models have also been applied. These models allow for the simultaneous analysis of individual characteristics of the household and community variables that may explain some extra variability that the usual regression analysis does not allow.

In sub-Saharan Africa, most mortality differentials' studies done so far, concern infant and child mortality differentials. Indeed, infant and child mortality is one of most important mortality issues to study and for which there is a reasonable quantity and quality of data. In general, the studies analyze the relationship of infant or child mortality with different socio-economic variables of the persons belonging to the household (see Preston, 1975; Hobcraft et al., 1984; Hill, 1985; World Bank, 1993). Most indicators of socio-economic status used are income per capita, education (mother, father), urban/rural residence, work status and household assets. In all studies, a significant relationship between socio-economic status and the child's survival probability was found. However, the effect of a specific variable varies from country to country and with the period of the survey/census. In some studies the mother's educational level was the leading factor, while in others the leading factor is the income per capita. In addition as it is in the case of Latin America just mentioned, the same factor can make a much different effect. And it can also happen that a factor is important in one country or population group but it is not valid for other population groups. This is the case, for instance of the income per capita. Indeed, there is threshold in income per capita above which income does not any difference for the children's survival. So, in a country where the majority of the households are above this threshold, the income per capita will not be a very important factor for the survivorship of children.

The studies just mentioned analyze the probability of death of a child related to certain characteristics at the household level and the unit of observation is a child. Aggregate studies are also very informative. Amouzou and Hill examined under-five mortality trends in sub-Saharan Africa, and the association between socio-economic status (indicated by average per capita income, women illiteracy rate, percentage of people living in

urban areas) and the under five mortality rates between 1960 and 2000. In this study the unit of observation is a given country at a given period and used random effect cross-sectional time series models to take into account the interactions between the socio-economic variables. They concluded that there is a consistent negative relationship between under five mortality rates and per capita income, but a given income implies lower U5MR as one moves towards the present. They also concluded that U5MR is positively associated with illiteracy rate and negatively associated with percentage of persons living in urban areas. Interestingly, the effects of urbanization and illiteracy have diminished recently while the per capita income effect increased in this period.

While it is important to consider individual characteristics for the analysis of the differentials, aggregate studies are also important.

An interesting issue that recently is coming up is the effect of ethnicity on child mortality. Brokerhoff & Hewett (1998) analyzed data from several sub-Saharan countries that conducted health and demographic surveys and found very large differentials in child mortality between ethnic groups. They also reported that these differentials were associated with differences in socio-economic status. While the socio-economic differences may have historical explanations, the authors raised the concern that a political component may also be responsible for these differences. While they could not be conclusive about the political effect on child mortality, they urged that attention to politics in child health, related with ethnic groups, should be paid, when researching child health on developing countries.

5. AIDS

Knowledge of mortality linked with HIV/AIDS in sub-Saharan Africa is still incipient. It is a recent disease, the time lags between the infection, the onset of the disease and the death are largely variable, and there is a scarcity of data. So far, the estimation of the number of people infected with HIV in most countries is based on samples of women visiting pre-na-

tal clinics. In addition, if a specific test is not done, one cannot conclude whether a certain death was due to HIV/AIDS or not. Indeed, a person can die of pneumonia but it happened because the person was infected with HIV. Nevertheless, great efforts on estimating the rates of infected people and the mortality rates due to AIDS have been done and the situation looks tremendously bleak.

Recently, a few countries conducted special population surveys to determine the prevalence, according to the UNAIDS Global AIDS Epidemic report (UNAIDS, 2006). This report points out that even though HIV prevalence rates have stabilized in sub-Saharan Africa, the actual number of people infected continues to grow because of population growth. Applying the same prevalence rate to a growing population will result in increasing numbers of people with HIV (see Figure 7). Similarly to the mortality rates, the averages of HIV prevalence in Sub-Saharan Africa, hide the truly catastrophic situation of some countries. For example in Lesotho it is estimated that around 22% of adults aged 15-49 years old are infected with HIV (UNAIDS, 2006).

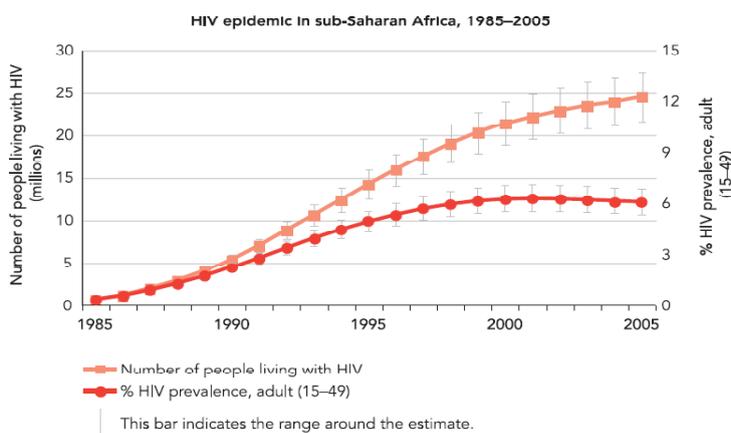


Figure 7: Estimates of the number of people living with HIV and the prevalence rate among adults (15-49 years old) in sub-Saharan Africa

source: data from United Nations Population Division, World Population

Prospects: the 2004 Revision, database: graph taken from UNAIDS 2006

Mortality due to AIDS is changing the normal mortality pattern: many more prime age adults are dying than before. In addition, infant and under-five mortality rates are increasing in countries with very high HIV/AIDS prevalence, due to the mother-child HIV transmission and to the fact that parents are very ill or dead. Both mortality increases, in children and young adults, are having a strong impact on the expectancy of life at birth. On Figure 8, a graph showing the trends on life expectancy at birth from 1970 to 2010, in five high HIV prevalence countries is presented. The dramatic increase on expectancy of life from 1970 to 1990 has been drastically thwarted by HIV/AIDS mortality and the number of years a person born today can expect to live is even lower than it was on 1970.

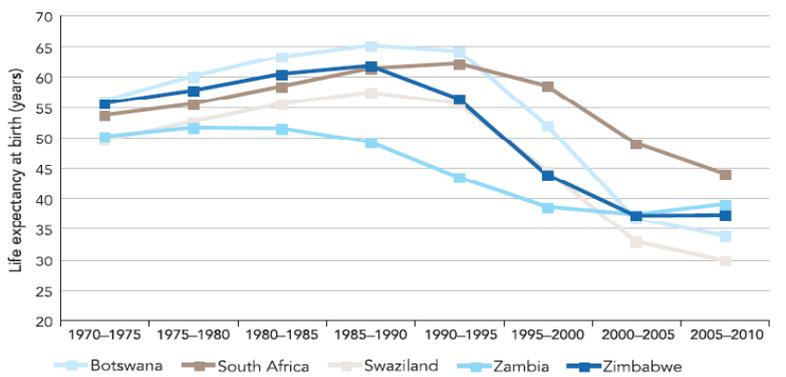


Figure 8: Impact of AIDS on life expectancy in five African Countries, 1970-2010

source: data from United Nations Population Division, World Population

Prospects: the 2004 Revision, database: graph taken from UNAIDS 2006

In sub-Saharan Africa approximately 9% of children under the age of 15 have lost at least one parent to AIDS.

6. Large scale mortality events

Not rarely, large scale mortality events occurs in a relatively short period of time due to natural or man-made disasters. In sub-Saharan Africa the conflicts are the main cause of dramatic mortality increase in short

periods. It is very difficult to determine accurately the number of deaths caused by the conflict for a number of reasons:

- whole families who die;
- lack of good registration systems and the existing ones are often disrupted or destroyed;
- large population movements, not monitored;
- surveys cannot have a sample basis;
- unsafe environments for data gathering operations.

Nevertheless, sometimes the scale of mortality is so tremendous, that all efforts should be done to have at least a rough estimate. This is the case of the breaking of war in the Eastern part of the Democratic Republic of Congo, around 1998. The International Rescue Committee, IRC (2000) conducted a household survey to estimate the number of direct and indirect casualties of the conflict. A total 1,011 households were interviewed and IRC reported that 1.7 million excess deaths occurred during 22 months since the outbreak of the fight. In addition, IRC concluded that a large number of children younger than two years old were missing from the demographic profile. Also, in the interviewed families, 3% of full term births resulted in maternal deaths, which means a maternal mortality ratio of 3,000 per 100,000 live births. The excess of deaths were due to violence and to diseases resulting from the forced displacement and economic hardships.

Conclusions

What has been presented so far is simply an introductory overview of mortality in Africa. Some important conclusions can be made:

- There is a terrible lack of data. It is important to invest more on data gathering both for indicators' monitoring and for policy oriented actions. Data gathering is costly, but there is an extreme need to invest seriously on it, as efficiency of the programs to tackle mortality will depend in great measure on a proper situation analysis and quality of the information gathered;
- Mortality rates are staggeringly high, but they are an improvement

when compared with mortality rates some decades ago. Experience in other less developed regions and even in some developed countries, show that mortality levels can be reduced in relatively short period of time.

- AIDS is a devastating pandemic in some countries that urge all efforts to curb the disease and treat the infected persons. In addition, in the ones where prevalence rates are still relatively low, attention should be paid and prevention programs implemented so that the disease is not further spread out.
- There is a large variability between the countries. While it is advisable to grasp the situation at aggregate level, there is a strong need to study properly the situation in each country and in each region within the countries. The solutions should be targeted in order to have more cost-efficient programs.

Urgent and large scale actions are needed to curb the soaring mortality rates. While most countries in the region are committed to these activities, they cannot afford to tackle such a large scale problem without external investment. Declines in morbidity and mortality not only prolong healthy life but also generally increase labor productivity and increase investment on human capital. Nevertheless, a final note needs to be done: while it is highly and unquestionably desirable to sharply decrease the mortality rates in sub-Saharan Africa, it is fundamental that population problems are tackled as a whole. Indeed, a rapid decrease in mortality rates will have a side effect of increasing the population growth rate. Therefore, it is crucial to accompany the decreases in mortality with decreases in fertility. In doing so, a more balanced and healthy population development will take place.

References

Adjuik, M et al (2006). "Cause-specific mortality rates in sub-Saharan Africa and Bangladesh" *Bulletin of the World Health Organization* 2006; 84:181-188.

Amouzou, Agbessi and Hill, Kenneth (2004). "Child mortality and socioeconomic status in sub-Saharan Africa" *African Population Studies* vol.19 no.1.

Bacci, Massimo Livi (1990). "Introduzione alla demografia" Loescher Editore, Torino.

Brockerohoff, Martin & Hewett, Paul (1998). "Ethnicity and child mortality in sub-Saharan Africa" Working Paper No. 107, Population Council, New York.

Bryce J., Boschi-Pinto C, Shibuya K., Black RE."WHO estimates of the causes of death in children" *Lancet* 2005;365:1147-52.

Bawa, Ayaga A. and Binka, Fred (2005). "How many years of life could be saved if malaria were eliminated from a hyperendemic area of northern Ghana?" Policy Research Division Research paper no. 203, New York: Population Council

Campbel, M. et al (2005). "National maternal mortality ratio in Egypt halved between 1992-93 and 2000" *WHO Bulletin*, 2005; No. 83: 462-471.

Dobson, R (2006). "Number of african children approaches a million a year" *British Medical Journal (BMJ)*, 2006 Mar 11; 332(7541):570.
Garenne, M. and Gakusi, Eneas (2006) "Health transitions in sub-Saharan Africa: overview of mortality trends in children under 5 years old (1950-2000)" *Bulletin of WHO*, June 2006, No. 84: 470-477.

Hill, K. (2007) "Estimates of maternal mortality worldwide between 1990 and 2005: an assessment of available data", *The Lancet*, Women deliver Special Issue, Vol. 370, No. 9595, 13 October 2007.

_____(2006). "Making deaths count" *Bulletin of the World Health Organization*, V.84, No.3, March 2006, p.162.

Hobcraft, J. et al. (1984). "Socio-economic factors in infant and child mortality: a cross sectional comparison" *Population Studies*, Vol. 38(2), pp. 193-223.

International Institute for Vital Registration and Statistics (1988). "Organization and status of civil registration in Africa and Recommendations for improvement" Bethesda, Maryland, International Institute for Vital Registration and Statistics, Technical Papers, No. 31.

Instituto Nacional de Estatística (INE) & Ministerio de Saude (MISAU) (2005). "Inquerito Demografico e de Saude, 2003" Mozambique.

International Rescue Committee, IRC (2000) "Mortality in Eastern DRC", IRC, 1999-2000, Britannica.com

Marston, Cicely and Cleland, John (2004) "The effects of contraceptives on obstetric outcomes" Department of Reproductive Health & Research, WHO, Geneva 2004.

McDaniel, Antonio & Preston, Samuel (1994) "Patterns of mortality by age and cause of death among nineteenth century immigrants to Liberia" *Population Studies*, Vol.48, No.1 (Mar., 1994), pp.99-115.

Newitt, Malyn (1995). "History of Mozambique" Published by C. Hurst & Co. (Publishers) Ltd.

Preston, S., 1975 "The changing relation between mortality and level of economic development" *Population Studies*. 29(2):2231-2248.

Romagosa C. et al (2007). "Seasonal variations in maternal mortality in Maputo, Mozambique: the role of malaria" *Tropical Medicine and International Health* 2007 Jan; 12(1):62-67

Starrs, Ann, 2007. "Women deliver for development" *The Lancet*, Women deliver Special Issue, Vol. 370, No. 9595, 13 October 2007.

Stolnitz, George (1965). "Recent Mortality trends in Latin America, Asia and Africa. Review and re-interpretation" *Population Studies*, Vol. 19, No.2 (Nov., 1965) pp. 117-138.

UNAIDS, 2006. "Report on the Global AIDS Epidemic" UNAIDS, Geneva.

UNICEF, 2007. "The State of The World's Children, 2007" UNICEF, New York.

Van de Valle, Etienne and Page, Hilary (1969). "Current Items" Population index, Princeton, 1968-1969.

WHO (2005). "The World Health Report 2005" Geneve, 2005.

World Bank, 1993. "World Development Report 1993: investing in health" Oxford university Press: New York, NY.

Vallin, Jacques (1976). "La mortalite infantile dans le monde. Evolution depuis 1950" Population Studies (French Edition), 31 No.4/5 (Jul.-Oct.) 1976, pp. 801-838.

A ABUNDÂNCIA ILUSÓRIA DA ÁGUA EM ANGOLA: DESAFIOS AO SISTEMA INSTITUCIONAL

Álvaro Pereira*

Pág. 187 a 211

Introdução

O acesso à água por parte dos mais vulneráveis e a gestão dos rios transfronteiriços são identificados no Relatório do Desenvolvimento Humano 2006¹, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como dois dos problemas mais sensíveis que o Mundo enfrenta. Por paradoxal que possa parecer tais problemas residem, sobretudo, nas instituições e nas políticas e não tanto nas reservas hídricas existentes. Em inúmeros países os serviços públicos garantem, por vezes ao domicílio e a baixos preços, enormes volumes de água a grupos sociais com mais recursos, enquanto que “os moradores de bairros degradados e as famílias carenciadas das zonas rurais dos mesmos países têm acesso a bem menos do que [o mínimo indispensável], para satisfazer as necessidades humanas mais básicas” (PNUD, 2006). A política e o sistema institucional sobressaem, pois, como instrumentos decisivos para superar ou perpetuar este tipo de problemas. Angola enfrenta os dois desafios atrás enunciados, a par de uma multiplicidade de problemas de acesso a água potável.

No presente artigo abordaremos justamente a governação da água em Angola, em particular o papel do sistema institucional na sua gestão, tendo em conta o contexto regional, representado pela *Southern African Development Community* (SADC). O que significa ter em atenção as dinâmicas geradas por este processo de integração regional. Tenha-se em conta que esta *Comunidade* de países, partilha diversas bacias hidrográficas o que torna imperioso dar passos no sentido de promover a sua gestão conjunta.

*Sociólogo, Núcleo de Ecologia Social/DED/LNEC

1 “ A água para lá da escassez; poder, pobreza e a crise mundial a água”. O relatório analisa os múltiplos problemas da governação da água, partindo do pressuposto que “Ao longo da História, o progresso humano tem dependido do acesso à água potável e da capacidade das sociedades controlarem o potencial da água enquanto recurso produtivo”.

A análise sobre a governação da água e das instituições que dela se ocupam, pode contribuir para a tomada de consciência sobre a importância de uma *gestão integrada* dos recursos hídricos. Como se sabe, a consciencialização dos problemas é condição básica para os colocar na arena política e social. A relevância desta abordagem em relação à água coloca-se a diferentes níveis; desde logo ao procurar evidenciar o seu papel geo-estratégico, sócio-económico e ambiental, cujas repercussões se estendem a diferentes domínios, nomeadamente: no aprofundamento de relações bilaterais e no seio da SADC, na prevenção de tensões entre países vizinhos, na criação de condições que favoreçam as actividades económicas e a segurança alimentar, no combate a doenças e na preservação de equilíbrios ambientais. Ou seja, na melhoria da qualidade de vida das populações, bem como na defesa de uma orientação estratégica que previna a delapidação de um recurso vital como é a água.

A relevância das instituições decorre do seu papel mediador, no caso, entre os recursos hídricos e os utilizadores. As instituições tendem a constituir-se como instâncias redutoras da incerteza, face à necessidade de garantir quotidianamente acesso aos recursos. Esta perspectiva não ignora que nenhum sistema institucional constitui, por si, solução total para a multiplicidade de problemas que a gestão dos recursos hídricos suscita. Ainda mais em contextos de vulnerabilidade institucional, decorrente da ausência de um aparelho burocrático-administrativo, sinalizador da presença reguladora dos Estados modernos.

Esta vulnerabilidade suscita a interrogação sobre o papel do sistema institucional na governação dos recursos hídricos em Angola e remete para as exigências que se colocam, face aos desafios de uma gestão integrada desses recursos. Ou seja, que instrumentos de governação deve ou pode mobilizar para garantir o acesso da generalidade da população à água, em quantidade e qualidade aceitáveis, e assegurar uma utilização que não comprometa as necessidades presentes e futuras.

O artigo procura, ainda, sinalizar a importância estratégica em se construir um capital de conhecimento técnico-científico de apoio à governação dos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em particular os países desta *Comunidade* que enfrentam os desafios mais prementes de desenvolvimento. Entende-se que a concretização deste capital de conhecimento só será possível se de

facto ocorrer um aprofundamento das relações culturais e técnico-científicas entre os países da CPLP. Importa ter presente que estes países protagonizam diferentes processos de integração regional, desafiadores pelo potencial que encerram e pelos receios que geram. O que importa ressaltar, por agora, é o facto da *identidade lusófona* sofrer uma forte pressão regional; por condicionantes geográficas, linguísticas e imperativos de ordem económica. Esta pressão constitui certamente uma ameaça à referida identidade, mas também uma considerável oportunidade. Neste contexto a interrogação que se coloca é a de saber que atitude os países da CPLP devem assumir neste quadro geo-político e muito particularmente as suas instituições mais relevantes, nomeadamente as que têm tradição ou capacidade de investigação nos países que integram esta *Comunidade*.

Ter como objectivo o fortalecimento da *identidade lusófona* nos contextos de integração regional, pressupõe a assunção de uma atitude assertiva e sistemática na aposta do que é perene e constitua uma mola ao desenvolvimento. A cooperação nos domínios científicos e tecnológicos, na criação cultural e no apoio à institucionalização da administração pública, afigura-se como decisiva na prossecução desse objectivo.

A análise que aqui se traz decorre de uma pesquisa no âmbito de uma linha de estudos do Plano de Investigação Programada do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que se debruça sobre a relação entre as populações e os recursos naturais renováveis, tendo em conta os contextos territoriais e o papel das instituições.

1. A governação da água: breve discussão

Os usos da água encerram diversos paradoxos. Enquanto recurso natural vital poderia desencadear uma racionalidade intuitiva na sua utilização, mas tal raramente acontece. Talvez porque, por um lado, quem dele usufrui, como inerente à normalidade social, não interiorize que esse hábito seja privilégio de uma minoria da população mundial e, por outro lado, a ideia de um recurso natural que se renova seja tranquilizadora. Os dados disponíveis demonstram, contudo, que à escala do planeta a água doce é um bem muito escasso, representando apenas 2,5% do total

da água existente (WWAP, 2003) e que as possibilidades de renovação não são uma inevitabilidade natural.

A renovação dos recursos naturais decorre da capacidade dos ecossistemas gerarem reservas que substituam as consumidas nas actividades humanas e na retroacção que assegura os próprios ecossistemas. É, assim, marcada por uma considerável variabilidade resultante, em grande medida, da interacção entre ecossistemas e destes com os sistemas sociais. Temos pois que a renovação dos recursos naturais, e claro dos recursos hídricos, decorre de processos biofísicos, mas está fortemente relacionada com: **i.** a intensidade de uso (pressão antrópica); **ii.** a dimensão tempo incorporada e **iii.** os mecanismos de regulação mobilizados.

A circunstância das sociedades tenderem a adiar o mais possível a alteração de hábitos e práticas cristalizadas é uma hipótese plausível. Quase só em *estado de necessidade* promovem a mudança e, por vezes, os suportes técnico científicos que a sustentam. Esta constatação reforça a importância a atribuir às variáveis de contexto, como são por exemplo as grandes concentrações da população, na análise dos modos de apropriação dos recursos naturais. A escassez (ou o esgotamento) de recursos hídricos, em algumas regiões, emerge como um dado consensual, apesar da incerteza do conhecimento e dos limites das previsões. Face a este potencial estado de necessidade, a tendência dominante inclina-se para a apologia de processos decisórios e modalidades de apropriação, que se adaptem à previsível limitação de recursos. Esta orientação traduz-se em políticas ambientais de perfil antecipativo-preventivo que incorporam o longo prazo.

O papel das instituições emerge, neste quadro, como muito relevante: na regulação dos diferentes universos de legitimidade², na arbitragem de conflitos de uso e, de um modo geral, na execução e monitorização das racionalidades de uso. Acresce que as instituições são instrumentos sociais de redução das incertezas, na garantia da existência de recursos diários, na prevenção e mitigação de desastres e responsáveis pelo destino a dar às águas utilizadas em actividades humanas. Claro que estes pressupostos dependem do tipo e nível de estruturação das sociedades e, como se

² A actividade humana é diversificada e múltipla e torna-se inevitável que desenvolva uma visão e mobilize os recursos de acordo com os valores e interesses de que se é portadora. Esta visão e interesses assentam em princípios que os legitimam no plano moral, político e económico, configurando o que se pode designar por um *universo legítimo* (Godard, 2002).

sabe, esta função social das instituições é mais dificilmente assegurada em países ditos em desenvolvimento. Em parte fruto da vulnerabilidade e, por vezes, juventude dos seus aparelhos burocrático-administrativos.

Uma das grandes dificuldades de governação dos recursos reside em se conseguir arranjos institucionais que corporizem a unidade de acção de multi-actores e a participação activa do público. De facto, fazer com que o público se entenda como titular de um *bem comum* é uma tarefa muito exigente, sobretudo em contextos urbanos de forte desvantagem social. Esta conquista é crucial, uma vez que as instituições pouco conseguem sem que os actores individuais ajam num sentido colectivo. Como lembra Ollagnon (2002), se os actores sociais não se percebem e não se comportam como titulares patrimoniais de um bem comum é grande a probabilidade de se aproximarem de uma lógica de economia de pilhagem e de uma relação predadora com os recursos, mobilizando-os unicamente em função das necessidades imediatas.

É por ser um bem de difícil acesso para a grande maioria da população do Planeta e potencialmente escasso para todos que se coloca a premência de planear e gerir o uso dos recursos hídricos. A noção de gestão ligada ao meio ambiente surge recorrentemente num duplo sentido: historicamente é associada à acção correctiva que visa reparar à posteriori, os impactes resultantes dos processos produtivos, mas tende a ser perspectivada com um sentido mais amplo, ou seja, intervir a montante desses processos, sobretudo se tiverem impactes ambientais. Esta aceção revela a necessidade de uma visão estratégica de longo prazo quando se equacionam opções de desenvolvimento e costuma ser designada por *gestão integrada*. A gestão dos recursos hídricos partilha destes pressupostos. Deve ser entendida como “dispositivos instalados visando assegurar a sua disponibilidade, tanto em termos de qualidade como de quantidade, considerando-se os usos correntes desse recurso” (Godard, 2002). De um modo geral está vocacionada para adequar a oferta ao tipo de procura. Quando a gestão dos recursos hídricos se assume como um “conceito mais global e prospectivo de gestão”, situando-se “a montante e não a jusante das principais opções de desenvolvimento” é recorrentemente apontada como sendo, considera Godard, uma *gestão integrada dos recursos hídricos*.

Assenta, ainda, na assunção de três princípios básicos associados à boa gestão: o princípio ecológico (marcado por preocupações ambientais

à escala das bacias hidrográficas), o princípio institucional (fortemente inspirado nos pressupostos da subsidiariedade) e o princípio económico (ancorado nas leis do mercado) (PNUD, 2006). As respostas que este tipo de gestão procura dar, parte da constatação de: i) existir uma crise na governação da água, ii) haver necessidade de garantir água para as pessoas e a produção de alimentos, iii) ser forçoso proteger ecossistemas vitais e iv) ser imprescindível promover a participação dos utilizadores de água nas decisões que afectam o quotidiano das suas vidas, dando particular ênfase aos problemas associados às desigualdades de género³.

Em todo o caso a adjectivação “integrada” sofre as consequências de ter caído nas garras do senso comum político e técnico e de ser utilizada com sentidos diferentes, por vezes sem sentido nenhum e, até, como mera estratégia de *marketing*. Importa por isso fazer uma clarificação do que se fala, quando se fala de *gestão integrada*.

Assim, o sentido que aqui se atribui à *gestão integrada* assenta nos pressupostos atrás referidos e traduz-se nas seguintes asserções e preocupações:

- Ter em consideração as dimensões técnico-científicas que estão subjacentes aos recursos hídricos quando se equacionam os seus usos⁴, a que poderemos chamar *integração vertical*;
- Agir tendo como quadro de fundo as relações que se estabelecem entre os diferentes usos da água. À clássica repartição entre usos domésticos e comerciais (consumo humano), agrícola e industrial, dá-se também ênfase aos usos ambientais (recursos hídricos indispensáveis à sustentação dos ecossistemas); podendo falar-se de uma *integração horizontal*;
- Invariavelmente uma e outra *integração* têm subjacente a necessidade de articulação institucional, ora envolvendo instituições, de âmbito local, nacional e internacional, que têm como incumbência lidar com os recursos hídricos, ora abarcando instituições cujas áreas de intervenção têm impactes directos ou indirectos nos recursos hídricos.

3 Cap-Net, Global Water Partnership e UNDP (2005), “Planejamento para a gestão integrada de recursos hídricos - Manual de capacitação e guia operacional”.

4 Desde o ciclo da água, passando pela relação entre águas subterrâneas e superficiais até à panóplia de procedimentos ligados a aspectos físicos, químicos e bacteriológicos que garantam a sua qualidade e, ainda, mas sem pretensão de se ter sido exaustivo, as valências associadas ao armazenamento e à distribuição de água.

A consolidação de uma gestão integrada dos recursos hídricos representa um novo paradigma de governação da água, e constitui uma resposta à “(...) complexidade dos problemas em jogo e as múltiplas relações da água com os vários sectores económicos e com as diversas disciplinas científicas” (Cunha, 2004). Este esforço de articulação não está isento de riscos. Os diferentes enfoques têm subjacentes diferentes organizações (estruturas institucionais, linguagens, procedimentos de acção), logo com limitações no desafio de compreender e proceder a essa articulação. Como se sabe cada actor institucional tende a privilegiar a sua perspectiva e o seu modo de agir, na maioria das vezes, de forma silenciosa e implícita. Aqui reside parte da dificuldade de articulação inter-institucional” (Ollagnon, 2002). A outra dificuldade pode ser identificada na tentativa de integração sectorial: quanto maior for o número de administrações envolvidas numa orientação conferindo-lhe, em princípio, dignidade institucional, menos cada uma delas se sentirá “responsável pela boa execução da medida” (Godard, 2002).

Estes enunciados remetem para uma questão crucial: a de saber que tipo de organização institucional e territorial assegura melhor uma gestão integrada. Conciliar uma estrutura de âmbito territorial com a distribuição espacial dos recursos e tentar, ainda, responder a exigências históricas, económico-sociais, administrativas e ambientais é uma possibilidade remota. Há uma discussão em aberto sobre a (im)possibilidade da “solução ideal”: optar por instituições especializadas, por organismos únicos com diferentes competências ou enveredar por arranjos multi-organizacionais em que cada organismo detém competências específicas, mas está obrigado à auscultação prévia dos restantes?⁵

2. O problema da água em Angola no contexto regional

2.1. Considerações Prévias

A análise da governação da água assenta em diversos eixos, alguns brevemente referenciados no ponto anterior, agora retomados à luz do

⁵ Esta discussão é muito ampla e não podemos tentar realizá-la aqui. Em todo o caso o tema é de grande relevância e o propósito de se institucionalizarem “Autoridades de Bacia” torna-o, ainda, mais premente.

caso angolano. Começa por se sinalizar como a hidrografia é um factor incontornável na governação dos recursos hídricos, a que não se pode dissociar o processo de integração regional no âmbito da SADC e as dinâmicas territoriais a que se assiste.

As orientações políticas que procuram ter impacto efectivo, não dispensam a existência de um sistema institucional (quadro normativo e estruturas de gestão), capaz de assegurar as opções políticas e de gestão preconizadas. É este sistema que consegue garantir acções de governação, nomeadamente: a capacidade pericial de diagnóstico da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, a explicitação da hierarquia do seus usos e a capacidade de assegurar a sua distribuição e, ainda, o cumprimento dos compromissos assumidos, em particular os de âmbito internacional.

Este desafio é particularmente exigente no caso de Angola. Por um conjunto diverso de causas se vê confrontada com um forte sector informal de distribuição de água. Note-se que se trata da principal via de abastecimento para a maioria da população, não podendo deixar de ser considerada uma das grandes causas para os graves problemas de saúde pública existentes e determinante factor de desigualdade social.

2.2. A Hidrografia e a disponibilidade de recursos hídricos

A Região da África Austral e em particular a que está enquadrada na SADC é rica em bacias hidrográficas partilhadas entre diferentes países. Angola partilha cinco das grandes Bacias da Região (Congo, Zambeze, Cunene, Cubango/Okavango e Cuvelai) (Figura 1). Este dado, resultante da existência de rios transfronteiriços, obriga à cooperação entre estados vizinhos o que, como se sabe, pode suscitar melindres entre os esses estados, sobretudo em situações de escassez. Muitos países da Região confrontam-se, justamente, com contingências climáticas e hidrológicas muito adversas. De facto, o horizonte hídrico com que a Região se confrontará nos próximos 20 anos é bastante delicado. O quadro que se antecipa é muito preocupante para diversos países que, segundo um *índice proposto de escassez de água*⁶, se confrontam já com situações de *stress*

⁶ Em que “1” corresponde a uma situação “adequada” e “5” representa uma “insolvência hídrica”(SADC e tal, 2002).

hídrico (3) e confrontar-se-ão com escassez crónica (4) logo, necessitando de apelar à cooperação dos países vizinhos com mais recursos hídricos, como é o caso de Angola.

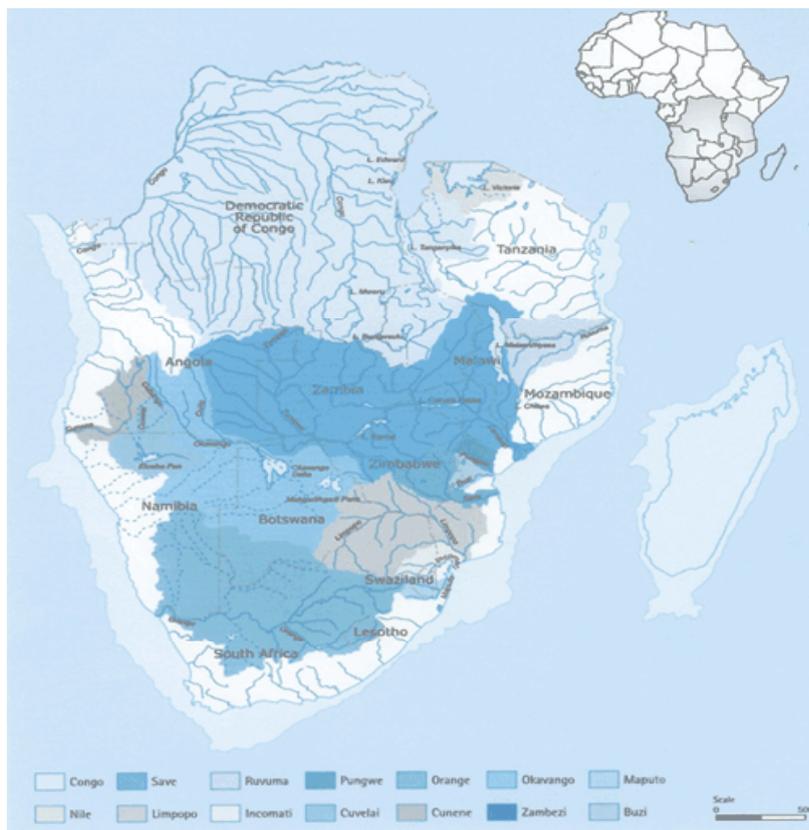


Figura 2. Principais Bacias Hidrográficas na Região da SADC

Fonte: SADC, IUCN, SARDC, IBRD, 2002. Defining and Mainstreaming Environmental Sustainability in Water Resources – A Summary (citation: Hirji, R., Mackay, H., Maro, P.). Maseru, Harare, Washington DC

As disponibilidades hídricas no conjunto da SADC têm vindo a registar uma evolução negativa. Em 1995 os 1784.8 km³ de recursos hídricos anuais renováveis serviam, teoricamente, 175,8 milhões de pessoas. Em 2025 terão de chegar para uma população projectada de 327,5 milhões [SADC et al, 2002]. O panorama é, contudo, bastante heterogéneo no interior da *Região*. Um dos países que se confronta com a situação mais extrema é a África do Sul⁷ que, fruto do seu grau de desenvolvimento socio-económico e, naturalmente, do padrão de vida da sua população, consome 80% dos recursos hídricos disponíveis da *Região*, mas apenas dispõe, internamente, cerca de 10% desses recursos [Ferreira e Guimarães, 2003]. O quadro geopolítico é deveras sério para ser ignorado e é pertinente interrogarmo-nos sobre o que fará o país mais pujante económica, técnica e cientificamente da *Região*, face a esta limitação que se agravará no futuro. Estarão os seus vizinhos que dispõem de mais recursos hídricos, e aspiram desenvolver-se, disponíveis para cooperar com o vizinho mais poderoso na superação desta vulnerabilidade? Esta situação revela a premência em encarar o “complexo hidropolítico” da *Região* como factor central no “complexo de segurança da África Austral” (Turton, 2004) e em introduzir e por a funcionar o conceito/metáfora de “água virtual”⁸, no planeamento e na gestão dos recursos hídricos, sobretudo em países ou regiões em que a escassez se faz sentir de modo intenso.

Angola surge, no contexto regional, aparentemente folgada em matéria de recursos hídricos, embora com assimetrias no seu interior, começa a denotar um quadro mais preocupante já em 2025. Segundo dados disponibilizados pela SADC⁹ o país dispõe da segunda maior disponibilidade de água doce renovável anual da *Região*, apontando diversas fontes para valores que variam entre de 184 km³ (Sector das Águas da SADC e AQUASTAT), 158 km³ (Direcção Nacional de Águas) e o mais recente

7 A que se juntam o Zimbábue, o Malawi, o Lesotho e a Tanzânia.

8 Trata-se de equacionar a complexa interacção entre água, segurança alimentar e trocas comerciais, metaforicamente designada por “água virtual” (wwc, 2004 e Earle, 2001). O que está em causa é a possibilidade de ser ponderada a opção entre produzir indiscriminadamente todo o tipo de produto, independentemente do volume de água necessário e do nível de recursos hídricos existentes, ou dinamizar a troca selectiva de produtos entre países. Esta ponderação decorre das estimativas de água incorporada na maturação de produtos alimentares, cuja relação pode variar de 1 para 1000 (nos cereais) ou para 10000 (na produção animal). Esta é uma das razões que faz da dieta alimentar um dado relevante para o consumo da água.

9 Defining and Mainstreaming Environmental Sustainability in Water Resources (SADC et al, 2002)

estudo conhecido aponta para um “escoamento anual calculado (...) em torno de 140 km³”¹⁰11. Os dados disponíveis revelam, contudo, um forte crescimento demográfico, apesar da alta taxa de mortalidade infantil e da baixíssima esperança de vida à nascença:

Esta evolução demográfica exercerá forte pressão sobre os recursos hídricos, contribuindo para uma baixa evidente da disponibilidade hídrica *percapita*. Segundo dados da FAO de 2000 [citados por Ferreira e Guimarães, 2003], o volume de água por pessoa/ano, passará de 15.888 m³ em 2000 para 9335 m³ em 2025, no pressuposto de uma população de cerca de 22 milhões de habitantes. Se atendermos que há projecções demográficas, nomeadamente da ONU, que apontam para uma população nessa dada a rondar os 26 milhões, conclui-se que o constrangimento hídrico ainda poderá ser maior. Mas um outro dado relevante remete para o facto de Angola registar, paradoxalmente, um dos mais baixos padrões de consumo de água da *Região*. Com efeito, um angolano utilizou em média, por dia, no período 1982-2002, 30 litros de água (PNUD, 2006), situação que será certamente alterada com o previsível melhoramento das infra-estruturas de distribuição e abastecimento de água.

Se a estes dados associarmos que se anunciam mega projectos de “desenvolvimento” agrícola, em que se prevêem vastas áreas para irrigação, é plausível pensar-se em insuficiências de água para as próximas gerações. Este considerando é ilustrativo de como não se pode desligar a gestão dos recursos hídricos, dos modelos de desenvolvimento. No caso de Angola vive-se uma relativa indefinição neste domínio, mas não se pode excluir que, face às carências socio-económicas existentes e à cultura dominante, prevaleça a tentação do curto prazo e a opção por projectos com fortes impactos ambientais, nomeadamente em relação aos recursos hídricos.

2.3. O processo de integração regional da SADC e o seu impacto na gestão dos recursos hídricos

A SADC¹¹ foi criada em 1992 e resulta, em boa parte, da transforma-

10 “Avaliação Rápida dos Recursos Hídricos e Uso da Água em Angola (DNA, 2005).

11 Integram a SADC, desde a primeira fase, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, a que se juntaram a África do Sul, Maurícias, Congo e Seychelles.

ção da SADCC (Southern African Development Coordination Conference), constituída em 1980 e cujo objectivo principal era o de diminuir a dependência económica em relação à África do Sul, promovendo “o desenvolvimento regional equilibrado, a segurança e a coordenação das ajudas externas fornecidas no contexto da cooperação” (Lima e Mendes,2000).

Esta experiência de cooperação regional, assente na coordenação de projectos não foi bem sucedida, não tendo atingido os objectivos a que se propunha, deixando de ter razão de existir, sobretudo após o fim do *apartheid* na África do Sul. Os objectivos, mais conhecidos, da SADC aproximam-se das metas que prosseguem as organizações intergovernamentais regionais de integração económica: visam em grande medida promover o comércio inter-fronteiriço, a livre circulação de bens e serviços, a para de intenções de transparência política e boa governação.

O que importa ressaltar, no contexto do presente artigo, é o papel que a SADC tem assumido na gestão dos recursos hídricos no contexto regional. Procura-se, neste ponto, discutir a mais valia das organizações intergovernamentais regionais de integração económica na gestão dos recursos hídricos. Apesar das incertezas que marcam este processo de integração, o facto de emergir um quadro institucional multilateral, onde se pode dirimir querelas antigas e actuais, constitui um dado novo que importa explorar. O que está em causa é saber se essas instâncias se assumem como motor de um desenvolvimento regional, que trave uma lógica de crescimento assente na delapidação dos recursos naturais sem cuidar da sua preservação e, regra geral, gerador de crescentes desigualdades sociais. Um processo desta natureza enfrenta sempre enormes dificuldades, que são particularmente potenciados em contextos regionais onde impera a pobreza, o peso da economia informal e persistem problemas de governação. Como se não bastasse, os países envolvidos no processo de integração atravessam níveis de desenvolvimento muito díspares. Se atendermos ainda aos já aludidos fenómenos de pobreza, associados aos altos níveis de ruralidade, de crescimento demográfico e, paradoxalmente, de concentração urbana, estamos em condições de perceber a pressão existente sobre os recursos naturais nestas regiões. A água doce não escapa a essa pressão.

No âmbito do seu programa de acção estão contemplados vários projectos sectoriais que vão ao encontro destas preocupações. O grande ini-

migo a ultrapassar são os egoísmos entre Estados e a fraca consciência ambiental de muitos dirigentes políticos e da opinião pública, relativamente à necessidade de uma gestão sustentável dos recursos. Acresce que há uma convicção difícil de ultrapassar assente na ideia de que a *defesa do ambiente* é impeditiva do crescimento económico, sendo certo que em contextos de grande carência de bens e serviços básicos é difícil que não impere uma lógica de curto prazo. Como se viu, no ponto anterior, a SADC está inundada de bacias hidrográficas partilhadas entre diversos países, donde ser necessário dispor de instrumentos legais de regulação e de estruturas técnico-científicas e administrativas, capazes de dirimir diferentes perspectivas e interesses em disputa. A tomada de consciência desta necessidade de cooperação fez o seu caminho em direcção a uma política de gestão partilhada das bacias hidrográficas, particularmente quando se trata de bacias internacionais, que culminou com a assinatura, em 1995, do Protocolo relativo aos Cursos de Água Partilhados da SADC (SWSP) e a subsequente preparação do Plano Regional de Acção Estratégica para o desenvolvimento e Gestão

Integrada dos Recursos da Água (RSAP). Importa, contudo, salientar que a sua aplicação foi muito mitigada, havendo vários Estados que não o assinaram, entre eles Angola. (Ferreira e Guimarães, 2003). O Protocolo foi revisto em 2000, tendo entrado em vigor em 2003, para se adequar à “Convenção das Nações Unidas sobre a Lei de Usos Não-Navegáveis dos Cursos de Água Internacionais”¹², tendo gerado a adesão generalizada dos Estados membros da SADC.

O Protocolo constituiu um avanço na procura de uma gestão partilhada da água, anunciando a cooperação técnica e judicial, bem como o compromisso de uma exploração coordenada dos recursos hídricos, no respeito por princípios de preservação ambiental e na defesa de lógicas de desenvolvimento que não comprometam esses princípios. A criação (2002) de uma estrutura permanente, com sede no Botswana, que se ocupa no seio da organização do pelouro dos recursos hídricos e infra-estruturas hidráulicas pode ser outro sinal de que há vontade de encarar o problema com outro dinamismo. Apesar da existência desta “SADC Water Sector

12 A 1ª versão do Protocolo baseava-se nas Regras de Helsínquia, que pendem para o princípio da soberania territorial de um Estado com um curso de água. O Protocolo Revisto põe o “enfoque nos cursos de água e não nos Estados com cursos de água e apela para o estabelecimento de comissões de bacia” (SADC Today, 2005).

Co-ordinating Unit”, uma estrutura que tem vindo a afirmar-se enquanto instância de apoio à produção técnico-científica e na defesa de uma gestão integrada dos recursos hídricos, tem visto a sua acção condicionada pela vontade-política dos Estados-membros. A cooperação entre Estados com bacias hidrográficas partilhadas está na ordem do dia e pressupõe um melhor conhecimento das mesmas, estender-se ao domínio da construção de infra-estruturas¹³ e, naturalmente, cuidar da institucionalização de mecanismos para a resolução de conflitos.

2.4. O sistema institucional e o acesso à água em Angola

A análise do sistema institucional com competências na gestão dos recursos hídricos permite conhecer a atitude política face aos mesmos. Como lembra Nunes Correia¹⁴, as estruturas institucionais existentes constituem, elas próprias, um elemento decisivo na forma como os problemas são formulados e na abordagem para a sua resolução, ao condicionarem a definição de critérios a partir dos quais se avalia uma política. Razão pela qual se torna fundamental uma “análise criteriosa das estruturas responsáveis pela gestão da água e o esforço de adequação dessas estruturas aos problemas específicos do País” (Correia, 1994), bem como o tipo de relações existentes entre as diferentes tutelas políticas e administrativas.

Angola, no plano formal, deu um importante passo com a publicação da “Lei de Águas”¹⁵, consagrando o princípio da gestão integrada e a adopção da bacia hidrográfica como unidade geográfica de recursos hídricos. A participação dos utilizadores, a obrigatoriedade da coordenação intersectorial expressa na necessidade de assegurar a “compatibilização da política da gestão da água com a política geral do ordenamento do território e política ambiental” (do artigo 9º) e o respeito por obrigações resultantes de compromissos internacionais, são tidos como pressupostos fundamentais

13 O caso falhado da construção da Barragem do Epupa, no Rio Cunene, é disso um exemplo. Às dificuldades em cumprir requisitos ambientais e culturais exigidos pelos estudos de impacto ambiental (Hitchock, 2001) deve juntar-se a incipiente cooperação entre Angola e a Namíbia.

14 Prefácio à edição portuguesa de “Políticas da Água na Europa”, BARRAQUÉ, B. (Dir) (1996); Instituto Piaget, Lisboa

15 Lei da Assembleia Nacional nº 6/02, de 21 de Junho, que revoga todos os regulamentos e disposições contrárias à presente lei, em especial diversas disposições do Código Civil e a “Lei de Águas do Ultramar”, que estava em vigor e remonta a 1946.

do tipo de gestão preconizado para os recursos hídricos. A consagração da bacia hidrográfica como a unidade principal de planeamento e de gestão emerge como princípio fundamental na referida lei, constituindo os previstos “Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos das Bacias” instrumentos privilegiados de planeamento e de gestão. Estes planos consubstanciarão o “Plano Nacional de Recursos Hídricos”, que “visa a gestão integrada dos recursos hídricos à escala nacional e é elaborado de acordo com os interesses nacionais”, prevendo, entre outros aspectos, eventuais transferências de caudal inter-bacias (dos artigos 14º e 15º). A que se deve associar, ainda, a preocupação respeitante à cooperação internacional, em particular em bacias partilhadas (artigo 19º) e as “obrigações resultantes de compromissos internacionais” (artigo 76º).

A aprovação em 2004 do “Programa de Desenvolvimento do Sector das Águas e o Plano de Acção de Curto Prazo”, bem com as linhas gerais destes instrumentos de planeamento para o médio prazo¹⁶, dois anos após a aprovação da “Lei de Águas”, pode ser entendido como uma intenção de por em prática o sistema institucional (quadro normativo, estruturas técnicas e de administração). O *Plano* é um documento exaustivo que incide sobre os domínios do “abastecimento de água e saneamento” e da “gestão dos recursos hídricos”, definindo “objectivos globais¹⁷ estratégicos”¹⁸ para cada um desses domínios. Elenca “constrangimentos”, “metas”, “acções a desenvolver”, “intervenientes” e “prazos e custos”, a par de uma “Caracterização do Sector de Águas em Angola”. Apresenta, ainda, um plano de investimentos de curto prazo (2004-2007) e um plano indicativo de médio e longo prazos (2007-2016), para os domínios atrás referidos e para todas as províncias do país. Destaca, também, entre as diversas acções a desenvolver a criação do “Instituto de Recursos Hídricos”, que visa a

16 Resolução do Conselho de Ministros nº 10/04, de 11 de Junho, também apresentado com “Plano de Acção Estratégico do Sector das Águas para o período 2004-2016”

17 *Abastecimento de Água e Saneamento*: “Assegurar o bem-estar e contribuir para a melhoria da saúde pública, através do acesso generalizado a serviços adequados de abastecimento de água potável e saneamento das águas residuais”; *Gestão dos Recursos Hídricos*: “Assegurar a utilização dos recursos hídricos nacionais de forma adequada, garantindo um desenvolvimento económico e social sustentável e a preservação do ambiente”.

18 *Abastecimento de Água e Saneamento*: “Alcançar as metas estabelecidas pela Cimeira do Milénio das Nações Unidas e a Cimeira sobre o desenvolvimento sustentável que prevê reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população não servida”; *Gestão dos Recursos Hídricos*: “Alcançar as metas estabelecidas pela Cimeira do Milénio das Nações Unidas (New-York - 2000) que prevê a adopção generalizada do modelo de gestão integrada dos recursos hídricos, até ao ano de 2015”.

“implementação de acções de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no domínio das águas”.

Uma lei da água é por definição um instrumento central na gestão da água, mas essa relevância ainda não se verifica em Angola. Aos argumentos de ordem cultural e política, juntam-se outros de natureza operacional. A sua não regulamentação, passados mais de cinco anos, bem como a não criação de estruturas técnico-administrativas e de instrumentos de planificação e de gestão previstos, traduzem bem a situação. O sector tem no entanto assistido ao anúncio de diversos investimentos e “programas”¹⁹ na tentativa de melhorar a muito deficiente situação, embora não se vislumbre que o Plano que temos vindo a fazer referência constitua um guia orientador desses investimentos. O que sobra deste panorama é a situação muito difícil de acesso à água como revelam os indicadores disponíveis, o que conduz à proliferação do sector informal com as consequências de saúde pública conhecidas e outros custos, sobretudo para os mais vulneráveis, se tivermos em conta o peso que representa para os orçamentos familiares.

Procuraremos, agora, dar uma ideia do sistema institucional, mesmo que saibamos das dificuldades de implantação e acção do mesmo. A nível nacional é o Ministério da Energia e Águas que tutela todo o sector, com destaque para a Direcção Nacional de Águas (DNA), dispondo de delegações a nível provincial. Foi entretanto criada uma “Comissão Interministerial para o acompanhamento e orientação das questões relacionadas com os recursos hídricos”, que parece vocacionada para a definir orientações políticas e estratégicas para o sector das águas.

Se tivermos em conta a experiência na Bacia do Rio Cunene²⁰, onde está instituída a mais antiga e até recentemente única autoridade de bacia

19 Em Junho de 2007 foi anunciado um novo “Programa Água para Todos” que visa aumentar a oferta de água tratada aos municípios e comunas e prevê “a reabilitação e expansão de poços de água, de cisternas de colecta e armazenagem, de instalações de saneamento de água potável às instalações escolares, hospitalares, centros e postos de saúde”, (Jornal de Angola, 2007/06/28).

20 O Rio Cunene nasce no Planalto Central, o Huambo, e o seu trecho final, com 350 km, estabelece a fronteira entre Angola e a Namíbia e foi objecto de um longo e tumultuoso processo de disputa. Desde a sua nascente até à sua Foz, 60 km a sul da Baía dos Tigres, é conhecido pelo mesmo nome. Não é de menor importância este dado, porquanto o Rio alonga-se ao longo de mais de 1000 km e atravessa três áreas linguísticas. A designação remonta ao século XVII. *Nene* significa grande em todas as línguas e dialectos falados nos territórios percorridos pelo Cunene e o “prefixo *ku* é quase um exclusivo para os cursos de água (...) em todas as línguas bantas” (Esterman, 1973).

instituída, o GABHIC²¹, podemos ensaiar uma configuração institucional e territorial previsível, que se pode generalizar às outras bacias, sobretudo internacionais, quando dispuserem de uma autoridade de bacia. Para lá das estruturas referidas, conta ainda com uma Comissão Técnica Conjunta com a Namíbia, “para o tratamento das questões técnicas do processo respeitante ao aproveitamento comum das águas do rio Cunene”.

A questão central que se coloca é a de saber como se processa a articulação entre estas estruturas e os organismos e serviços tutelados pelos Governos Provinciais e as Administrações Locais. Resta finalmente conhecer o papel que o GABHIC, enquanto autoridade de bacia prevista na legislação em vigor, desempenha neste quadro institucional. Este aspecto reveste-se da maior importância, na medida em que estes mecanismos de articulação sinalizam os desafios que colocam à governação da água em Angola. A discussão sobre a autoridade de bacia do Cunene suscita ainda um problema de escala espacial, sob a qual se pretende dinamizar uma gestão integrada, que melhor compatibilize as especificidades de gestão da água com as necessidades de gestão que tenha em consideração os territórios percorridos pelo rio e as actividades económico-sociais aí inscritas: no caso é preciso atender à vasta área (105000 Km², dos quais 92000 em Angola), à diversidade cultural económica e social, à multiplicidade de administrações e, muito importante, à possibilidade de gestão conjunta da Bacia com a Namíbia.

Sintomaticamente o GABHIC tem representado Angola na Comissão Internacional de Bacia do Rio Cubango/Okavango²², um rio “paralelo” ao Cunene, que reúne representantes de Angola, Namíbia e Botswana. Um mecanismo desta natureza não existe para a Bacia do Cunene, apesar das relações entre Angola e a Namíbia, relativamente à partilha dos recursos

21 Gabinete para a Administração da Bacia Hidrográfica do Cunene, uma das vinte e cinco autoridades de bacia previstas no plano de acção anteriormente referido. Assinale-se, ainda, o facto de se tratar da Bacia que dispõe de um significativo espólio técnico-científico e administrativo, experiência de articulação internacional, que remonta a diversos acordos firmados entre Portugal e a África do Sul, potencia administrante do Sudoeste Africano, a actual Namíbia.

22 Note-se que esta Comissão traduz o espírito e a letra do *Protocolo* sobre os cursos de água partilhados e pode ter um papel relevante. O Botswana tem criticado a projectada captação de água no Rio Cubango/Okavango, por parte da Namíbia, na Faixa de Caprivi – uma língua de terra encravada entre os Angola e o Botswana, resultado de uma *sui generis* negociação colonial. Essa crítica chama a atenção para os impactes ambientais negativos que tal captação provocaria no delta do Okavango, um ecossistema em pleno deserto do Kalaári, conhecido pelo seu grande valor ambiental e económico.

hídricos estar marcada por uma história de cooperação, apesar das indefinições. A situação actual, que de resto se arrasta há vários anos, caracteriza-se por crescentes necessidades de água sentidas no sul de Angola e no norte da Namíbia e pela ausência de medidas que ajudem a minimizar o problema. Do lado namibiano emergem duas preocupações centrais. Por um lado a necessidade de legitimar e fazer cumprir o acordo firmado, em 1969, entre Portugal e a África do Sul, e por outro procurar desbloquear um contencioso que tem inviabilizado, como já referido, a construção de uma barragem no troço internacional do Cunene, a jusante da barragem/quedas do Ruacaná. Apesar de haver referências a um *acordo* entre Angola e a Namíbia, em 1991, portanto pouco tempo após a independência desta, a situação neste domínio não está clarificada, vigorando ainda o disposto nos acordos pré-independências. Razão pela qual a Namíbia insiste na necessidade de se assinar um novo acordo, que assuma compromissos antigos e incorpore as prerrogativas do Direito Internacional neste domínio.

Conclusões: a abundância ilusória da água em Angola

O índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas atira Angola para os últimos lugares. Em 2006 ocupava a 161^a posição num universo de 177 países. A concorrer para este lugar não serão estranhos os menos de 30 litros de água, por dia e por pessoa, que um angolano teve em média no período 1982-2002, quando a Organização Mundial de Saúde estabelece como limiar mínimo aceitável 40 l/dia/pessoa. Uma cobertura de saneamento básico altamente insuficiente é outro factor poderoso a contribuir para esta situação, tenha-se em conta que a “água suja é a segunda maior causadora de mortes de crianças em todo o mundo” (PNUD, 2006). Muitos outros indicadores poderiam ser convocados para explicar este nível do desenvolvimento humano, mas concentremo-nos apenas em dois outros, indissociáveis do acesso à água potável: uma taxa de mortalidade infantil de 133,5‰ e uma esperança média de vida à nascença de 41.4 anos (African Development Bank, 2006).

Estes dados das Nações Unidas e de outras instituições mundiais lançam um sério desafio à acção política, na definição de objectivos e prioridades a prosseguir: dever-se-á privilegiar acções muito direccionadas

que promovam a acesso da generalidade da população à água potável, enquanto instrumento de combate às desigualdades sociais e à promoção da saúde ou dar prioridade ao crescimento económico e entendê-lo como motor natural da ultrapassagem dos bloqueios existentes?

A governação da água coloca, assim, grandes desafios e inscreve-se num vector estratégico primordial, não só na promoção de um desenvolvimento viável, como nos processos de integração regional em curso. Analisar o modo como é gerida obriga a olhar para múltiplas dimensões, algumas aparentemente distantes do objecto água, mas determinantes nas modalidades de apropriação e nas racionalidades de uso.

Angola confronta-se com exigências de governação que não podem (ou não devem) escamotear a co-presença, muito vincada, de diferentes tempos históricos e quadros mentais muito descontínuos. Em termos algo esquemáticos poder-se-á caracterizar a situação como:

i.) de persistência de valores *tradicionais*, que se traduz, por exemplo, na irrelevância conferida à lei, enquanto instrumento de regulação da vida em sociedade, e à relevância atribuída ao *chefe*²³, detentor de poder e de autoridade; ii.) de urgência na construção e consolidação do Estado, para fazer face aos problemas típicos das *sociedades complexas*, caracterizadas por populações muito concentradas territorialmente, com aspirações a padrões e estilos de vida associados à oferta diversificada de bens de consumo, bem como exigências de conforto e de segurança. As respostas a estas exigências e expectativas, para a generalidade das populações, só são compatíveis com a capacidade de afirmação do Estado e dos respectivos aparelhos burocrático-administrativos, pelo menos, na infra-estruturação de serviços básicos (água, energia e vias de comunicação) e na garantia do funcionamento, com padrões mínimos de qualidade, de equipamentos e serviços nos sectores da saúde, educação e justiça; e iii.) de emergência da associação/integração regional dos Estados, inscrevendo-se na ordem política e económica dominantes, como tendência generalizada de resposta aos

23 Fernando Pacheco [ADRA], Comunicação oral no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável - O Desenvolvimento Sustentável em Contextos Africanos: o caso de Angola; CES - Universidade da Beira Interior, 2 e 3 de Maio de 2007. Esta referência decorre da proximidade temporal e do facto do autor ser um persistente actor e arguto observador da sociedade angolana. De todo o modo convém referir que esta problemática tem mobilizado diversos estudiosos, entre os quais se destaca o Antropólogo Ruy Duarte de Carvalho.

fenómenos da *globalização*. Apesar das perplexidades que este processo pode suscitar é justamente em relação a recursos que flúem sem respeito pelas fronteiras, como a água, que a governação cooperante emerge como mais adequada e necessária, apesar dos sentimentos nacionalistas que a água suscita.

Independentemente dos diagnósticos político-institucionais as respostas que as populações esperam face às suas necessidades e expectativas exigem forte capacitação institucional. Como se sabe, os sistemas institucionais estão dependentes dos valores éticos, das orientações políticas e das lógicas de desenvolvimento social e territorial que enformam a matriz de governação e da acção política. A governação da água em Angola não pode, portanto, desligar-se da realidade cultural, sócio-económica, política e institucional com que o país se confronta, mercê de diversas contingências históricas, ligadas aos processos de colonização, de descolonização e de formação do Estado. Todos eles marcados pela permanência de conflitos militares de diferentes matizes e intensidades. Não sendo este o lugar para análise das consequências de tais contingências, importa identificar alguns aspectos, quase consensuais, que Angola enfrenta: (i) grande carência de infra-estruturas e de equipamentos, com especial destaque para os ligados ao abastecimento de água e ao saneamento básico, (ii) forte e descontrolada concentração de populações, bem como fenómenos de acelerada urbanização desqualificada a ela associada, nos principais centros urbanos; (iii) deficiente preparação colectiva (social, política e institucional) de gestão da coisa pública, em prol da cidadania e da qualidade de vida de vastas camadas da população.

O hiper-dimensionado do sector informal da água, a primeira via de abastecimento para a maioria da população e uma das causas principais dos graves problemas de saúde pública existentes²⁴ e, ainda, importante factor de desigualdade social, não é compatível com os compromissos subjacentes aos “Objectivos do Milénio”. Note-se que os países associados a dificuldades de acesso à água registam, regra geral, tendências em que se assiste a fortes crescimentos demográficos das populações mais pobres

24 O relatório do PNUD de 2006 lembra que a cólera em Angola foi “durante o primeiro semestre de 2006 uma das mais graves epidemias a afectar a África Subsariana nos últimos anos, tendo registado, por mês, mais de 400 óbitos”

e a aumentos exponenciais dos consumos de água das populações mais ricas (Raison, 1986). O Relatório do PNUD de 2006 alerta para os riscos destas tendências, que encontram a sua maior expressão nos países “em desenvolvimento”.

Este é, aliás, um importante desafio lançado às instituições ligadas à governação da água, que pode ser avaliado pelo: (i) grau de confiança que suscitam, junto da sociedade, na capacidade de assegurarem o *controlo da água* (garantias de acesso, prevenção de cheias e mitigação dos seus efeitos e tratamento de águas residuais); (ii) nível de recursos dispendidos (em esforço, tempo e dinheiro) pelas populações para aceder à água potável e ao saneamento básico.

Outro desafio institucional remete para a necessidade de cooperação entre Estados, unidos por rios transfronteiriços, na promoção da gestão conjunta de bacias hidrográficas partilhadas. No actual contexto regional, tal necessidade não pode deixar de ser encarada como factor central do *complexo de segurança da África Austral*, aconselhando à assunção clara de uma doutrina de soberania em relação aos recursos hídricos. Na ausência de compromissos que configurem princípios de legitimidade mobilizáveis para arbitrar conflitos de interesses, coloca-se a questão das acções sem justificação legítima, assentes nas relações de poder, onde não se exclui o recurso à força e à violência (Godard, 2002).

Angola costuma ser apresentada como estando no rumo de um progresso imparável, assim ditam as suas elevadas taxas de crescimento económico. Convém refrear esta visão e lembrar que as dificuldades de acesso a água potável enfrentadas por uma sociedade, ou seja, o grau de condicionamento que representa para a saúde, vida pessoal, social e económica da sua população, constitui um poderoso indicador sobre o nível de desenvolvimento dessa sociedade. E a água em Angola ainda é, apesar do enorme potencial hídrico, de uma abundante ilusão.

Bibliografia

African Development Bank (2006); Gender, Poverty and Environmental Indicators of African Countries. ADB, Tunis.

AMARAL, Ilídio do (1981); Entre o Cunene e Cubango, ou a propósito de uma fronteira africana, *Garcia de Orta, série de Geografia*. Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa.

BIRMINGHAM, David (2003); Portugal e África. Vega, Lisboa.

CARIUS, Alexander (2003); “A crise global da água: do conflito à cooperação”, in *O Desafio da Água no Sec. XXI – entre o conflito e a cooperação*, Soromenho-Marques, V. (Coord). IPRIS/Editorial Notícias, Lisboa.

CARVALHO, R. Duarte (1999); Vou lá visitar pastores – exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997). Edições Cotovia, Lisboa.

CORREIA, F. Nunes (1994); Políticas de Gestão de Recursos Hídricos – Novas Abordagens e Integração Contextual. LNEC, Lisboa.

CORREIA, F. Nunes (2000); “O planeamento dos recursos hídricos como instrumento de política de gestão da água”, *Recursos Hídricos*, Vol. 21, nº1. APRH, Lisboa.

CUNHA, L. Veiga da (2003); “Meio século de percepções sobre a água na política internacional”, in *O Desafio da Água no Sec. XXI – entre o conflito e a cooperação*, Soromenho-Marques, V. (Coord). IPRIS/Editorial Notícias, Lisboa.

CUNHA, L. Veiga da (2004); “Novos Rumos para a gestão da água”, *Recursos Hídricos*, Vol. 25, nº3. APRH, Lisboa.

EARLE, Anton (2001); The Role of Virtual Water in Food Security in Southern Africa (Occasional Paper nº33). SOAS/University of London, London.

ESTERMAN, Carlos (1973); O Rio Cunene, Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

FERREIRA, Patrícia M. GUIMARÃES, Sérgio (2003); “África Austral: a urgência de um projecto regional”, in *O Desafio da Água no Sec. XXI – entre o conflito e a cooperação*, Soromenho-Marques, V. (Coord). IPRIS/Editorial Notícias, Lisboa.

GODARD, Olivier (2002); “A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação”, in *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental*, Vieira, P.F. e Weber, J.(Orgs). Cortez Editora, São Paulo.

GUEDES, Armando M. (2005); *Sociedade Civil e Estado em Angola – O Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ao outro?*. Almedina, Coimbra.

HITCHCOCK, Robert K. (2003); “*Water resource use and management in the Okavango system of southern Africa: the political economy of state, community and private resource control*”, The African Water Page; www.thewaterpage.com

LASSERRE, Frédéric; DESCROIX, Luc (2003) ; *Eaux et Territoires: tensions, coopérations et géopolitique de l'eau*, L'Harmattan, Paris.

LEESTEMAKER, Joane H. (2001); “*An Analysis of the New National and Subnational Water Laws in Southern Africa*” – *Institutional Support Task team of the Shared River Initiative on the Incomati River, Southern Africa; Gaps between the UN Convention the SADC Protocol and National Legal Systems in South Africa, Swazilan and Mozambique*; The African Water Page; www.thewaterpage.com

LIMA, M^a Antonina; MENDES, Isabel (2000); “*A Comunidade para O Desenvolvimento da África Austral: Competitividade e Ambiente Num Contexto de Globalização*”, in *Anuário do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento*. ISEG, Lisboa.

MATEOS, Belém P. (2002); *Planificación hidrológica y Demografía : El estudio de Poblacion com los modelos de gestion del Água* (Paper). Departamento de Geografía Humana/Universidad de Sevilla, Sevilla.

MEISSNER, Richard (2003); “Interaction and existing constraints in international river basins”, in *International Waters in Southern Africa*, Nakayama, M.(Ed). United Nations University Press, New York.

NDAMBA, Jerry (2001); “Assessment of Integrated Water Resources Management Activities in the Southern Africa Region” – A Preliminary Inventory; Institute of Water and Sanitation Development, Zimbabwe, The African Water Page; www. thewaterpage.com

OLLAGNON, Henry (2002); “*Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural*”, in *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental*. Vieira, P.F. e Weber, J.(Orgs). Cortez Editora, São Paulo.

PEREIRA, Álvaro (2005); A Gestão de Recursos Naturais Renováveis em Contextos Institucionais Precários: O Caso dos Recursos Hídricos, Relatório 431/05. LNEC, Lisboa.

PEREIRA, Álvaro e FIDÉLIS, Teresa (2006); “*O Planeamento e a Gestão dos Recursos Hídricos nos Países em Desenvolvimento e em Processos de Integração Regional: O Caso Bacia do Cunene (Angola)*”, in *Actas da Conferência Internacional Sobre Água (IWC2006)*. ISEP, Porto.

PNUD (2006); A água para lá da escassez; poder, pobreza e a crise mundial a água; Relatório do Desenvolvimento Humano. ONU (PNUD). New York -233 p.

RAISON, Jean-Pierre (1986); “*Recursos*”, in *Enciclopédia Enaudi*, vol.8 . INCM, Lisboa.

ROCHA, João S. (compilação) (2001); Plano para a Utilização Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cunene – Síntese. LNEC, Lisboa.

RODRIGUES, Jacinto (2005); Reflexão Crítica do Modelo de Crescimento Eurocêntrico e Propostas para um Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado (paper). Universidade do Porto, Porto.

SADC, IUCN, SARDC, IBRD (2002); Defining and Mainstreaming Environmental Sustainability in Water Resources – A Summary (citation: Hirji,

R., Mackay, H., Maro, P.). SADC, Maseru and Harare and Washington DC.

SADC, SARDC (2005). *SADC TODAY*, Vol.8 n^o4, SARDC, Gaberone and Harare and Maputo.

SANCHES, Rui (1999); O Aproveitamento do Rio Cunene – Sua Importância Internacional e para o Sul de Angola. LNEC, Lisboa.

SWECO GRONER (2005); Avaliação Rápida dos Recursos Hídricos de Angola - Relatório Final. DNA, Luanda.

TURTON, Anthony and ASHTON, Peter (2004); *“An Assessment of Strategic Issues in the Policy Field Relating to Water Resource Management in Southern Africa”*, in Proceedings of the Workshop on Water and Politics: Understanding the Role of Politics in Water Management. WWC, Marseille.

TORRES, Adelino (1999); Horizontes do Desenvolvimento Africano; No Limiar do Século XXI. Veja Editora, Lisboa.

Water World Council (2004); Virtual Water Trade – Conscious Choices; E-conference Synthesis. WWC, Marseille.

WEBER, Jacques (2002); *“Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa”*, in *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental*, Vieira, P.F. e Weber, J.(Orgs). Cortez Editora, São Paulo.

WWAP (2003); Water for People, Water for Life. UN (WWAP), New York.

AS CATÁSTROFES NATURAIS COMO CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO DOS PALOP

Carlos Garrido*

Pág. 213 a 224

1. Algumas definições

É vulgar classificarem-se as catástrofes em catástrofes naturais (*v.g.*: sismos, erupções vulcânicas, cheias, ciclones, deslizamento de terras e secas) e catástrofes provocadas pelo homem (*v.g.*: guerras, guerrilhas e terrorismo). O âmbito deste artigo são as catástrofes naturais.

A literatura da especialidade costuma apresentar uma grande variedade de definições de catástrofe que, de um modo geral, são subjetivas ou incompletas. Uma definição de catástrofe, numa perspectiva estatística e económica, é apresentada por Garrido (2000;3): catástrofe é toda e qualquer perda à direita de um ponto (patamar das catástrofes) fixado arbitrariamente na aba direita de uma dada distribuição. Trata-se de uma definição propícia à análise do risco, uma vez que as distribuições dos sinistros são tipicamente enviesadas; para isso é necessário modelá-las, utilizando para o efeito as distribuições de Pareto, logama, lognormal ou de Weibull (*vide* Embrechts, Paul e outros (1997;13)).

* CEAUP

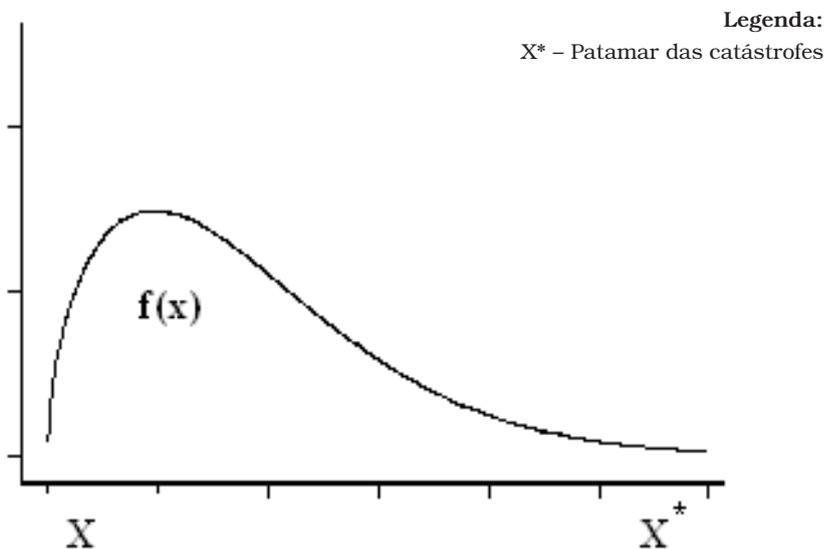


Figura 1. Função de densidade

A variável X é uma variável de perda económica: *v.g.* indemnizações, prejuízos, etc.

A temática desta comunicação é a economia das catástrofes, a qual pode ser definida como uma disciplina da ciência económica que tem por objectivo estudar o comportamento da economia pós-catástrofe e os aspectos económicos e financeiros da prevenção das mesmas, *vide* Garrido (2000;3).

A definição destes conceitos, apresentados previamente, é importante para se evitar certas confusões comuns quando se abordam estas matérias².

2. Catástrofes e desenvolvimento económico

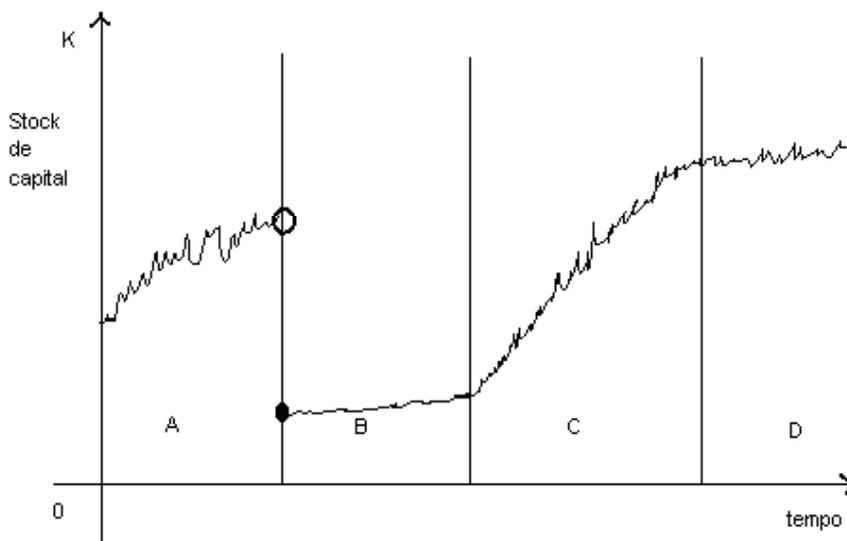
A relação entre catástrofes naturais e desenvolvimento tem muitos aspectos. Refiramos dois destes aspectos: (a) As catástrofes naturais constituem um constrangimento ao desenvolvimento económico e social; (b) O

² Por exemplo, 'catástrofe' e 'fenómeno natural extremo', por vezes, são usados de modo indiferenciado como sinónimos.

subdesenvolvimento potencia os efeitos nefastos das catástrofes, dada a escassez de recursos para a prevenção e reconstrução.

As catástrofes destroem recursos. Uma catástrofe natural, em poucos segundos, pode destruir uma parte considerável do capital fixo de uma economia, dando-se uma descontinuidade no processo de acumulação de capital.

Contudo, a reconstrução do capital fixo é uma oportunidade para a introdução de inovações tecnológicas, nos materiais e nos processos. Levanta-se aqui a questão do financiamento da reconstrução e da prevenção.



Fonte: Garrido (2000:93)

A problemática do financiamento da reconstrução pode ser vista sob dois ângulos: natureza dos recursos e origem dos recursos. Esta temática é muito importante para os países em desenvolvimento, nomeadamente para os PALOP, mas cai fora do âmbito deste artigo.

3. Impactos sobre os países desenvolvidos e em desenvolvimento

As estatísticas mostram que as catástrofes causam grandes prejuízos económicos nos países desenvolvidos, enquanto nos países pobres provocam mortes, feridos e desalojados.

O quadro 1 é elucidativo, dado que a maior parte das 30 maiores catástrofes, em número de mortes, no período 1970-1995 registaram-se em países em desenvolvimento.

Quadro1. As 30 maiores catástrofes em nº de vítimas durante o período 1970-1995

Mortes	Data	Ocorrência	País
300 000	14.11.70	Furacão	Bangladesh
250 000	28.07.76	Sismo no Tangstão	China
140 000	29.04.91	Furacão 'Gorky'	Bangladesh
60 000	31.05.70	Sismo	Perú
50 000	21.06.90	Sismo	Irão
25 000	07.12.88	Sismo na Arménia	ex-U.R.S.S.
25 000	16.09.78	Sismo	Irão
23 000	13.11.85	Erupção vulcânica 'Nevado del Ruiz'	Colômbia
22 000	04.02.76	Sismo	Guatemala
15 000	19.09.85	Sismo na Cidade do México	México
15 000	11.08.79	Rebentamento de barragem	Índia
15 000	01.09.78	Cheias	Índia
10 800	31.10.71	Cheias	Índia
10 000	25.05.85	Furacão	Bangladesh
10 000	20.11.77	Tornado	Índia
9 500	30.09.93	Sismo no Estado de Marashtra	Índia
8 000	16.08.76	Sismo no Mindanao	Filipinas
6 304	05.11.91	Tufão 'Telma' e 'Uring'	Filipinas
6 000	17.01.95	Sismo de Hanshin em Kobe	Japão
5 300	28.12.74	Sismo	Paquistão
5 000	10.04.72	Sismo em Fars	Irão
5 000	23.12.72	Sismo em Manágua	Nicarágua
5 000	30.06.76	Sismo em Westirian	Indonésia
4 800	23.11.80	Sismo	Itália
4 500	10.10.80	Sismo	Argélia
4 000	15.02.72	Temporal; neve	Irão
4 000	24.11.76	Sismo em Van	Turquia
3 800	08.09.92	Cheias no Punjab	Paquistão
3 200	16.04.78	Tornado	Reunion
3 000	01.08.88	Cheias	Bangladesh

Fonte: Embrechts, Paul e outros (1997).

O Quadro 2 refere as 30 maiores perdas para o sector segurador no mesmo período. Constata-se que a quase generalidade dos sinistros se verificaram em países desenvolvidos.

Quadro 2. As 30 maiores perdas para o sector dos seguros durante o período 1970-1995.

unidade: milhões de dólares.

Prejuízos	Data	Ocorrência	País
16 000	24.08.92	Furacão 'Andrew'	E.U.A.
11 838	17.01.94	Sismo de Northridge na Califórnia	E.U.A.
5 724	27.09.91	Tornado 'Mireille'	Japão
4 931	25.01.90	Vendaval 'Daria'	Europa
4 749	15.09.89	Furacão 'Hugo'	Porto Rico
4 528	17.10.89	Sismo de Loma Prieta	E.U.A.
3 427	26.02.90	Tempestade de inverno 'Vivian'	Europa
2 373	06.07.88	Explosão da instalação offshore de petróleo 'Piper Alpha'	Reino Unido
2 282	17.01.95	Sismo de Hanshin em Kobe	Japão
1 938	04.10.95	Furacão 'Opal'	E.U.A.
1 700	10.03.93	Tempestade de neve na costa leste	E.U.A.
1 600	11.09.92	Furacão 'Iniki'	E.U.A.
1 500	23.10.89	Explosão na Philips Petroleum	E.U.A.
1 453	03.09.79	Tornado 'Frederic'	E.U.A.
1 422	18.09.74	Tornado 'Fifi'	Honduras
1 320	12.09.88	Furacão 'Gilbert'	Jamaica
1 238	17.12.83	Tempestade de neve, gelo	E.U.A.
1 236	20.10.91	Incêndio florestal e urbano.	E.U.A.
1 224	02.04.74	Tornados em quatro Estados	E.U.A.
1 172	04.08.70	Tornado 'Celia'	E.U.A.
1 168	25.04.73	Cheias causadas pelo Mississipi em Midwest	E.U.A.
1 048	05.05.95	Vento, granizo e cheias	E.U.A.
1 005	02.01.76	Tempestades no noroeste da Europa	Europa
950	08.17.83	Furacão 'Alicia'	E.U.A.
923	21.01.95	Tempestades e cheias no norte da Europa	Europa
923	26.10.93	Incêndio florestal e urbano	E.U.A.
894	03.02.90	Tornado 'Herta'	Europa
870	03.09.93	Tufão 'Yancy'	Japão
865	18.08.91	Furacão 'Bob'	E.U.A.
851	16.02.80	Cheias na Califórnia e Arizona	E.U.A.

Fonte: Embrechts, Paul e outros (1997).

4. A desarticulação do sistema

As grandes catástrofes podem levar a uma desarticulação do sistema. Tudo depende da dimensão da catástrofe e das vulnerabilidades existentes. Há vulnerabilidades sociais e institucionais, designadamente as periferias de áreas urbanas, os bairros residenciais inseguros em países em desenvolvimento, a localização em ravinas de baixo valor económico (América Latina) e os chamados *classquakes*.

Por vezes, no caso dos sismos, não se trata da inexistência de tecnologia anti-sísmica mas sim de falta de acesso a ela; em economia fala-se de procura solvente.

As populações de baixo grau de cultura tendem a ter comportamentos fatalistas, encarando as catástrofes como algo de «natural» e de inevitável, com resignação. Há regimes políticos que não contrariam tal comportamento, não desenvolvendo instituições com poder de resposta às catástrofes por variados motivos.

Voltando à questão das desarticulações sistémicas provocadas pelas catástrofes naturais, o quadro 3 refere que estas são de quatro tipos.

Dois tipos de desarticulação são de índole social: condições das famílias e estado de saúde e de nutrição da população. Os outros dois tipos de desarticulação têm efeitos indirectos significativos sobre os grupos sociais mais vulneráveis: desarticulação dos circuitos económicos e da administração pública.

Quanto à desarticulação das condições das famílias, tenha-se presente que o desalojamento, evacuações e migrações têm um impacto muito significativo sobre os grupos socio-económicos mais desfavorecidos.

No que respeita o défice de serviços autárquicos e locais, este é bastante maior nos países em desenvolvimento.

O declínio no acesso ao apoio social e aos bens e serviços também é mais pronunciado nos países em desenvolvimento.

Note-se que a economia paralela existente em muitos destes países pode desempenhar uma função importante, sob o ponto de vista logístico.

Acerca da desarticulação do estado de saúde e de nutrição da população, verifica-se que os países desprovidos de redes de saneamento básico são mais vulneráveis a epidemias pós-catástrofe. Os países africanos são muito vulneráveis neste domínio, *vide* Garrido (1999).

Quadro 3. Efeitos indirectos segundo as desarticulações sistémicas

<p>I.Desarticulação das condições das famílias</p> <p>Desalojamento, evacuações, migrações Défice de serviços autárquicos e locais Declínio no acesso ao apoio social e aos bens e serviços.</p>
<p>II.Desarticulação do estado de saúde e de nutrição da população</p> <p><i>Stress</i> fisiológico e psicológico Declínio nas normas de higiene e sanitárias Contaminação do ambiente: epidemias e doença Malnutrição e fome</p>
<p>III.Desarticulação dos circuitos económicos</p> <p>Efeitos inter-sectoriais Efeitos intra-sectoriais. Efeitos externos</p>
<p>IV.Desarticulação da Administração Pública</p> <p><i>Stress</i> institucional Alteração das oportunidades sistémicas</p>

Fonte: Albala-Bertrand (1993)

5. Subdesenvolvimento e vítimas humanas

Vimos atrás que as catástrofes provocam grandes prejuízos económicos nos países desenvolvidos, enquanto nos países pobres se verificam perdas de vidas humanas, feridos e desalojados.

Para se ter uma ordem de grandeza dos prejuízos económicos, refira-se que a Swiss Re estima (Dezembro de 2006) que os prejuízos patrimoniais provocados por catástrofes naturais e causadas pelo homem terão atingido cerca de 173,4 mil milhões de euros³ em 2005. Cerca de 61,6 mil milhões de euros estavam cobertos por seguro.

Estes valores podem ter pouco significado para quem não esteja fa-

³ Utilizou-se a cotação do dólar em 25 de Janeiro de 2007, que era de 1,2979 dólares = 1 euro.

miliarizado com esta temática; para se ter uma ideia da sua grandeza, note-se que se estima (Janeiro de 2007) que o PIB português em 2005 foi aproximadamente 147,4 mil milhões de euros, a preços correntes.

Repare-se que tais prejuízos não estão distribuídos uniformemente pelo mundo, encontrando-se concentrados nalguns locais que foram vítimas de catástrofes.

Ainda com o propósito de se ter uma noção da grandeza que estamos a citar, tenha-se presente que o BERD - Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento investiu 4,3 mil milhões de euros em 2005⁴.

As resseguradoras prevêem que os prejuízos causados por catástrofes naturais venham a aumentar com as esperadas alterações climáticas, pelo que sugeriram no Fórum de Davos, que se realizou em Janeiro de 2007, que cada país criasse *Country Risk Officers* que tutelassem os riscos naturais, com competência para hierarquizar prioridades e garantir a prevenção e coordenação das acções.

Os países em desenvolvimento, como são mais pobres, têm poucos prejuízos económicos directos mas, em contrapartida, sofrem muitas mortes, feridos e desalojamentos, que é ainda mais grave.

Ilustremos tal facto com dados estatísticos dos PALOP.

Os dados abaixo apresentados mostram que as populações de Moçambique e Cabo Verde, nos últimos decénios, foram vítimas principalmente de secas, em número de mortes.

As catástrofes naturais que causaram mais mortes em Angola e S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau foram as epidemias.

Em termos de população afectada, foram as secas que tiveram maior impacto nestes cinco países.

Note-se o elevado peso relativo que na primeira metade do século XX as secas tiveram em Cabo Verde, pois a sua população em 1950 era de 146 mil habitantes.

4 'Público' de 6 de Janeiro, pag. 3.

Quadro 4. Síntese das catástrofes naturais em Angola de 1981 a 2006

	Nº de eventos	Mortes	Feridos	Desalojados	Afectados
Secas	6	58	0	0	2.610.000
Epidemias	11	3.761	0	0	69.659
Cheias	15	154	16	21.750	541.928
Deslizamento de terras	1	13	0	0	0

Fonte:EM-dat: The OFDA/CRED International Disaster Database,www.em-dat.net - Université Catholique de Louvain - Brussels - Belgium.

Quadro 5. Síntese das catástrofes naturais em Cabo Verde de 1900 a 2004

	Nº de eventos	Mortes	Feridos	Desalojados	Afectados
Secas	10	85.000	0	0	40.000
Epidemias	1	245	0	0	12.344
Infestação de insectos	2	0	0	0	0
Vulcões	1	0	6	5.000	1.300
Ventos ciclónicos	2	32	122	0	7.600

Fonte:EM-dat: The OFDA/CRED International Disaster Database,www.em-dat.net - Université Catholique de Louvain - Brussels - Belgium.

Quadro 6. Síntese das catástrofes naturais em Moçambique de 1956 a 2006

	Nº de eventos	Mortes	Feridos	Desalojados	Afectados
Secas	9	100.068	0	0	16.277.500
Sismos	1	4	36	1.440	0
Epidemias	16	2.409	0	0	312.091
Cheias	20	1.842	15	49.500	8.498.151
Infestação de insectos	1	0	0	0	0
Deslizamento de terras	1	87	0	2.500	0
Ventos ciclónicos	13	603	2.082	530.050	2.657.350

Fonte:EM-dat: The OFDA/CRED International Disaster Database, www.em-dat.net - Université Catholique de Louvain - Brussels - Belgium.

Quadro 7. Síntese das catástrofes naturais em S.Tomé e Príncipe de 1983 a 1989

	Nº de eventos	Mortes	Feridos	Desalojados	Afectados
Secas	1	0	0	0	93.000
Epidemias	2	181	0	0	1.063

Fonte:EM-dat: The OFDA/CRED International Disaster Database,www.em-dat.net - Université Catholique de Louvain - Brussels - Belgium.

Quadro 8. Síntese das catástrofes naturais na Guiné - Bissau de 1910 a 2006

	Nº de eventos	Mortes	Feridos	Desalojados	Afectados
Secas	6	0	0	0	132.000
Epidemias	7	2.811	0	0	91.376
Cheias	2	3	0	1000	1.000
Infestação de insectos	3	0	0	0	0
Fogos	1	3	0	300	1.500
Ventos ciclónicos	2	1	0	3700	5.425

Fonte:EM-dat: The OFDA/CRED International Disaster Database,www.em-dat.net - Université Catholique de Louvain - Brussels Belgium.

É difícil fazerem-se comparações rigorosas sobre a severidade da incidência das catástrofes naturais nestes países com base nestes dados, uma vez que os períodos de análise não coincidem.

- Angola: 1981-2006.
- Cabo Verde: 1900-2004.
- Guiné-Bissau: 1910-2006.
- Moçambique: 1956-2006.
- S. Tomé e Príncipe: 1983-1989.

6. A resposta às catástrofes

Cada tipo de catástrofe está normalmente associado a distintos padrões socio-económicos de danos. Tal informação é importante, não só na formulação das políticas de prevenção, como também na condução da resposta pós-catástrofe.

A resposta pode incidir sobre os seus efeitos directos ou sobre os efeitos indirectos.

A acção, ao dirigir-se aos efeitos directos, tem em vista os seguintes alvos:

- População.
- Habitação e equipamentos colectivos.
- Infra-estruturas.

- Sector primário.
- Sector secundário.
- Sector terciário.
- Ambiente.

Os efeitos indirectos reportam-se à desarticulação do sistema socio-económico, *vide* quadro 3, atrás apresentado.

Os PALOP são heterogéneos, nas perspectivas geográfica, física, política, económica, religiosa, social, cultural e institucional. No entanto, os quadros acima apresentados mostram que são claros os traços comuns das suas vulnerabilidades às catástrofes naturais, que são típicas dos países em desenvolvimento.

A resposta institucional reveste-se de grande importância neste tipo de sociedades, cuja estrutura deve conter elementos de descentralização, sobretudo nos países com maior área territorial.

Neste campo afigura-se importante a cooperação institucional entre Portugal e os PALOP, havendo potencialidades para uma colaboração potencialmente benéfica para todas as partes, dada a sua experiência neste domínio,

Portugal tem potencialidades no sector bancário, que se modernizou bastante nos últimos anos, educação e saúde, obras públicas e infra-estruturas. Trata-se de sectores-chave nas políticas e prevenção e de reconstrução.

O estabelecimento de parcerias públicas, privadas ou mistas pode ajudar a desenvolver instituições vocacionadas para responder às catástrofes naturais. Tal perspectiva é facilitada pela pacificação que se tem verificado nos PALOP e consolidação da democracia nestes países, bem como em Portugal.

Bibliografia

Albala-Bertrand, J. M. (1993), **The Political Economy of Large Natural Disasters: With Special Reference to Developing Countries**, Oxford University Press, Clarendon Press.

Embrechts, Paul e outros (1997), **Modelling Extremal Events**, Springer-Verlag, Berlin Heidelberg.

Garrido, Carlos (1999), *África, Catástrofes Naturais e Desenvolvimento*, **Africa Studia n.º 2**, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Garrido, Carlos (2000), **Contribuição para o estudo da economia das catástrofes naturais**, tese de doutoramento em Economia, Universidade da Beira Interior, e/a, Janeiro.

Garrido, Carlos (2003 a), *Catástrofes Naturais e Defesa Nacional*, **Economia Pura**, n.º56, Ano V, Abril, (pp. 76-79).

Garrido, Carlos (2003 b), *O Papel da Administração Regional na Redução dos Impactos das Catástrofes Naturais*, **Revista da Universidade Independente**, Outubro.

Garrido, Carlos (2005), *The Economics of Catastrophes: The Role of the Public Administration in the Mitigation of Natural Catastrophes Impacts*, **International Conference '250 th Anniversary of the 1755 Lisbon Earthquake'**, Proceedings, (pp.107-111).

Torres, Adelino (1998), **Horizontes do Desenvolvimento Africano – No Limiar do Século XXI**, Ed. Vega, Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

PANCHO GUEDES, UM ARQUITECTO EM MOÇAMBIQUE — PRÉ-SUSTENTABILIDADE OU INTUIÇÃO TECTÓNICA

Miguel Fernandes Santiago*

Pág. 225 a 233

1. Formação e processo antropológico

Amâncio d’Alpoim Miranda Guedes, conhecido por Pancho nasceu em Lisboa, a 13 de Maio de 1925. A sua infância foi passada, primeiro em São Tomé, e mais tarde, em Moçambique. Aqui, o destino foi Manjacaze, onde frequentou a escola primária. Lembra desta altura, as viagens que fazia com o pai pela floresta, de onde recorda as frondosas e fantásticas árvores. Deste modo, desde muito cedo teve uma forte familiaridade com a natureza e culturas locais.

Mais tarde, foi mandado para um colégio interno em Lourenço Marques. Os resultados escolares não muito bons determinaram a sua ida para a África do Sul, para o *Maritz Brothers College*, em Joanesburgo. Datam, desta altura, os “primeiros” desenhos, obviamente infantis. Desenvolveu o entusiasmo por actividades que não eram ensinadas na escola. O cinema e o crescente interesse pela pintura levaram-no a visitar com frequência inúmeras galerias de arte e a procurar bibliografia compatível com os seus anseios e, finalmente, o desejo de fazer os seus próprios desenhos. Terminados os estudos secundários, queria seguir o curso de pintura, mas os seus pais “convenceram-no” a ir para arquitectura. Pancho Guedes ingressou no curso de arquitectura na *University of the Witwatersrand*, em Joanesburgo.

Numa sociedade marcada pela guerra, atribulada e complexa, Pancho encontra inúmeros amigos nas áreas das artes visuais e com eles promove exposições, desenvolvendo energicamente uma cultura artística marcada tanto pelas culturas locais como pelos grandes movimentos das elites ocidentais.

Terminada a licenciatura em arquitectura instala-se em Lourenço Marques. Durante mais de vinte anos, até 1975, desenvolveu e produziu no seu ateliê um conjunto de obras significativas, das quais se destacam:

* Universidade da Beira Interior

o *Prometeu* (1951-53), a Padaria *Saipal* (1952-54), o *Leão que Ri* (1956-58), a *Casa Vermelha* (1969), várias Igrejas e um conjunto de obras para a Missão Suíça.

Após abandonar Moçambique, Pancho Guedes instalou-se, entre 1975 e 1990, na África do Sul, leccionando durante este período na *University of the Witwatersrand*, sendo director entre 1975 e 1988. Foi Professor convidado em inúmeras Universidades, das quais se destacam: a *University of Queensland* (1980), na Austrália, a *University of California (U.C.L.A)* (1982), em *Los Angeles*, nos Estados Unidos e a *Technion University Haifa* (1988), em Israel.

Regressa, finalmente a Portugal em 1990, onde reside e trabalha.

As suas vivências, residências, viagens, profissões, conferências são múltiplas e diversas tanto no tempo como no espaço; esta dimensão nómada propõe e intensifica uma epistemologia abrangente e complexa, baseada nos valores locais e num conhecimento profundo da história.

2. Vocabulário(s) estilo(s)

Desde que iniciou os seus estudos em arquitectura, Pancho Guedes desenhou e pintou intensamente, explorando os limites entre as várias artes visuais. Apesar do grande entusiasmo pela arquitectura, continuou a desenvolver o seu talento pelo desenho e pela pintura, assim a postura de Pancho Guedes é, decididamente, a do arquitecto artista.

O caso de Pancho Guedes torna-se paradigmático pelo seu percurso, fundamentalmente pela permanência eclética do seu discurso, procurando ao longo dos anos e, nas suas centenas de projectos, um estilo reconhecível – homogéneo – na complexidade e multiplicidade das “famílias” arquitectónicas, mantendo, simultaneamente, o equilíbrio entre um vocabulário próprio e um “ecletismo”, sem nunca descurar uma direcção muito pessoal. Não podemos decifrar esta atitude como um mero formalismo; a forma resulta da conciliação de vontades em conflito, e é necessário um restabelecimento do poder decisivo do desenho. O espaço manifesta-se através da luz, da cor e da ilusão. Revela grande conhecimento pelo passado, privilegia o interesse por arquitectos, artistas, estilos e movimentos, sem menosprezar as questões do presente.

Para além das referências históricas (arquitectónicas, teóricas e pictóricas) enraizadas num complexo pensamento das artes, o arquitecto tem um fascínio por todas as formas de arte e cultura populares, que são reminiscentes da religiosidade africana. Os desenhos de padrões geométricos do povo *Ndebele* do Transvaal, mais conhecido como tribo *Mapogga*, são um exemplo significativo da influência das artes africanas na sua obra. Esta justaposição entre erudito e popular caracteriza inequivocamente, a sua obra.

A influência do mundo colonial torna-se perceptível através dos sistemas de proporção autóctones, da métrica e de um topos que evidencia os valores sócio-culturais de determinada região, povo ou país.

Dependendo das características do programa, das “imposições” do cliente e das contingências do processo, a sua obra possui, com maior ou menor evidência, aspectos universais, intemporais e poéticos – o simbólico, o onírico, o arquétipo, o etnográfico e o metafórico.

A concepção no projecto é a matriz de uma ideia globalizante do objecto arquitectónico; origina percursos distintos e é formadora de um conjunto alargado de hipóteses, que se articulam na procura da “boa” solução final.

3. Construção, natureza e economia

Uma das marcas do percurso de Pancho Guedes é a capacidade de trabalhar com limitações financeiras, improvisando novas situações com os materiais de construção e sistemas construtivos. Estas contingências não alteraram a qualidade da sua arquitectura, proporcionando uma forte admiração dos utilizadores, público em geral e seus pares.

É certo, que o seu fascínio pelo processo de construção e pela pormenorização alberga simultaneamente dois pólos opostos: por um lado aproveita e recupera os métodos tradicionais de construção, por outro, conhece e integra as novas tecnologias. Estas duas opções construtivas estão em consonância com as suas diferentes linguagens arquitectónicas. É o método da construção e a natureza do material utilizado que determinam a abordagem ao projecto por parte do arquitecto.

A dualidade de processos é mantida na relação com a obra. Se a pormenorização exaustiva desenvolvida no ateliê serviu para a construção

rigorosa de alguns projectos, outros houve, que só o acompanhamento regular da obra permitiu elevados níveis de rigor. Muitas vezes, Pancho Guedes trabalhou na própria obra, marcando, cortando, executando e aperfeiçoando.

“Passei muito tempo no local, fazendo marcações, dando explicações e construindo as asnas do telhado. A escola levou bastante tempo a ser construída mas acabámo-la bem e pintámo-la num ocre muito forte.”^a

Este carácter experimental e de constante aperfeiçoamento do detalhe foi muito importante ao longo do seu percurso. Os edifícios revelam uma preocupação constante com a construção e a estrutura, possuindo uma forte carga poética que advém do seu “esqueleto”.

Alguns projectos para Escolas e Hospitais, e em quase todos os trabalhos desenvolvidos para a Missão Suiça, são despreziosos e profundamente realistas. Obras com um custo reduzido e em que a intervenção do arquitecto e da própria população foi crucial no desenvolvimento e execução da obra.

Um dos exemplos mais significativos é a *Escola Primária* em Antioka (1964-66), com a particularidade de que não foi utilizado qualquer tipo de máquinas – Pancho Guedes estava na sua fase “*Luddite*”^b. O trabalho foi feito à mão e com materiais existentes no local; pedras, areia do rio e madeira das árvores que foram cortadas para abrir caminho para o edifício.

Além desta estação Missionária de Antioka, foram executadas com orçamentos mínimos, a pequena *Igreja* e a *Casa* em Choupal^c (meados dos anos 60), a *Escola Agrícola* (1965) em Chicumbane, uma *Casa para Missionários* (1964-66) em Macuvulane e a *Escola Clandestina* (1968-69) no caniço de Lourenço Marques.

A *Escola Agrícola* em Chicumbane tinha pretensões de ser uma cidade ideal. Neste projecto criou-se uma forte simbiose entre edificação, espaços envolventes e o sistema de condutas de água da chuva. É este último, que, para além da sua função simbólica – não permitia a circulação de automóveis – e funcional – irrigação dos campos agrícolas – desempenha um papel estrutural e de aglutinação dos vários edifícios.

Em alguns casos, Pancho Guedes previu a construção de condutas, recipientes e a elaboração de sistemas de captação, recolha e reciclagem de água. Estes elementos são importantes em alguns projectos. Na *Casa*

Almiro do Vale (1964-66), as lajes foram desenhadas tendo em conta inclinações e soluções de pormenorização, que permitissem encaminhar a água das chuvas até um colector que a conduzia por um pilar no canto do reservatório.

Enquanto alguns dos seus trabalhos tiravam partido da qualidade plástica do betão, com excelentes resultados, outros, faziam uso dos costumes e tradições locais, tirando partido das técnicas e materiais rudimentares. O material tradicional de construção empregue pela comunidade negra de Lourenço Marques, era a cana e o capim, normalmente usado para as paredes; em casos excepcionais, a madeira era o material utilizado.

Baseando-se nas tecnologias dos séculos XVIII e XIX, utilizadas pelos construtores da Ilha de Moçambique, Pancho Guedes previu, no seu projecto para um *Hotel (Estalagem de S. Gabriel - 1969)*, construções em pedra coral e madeiras cortadas com um machado árabe.

As formas tradicionais da construção portuguesa são visíveis em alguns projectos do arquitecto. A mistura de pedra porosa^d e cal, que cobre a laje de betão da *Casa de Leite Martins* (1951-54), remonta às técnicas utilizadas no século XVIII.

A *Catedral de Palhotas para Maciene* (1972) apresenta uma planta perfeitamente simétrica e centralizada, em que a forma da cruz se repete quatro vezes. Este conjunto, que lembra as plantas das cidades ideais da renascença, era constituído por uma cabana central destinada ao culto, ladeada por dezasseis habitações mais pequenas, uma vedação com quatro entradas, e por quatro canais para a água que se cruzam entre eles e que desembocam em oito depósitos de água. Quatro grandes árvores de caju rematam este conjunto geométrico.

A palhota central, destinada ao altar, seria construída pela comunidade, ao contrário das restantes palhotas, que seriam executadas pelas várias famílias residentes. De todos os desenhos transparece um conjunto profundamente ordenado e regrado.

Este projecto foi rejeitado pelo Bispo Anglicano que o entendia como pouco adequado ao culto.

A *Igreja dos Doze Apóstolos de Gala Massala* (1971), projectada como apoio a um conjunto de edifícios já existentes da numerosa comunidade da Missão Anglicana, também apresenta uma planta centralizada,

revelando-se uma solução extremamente económica, quer ao nível dos materiais, quer ao nível da estrutura e da composição. Também não foi construída, segundo se julga saber, devido ao pouco entusiasmo do missionário brasileiro responsável pela missão.

Situada no mato, esta enorme palhota redonda, com um altar central iluminado por uma clarabóia, dividia-se em doze partes, uma para cada apóstolo. Esta singular construção é completada por um banco corrido (interrompido pelos quatro vãos de entrada) em todo o perímetro da circunferência (paredes exteriores) e por dois anéis de pilares que suportam as asnas da cobertura.

Tal como no período dedicado à construção da *Escola Primária* da Missão de Antioka, Pancho Guedes encontrava-se num momento em que recusava a utilização de qualquer máquina na execução dos trabalhos ^e.

“Teoricamente, os missionários trabalham no sentido de eliminar os missionários. A ideia de uma missão é que ela deverá ser, mais tarde ou mais cedo, tomada pelos próprios missionados.”

A experiência adquirida com a construção da *Cozinha Comunitária e Alpendre* da Missão (anos 60), em Ricatla, constituiu uma lição de como construir barato, recorrendo a materiais locais rudimentares, e foi uma oportunidade para estabelecer contacto com a população local – como Muchlanga, um “construtor” que Pancho Guedes recrutou para participar no projecto da *Escola Primária* da Missão de Antioka. Na execução desta obra, em que o trabalho foi exclusivamente manual, participou um grande número de pessoas. Foram utilizados materiais existentes no local ou na sua proximidade: areia do leito do rio, pedra e madeira. Assim se fizeram os blocos de cimento, as fundações e todas as portas e janelas. Deste modo, conseguiu-se um custo muito reduzido, que incluiu a construção de uma cisterna de águas pluviais subterrânea, o mobiliário e até um pequeno barco que transportava os alunos do outro lado do rio Incomáti.

4. Do caniço ao clandestino

O olhar do arquitecto Pancho Guedes sempre se reteve e se direccionou para os problemas sociais de carácter urbano.

A imprensa diária moçambicana, nos anos de 1963 e 1964, relata-nos um conjunto de preocupações com a população do caniço: ensino, educação, habitação, higiene, cheias, transportes e salubridade.

Entre todos os artigos de Pancho Guedes publicados em jornais, o texto corolário das suas preocupações é, na nossa opinião, *A Cidade Doente Manual do Vogal sem Mestre* (Tribuna 9-06-1963). Neste texto o arquitecto define quatro tópicos fundamentais para “curar” a cidade doente: (1º) preparação do doente, (2º) primeiros curativos no cinto peritonítico, (3º) tratamento demorado (na cidade do Caniço e nas encostas) e, finalmente (4º) a convalescença da cidade. Este artigo, com uma citação de Aldo van Eyck, analisa a cidade do caniço que, com os seus 300 000 habitantes se tornou numa imensa cintura suburbana. Ninguém sabia ao certo quantas pessoas viviam em barracas de zinco, lata, caixotes e caniço; sem esgotos, sem água e sem luz. Esta situação agrava-se consideravelmente com as catástrofes naturais. As inundações provocam uma onda de desgraça e de assaltos.

Nos artigos, entrevistas e imagens da época é possível perceber as condições inumanas das populações, resultado das situações precárias em que vivem as famílias que habitam o caniço.

Para além de um conjunto de munícipes que representavam várias associações e sectores da população, Pancho Guedes integrou este grupo de trabalho que pretendia encontrar uma solução para os problemas habitacionais dos subúrbios. Este grupo, para além de organizar reuniões de reflexão sobre o tema em causa, formulou um questionário que foi enviado à Câmara Municipal e que foi trazido a público pelo jornal *Notícias* (28-01-1964). Segundo uma acta camarária, as exigências preconizadas pelo grupo de trabalho excediam as possibilidades técnicas da Câmara.

Apesar do grupo formado ter pressionado o poder vigente, recolhido os dados técnico-económicos, e elaborado uma proposta que preconizava a criação de uma zona com as condições mínimas de habitabilidade, passadas cerca de quatro décadas, o caniço mantém-se aos olhos de toda a população.

A forma um pouco “subversiva” de projectar e de construir de Pancho Guedes, também se concretiza através do clandestino. O clandestino é interpretado como uma vontade, um princípio básico, levado a cabo por um conjunto de pessoas que lutam por um objectivo específico e que, neste caso ilustra o compromisso do arquitecto em realizar os seus projectos.

“Opero de uma forma bastante clandestina, se tento ter as coisas feitas e prontas, acredito que as pessoas precisam dessas coisas, eu preciso destas coisas e quero vê-las construídas.”^g

Da construção rudimentar *Escola Infantil Clandestina* (1968-69) situada no caniço em Lourenço Marques importa esclarecer, o modo como a obra se desenrolou após duas tentativas falhadas, antes da conclusão da mesma. A polícia municipal não permitia que estruturas permanentes fossem erguidas nos bairros de lata do caniço.

O desejo de Pancho Guedes e da população de construir um edifício, só podia ser concretizado num curto espaço de tempo, evitando a interferência das autoridades durante a realização da obra. Assim, com a ajuda de toda a comunidade, mesmo com trabalhadores sem formação, a Escola foi construída com o mínimo de tempo e de custos. Para aproveitar e tirar máximo rendimento do terreno, o projecto tinha um quintal para cultivar vegetais para a sopa diária. Esta estrutura serviria de apoio a uma associação que cuidava de crianças órfãs e abandonadas.

A Escola foi executada com custos mínimos, recorrendo à mão-de-obra de toda a população. Os materiais utilizados foram paus, caniço, galhos, ramos, adobe e capim. As janelas e as portas foram retiradas de edifícios da “cidade” que estavam prestes a ser demolidos.

Vários volumes cúbicos e ou paralelepípedicos acolhem diversas funções. Implantados no terreno, próximos uns dos outros, formam como que uma pequena aldeia cercada por uma vedação. Assim se ergueu uma pequena comunidade:

“A escola tinha uma horta ao lado; era cuidada pelas crianças mais velhas do Caniço e pelos órfãos. Todos os dias se fazia uma excelente sopa para todos com os legumes da horta. Os meninos seguiam o conselho de Cândido e cuidavam do seu jardim”.^h

Pancho Guedes afirma que esta Escola, apesar de ter uma composição mais desajustada e flexível, tem raízes no *Abrigo para Crianças (Orphanage 1955-60)* em Amesterdão de Aldo van Eyck.

Esta terá sido a obra mais emblemática de construção clandestina, organizada pelo arquitecto português, dado que todo o projecto havia sido pensado e desenhado para se desenrolar nestes moldes: custos mínimos, rapidez e clandestinidade na execução.

O *Ateliê* do pintor Malangatana foi outra construção clandestina. Num terreno que havia adquirido junto ao aeroporto, onde hoje ainda habita e trabalha, ergueu-se uma pequena construção em madeiraⁱ, paus e cartão, que permitia ao artista ter um local de trabalho independente da habitação. Mais tarde, junto à casa construiu-se, com projecto de Pancho Guedes, o ateliê definitivo (primeira fase).

(Endnotes)

a In A.A.V.V. – Vitruvius Mozambicanus: as vinte e cinco arquitecturas do excelente, bizarro e extraordinário Amâncio Guedes. **Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: [s.n.]. A.1, 5ª série, N. 2 (Julho/Agosto, 1985). p. 38.

b *Luddite* – membro de um grupo de operários que, entre 1811 e 1816, armava motins com o objectivo de destruir as máquinas.

c Estas construções pertenciam à Igreja Congregacional, a Missão Suiça servia de intermediária, dado que os missionários desta Igreja tinham sido expulsos pelo Governo português.

d Era utilizada pedra porosa por questões térmicas. Esta pedra, devido à sua irregularidade, permitia que as superfícies pudessem reflectir os raios solares.

e Pancho Guedes realizou alguns dos seus projectos, em várias fases da sua vida, apenas com os materiais existentes nas áreas de construção dos edificios e com recurso à mão de obra local. Estas fases, designadas de *luddite*, não permitiam o uso da máquina.f In A.A.V.V. – Vitruvius Mozambicanus: as vinte e cinco arquitecturas do excelente, bizarro e extraordinário Amâncio Guedes. **Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: [s.n.]. A.1, 5ª série, N.2 (Julho/Agosto, 1985). p. 38.

g Citação de Amâncio Guedes In SMITHSON, Alison – Team 10 at Royaumont : 1962. **Architectural Design**. London: [s.n.]. V. XLV (November 1975); p. 666.

h In A.A.V.V. – Vitruvius Mozambicanus: as vinte e cinco arquitecturas do excelente, bizarro e extraordinário Amâncio Guedes. **Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: [s.n.]. A.1, 5ª série, N.2 (Julho/Agosto, 1985). p. 29.

i A madeira utilizada provinha de caixotes de embalagens que as empresas utilizavam para empacotar determinados produtos.

BOTICAS E BEBERAGENS: A CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A COLONIZAÇÃO DA GUINÉ¹

Philip Havik*

Pág. 235 a 270

1. Introdução

Desde que autores como Arnold (1988) e Vaughn (1991) relançaram o debate nos anos oitenta e noventa do século passado sobre a medicina colonial na Ásia e África, houve um número crescente de publicações sobre a matéria. No que diz respeito a África, regra geral as descobertas acerca das causas de certas doenças tropicais feitas na última década de oitocentos e métodos para a sua prevenção tem sido apontado como um ponto de viragem. O facto de a temporização desta 'revolução bacteriana' ter coincidido com a corrida para África e com as campanhas para a sua ocupação e colonização, fez com que a literatura focou as actividades e relatos de médicos militares, por estes serem supostos de '*converter as regiões palúdicas em espaços habitáveis para o homem branco*' (Caponi, 2003: 114). Estes estudos micro-biológicos deram lugar a um debate alargado sobre a colonização em que convergiram noções nacionalistas, imperialistas, raçicas, a um lado, e por outro, num nível científico, perspectivas médicas, climatológicas e antropológicas (Ibid). Apesar dos avanços da microbiologia, na viragem do século XIX, os ensinamentos da geografia e climatologia da saúde propostas por naturalistas e médicos mantiveram uma grande influência sobre a abordagem dos trópicos pelas metrópoles e as autoridades coloniais locais.

A chegada da era moderna, da ciência bacteriana e o estabelecimento de novas escolas de 'medicina tropical', não significou o fim da era do estudo numa óptica das 'doenças nos trópicos' (Worboys, 1996).

* Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

¹Baseado na comunicação apresentada no Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Coimbra, 16-18 Setembro, 2004. Agradece-se o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

As incertezas acerca do carácter viral ou parasitária destas doenças provocaram polémicas intensas naquela época de avanços rápidos na medicina nas metrópoles europeus (Ibidem: 186-94). Este debate se reflecte também na actuação de médicos nos próprios trópicos e o modo como as novas descobertas foram aproveitadas nas colónias³. Regra geral, o raio de acção destes serviços estava, no caso do continente africano, circunscrito aos antigos entrepostos comerciais nas zonas costeiras, cujas populações eram uma mescla demográfica de povos nativos heterogéneos, e pequenos núcleos de mestiços e europeus. Longe de se limitar a europeus, a actuação dos serviços de saúde criados em vários presídios oeste africanos nos anos 40 e 50 do século XIX (Becker & Collignon, 1998: 412) se confrontou com a existência de práticas híbridas fortemente impregnadas por tradições africanas. A criação de novos campos de investigação, como a epidemiologia, estava directamente ligada as campanhas militares e a colonização europeia, na sequência do desenvolvimento de profilaxes e de vacinas. O carácter militar da ocupação dos antigos entrepostos mas também de novas localidades no interior que se estavam a 'abrir', criou uma forte simbiose à partida entre a medicina tropical, os serviços de saúde e a projectada colonização.

Em grandes linhas, destacam-se dois discursos bio-médicos: o primeiro que realçava as fragilidades das sociedades ditas primitivas, muito susceptíveis a certas doenças por falta de condições sanitários, ao contrário das sociedades modernas, industrializados. A segunda corrente de pensamento reconheceu a diferenciação das patologias tropicais segundo grupos sociais, e realçou precisamente as fragilidades do estrangeiro, do outro, do colono, em terras tropicais (Vaughan, 1991: 201/2). No período de transformação do estudo das doenças nos trópicos para a medicina tropical estas duas perspectivas, longe de constituírem pólos opostos, coexistem em paralelo, até ao ponto de se fundirem. A combinação entre a recolha de dados clínicos e ensaio a um lado, e o trabalho de campo noutro, estimulou um intercâmbio das duas perspectivas e práticas a estas associadas, também porque os práticos de saúde estudaram tanto os os

3 Sobre a evolução da profissão médica nas colónias e a criação de escolas nos trópicos, ver Cristiana Bastos, *Doctors for the Empire: the medical school of Goa and its narratives*, in: *Identities*, 8, 4, 2001: 517-48.

colónos como os habitantes africanos. A questão mais premente para os serviços de saúde, a da aclimação de colonos, q.d. alloctonos num am-

biente tropical, levou a comparações entre as suas defesas naturais e adquiridas contra as patologias com os habitantes nativos dos territórios em questão. Estas observações significaram diferenciar não só entre os estrangeiros e os originários do meio, mas também entre recém chegados e pessoas já aclimadas. O debate entre naturalistas como St. Hilaire⁴ que defenderam a possibilidade de aclimação em zonas 'quentes' e médicos militares como Boudin⁵ e Knox⁶ cuja posição era contrária, reflectem-se na discussão no seio dos serviços de saúde nas várias colónias. Ao especular sobre resistências e imunidades, os médicos e facultativos, substituíam aos poucos o '*pessimismo climático*' por um discurso 'moderno' mais virado para a criação de condições higienicos e assistência médica para 'moldar' a sobrevivência (Caponi, 2003: 141).

No que diz respeito a África Ocidental a profissão médica começou por focar as condições de permanência em terras quentes e húmidas a partir das primeiras décadas do século XIX (Curtin, 1964). Essencialmente preocupados com a saúde dos Europeus na hipótese da sua fixação em solo africano, o objectivo principal era de propor soluções para reduzir as altas taxas de mortalidade que se verificaram entre os colonos, e de neutralizar os receios pelas chamadas 'febres tropicais'. Os primeiros dados foram recolhidos na costa ocidental africana, cujo '*clima matador*' a tornou '*o sepúlcro dos Europeus*', um problema que

4 O zoologista Isidore Geoffroy de St. Hilaire fundou a 'Société Impériale Zoologique d'Acclimatation' em 1854 em Paris, para defender as suas teses sobre a aclimação das espécies sob a influência do meio ambiente e o clima, contestando por ex. as ideias de Cuvier sobre a uniformidade morfológica. Ver do autor, *Acclimatation et Domestication des Animaux Utiles*, Paris, Librairie Agricole de la Maison Rustique, 1861.

5 Baseando-se em estatísticas sobre a mortalidade em diferentes zonas climáticas do globo, o médico Jean-Christian Boudin, um dos fundadores da topografia medical que teve muitos seguidores entre os médicos militares, manteve que o homem regra geral não se adaptava a mudanças climáticas. Ver do autor *Du Non-Cosmopolitisme des Races Humaines*, Memoires de la Société d'Anthropologie de Paris, 1, 1860-63: 93-123 e também 'Des Races Humaines considérées du point de vue de l'acclimatation et de la mortalité dans les différents climats', *Journal de la Société de Statistique de Paris*, 2, 1862.

6 A obra de Robert Knox, do qual *The Races of Man, a Fragment*, Londres, 1862 é o ensaio mais conhecido, centrou-se na ideia que os Europeus não podiam sobreviver em África, estando numa posição de fraqueza perante os naturais do continente.

se achava ser '*quase insolúvel*' (Figanière e Mourão, 1822: 38)⁷. Na primeira metade do século dezanove informações alarmantes sobre os efeitos dos 'febres do país' e outras doenças associadas aos trópicos começaram a ser veiculadas em revistas da especialidade e outras publicações (Curtin, 1964: 58-87)⁸.

Neste contexto, é curioso observar que as sucessivas epidemias de febre amarela que assolaram a costa e outras zonas tropicais receberam o nome de '*Bulam fever*', termo adoptado na sequência de uma tentativa fracassada de colonos ingleses de se fixar na ilha do mesmo nome frente à costa da actual Guiné Bissau (Curtin, 1964: 183/4). Chegando em plena estação de chuva, estes, compostos por centenas de mulheres, homens e crianças sucumbiram rapidamente, alegadamente aos efeitos combinados do clima e de doenças várias, além dos ataques constantes dos habitantes das ilhas. Atribuiu-se aos sobreviventes, alguns dos quais acabaram por se fixar nas Caraíbes, de terem provocado uma epidemia naquelas possessões inglesas. Este caso levou médicos coloniais de aconselhar a tomada de medidas de precaução como a quarentena para limitar a sua difusão, enquanto desenvolveram classificações cada vez mais diferenciadas das febres.

Quando nos anos trinta de novecentos se introduziram reformas na legislação ultramarina que encetaram a criação de serviços de saúde nas colónias e possessões portuguesas⁹, o panorama não podia ser mais desolador. Até este altura, os habitantes dos presídios e entrepostos comerciais portugueses na costa da Guiné não tinham médicos a sua disposição (salvo os cirurgiões da marinha que raramente visitaram aquelas

7 O autor, um diplomata português usou, segundo Curtin (1964: 179), pela primeira vez esta expressão neste seu livro em forma de cartas enviadas a um amigo em Lisboa. Nestas, o representante português na Comissão Mista Portuguesa-Inglesa relata as suas impressões durante a sua estadia em Freetown.

8 As estatísticas sobre a mortalidade entre colonos e oficiais nas primeiras décadas de oitocentos demonstraram que a sua taxa era quatro vezes maior na costa africana em comparação com as Caraíbes (Ibid: 71).

9 A chamada Junta de Inspeção de Providências foi criada em 1804 para tomar medidas preventivas contra a epidemia de peste que ameaçava entrar por via de Espanha. Em 1813 estabeleceu-se a primeira Junta de Saúde Pública que se transformou em Conselho de Saúde em 1820 para mais tarde, em 1837, se tornar a Comissão de Saúde Pública; ver Guia Geral dos Fundos da Torre de Tombo, Vol. III, Lisboa, IANTT, 2000: 240. Estes órgãos eram responsáveis pela inspeção de navios e a imposição de medidas de quarentena, além do melhoramento da saúde pública em geral.

paragens), e muito raramente acesso a uma botica. As doenças que lhes afligiram não se limitaram as tão temidas 'febres do país', mas também incluíram epidemias vários causadores de grande mortalidade entre a população estrangeira e nativa¹⁰. Nos meados dos século XVIII começa-se em correspondência oficial falar da construção de hospitais, sem contudo saber, se, mesmo num estado rudimentar, alguma vez chegaram a funcionar¹¹. Regra geral, os moradores dependeram de cuidados prestados por padres das missões e dos hospícios, e dos tratamentos feitos por curandeiros locais, q.d. dos presídios ou vindo do interior. Muitas vezes as panaceias dos primeiros não diferiram muito daquelas administradas pelos últimos, sempre tão criticados por usarem '*artes mágicas*' ou '*diabólicas*'¹². Num parecer do Conselho Ultramarino de 1803, condena-se o '*empirismo tradicional*' dos '*sergiões imperitos e por meros curandeiros*' e o uso que estes faziam de '*preparações químicas*' que não só eram '*inúteis (...)* mas até *prejudiciais*'¹³. Em vez disso, o Conselho propôs

'de mandar para aqueles países médicos e naturalistas hábeis que fazendo ali viagens filosóficas e repetidas observações e experiências para descrever física e medicamente com a miudeza que convém para que os professores da Faculdade e os práticos mais peritos, possam proceder a escolha dos remédios mais apropriados as circunstâncias particulares a cada hum' (Ibidem).

O século XIX mostra que apesar destes e outros avisos, o impacto concreto dos grandes avanços da medicina tropical foi diminuto no caso da Guiné devido a falta de pessoal, remédios, infraestruturas e verbas. Além disso, as grandes distâncias entre os presídios dificultaram as co-

10 Nas fontes setecentistas encontram-se vários pedidos para o envio de boticas para a Guiné. Por exemplo durante a construção da nova fortaleza de Bissau, sendo o maior inimigo das obras '*as moléstias que dizimivam os operários*', mas também os cirurgiões navais e os boticários, atacados pelas febres palúdicas, febre amarela e o escorbuto. Culpava-se a incidência de '*tantas doenças*' a '*a corrupção dos mantimentos*' e a '*a grande falta de botica*'; Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino, Guiné, Cx. 9, 6-4-1766, capitão mor de Bissau ao Conselho Ultramarino em Lisboa. Ver também, João Barreto *História da Guiné, 1418-1918*, Lisboa, Ed. do autor, 1938: 153/4.

11 Veja por ex. Francisco Roque Sotto Maior, Bissau, 16-5-1753, Documentos acerca de Serra Leoa, in: Arquivo das Colonias, I, 1917: 97-114, op cit: 108.

12 No Crioulo - ou Kriol - da Guiné, distingue-se os curandeiros *djambakós*, pertencentes a comunidades ditas 'animistas', e os *murus* (Port: mouros) no seio de grupos islamizadas.

13 AHU, Conselho Ultramarino, Guiné, Cx. 17, 26-7-1803, parecer do Conselho sobre '*as condições médicas nas colónias portuguesas*'.

municações, impedindo a assistência chegar aos habitantes das praças no interior, como Farim ou Geba. Só com a ocupação militar do território nas primeiras décadas do século XX, e a construção de estradas, estes locais ficaram foram cobertos por serviços médicos coloniais. Devido ao carácter militar da administração da Guiné, ainda reforçado pelas campanhas contra os 'gentios rebeldes', os serviços de saúde estavam quase exclusivamente virados para os funcionários das forças armadas ali colocadas. É precisamente esta questão em que se centram as atenções neste ensaio, que pretende traçar as linhas principais da actuação e do discurso do pessoal médico colocado na Guiné, associando-a a evolução do conflito armado. Dados produzidos pelos serviços em questão, que ainda não foram tema de publicação, são apresentados contra o pano de fundo de uma guerra que teve um grande impacto sobre as populações em geral e a sua sobrevivência, tanto nas zonas urbanas como no interior. O inventário dos problemas surgidos na prestação de assistência as forças militares na região lhes permitiram de tirar lições das suas experiências numa altura que as causas de algumas das patologias tropicais estavam a ser desvendadas. Procura-se situar o seu trabalho pioneiro nos debates da época sobre as hipóteses de aclimação do colono, Europeu ou não, em terras tropicais, e perceber qual o seu significado no que diz respeito á pretendida ocupação e colonização da Guiné.

2. Reconhecer o terreno: os primeiros médicos na Guiné

Passados trinta anos desde o parecer do Conselho, um oficial de alto patente avisou os governantes na metrópole que '*ainda não há hospital, não há cirurgia, não há botica*'¹⁴. Depois de constatar que a mortalidade na praça de Bissau aumentava, a mesma fonte exclamou: '*Como se quer que ahí escape algum? Não é possível!*' (Ibidem). Na mesma altura viajantes e oficiais observaram a presença de '*mulheres chamadas curandeiras*' que '*em caldos, sodoríficos, clysteres e remédios de ervas, cascas, raízes, e diversas plantas medicinais que ali abundam, atalham perfeitamente estas moléstias (como por exemplo febres, sezões e sarnas)*' (Chelmicki, T. II, 1841: 305). Respondendo a um pedido de informações

¹⁴ HU, Guiné, Cx. 25, Manuel António Martins, ca. 1830.

de Lisboa, o físico-mor da província relata que na falta de facultativos em Cacheu e noutras praças na Guiné e Cabo Verde, os habitantes recorrem a ‘charlatães e ‘mezinhas’ que ali abundam, enquanto os ‘mais ilustrados’ procuram tratamentos a outras pessoas de ‘primeira categoria que tem uma pequena ambulância e alguns remédios’¹⁵. Mas houve também quem que não achava necessário mandar boticarios para a Guiné ‘para manipular os poucos remedios que para ali são precisos’. Ao haver pouco tropa, que era ‘quase toda composta de homens pretos daquele país’, cujas ‘principais enfermidades’ eram as doenças venéreas e as febres chamadas ‘carneiradas’, sobretudo para ‘aqueles que ali vão de novo’, não se justificava a sua colocação. Segundo este oficial, os ‘curandeiros do país (...) pela grande prática que tem e com simples remédios curam melhor do que muitos facultativos que de novo ali vão’¹⁶.

Numa ‘Memória’ publicada na metropole e muito crítica da situação na Guiné, o então governador da Guiné, um ‘filho do país’, dirigiu-se aos seus superiores e a opinião pública na metropole. Lamentando a falta de médicos e boticas, ele solicitou o seu envio e a construção de hospitais a metrópole que

“ (...) não manda para cá nem cirurgião, nem botica, a não ser algumas ridículas que são enviadas da capital província (a Cidade da Praia, nas Ilhas de Cabo Verde) para Bissau, e que acabam oito dias depois de chegadas; e enquanto se quer construir e edificar palácios e fortes imaginários, não se cuida em fazer um hospital capaz em que possam ser decentemente tratados os empregados públicos. Em Bissau há uma casa indecente, escura, e húmida, que se chama hospital (melhor seria chamar-lhe cemitério).”(Barreto, 1843: 5/6)

O chamado ‘hospital militar’ que a par dos outros serviços públicos estava alojado numa casa particular foi alugado pelas autoridades para este fim a negociantes, geralmente a custa de rendas astronómicas. O primeiro

15 Agostinho de Carvalho, físico-mor da província de CV, 15-5-1849, Relatório sobre os serviços de saúde remetido ao Conselho de Saúde Naval, Lisboa ; AHU, CV, P. 130.

16 António Pusich, carta, Lisboa, 16-4-1825; AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 22. Este antigo governador de Cabo Verde, argumentava que os medicamentos se deterioravam rapidamente naquele ‘húmido e caldíssimo clima’.

cirurgião, um civil, que só chega na Guiné nos anos quarenta, casa-se com uma das filhas de um poderoso comerciante de escravos. A casa comercial deste, a Nozolini e Companhia, sediada em Bissau, torna-se assim o único local equipado com uma botica entre as possessões vizinhas inglesas da Gambia (Bathurst) e a Serra Leoa (Freetown). Ao mesmo tempo, o referido cirurgião, António Joaquim Ferreira, manda doentes para uma fazenda, obtida através do dote da sua esposa, localizada numa das ilhas (a Ilha das Gallinhas) próxima da costa. As suas instalações ofereceram excelentes condições para a convalescência de oficiais e comerciantes que, em vez de pedir licença para se tratar em Cabo Verde ou Lisboa, podiam agora ficar na região. Seduzido pelas oportunidades oferecidos pelo comércio, o cirurgião presta pouca atenção ao hospital que dirige. Por conseguinte, não é de estranhar que (ainda) não se encontrou nos arquivos relatório algum deste médico, por exemplo com estatísticas sobre o movimento, as patologias ou os tratamentos dados aos doentes ao seu cargo durante os quase dez anos do seu mandato. Alguns meses depois do falecimento deste no ano de 1854, o governador-geral de Cabo Verde observa no seu relatório anual que faltando pessoal qualificado como um cirurgião e facultativos nas praças de Bissau e Cacheu, estes lugares eram

*‘os mais insalubres da província, dos quais vem de ordinário grande número dos soldados para ali destacados, completamente arruinados de saúde’*¹⁷.

Qualificando a não substituição ou colocação de pessoal médico nestas paragens como uma *‘deshumanidade’*, o magistrado acusou o governo em Lisboa de abandonar os seus empregados *‘em climas tão doentios, enquanto*

‘muitos doentes continuaram a morrer, ou padecer por toda a sua desgraçada vida por não haver quem lhes acuda e isto concorrendo eles com os tributos que pagam, na conformidade das leis, para sustentar um sistema de administração que deve promover o seu bem estar.’ (Ibidem)

¹⁷ Fortunato José Barreiros, governador de Cabo Verde, 3-12-1854; AHU, Cabo Verde, Pasta 72.

Isto ao contrário dos estabelecimentos franceses e ingleses vizinhos, onde os serviços estavam bem implantados, como por exemplo em Gorée (no Senegal) onde existiram '*quatro cirurgiões médicos excelentes, um belo hospital e uma bem sortida botica*'. (Ibidem) Segundo este oficial os empregados públicos abraçam '*os interesses em cujas mãos esta a sua vida*', ficando a mercê de privados, e a '*um governo que dele não cura e o vota aos padecimentos e a morte*.' (Ibidem)

Estas observações servem para ilustrar não só a completa falta de infra-estruturas na região mas também o desinteresse da metrópole pelas condições em que os seus súbditos viveram, muitos dos quais abandonados a sua sorte por serem degredados e deportados (Havik, 2005). O novo quadro de facultativos das Províncias Ultramarinas introduzido em 1851 pretendia preencher uma lacuna já há muito apontada como uma das razões para o mau funcionamento dos serviços públicos. Como consequência destas reformas, os primeiros facultativos são colocados na Guiné, tendo a sua nomeação permitido uma melhoria assinalável dos serviços onde foram destacados mas também um aumento do fluxo e da qualidade de dados sobre os seus utentes.

O facultativo de origem caboverdiana que substituiu o médico acima mencionado, não perde tempo, e manda uma série de relatórios para Praia, denunciando a falta de condições do hospital, '*aonde chove como se não telhada*', e onde '*não havia contabilidade nenhuma, nem registos de entrada de doentes*'. Ele faz questão de sublinhar a importância das condições higiénicas, ou melhor a falta delas, a que atribui um lugar de destaque nos seus ofícios, além de relatar os resultados da aplicação de remédios¹⁸. Classificando as doenças em geral como '*gravíssimas*', o mesmo facultativo que também dirige o hospital enumera as patologias dos doentes, incluindo além das inevitáveis '*febres palustres*', também a '*inflamação do aparelho visual, reumatismo agudo e crónico, bronquite aguda e crónica, afecções da pele, doenças venéreas e sífilíticas, úlceras das pernas, padecimentos de fígado, em geral do baixo ventre, diarreia, disenteria, doenças do sistema nervoso com epilepsia, histéria, delirium*

18 Francisco Frederico Hopffer, 20-11-1854 para o governador da GP em Bissau AHU, Cabo Verde, Pasta 130, Direcção do Serviço de Saúde da Província de CV (1840-1860),.

*tremens, do sono e tremores*¹⁹ É de realçar que esta é a primeira vez que se apresenta um esboço das doenças que afligem não só os moradores das praças, mas também a população em geral da região. Entre as causas destas patologias, o clínico destaca as '*elevadas temperaturas, a grande humidade da atmosfera, as extensas zonas pantanosas onde se pratica o cultivo de arroz em águas estagnadas*', além da '*dissolução dos costumes como o abuso de bebidas alcoólicas, de manjares muito apimentados, uma alimentação pobre, quase toda vegetal e pouco nutritivo*' (Ibidem).

Uma outra inovação é de se bater pela prevenção, sublinhando a necessidade de incutir novos hábitos no que diz respeito à higiene pessoal e pública. Daí que alerta para que os soldados deviam tomar pelo menos um banho por semana, melhorar a dieta, evitar a ingestão de mantimentos estragados, e ter cuidado com a água das fontes e poços. Mas também pede que se obriga o paroco a pregar todos os domingos contra os excessos com as bebidas alcoólicas e proíbe os soldados de dormir em choças como as suas amasias dentro da fortaleza. Exige a limpeza dos quartéis, a melhoria da sua construção, o enterro dos mortos em cemitérios em vez de dentro da fortaleza e nas igrejas, além de convencer o 'gentio' de não cultivar arroz perto da povoação, e calçar as ruas, dando-lhes uma boa inclinação (Ibidem). É de notar o facto de estas medidas de higiene pessoal terem sido propostas já nos meados de oitocentos. Porém a maior parte destas propostas não são acolhidas até os anos oitenta, apesar de repetidos apelos neste sentido pelo pessoal médico e promessas feitas pelas autoridades locais. Nota-se aliás uma tensão latente entre as equipas médicas e estas últimas, e uma frustração crescente da parte das primeiras por estes se sentirem muitas vezes marginalizados.

A partir dos meados de novecentos apareçam as primeiras estatísticas clínicas, que apontam para os problemas associados ao tratamento das '*febres perniciosas*'. Os doentes são na sua maioria soldados, geralmente vindos de Cabo Verde, e alguns oficiais entre os quais se encontrava um ou outro europeu. Refere-se a '*espantosa mortandade*' naquela época em

19 F.F. Hopffer para o físico-mor da Província em Praia (CV), Ibidem: 2-4-1855. Estas patologias foram tratadas com '*sulfato e tanato de quinino, arsênico, preparados de bissilão (planta indígena; Kriol: bissilón), valerianato, hydro-ferro, e cianato de potássio*'. É uma das primeiras referências a administração de quinino como curativo na Guiné.

que varias epidemias (por ex. de cólera, varíola, sarampo, e febre amarela) assolaram as ilhas e o continente (até Lisboa fora atingida por uma epidemia de febre amarela na mesma altura). Dos doentes admitidos nos primeiros meses da época das chuvas (de Maio até Outubro) no ano de 1858, um terço morre. Além de atingir cada novo destacamento que chegava, sobrecarregando os serviços, as febres fizeram também *'grandes estragos entre os habitantes destas praças e nas aldeias indigenas circunvizinhos'*²⁰. Quando a fome reinava – uma questão geralmente associada a Cabo Verde, mas pela primeira vez levantada pelos médicos no que dizia respeito a Guiné - esta causava *'milhares de vítimas'*. Nos ofícios dirigidos pelos governadores da Guiné a metrópole e nos relatos de visitas ao continente pelos governadores de Cabo Verde, sob cuja tutela a Guiné ficou até 1879, abundam as referências ao seu *'mortífera clima'*²¹. Quase não há visita em que os oficiais de alto patente não apanham paludismo e se vêem obrigado de se retirar para as Ilhas, enquanto estes e as suas comitivas sofrem *'horriavelmente das mesmas febres'* (Ibidem). Não hesitem de sublinhar nas suas missivas que a única razão que os levou para visitar o continente foram as suas obrigações formais, denotando a falta de vontade da sua parte de se sujeitar aos efeitos do clima do continente. Vários governadores da Guiné perderam a vida por causa de febres palustres, não somente europeus recém chegados mas também *filhos do país* como o Honório Pereira Barreto (1813-59) que sucumbiu a uma caquexia palustre.

Nestes e outros casos, reproduz-se a imagem de um território inóspito onde se arriscava a saúde e a vida, mais parecido com um lugar de castigo que de carreira ou fortuna. Os documentos produzidos pelos serviços de saúde a partir dos anos cinquenta deram um cariz científico a estes receios e medos associados ao *'sepúlcro dos Europeus'*. Mas estes mostram, ao mesmo tempo, a existência de uma outra ameaça que pairava sobre a presença Portuguesa na região, nomeadamente a escalada do conflito armado entre esta e as sociedades africanas que resistiram as campanhas militares visando a sua *'pacificação'*.

20 João Fernandes da Silva Leão, 25-5-1858, secretário da Junta de Saúde em Praia para o governador; AHU, CV, Cx. 130.

21 Veja por ex. o relatório da visita oficial do governador de CV Carlos Augusto França a Guiné, 31-3-1862; AHU, CV, Pasta 32/84.

3. Entre a espada e a parede: as epidemias e o conflito militar

Na segunda metade do século XIX algumas epidemias como por exemplo febre amarela, sarampo, varíola, bexigas e cólera, continuaram a flagelar a costa, afectando tanto os aclimados como a população migratória. Ao mesmo tempo crescia a tensão no território entre os povos ali estabelecidos e as autoridades portuguesas. A preocupação destas era de controlar as entradas e saídas das praças, uma política que chocava com a mobilidade das populações. No caso da varíola, os ofícios da Junta de Saúde informam que *'de ordinário adquire grande desenvolvimento e faz sempre grandes estragos entre os gentios'*²². O tráfico intenso entre os diferentes entrepostos comerciais costeiros é frequentemente citado como causa da sua propagação. Quando recebem notícias de que a cólera estaria a avançar em direcção a um ou outro presidio, a direcção de saúde na capital Bissau manda médicos e enfermeiros para as zonas em questão. Os ofícios sublinham que a cólera fez *'milhares de vítimas entre os indígenas; os Europeus foram por ele em geral respeitados.'* (Ibidem) Nestas alturas os moradores veem as pessoas recém chegadas logo como uma ameaça, uma fonte de infecção. Por temer o contágio, as autoridades devidamente aconselhadas pelo cirurgião- ou físico-mor – mandaram fechar as portas das praças. Recomendando o isolamento total, os serviços aconselham a *'incomunicabilidade com a povoação extra-muros'*, encostada a praça.²³

Os habitantes *'viram com terror aproximar-se a estação das águas dominados pelo receio de que a epidemia reaparecesse então(...)* e era tal o medo que alguns se achavam (de tal modo) possuídos que fugiram desta apenas se deram os prenúncios das primeiras chuvas.'²⁴ Para aqueles que tinham embarcações ou meios suficientes para obter um lugar nestas, a fuga para Cabo Verde ou a metrópole era uma hipótese; para a grande maioria da população restava só esperar e recorrer as boticas particulares ou as beberagens dos curandeiros. Era muito raro uma localidade não ser atingida pelas pandémicas, como por exemplo no caso do presidio de Geba, na altura com 1500 até 2000 habitantes, que nos

22 J.F. da Silva Leão, Relatório da Junta de Saúde, Praia, 5-2-1870, AHU, CV, Junta de Saúde, Cx. 132.

23 Junta Consultativa da Guiné, Acta 2, 19-8-1869, AHU, Fundo Governo da Guiné, L. 1.

24 J.F. da Silva Leão, op cit.

fins dos anos setenta ficaram miraculosamente 'imunes' da cólera²⁵. Uma vez lançadas, as suspeitas de infecção cedo se transformam em boatos alarmantes, que correndo pela região poem as comunidades '*em sobre-salto*' (Ibidem). As estatísticas feitas mostram que nalgumas povoações um quarto da população morria, enquanto noutras localidades a epidemia matava a metade dos habitantes. Quanto ao interior fora dos presídios, como por exemplo na Ilha de Bissau, era impossível aos serviços de determinar qual a taxa de mortalidade. '*Muito raras vezes é o facultativo chamado para tratar o indígena gentio (...) Se se perguntar ao natural do país qual foi a mortalidade por esse cuza de barrê pê*²⁶ na povoação ao que pertence, dirá que foi muito grande, que morreu – gentes cheu – mas não será capaz de dizer o quanto.'

(Ibidem). Contudo, o médico em questão admirou muito o facto de as diferenças entre o mundo civilizado e gentio não serem maiores. Apesar de não poder estabelecer a comparação, em '*uma povoação semi-bárbara do continente africano (...) onde que são completamente desconhecidas as mais simples noções de higiene*' a taxa não era maior que num país (como a França) com hospitais e amplos cuidados médicos.'(Ibidem)²⁷

Infelizmente para os moradores dos presídios, os serviços de saúde existentes não inspiraram muito confiança; ao contrário, as críticas subiram de tom, sobretudo em tempos de crise. Os ofícios trocados entre Bissau e Praia mostram que a actuação dos responsáveis sofre de uma outra pandémica, a já referida privatização de interesses públicos. Quando o director do hospital é demitido em 1861, o então governador da Guiné faz questão de denunciar as suas ligações íntimas e profissionais com a mesma casa comercial, Nozolini Jr. & Cia, a que um dos seus antecessores também esteve ligado. Estando casado a uma das filhas do seu já falecido fundador e actuando como o representante da firma, o referido oficial, cirurgião formado na metrópole, é acusado de ter votado o hospital '*ao abandono e desleixo*' e de ter deixado '*morrer doentes*'²⁸.

25 António Augusto de Sta. Clara, cirurgião, 'Relatório sobre a Epidemia de Cholera Morbus', Bissau, Fevereiro 1877, AHU, CV, P. 132.

26 *Barrê pê* é a designação em Crioulo de cholera morbus.

27 Nas epidemias de 1832, 1849, 1853, e 1854 em França a taxa de mortalidade era 50 por 100 dos atacados (Ibidem)

28 António Cândido Zagalo, Bissau, 4-9-1861 para governador de CV, Praia; AHU, CV, P. 32/84.

Os fornecimentos de materiais e até medicamentos são feitos pela mesma casa que dirige '*pelos preços que bem quer*' (Ibidem). Refutando os argumentos do governador de Cabo Verde no sentido que o oficial nomeado para o substituir não tinha os '*estudos da arte*', sublinha que o novo director tinha contudo '*bastante prática de curativos*' (Ibidem). Alias, em vez de chamar o seu antecessor, todos, incluindo o próprio governador, já se fizeram tratar pelo seu substituto. Dado que o farmacêutico não pôs os pés na farmácia e nem sequer sabe escrever, é o novo director, até há pouco um '*simples enfermeiro*' de origem cabo verdiano, que preparava os medicamentos.

Com a chegada de um seu conterrâneo, cirurgião, nos fins dos anos sessenta, a qualidade e quantidade das informações melhoram significativamente. Em vez de se limitar a produção de estatísticas, este funcionário descreve a história de epidemias, os prováveis rotas do contágio e os movimentos migratórios na região que as serviram de veículo. Em relatórios bem escritos e argumentados, o médico fornece dados não só sobre vilas como Bissau e Cacheu, mas também sobre a população no interior que viveu nas chamadas *pontas* ou explorações agrícolas, cujo número tinha crescido rapidamente a partir dos anos sessenta de noventa. Produzindo principalmente *mankara* ou amendoim e arroz para exportação estas feitorias ficaram localizadas ao longo dos rios, obrigando os médicos e enfermeiros e viagens demoradas de barco e canoa.

Por conseguinte, as *terras de gentios* são também cada vez mais vistas, tanto pelas autoridades como pelos habitantes dos entrepostos, como uma fonte perigosa de contágio. Nas *tabankas* ou aldeias indígenas os médicos testaram um método simples mas eficaz: mandaram incendiar casas suspeitas, um '*processo impraticável em povoações Europeias*', mas '*fácil e simples em povoações de indígenas, cujas casas - construídas de barro ou de canas cobertas de palha - são perfeitamente isoladas umas das outras.*' (Ibidem). É de realçar a semelhança entre esta abordagem e a política de pôr fogo e arrasar aldeias como represália para escaramuças e assaltos perpetrados pelos '*gentios rebeldes*'. O facto de desde os anos quarenta a tensão entre as autori-

dades das praças e os régulos vizinhos se agravar até o ponto de haver confrontos armados frequentes entre estes, bem ilustra o ambiente de insegurança reinante²⁹. Assim se percebe a observação de um médico a cerca dos problemas de saber qual o impacto de pandémias no interior, que ficava cada vez menos acessível para funcionários das praças. Na sequência de uma epidemia de febre amarela em Bissau em 1867 este salienta que apesar de *'extraordinariamente benigna, atacou todavia todos (...) ou quase todos os habitantes da vila (..) Não se sabe se a epidemia se tem extendido aos gentios limitrofes (..) O cirurgião-mor da província já pediu ao rei de Bandim (uma tabanka próxima à praça de Bissau povoado pelos Pepel) licença de ir a localidade ver os doentes, mas isto dá ênfase nos prejuízos daqueles povos, e não é provável que se consiga'*³⁰.

Além do receio pelo contágio vindo do interior através de epidemias, os habitantes das praças estavam rodeados de milhares de *'gentios'* armados até aos dentes. Neste contexto, a perspectiva bio-médica confunde-se cada vez mais como a político-militar³¹. A observação de um médico que a *'aclimação dos estrangeiros'* era muito importante, *'sem a qual não há colonização possível, e sem a qual a ocupação militar será um dispêndio imenso de dinheiro e de vidas'* bem mostra a preocupação crescente com a viabilidade da Guiné como colónia.³² Faltava na sua opinião fazer um estudo acerca da *'influência mórbida do clima e o solo sobre os habitantes desta região'*, porque só através da história de doenças se podia definir quais as *'patologias, e principalmente aquela para a qual tem fatal privilégio a raça branca.'*, como o paludismo e a febre amarela. Por conseguinte, os médicos abordaram o *'problema para a expansão do domínio colonial, até então limitada a entrepostos e praças dispersas e da agricultura para o seu sustento e para exportação'*, cuja solução era na sua opinião a *'indigenização do europeu'*, sendo *'a sua capacidade de se acomodar num*

29 Veja Pélissier, René (1989) para a cronologia das campanhas contra os *'gentios rebeldes'* de 1841 até 1936.

30 Custodio Duarte, 6-6-1868, director do Serviço de Saúde da Província de Cabo Verde, Junta de Saúde, Praia, para o presidente do Conselho de Saúde Naval e do Ultramar em Lisboa.; AHU, CV, P. 132.

31 Sobre esta questão, veja Philip D. Curtin, *Disease and Empire: the health of European troops in the conquest of Africa*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

32 António Augusto de Sta. Clara, 20-2-1871, Serviço de Saúde da Província de Cabo Verde, Delegacia da Junta de Saúde Pública em Bissau, AHU, CV, P. 132.

*país de proverbial insalubridade (...) uma condição de vida para ele nas regiões equatoriais*³³

Seguindo este raciocínio, o mesmo funcionário debruçou-se sobre a questão da *'escassez do elemento europeu até há bem pouco tempo'*, que levou as autoridades a considerar a *'aclimação do europeu'* como um dos principais problemas no último quartel de novecentos. Contudo, o agravamento do conflito criou mais obstáculos para os serviços de saúde em termos de segurança, minando a sua capacidade de responder as solicitações das diferentes praças, povoações e *pontas* que nalguns casos distaram centenas de quilómetros umas das outras³⁴. Ao mesmo tempo, o receio dos trópicos e a intensificação do conflito condicionava o recrutamento de médicos (e funcionários em geral) da metrópole, mas também de soldados e oficiais. Em 1878 havia no chamado *'distrito da Guiné'*, somente dois facultativos e um farmacêutico, manifestamente insuficiente para fazer face a epidemias como de febre amarela que se anunciava a partir de Gorée e Dakar. *'(...) chega a ser difícil de compreender como o serviço de saúde pudesse ali ser desempenhado (...) em um distrito em que são muitos os pontos ocupados e a bastante distância uns dos outros'*³⁵. Entre a população nesta possessão dita portuguesa, o Europeu era um *aviz rara*. Os ofícios são muito elucidativos neste ponto:

'Não há população europeia sedentária. A população europeia é fluctuante, (...) e composta por poucos funcionários públicos, cuja residência no distrito é temporário, e de raros comerciantes. Esta classe de população tem ultimamente aumentado com os degra-

33 A.A. de Sta. Clara, Bissau, Janeiro 1872, Relatório do Serviço de Saúde da Senegambia Portuguesa, dependência da Província de Cabo Verde; AHU, CV, P. 132.

34 Para fazer face aos pedidos de assistência, o governador geral de Cabo Verde, seguindo uma disposição testamentária de um rico comerciante da praça, João Marques Barros, instalou o hospital, farmácia e consultório médico num prédio em Bissau alugado para este fim em 1873. Ver Caetano Alexandre Almeida de Albuquerque Relatório Anual de Cabo Verde e Guiné, in: Relatórios (1879), Guiné: 179-93; op cit.: 187. É de notar que o mesmo relatório refere a limpeza tanto das ruas públicas como dos pátios e quintais das casas particulares a cargo do município de Bissau: 188.

35 Antonio de Nascimento Pereira Sampaio, Relatório Anual da Província de Cabo Verde e distrito da Guiné, 1878, in: Relatórios, (1879): 159-97. É a primeira vez que um governador dedica um capítulo a questão da saúde pública no que diz respeito a Guiné. Além de propor um aumento significativo do quadros de saúde destacados na Guiné, também solicitou verbas para a construção de novas instalações para o hospital de Bissau e um lazareto no Ilhéu do Rei, defronte de Bissau, para servir de local de quarantena para navios.

*dados e soldados incorrigíveis, que em maior número para aqui têm sido enviados. É deles que vem ao distrito os poucos artistas europeus que ora possui. Comerciantes e artistas são – geralmente – naturais do arquipélago de Cabo Verde ou indígenas. Estabelecimentos agrícolas do distrito são – em regra – dirigidos por naturais daquele arquipélago. Dois ou tres são dirigidos por europeus. São ali instrumentos de trabalho os indígenas, principalmente Manjacos, Brames e Mandingas (...) Os únicos europeus que contam longa residência na Guiné são poucos negociantes e dois ou tres empregados. Não é porém a aclimação de uma raça que deve preocupar nos*⁸⁶.

Alias, como esta fonte sublinha, faltavam elementos para tal estudo, na maneira que por enquanto só se podia falar de ‘*certas condições individuais favoráveis*’ a aclimação, por exemplo no caso da alegada maior resistência dos mulatos ou crioulos às condições climatéricas. Respondendo a pergunta se ‘*os mulatos são menos sujeitos que os brancos e mais do que os pretos a infecção palustre?*’, o clínico em questão confirma que ‘*as estatísticas do hospital de Bissau e da clínica civil parecem provar-no*’ (Ibidem). Porém as defesas adquiridas com a permanência em solo africano, diminuem cada vez que uma pessoa se muda para outras zonas, sobretudo não tropicais. O facto de o Europeu não se sedentarizar e ser no fundo um elemento itinerante, comprometia nesta óptica a sua aclimação. Porém, foram ‘*os Europeus, aclimatizados ou não, os que mais têm sofrido*’ das epidemias de febre amarela. Neste aspecto, os crioulos de Cabo Verde, e sobretudo das Ilhas e Santiago e Fogo onde que vinham a maior parte dos soldados, levaram vantagem por entre a população flutuante terem mais resistência a febres paludicas. Enquanto constatava que ‘*os poucos mulatos filhos do paiz que aqui existem parece-me que oferecem menos resistência a do preto, colocado em idênticas condições*’, o filho ‘*desse mesmo selvagem a quem a civilização europeia fazendo esquecer os hábitos gentílicos de seus parentes, ensinou a gozar comodamente a vida em meio das sociedades de brancos*’ ficava em desvantagem perante os seus pais (Ibidem).

36 Op cit. nota 21. Em 1868 havia apenas 16 europeus na capital Bissau.

Com estes condicionantes, fazia todo sentido estudar a população da região e a medicina tradicional das suas sociedades de origem, para no caso das curas serem eficazes aplica-los aos colonos. Com efeito, a partir dos anos setenta os médicos enviados para a Guiné começam, contudo numa forma pouca sistemática, a recolher dados sobre as panaceias indígenas. Num circular de 1872, os serviços de saúde da Guiné chamam a atenção pelas doenças que são frequentes na colónia e pouco conhecidas na Europa, e falam das *'substâncias medicamentosas aplicadas pelos indígenas em certas moléstias.'* O autor confessa que sentiu *'dificuldades'* acerca da eficácia destes remédios, já que a flora deste país *'é pouco conhecida'* e *'já do mistério que usa o selvagem quando estrangeiro pretende entrar no conhecimento de suas práticas gentílicas'*³⁷. Relata como tem observado *djambakós*, q.d. curandeiros, tratar bicho, boubas, a doença do sono, mordidas de serpentes venenosos, úlceras e usar pós cicatrizantes (Ibidem).

Porém, alguns colegas mostram muito menos interesse ou respeito pelas práticas indígenas. No seu relatório do mesmo ano sobre os serviços de saúde em Bolama, que dentro de oito anos se tornará a nova capital da província autónoma da Guiné Portuguesa, o delegado se refere em termos pouco abonatórios sobre o *'(atrasado) grau de civilização'* e a completa *'falta de higiene'* dos povos que habitam a ilha em questão³⁸. O responsável opina que a *'denominação gentio lhes é devida em toda a sua extensão da palavra'* e que *'são selvagens e (completamente) bárbaros'*. Ele acrescenta *'Se o homo sapiens de Linnaeus fosse a denominação que desse a estas variedades bimanas de raça negra, errada andaria o naturalista que assim os chamasse'*. (Ibidem) E acrescenta mais adiante que *'Os gentios de que falo pertencem pelos seus caracteres físicos, fisiológicos, e psicológicos a variedade da raça negra, a ethiopica, e o hottentote'*. Apesar de reconhecer a existência de poções e tratamentos nativos e a falta de conhecimento da sua parte, o médico é peremptório quanto aos métodos empregados pelos que qualifica como *'feiticeiros'* ou *'curandeiros'*. Admite que os nativos *'preferem geralmente os últimos, porque os medicamentos*

37 António de Santa Clara, Circular, Bissau, Janeiro 1872.

38 Domingos Joaquim de Menezes, Bolama, 6-3-1873, Relatório Anual do Serviço de Saúde Pública em Bolama no ano de 1872; AHU, CVV, P. 133: Serviço de Saúde da Província (1873-75).

dos facultativos são para comprar, enquanto os dos curandeiros são de 'facil aquisição'. Para a seguir avisar os moradores seduzidos por suas beberagens suspeitas: *'Enganam-se com os curandeiros, que sob os seus remédios ocultos, fazem beberagens de raízes inertes, que não duvidam tomar por não lhe custar nada (...)'*. (Ibidem). Além de declarar a guerra aos *djambakós* e *murus*, também acusa os Europeus em Bolama de terem ambulâncias e boticas em casa e tratar-se a si próprios como curandeiros fossem, o médico acautela os crentes na medicina nativa, relatando casos problemáticos³⁹.

*'Os habitantes da Guiné, e em especial de Bolama, são indivíduos sem educação, bárbaros, e semi-selvagens, cheios de superstições, cujos costumes estão em relação com o que são e por isso preferem recorrer nas doenças ao seus Irans (deuses) ou feiticeiros, do que a pessoas técnicas. Não há nada menos raro em Bolama que um feiticeiro.'*⁴⁰

4. Curar nos trópicos: colonos e naturais

Com a criação do Boletim Oficial da Guiné Portuguesa em 1880, assiste-se a publicação dos primeiros boletins de saúde mensais sobre o estado das praças de Guiné. As estatísticas e observações recolhidas por facultativos de saúde do Ultramar são também apenas aos relatórios anuais dos governadores da nova província, e até aparecem em artigos em revistas publicados na metrópole. Além da classificação dos habitantes dos entrepostos por 'raças' que pela primeira vez se fez notar nos relatórios dos serviços de saúde na Guiné nos anos sessenta, é o tom depreciativo acerca da terra e dos naturais que sobressai. Agudizando-se com o malogro das campanhas militares, o pessimismo entre os responsáveis ganha cada vez mais força no que diz respeito ao futuro deste canto esquecido do império. As praças são descritas como lugares

39 Por exemplo duma mulher que é repreendido pelo médico depois de recorrer a um curandeiro sem resultado, para acabar de falecer na sequência de uma tentativa de 'suicídio' com medicamentos da ambulância.

40 D.J. de Menezes, Relatório Anual da Ilha de Bolama, ano de 1873, Bolama, 5-5-1874, AHU, CV, Pasta 133. O bispo de Cabo Verde ao referir-se a Guiné fala dos '*povos involtos ainda nas mais densas trevas da ignorância, do erro da idolatria*' e da '*tarefa difícil* de lhes ministrar '*uma direção moral, religiosa e social adequada*'; D. José, São Nicolau, 4-7-1876; AHU, CV, Pasta 58.

'detestáveis (...) a sua inebriante atmosfera (que) encobre a veneno e a morte' (Da Costa (1883), rodeados por extensas superfícies pantanosas produzindo uma abundância de 'emanações miasmáticas' (Da Costa, 1886)⁴¹.

Escritos por médicos cabo-verdianos e goeses destacado nos serviços de saúde de Cabo Verde e Guiné, estes ofícios fornecem um panorama desolador da situação na Guiné para os colonos e a sua fixação⁴². Confirmam-se as observações acima referidas acerca da adaptação das pessoas vindos da metrópole: '*O europeu pois não se aclima na Guiné*' (Ibidem). Então começa a instalar-se a ideia de uma estratificação de imunidade: segundo os clínicos '*os mestiços (...) alguns com 20 ou 30 anos de residência, com 60 ou 70 anos de idade e gozando perfeita saúde.*' levaram a melhor ao europeu (Ibidem). Não foi seguramente alheia a esta opinião, o facto de os próprios funcionários serem na sua maioria precisamente crioulos de Cabo Verde. Numa possessão onde os serviços eram pouco eficazes por serem mal equipados e sofreram de uma falta crónica de pessoal, pouco se podia esperar destes últimos numa terra aonde a mortalidade infantil (até a idade de dois anos) chegava a cinquenta por cento (Ibidem). O quadro pintado por vários relatórios da época era extremamente pessimista acerca da hipótese de sobrevivência dos colonos e militares, reproduzindo o discurso do sepúlculo, não só dos Europeus mas de todos por as condições ser adversas a sua aclimação,

*'As repartições públicas alojadas em casebres, em geral alugado; os quartéis sem condições algumas higienicas,; a falta de caleitamentos, canalizações, e outras medidas sanitárias, agravão a insalubriedade do clima a ponto de ser aterradora a estatística da mortalidade, mesmo nos soldados pretos destacados do arquipelago, e são uma triste ideia de nos nos pontos sujeitos ao domínio português. porventura os mais frequentdos por estrangeiros*⁴³.

41 Uma outra fonte coeva frisa que '*Bissau é considerado como um dos piores pontos e dos mais insalubres que possuímos na Guiné*'; Pereira Sampaio (1878): 164; op cit. nota 29. Porém, este veredicto vindo de um oficial que visitou a Guiné, que evoca o contraste entre a capital 'moderna' de Bolama com o entreposto acanhado de Bissau, é acompanhado de conselhos para a tomada de medidas preventivas como 'boa higiene', 'alimentação própria' e 'vestuário apropriado': 173.,

42 Ver sobre os médicos goeses e o seu papel nas colónias, Bastos (2005).

43 Manuel Rafael Gorjão Henriques, major de engenharia e director das Obras Públicas de

Embora também surgem opiniões mais optimistas sobre as condições vigentes na Guiné, por parte de funcionários militares ali colocados que contestaram tais afirmações:

*‘Neste deplorável estado de abandono, devia-se na Guiné, juncada de pântanos e coberta de florestas morrer ao chegar as suas praias, e contudo a mortandade é prodigiosamente ínfima, sendo que até as epidemias parecem benignas neste país. E creia VExa que não há paixão no que digo, que é a contradicção flagrante da opinião geral, bem o sei; porém, o que lhe assevero é que essa opinião geral (...) não tem fundamentos, não apresenta razões, que distruam as que deixo expeditas’.*⁴⁴

Sem oferecer uma solução para a tão desejada colonização da Guiné, o debate sobre a saúde nos trópicos mostrou claras divergências entre os vários actores coloniais. Porém, esta discussão não se limitava a estes últimos, por se também estender a todo o funcionalismo ultramarino. Com a construção da capital ‘moderna’ de Bolama, localizada numa ilha longe do conflito militar, a opção pela segregação das ditas ‘raças’ começa a ter contornos mais nítidos. Nasceram os bairros de colonos, onde residem ‘os Europeus e Caboverdeanos’ com casas cobertas de telha e bem aceiadas, contrastando com as casas indígenas composto por palhoças de barro e colmo mal alinhadas, onde ‘a higiene privada é desconhecida’. (Barbosa, 1894A). Tal não era o caso em Bissau onde por causa do espaço exímio dentro das muralhas

“num qualquer pequeno compartimento d’esta praça, em pessimas condições, moram e dormem em esteiras extendidas em chão humido, dezenas de negros e negras que como formigas, ao romper do dia, se veem sair d’uma pequena porta e d’um interior sem luz nem ar.” (Barbosa, 1894B).

As vozes a favor da limpeza das ruas e de um controle mais apertado sobre a higiene doméstica, que se fizeram ouvir a partir dos meados de oitocentos, sobem de tom. Visitas e missões de estudo a colónias vizinhas como Senegal e Gambia levam oficiais a observações críticas como essa:

Angola, Cabo Verde, 29-6-1876, ‘Relação e estimativa das obras necessárias na provinica de Cabo Verde’; AHU, CV, Pasta 57.

44 António Jose Cabral Vieira, Relatório do governador da Guiné, para o Governador Geral da Provincia, Bissau, 10-8-1878; AHU, CV, Pasta 60.

*(...) ao passo que todos as nações coloniais cuidam de desinfectar as suas mais insalubres paragens, nós com a falta absoluta de policia higienica, infeccionamos as nossas. Bissau é um ponto importante e que se não pode abandonar; é preciso saneal-o*⁴⁵

Com cada relatório dos serviços de saúde repete-se a mesma receita, nomeadamente o *'saneamento das povoações'*, enquanto as críticas sobem de tom. Os serviços acusam *'a incúria indisculpável'* das autoridades que *'nada fazem'*, além de lamentar *'o pouco escrupulo dos habitantes'* e até *'a boçalidade do indígena'* (Ibidem). Descritas em alguns parágrafos, as *'tribus gentílicas'* da região também não escaparam a estas críticas cujo teor reflecte a difusão de (pre)conceitos etno-biológicos na última década do século XIX. Ao mesmo tempo, enfatiza-se cada vez mais a questão da higiene como se vê nestas afirmações sobre os Pepel da Ilha de Bissau: *'São as mulheres papeis muito infieis quer entre os seus quer com estranhos. São baixas de feições irregulares e muito porcas. Os homens são igualmente muito porcos.'* (Barbosa, 1895)⁴⁶

Os serviços já sobrecarregados, ficaram entretanto inundados com pedidos de assistência para servir o *'campo da batalha'* e a tropa que fora enviada para as campanhas contra os *'gentios'* (Ibidem). Estando sob controlo militar, as autoridades da província, vocacionados para prestar auxílio aos funcionários, ficaram quase exclusivamente a tratar os muitos soldados e oficiais que adoeceram durante as campanhas. Como consequência, os poucos médicos ali destacados acompanharam as colunas de operações além do trabalho clínico nos hospitais da retaguarda nas praças, enquanto a população já encurralada nestas cresce com os refugiados do conflito, a tentar curar-se como sempre com remédios caseiros e recorrendo aos tão famigerados curandeiros. Outra consequência da presença de grande número de tropas nas praças foi o aumento em flecha de casos de infecção com o *'mal venéreo'* (De Gouveia, 1882: 238; Da Silva, 1889: 7). A prostituição, que floresce com a chegada de novas guarnições, leva a criação de uma *'policia sanitária'* responsável pela execução de uma

45 Thomaz António Ribeiro Ferreira, Secretário de Estado, Negócios da Marinha e Ultramar, Lisboa, 5-7-1879, para Governador-Geral de Cabo Verde; AHU, CV, Pasta 59.

46 Cesar Gomes Barbosa 'Relatorio do Serviço de Saúde da Guiné Portuguesa referido ao ano de 1894', 24-6-1895, in: Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, 37, 1895.

política com o fim de limitar o alastramento deste através das '*mulheres toleradas*'. (Ibidem) Nos locais sem inspecção como a vila de Bissau, um dos teatros principais da guerra, a prostituição clandestina e as doenças venéreas crescem por conseguinte numa forma descontrolada⁴⁷.

Porém, as campanhas em curso beneficiaram de equipamentos novos, como hospitais de sangue e de retaguarda. Quando antes os pedidos de materiais foram quase sempre indeferidos por falta de verbas, enviam-se agora tendas, instrumentos cirúrgicos, remédios e filtros de água para o campo da batalha. Ganhando experiência acompanhando as ambulâncias, os facultativos de saúde fazem pequenas cirurgias em colaboração com médicos da Marinha vindos de Lisboa. Além de elaborar listagens de doenças, os seus tratamentos e resultados, estes facultativos documentam pela primeira vez a realidade bastante menos prosaica dos confrontos, através do seu 'olhar clínico'. Estas também incluem descrições muito pormenorizadas sobre os ferimentos e o seu tratamento, além do desgaste a que os soldados estavam sujeitos pelo clima e o terreno.

Não obstante a grande mobilidade das '*famílias gentílicas*' e as dificuldades que esta acarretava para a produção de dados demográficos fiáveis, os responsáveis reclamaram com cada vez mais frequência o recenseamento da população sob a sua tutela. Todavia, os problemas criados pelo conflito militar não permitiam fazer recenseamento algum fora dos presídios, na maneira que o número crescente dos habitantes destes fica por contabilizar. Alertam por conseguinte que nestas condições não havia maneira de chegar a conclusões fiáveis sobre questões fundamentais como a mortalidade nos presídios, nem nas '*diversas tabancas gentílicas que fornecem a população flutuante uma contingente sensível de mortandade*'. (Ibidem). Estas observações eram pertinentes, já que os presídios não estavam isolados do interior, e que havia um constante vai e vem de pessoas entre estes e as povoações vizinhas ou mais longinquas⁴⁸.

47 Joaquim Mariano de Sá, Delegado de Saúde, Relatório do Serviço de Saúde do Concelho de Bissau de 1890, Bolama, 6-3-1891; AHU, DGU, Serviço de Saúde, Cx. 2.

48 A população do concelho de Bolama era composta '*quase toda de gentios mandingas, mouros, brames, manjacos, papeis papeis, bujagós e seruas*', que se empregaram como carpinteiros, pedreiros, e carregadores nos navios, '*indo quase todos as terras de suas naturalidades*' para participar nas sementeiras e colheitas; Mapa Geral da População da Pro-

Esta mobilidade e a falta de pessoal também colocaram problemas as campanhas de vacinação iniciadas nos anos oitenta que só estavam a ser feita nas praças, *'consequindo se com grandes dificuldades que os indígenas a elas se sujeitam.'* (Ibidem) Enquanto lamenta que *'o gentio tem muita relutância de se sujeitar a vacinação'* e que *'quase ninguém comparece as sessões de vacinação'*, o chefe dos Serviços de Saúde informa os seus superiores que *'se acha hoje vacinada quase toda a população cristã da província'*⁴⁹. Os serviços pois aconselham a criação de um serviço de vacinação *'que deveria levar ao centro das povoações indígenas'* como se fazia então na colónia vizinha de Senegal, porém com pouco êxito. Porém, se queixam da *'descrença que invade também os habitantes dos pontos ocupados.'* (Ibidem) Esta atitude perante os serviços que são vistos como último recurso também se fez sentir no atendimento na secção civil dos hospitais: *'(...) os doentes procurem ser tratados no hospital (de Bissau) quando a moléstia tem passado ao estado crónico. Chegando alguns a expiar poucas horas depois de ter dado entrada.'*⁵⁰

Os boletins, ofícios e relatórios acima citados mostram uma face até então desconhecida da zona de intercâmbio entre os 'cidadãos do império' e os 'gentios do interior'. A fronteira ténue que parecia existir entre estes espaços é afinal virtual, não resistindo às epidemias e fomes que se recusaram de respeitar este imaginário colonial. Durante a segunda metade do século XIX esta tensão entre a tendência de fechar o espaço colonial às sociedades africanas com que se entra em ruptura, e a permeabilidade daquele às influências das últimas fica cada vez mais evidente. Enquanto os relatórios destes serviços demonstram a inter-dependência destas zonas, a segregação das populações em questão torna-se progressivamente a pedra angular da política colonial, para evitar o 'contágio' física e moral dos ex-patriados. Publicam-se os primeiros manuais para colonos que pretendem criar um conjunto de regras básicas para o seu comportamento nos 'países quentes' (Ribeiro, 1890). Numa destas obras de referência, escrito por um médico militar com largos anos de vivência nas colónias e membro do quadro dos Serviços de Saúde de Cabo Verde e

víncia de Cabo Verde, 31-12-1874, Praia, 3-9-1876; AHU, CV, Pasta 57.

49 Aristides de Souza, para conselheiro da Direcção Geral do Ultramar, Bolama, 22-5-1890; AHU, DGU, Serviço de Saúde, Cx. 2.

50 Mariano de Sá (op cit.)

Guiné, associa-se o social-darwinismo a etno-geografia. Na óptica deste médico, os núcleos de fixação demográfica sujeitaram colonos (e nativos) a um processo de '*selecção natural*', que o levou a descrever cidades nos trópicos, nomeadamente Luanda, como '*um forte centro eliminador*', *sobretudo para os Europeus*.

*'Fica posto portanto em toda a evidência que os Europeus na cidade de Luanda, não se acham aclimados como os africanos apesar de se terem passado mais de tres séculos desde que ali se estabeleceram'*⁵¹

Enquanto se assistia a introdução de novos tratamentos e medicamentos, estes só beneficiaram um grupo muito restrito de pessoas, regra geral funcionários públicos de origem europeia. Além de instituir regras de higiene, o Ministério das Colónias também elabora tabelas de doenças consideradas de dar causa a incapacidade de funcionários para o serviço em 1899 que incluiu algumas patologias consideradas como 'tropicais' como a doença do sono, escorbuto crónico, e paludismo crónico⁵². Sendo a principal preocupação de aumentar a eficiência da função pública e de evitar abusos, esta legislação também pretendeu de reduzir os custos elevados dos tratamentos, das licenças de saúde e das repatriações⁵³.

Um outro problema era a falta de pessoal clínico e de medicamentos; repetidas queixas por governantes ao metropole realçam '*os sérios embaraços*' que o desfalcado quadro dos Serviços de Saúde criava para o governo, e a insustentabilidade da situação. Uma das consequências foi que as pessoas recorriam aos serviços de curandeiros cuja acção é denunciado por dificultar o trabalho dos médicos:

51 Cardoso Junior T.II (1905): 215. Este funcionário era farmacêutico do Quadro de Saúde de Cabo Verde e Guiné, com 19 anos de experiência de África Portuguesa, com 16 anos seguidos de residência a partir de 1887, dos quais 10 anos em Cabo Verde.

52 Ver 'Tabela de Incapacidades do Serviço Colonial', Lisboa, Hospital Colonial, 4-4-1935; AHU, DGAPC, 52, Juntas de Saúde, 1930-1939. A tabela fixada por portaria em 14-8-1899 ficou em vigor até a alteração legislativa de 1935, com o Decreto de sobre as Juntas de Saúde; justificada pela 'evolução da medicina nos últimos 40 anos.'; José da Silva Neves, Repartição de Saúde, Lisboa, 18-4-1935; Ibid. Um dos critérios aplicados na admissão de funcionários, era o índice de robustez, uma correlação entre perímetro torácico, altura e peso; para qual as Juntas de Saúde tinham de tomar em conta '*a variabilidade morfológico das diferentes raças*'.

53 O Ministro das Colónias ordenou a revisão da tabela em 1935 para acabar com os abusos praticados por 'grande número de funcionários' que 'depois de julgados incapazes pelas Juntas continuam de perfeita saúde a trabalhar em empregos particulares.'; Armindo Monteiro, Ordem de Serviço 621, 26-2-1935.

‘O curandeiro é o médico gentílico, o “doutor preto” que dispõe de uma influência poderosa entre as massas negras, e que leva a audácia de intrometer-se no tratamento indicado pelo verdadeiro médico pronunciando-se claramente sobre se devem ou não ser aplicados os medicamentos por este último receitado (...) Os curandeiros são uma maldita praga que até hoje não foi possível extirpar e cujos tentáculos se ramificam em toda a África’ (Cardoso Júnior, 1902: 125/6).

Uma das razões e o facto do o quadro destes serviços ser repartilhado entre Cabo Verde e Guiné, enquanto a política de nomeações obedecer as prioridades fixadas nas Ilhas. Como justificação da nomeação de médicos, o governador em questão refere a presença na capital Bolama de uma *‘importante colónia europeia’*⁵⁴. Entre estas destacam-se um número crescente de pessoal militar enviada da metrópole e das Ilhas de Cabo Verde, regra geral classificados como ‘badios’, q.d. oriundos da Ilha de Santiago, em detrimento dos habitantes da Guiné dita Portuguesa. Apesar destas críticas, as estatísticas demonstraram como eram diminutas as hipóteses de a tão ‘insalubre’ Guiné ser alguma vez ‘pacificada’ através de elementos ‘mal adaptados’ vindos de fora do continente. Nas palavras de um oficial português que dirigiu várias colunas nas guerras que tanto marcaram a primeira década e meia do século XX:

‘Aqui, em Bissau, com as forças que temos, a maior parte dos quais está doente, e principalmente com as chuvas tão próximas, nunca poderemos fazer nada de eficaz; nem bater completamente os negros, nem ocupar o seu terreno. (Pinheiro Chagas, 1910: 101/2)

Esta situação não era de estranhar visto que segundo um relatório médico, a maior parte dos novos recrutas

‘(...) não eram homens, eram crianças, imberbes, entre 17 e 21 anos; não eram soldados feitos e experimentados, eram recrutas de ontem, saídos, poucos meses antes, do seio de suas famílias, ainda com a impressão fresca e vivida das aconchegas e carinhos

⁵⁴ Joaquim José Duarte de Guimarães, 11-5-1900, to Ministro da Marinha e Ultramar; FGG, L. 133.

*de lar e da rústica beleza das aldeias frias e agrestes e Traz-os-Montes, onde a maior parte deles nasceram.*⁵⁵

A seguir a sua prova de fogo na Guiné, o aspecto das tropas era *'o mais desolador possível. A maior parte das praças mais pareciam cadáveres ambulantes, que soldados'*. Dois meses depois da sua chegada, estas companhias de infantaria, *'as praças já estavam completamente inhabilitadas'*, terem regressados *'ao reino muitas em estado deplorável* (Ibid)⁵⁶. Por conseguinte, o governador da Guiné fez saber aos seus superiores na metropole que em vez de fazer sempre depender as campanhas de praças recém chegados, se devia optar por estacionar um maior número de tropas na Guiné para permitir a sua aclimatização e resistência.

*'As expedições devem ter franca permanência na Guiné onde as condições climáticas são pessimas para os recém-chegados, mormente em serviço de campanha. O soldado Europeu aqui não compensa a despesa que faz, nem se presta a trabalhos para os quais so se pode contar com a resistência do indígena.'*⁵⁷

Militares com experiência de campanhas nos trópicos aconselharam recrutar *'tropas indígenas'*, com base na *'sua adaptação as influências climáticas e telúricas dos países quentes, a sua maior resistência em campanha, a sua imunidade relativa as endemias tão prejudiciais a raça branca...e a sua mortalidade quatro ou cinco vezes mais fraca do que a dos europeus (...) Tem se mais combatentes, menos doentes e menos material a levar'* (Pinheiro Chagas, 1910: XXII-XXIII). A história, afinal, provou que este prognóstico estava certo: foi somente com milhares de auxiliares africanos que as autoridades portuguesas conseguiram finalmente derrotar as forças do 'gentio' no continente na segunda década de noventa. Na última campanha sangrenta contra os Pepel da Ilha de Bissau em 1915 participaram 35 soldados indígenas e

55 António Maria Marques Perdigão, Relatório da Campanha da Guiné em 1908, Serviço de Saúde, Bolama, 20-5-1908; AHU, DGU, Guiné, Repartição Militar, Cx. 9. Este médico cita fontes francesas como Constant e Just-Navarre para reforçar a sua recomendação de só mandar recrutas acima de 25/6 anos para os trópicos.

56 O médico em questão estimou o número de impaludados em setenta e seis por cento.

57 Francelino Pimentel, Governador da Guiné, Bolama, 21-3-1910, para Ministro da Marinha e Ultramar; AHU, FGG, Livro 177.

1600 auxiliares africanos, e somente 7 oficiais europeus e 2 caboverdianos. Segundo o chefe do Estado Maior de então o número de 284 baixas, todas por conta destes auxiliares, '*foi enorme e nunca atingida em guerras coloniais*' (Teixeira Pinto, 1936: 203). Um dos médicos que acompanhou a coluna observou friamente: '*Não se deve perder de vista que muitas outras seriam as despesas se as operações fossem feitas com regulares (...)*'⁵⁸.

5. Perspectivas de colonização: aclimação e imunidade

A descoberta por Koch e Ross em 1899 que as febres eram transmitidas pelos mosquitos em vez de serem causadas pelos miasmas, longe de acabar com a má fama que este 'sepulcro dos Europeus' já tinha, numa primeira fase ainda mais aumentou a carga pejorativa associada ao seu nome. Apesar de a criação da Escola de Medicina Tropical em 1902 ter permitido a formação específica dos quadros dos serviços de saúde para as colónias, e o uso de quinina e vacinas ter melhorado a prevenção e o tratamento de doenças tropicais, a tão desejada implantação da 'raça branca' (Ferreira, 1890: 129-136) nas colónias como a Guiné não se realizou. Alias, observadores estrangeiros constataram que '*os Portugueses preocupam-se pouco com o seu modo de viver. Eles não tomam quini-na regularmente e fazem pouco uso de mosquiteiros. Por conseguinte, muitos ficam com infecções crónicas de paludismo e com outras doenças transmitidas pelos insectos*'⁵⁹.

A questão da proverbial insalubridade da Guiné era também explorada pelos que próprios colonos, entretanto bem adaptados ao meio, que não viam com bons olhos a chegada de potenciais concorrentes.

'Não são decorridos muitos anos que na metropole se considerava a Guiné como um cemitério de Europeus, até se ignorava quando a imposição de serviço obrigava o qualquer funcionário a vir para aqui; procurava

58 Alfredo Vieira 'Relatório do Hospital de Sangué', Bissau, 23-7-1915, AHU, DGU, Guiné, Repartição Militar, Cx. 11.

59 Braithwaite Wallis, Bathurst, para o Foreign Office, Londres, 16-1-1913; Public Records Office/The National Archives, Londres, Pasta FO367/342.

*por todos os meios a sua imediata transferência. Tal receio e horror não tem justificação; nas outras províncias da África Ocidental e na Oriental há regiões bem mais insalubres, mas o terror era espalhada pelos francos europeus que então habitavam a Guiné; não desejavam se tomasse conhecida, para não terem concorrentes (...)', e com toda a liberdade poderem enriquecer a custa do roubo e da exploração do preto; cujas consequências se está hoje acentuado pela desconfiança que tem de que os nossos intentos não é civilizar-los, incutir-lhe o espírito de trabalho, dar-lhe direitos e regalias, desenvolver a agricultura, e o comércio, mas sim explorá-lo.*⁶⁰

Existiam portanto também algumas 'desvantagens' relacionadas com a boa aclimatização por parte de colonos Europeus e Caboverdianos, incluído os perigos ao que ficaram expostos por causa da '*cafrealização*'. Vários exemplos surgem nas fontes acerca de funcionários cujas '*faculdades tem sofrido forte depressão em virtude da acção climatérica, e da sua longa permanência em África*'. A falta de pessoal muitas vezes lhes obrigava de permanecer nos seus postos, embora '*para evitar escandalos*' são mandados para Lisboa '*por estar gasto e africanizado, no sentido deprimente da palavra*'.⁶¹

O decreto de 14 de Outubro de 1911 estabeleceu os critérios para a higiene e saúde pública nas colónias atendendo '*as modernas conquistas da ciência*' sobre a transmissão de patologias tropicais, como o paludismo, a filariose, a febre amarela, e a doença do sono. Estas '*endemias devastadoras que só por si poem um obstáculo formidável à acção colonizadora do europeu na zona dos climas quentes*' exigiram '*campanhas sistemáticas*' para que '*persistentemente se dificulte cada vez mais a (sua) propagação*' nos '*centros populosos mais importantes das nossas colónias*'⁶². Instituíram-se nestas um serviço de profilaxia, sobretudo no quadro da '*luta contra os mosquitos*', a drenagem de terrenos pantanosos, a plantação de árvores e arbustos, a limpeza de cursos de água, de espaços públicos e domésticos, além de prever a fiscalização das mesmas medidas e a pena-

60 Francelino Pimentel, Governador Guiné, Bolama, 29-11-1909, para Ministério da Marinha e Ultramar; AHU, FGG, Livro 177.

61 Joaquim José Duarte de Guimarães, Bolama, 8-6-1900, para Ministro da Marinha e Ultramar; FGG, Livro 131.

62 Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, no. 49, 9-12-1911: 383-5.

lização de infractores por brigadas sanitárias⁶³.

Um funcionário do quadro administrativo, inspector da Fazenda, que se deslocou para a Guiné na mesma altura, afirmou que ‘o *abandono*’ a que a Guiné estava votada, tinha mais a ver com ‘a *campanha de descredito ao seu clima*’. Porém, ‘*não sendo o clima ameno de Portugal, está todavia muito afastada do clima terrível que se diz possuir*’.⁶⁴ Por conseguinte, era oportuno na sua opinião de ‘*desfazer a lenda que malevolamente se tem espalhado*’ sobre o clima da colónia. Embora, outros relatos indicam que os perigos para os Europeus não podiam ser menosprezados: os membros duma missão de estudo ‘*(...) foram sucumbindo um a um, sob as garras das acções palustres e tombando exaustos de forças, ou moribundos minados pelas febres, obrigados a rarear as fileiras do seu trabalho, sobrecarregando ainda os validos*’.⁶⁵ Quando a quinina é distribuída gratuitamente a funcionários públicos a partir de 1924, o então chefe dos Serviços de Saúde declara que esta medida merecia um ‘registo especial’ por ser de ‘magna importância’.

‘A Guiné não possui condições climáticas ou mesológicas, de fixação e reprodução do elemento europeu. Terá de ser uma colónia de exploração; mas fazer com que o paludismo, o terrível flagelo do indígena da zona temperada que dizima actualmente uma grande soma de colonos, deixe de ser tão nefasto e permita que o Europeu volte ao seu lar, é sem dúvida uma medida de colonização sob o ponto de vista de riqueza da nacionalidade.’⁶⁶

63 O Código de Postura da Vila de Bissau do mesmo ano reforça estas medidas ao obrigar os seus habitantes de manter as suas casas, quintais e ruas públicas limpas; Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, suplemento ao no. 48, 8-12-1911. No ano seguinte publicou-se o ‘Regulamento da Profilaxia anti-palustre e de outras doenças congeneres no seu modo de transmissao’, Bolama, Imp Nacional, 1912.

64 Henrique Artur Gonçalves Cardoso, Relatório, Inspeção Aldandegas da Guiné, Lisboa, 4-1-1913; AHU, DGFC, 838.

65 Raul Mesnier de Ponsard ‘Relatório das Duas Missões Técnicas de Estudo, ordenadas pelo governador Francelino Pimentel’, Bolama, Maio de 1910; AHU, DGC, 3039.

66 Gonçalo Monteiro Filipe, Boletim Sanitário, Província da Guiné, Setembro 1924, Bolama, 31-10-1924; AHU, DGAPC, 3467. Esta medida (gratuita) de ‘quinização curativa e preventiva’ já estava prevista no acima referido decreto de 24-10-1911, embora somente para os ‘pobres’. Apesar de aumentar as ‘condições de resistência orgânica’, o mesmo funcionário preferia que a medida em questão fosse obrigatória para reforçar o seu impacto. De facto dez anos mais tarde, um governador da Guiné observou que ‘Os civilizados portugueses são os que não ligam importância alguma aos processos da profilaxia anti-palustre’; Luiz António Carvalho Viegas, Relatório Anual, 1933, Bolama, 20-6-1934; AHU, DGCOcd, 417.

Percebe-se destes e outros exemplos que o discurso 'oficial' continuou de navegar entre o '*pessimismo climático*' dos médicos militares como por ex. Boudin e Knox a um lado e as ideias modernas da nova escola de medicina tropical de Manson e Pasteur. O discurso nacionalista lusitano pós ultimato britânico aproveitou estas e outras teses 'optimistas' lançadas por climatólogos, etiólogos, etno-geógrafos e médicos oitocentistas, para afirmar a capacidade inata de lusos - e dos seus vizinhos espanhóis - de aclimação e colonização dos trópicos⁶⁷. Na década de noventa, a ideia que '*a nação portuguesa pôde reproduzir-se largamente nas suas possessões do continente negro*', já era apresentada como uma '*verdade antropológica e social*'⁶⁸. Além da opção da conquista militar, segundo alguns observadores coevos uma das melhores maneiras de atingir este objectivo era através da assimilação, nomeadamente mediante o cruzamento das '*raças indígenas*' com a '*raça metropolitana*'⁶⁹. Bem antes de Freyre, antropólogos portugueses já lançaram as bases para a teoria do lusotropicalismo, exemplificando-a com o caso de Brasil. O discurso nacionalista lusitano pós ultimato britânico afirmou:

*'Para Portugal o problema da mestiçagem nas suas colónias tropicais, não pode deixar de assinalado como tendo importância e actualidade máximas, mormente se o sistema colonial que adoptarmos for o de assimilação política, talvez mais consentâneo com a indole geral da colonização portuguesa. Em todos dos casos porém a mestiçagem é o mais poderoso factor de nacionalização colonial.'*⁷⁰

Neste contexto, Cabo Verde podia '*dispensar a Guiné os elementos indispensáveis para a direcção das explorações (agrícolas)*', e por conseguinte a sua modernização, além do arquipélago ser visto como um

67 Ver por exemplo Robert W. Felkin 'Can Europeans become acclimatised in Tropical Africa?', *Scottish Geographical Magazine*, 2, 1886: 647-57. Este médico reconheceu nos sul-Europeus uma aptidão especial para a aclimação nas zonas quentes.

68 Quirino Avelino de Jesus 'A Colonização Luso-Africana', in: *Portugal em África*, vol. II, 1895: 996-1008; op cit. 996.

69 Ibid, *Portugal em África*, vol. I., 1894: 171-82; op cit: 180.

70 Lopo Vaz de Sampayo e Mello, *Política Indígena*, Porto, 1910:

conveniente *'sanitarium próximo'* para os colonos do continente⁷¹. O facto de a colonização da Guiné ter ficado em grande parte por conta de crioulos de Cabo Verde que ocuparam a maioria dos postos nas várias repartições da administração colonial no território até a independência em 1974, parece confirmar este prognóstico. A partir dos anos trinta de oitocentos, quando alguns oficiais aderiram a teses de naturalistas sobre a aclimação, estes realçavam a sua viabilidade, embora em termos de miscegenação para resolver a questão da ocupação e colonização da Guiné. A primeira proposta deste género feita por um governador de Cabo Verde propôs a colonização da Guiné por uma *'espécie de novos Portugueses brancos (...) filhos nascidos dos brancos com as mulatas nas Ilhas de Cabo Verde (...) por que ali os Europeus tem curta vida, e essa defecada, e perseguida de febres'*⁷². Um século mais tarde, após a ocupação militar da Guiné, o então governador da Guiné sublinhou a sua convicção de a Guiné ser *'imprópria para o estabelecimento de uma colónia fixa de brancos'*, propondo *'a colonização feita pelo nativo Cabo Verdeano'*, por este estar melhor adaptado ao meio (Viegas, 1936, I: 91).

A definição da Guiné como uma colónia de *'indigenato'* e *'não de fixação ou de povoamento'*, cujo tecido produtivo dependia exclusivamente do *'trabalho indígena'* (Viegas, III, 1940: 187), estava directamente associada a circunstância de os naturais terem adquirido uma resistência maior.

'As influências climatéricas exercem uma fraca acção sobre o indígena, que, são portadores de imunidades em face de certas doenças endémicas. A raça negra possui uma imunidade para o paludismo em virtude de constantes surtos palúdicos, durante a infância. (...) O contrário sucede com a raça branca que é duma grande sensibilidade para a patologia tropical e muito particularmente sensível ao paludismo e a biliosa hemoglobinúrica. Este facto deve ser tomado em grande conta em virtude do papel

71 Quirino Avelino de Jesus, 'A Colonização Luso-Africana', *Portugal em África*, vol. II, 1895: 1019-36; cit. 1036.

72 Joaquim Pereira Meirinho, governador-geral de Cabo Verde, Santo Antão, 11-12-1838; AHU, Cabo Verde, Pasta 3. Este magistrado argumentava que estes *'novos brancos (...) sem sinal algum de raça africana'* também constituíssem *'uma força muito superior aos pretos'* com o qual a metropole podia *'suster as suas possessões na Guiné e aumentá-las com muita superioridade a todas as Nações de Europa'*.

colonizador que nos cabe ainda realizar'.⁷³

Estas opiniões que já foram ventiladas por médicos dos serviços de saúde nos anos sessenta de oitocentos revelam a influência duradoura das suas ideias sobre a aclimação surgidas no quadro da polémica sobre a geografia da saúde lançada por naturalistas e médicos militares. Na prática muitos quadros de origem caboverdiano, também por serem considerados 'civilizados', foram colocados nas colónias portuguesas sobretudo na Guiné e Angola. Para estabelecer uma associação directa entre a '*imunidade adquirida*' e o grau de '*indigenização*'⁷⁴, os ensaios dos clínicos ultramarinos, muitos deles oriundos das possessões ultramarinas como Cabo Verde e Goa, usaram critérios médicos e etnológicos para distinguir grupos sociais mais ou menos aclimáveis nos trópicos⁷⁵. Abraçando progressivamente teorias evolutivas e propor que a imunidade podia ser adquirida mas também hereditária por resultar em significativas '*modificações orgánicas*', médicos dos quadro de saúde de Cabo Verde e Guiné reconheceram a importância da miscegenação para aumentar a resistência dos colonos (Cardoso Júnior, T. II, 1905: 214). Por terem constatado a existência de constrangimentos enquanto indicaram caminhos alternativos para a sua resolução, eles influenciaram e condicionaram o discurso metropolitano acerca a pretendida ocupação, colonização e nacionalização neste canto esquecido do 'império'.

73 Luiz António Carvalho Viegas, Lisboa, 15-7-1933, Relatório para Ministro das Colónias; AHU, DGCOcd, 417.

74 AHU, Cabo Verde, Serviços de Saúde, Pasta 132: António de Santa Clara 'Relatório do Serviço de Saude da Senegambia Portuguesa dependência de província de Cabo Verde', Bissau, Janeiro 1872.

75 Ver Bastos (2005): 30-2 sobre o médico goês, Germano Correia, e as suas ideias sobre a aclimação nos trópicos, a questão da raça e o papel dos 'luso-angolenses' em Angola.

Bibliografia:

Arnold, David (coord.) *Imperial Medicine and Indigenous Societies*, Manchester University Press, Manchester, 1988;

Arnold, David (coord.) *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*, Amesterdão/Atlanta, Rodopi, série Clio-Medica, 1996.

David Arnold 'Introduction: Tropical Medicine before Manson', in: Arnold (1996): 2-19.

Barbosa, César Gomes (1894) 'Relatório do Serviço de Saúde da Guiné Portuguesa durante o ano de 1891', Bolama, 2-3-1892, in: *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, 1, Janeiro-Abril, 1894 (Barbosa, A).

Barbosa, César Gomes (1894) 'Relatório do Serviço de Saúde da Guiné Portuguesa durante o ano de 1892', 15-3-1894, in: *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, 24, Junho-Julho, 1894 (Barbosa, B).

Barbosa, César Gomes (1895) 'Relatorio do Serviço de Saúde da Guiné Portuguesa referido ao ano de 1894', 24-6-1895, in: *Boletim Oficial da Guiné Portueza*, 37, Setembro-Outubro, 1895.

Barreto, Honório Pereira (1843) '*Memória sobre o Estado Actual de Senegambia Portuguesa, Causas da sua Decadência, e Meios de a Fazer Prosperar*', Lisboa, Typ. Viuva Coelho & Cia: 5/6.

Bastos, Cristiana, Race, Medicine and the late Portuguese empire: the role of Goan colonial physicians, in: *Journal of Romanic Studies*, 5, 1, 2005: 23-35.

Becker, Charles & Collignon, René 'Épidémies et médecine coloniale en Afrique de l'Ouest', in: *Cahiers de Santé*, 8, 1998: 411-6.

Caponi, Sandra (2003) 'Coordenadas epistemológicas de la medicina tropical', in: *História, Ciências e Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 10 (1), Janeiro-Abril (1): 113-49

Cardoso Junior, João *Subsídios para a Matéria Médica e Therapeutica das Possessões Ultramarinas Portuguesas*, Tomos I +II, Lisboa, Typogra-

phia da Academia Real de Ciências , 1902-1905.

Chagas, Frederico Pinheiro (1910) *'Na Guiné: 1907-08'* (1910), Lisboa, Typ. J.F. Pinheiro.

Chelmicki, José Conrad Carlos de (1841) *'Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geográfica-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné'*, Lisboa, Typ. C.C. da Cunha

Da Costa, Aleixo Justiniano Socrates (1883) 'Província da Guiné Portuguesa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4ª série, 2, 1883: 94-112; 3: 149-160; 4: 188-203.

Da Costa, Isaac Damasceno (1886) 'Relatório do Serviço da Delegação da Junta de Saúde na vila de Bissau resp. ao ano de 1884, Bissau, 15-5-1885, in: *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, 13, 1886.

Curtin, Philip D. (1964) *'The Image of Africa: British ideas and action 1780-1850'*, Madison, University of Wisconsin Press.

Figanière e Mourão, J. César (1822) *'Descrição de Serra Leoa e Seus Contornos (...)'*, Lisboa, Imp. João Baptista Morando.

De Gouveia, Pedro Inácio (1882) *'Relatório do Governador de da Província da Guiné Portuguesa'*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Havik, Philip J. (2005) 'Entre o Mar e a Maldição: as degredadas na África Ocidental', in: Cova, Anne(coord.) *'Em Busca da História das Mulheres'*, Actas, II Colóquio Internacional, Lisboa, Universidade Aberta (no prelo).

Morais, Rosa Helena de Santana Girão de Hommes, Tropiques et Maladies: le determinisme climatologique et le discours des médécins français, in: International Congress on the History of Medicine, Budapest, 2006: 241-5.

Pélissier, René (1989) *'Naissance de la Guiné: Portugais et Africains en Sénégal(1841-1936)'*, Orgeval, Ed. do autor.

Pinto, João Teixeira (1936) *'A Ocupação Militar da Guiné'*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Ribeiro, Manuel Ferreira (1890) *'Regras e Preceitos da Higiene Colonial'*, Lisboa: Typ. Cristovão Rodrigues.

Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas, *Relatórios dos Governadores de Cabo Verde, 1871-1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

Silva, Francisco Teixeira da (1889), *Relatório do Governo da Província da Guiné Portuguesa (1887-88)*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Vaughan, Megan (1991) '*Curing their Ills: colonial power and African illness*', Cambridge: Polity Press

Viegas, Luís António de Carvalho (1936, 1939 & 1940) '*Guiné Portuguesa*', 3 vols., Lisboa: Severo Freitas Mega.

Worboys, Michael (1996) 'Germs, Malaria and the invention of Mansonian Tropical Medicine: from diseases in the tropics to tropical diseases', in: David Arnold (1996): 191-207

COMPLEXIDADE E SOLIDARIEDADE: LIÇÕES EM EDGAR MORIN E SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Maria José da Silva Aquino*

Pág. 271 a 288

Sempre fui direitista/esquerdista: direitista, no sentido em que sinto o imperativo de respeitar as liberdades e de não violentar a sociedade; esquerdista, no sentido em que estou convencido de que uma transformação radical das relações entre os seres humanos é necessária
(MORIN, 2000. p. 64).

Precisamos fundar a solidariedade humana não mais numa ilusória salvação terrestre, mas na consciência de nossa perdição, na consciência de nossa pertença ao complexo comum tecido pela era planetária, na consciência de nossos problemas comuns de vida ou de morte, na consciência da situação agônica de nosso começo de milênio
(MORIN, 2003. p. 178).

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência em face da vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça e pela paz e pela alegre celebração da vida
(CARTA DA TERRA).

* Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (Belém - Pará - Brasil).

O objetivo deste artigo é, a partir da exploração do tema solidariedade, pertinente ao pensamento complexo, focalizar a contribuição de Edgar Morin² como crítica que, se não é dirigida nominalmente ao capitalismo, a ele não é indiferente, pois toma o saber fragmentado - seus procedimentos e resultados -, como um dos fundamentos sobre os quais se afirmaram relações entre os homens, e entre estes e as outras formas de vida, capazes de promover a expansão da sociedade moderna com todas as suas contradições, concorrências e complementaridades. Ao sistema noológico reinante nos tempos modernos, composto por valores tais como: o individualismo, o antropocentrismo, o racionalismo, a especialização, a simplificação, etc., Edgar Morin contrapõe a perspectiva de uma ecologia ampliada, na qual a solidariedade, como princípio da inclusão, é vista como via de enfrentamento dos impasses ora colocados à humanidade, não apenas os de ordem sócio-cultural, econômica e política, mas também, combinados a estes, os de ordem ambiental.

Para tanto, procuro demonstrar, numa breve contextualização, as influências consideradas por Morin como significativas para a constituição do seu próprio pensamento. Pensamento este comprometido hoje com a fraternidade universal, condição dos que são filhos de uma mesma matriz, a Terra-Pátria. Assim, resalto algumas passagens do pensamento de Morin nas quais a solidariedade emerge como sentimento e constatação de pertença e irmandade entre indivíduos e grupos de uma mesma comunidade.

Para encerrar, provisoriamente, busco comparar a perspectiva complexa da realidade humana (espécie-indivíduo-sociedade) com a percepção da fraternidade universal inscrita por São Francisco de Assis no Cântico do Irmão Sol. Um canto! Uma oração que remonta a um tempo (fins do século XII e início do Século XIII) ainda bem distante daquilo que se passou a pensar como tempos modernos, ou pós-modernos. Tempos a reclamar com urgência a atualização do combate “*ao egoísmo, ao desprezo e à indiferença*” com

“as forças de cooperação, comunicação, compreensão, amizade, comunidade e amor, com a condição que sejam acompanhadas de perspicácia e de inteligência, ... Elas são sempre as mais fracas, mas é graças a elas que há sociedades em que se pode viver, famílias amorosas, amizades, amores, dedicação, caridade, compaixão e

afetos, e que, de solavancos em caos, de caos em solavancos, o mundo vai, aos tropeços, sem ser nem total nem permanentemente submerso pela barbárie”

(MORIN, 2000. p. 273).

Edgar Morin descreve o processo de organização de suas idéias como um percurso iniciado em 08 de julho de 1921. Órfão de mãe aos nove anos, a biografia deste pensador é marcada pelas duas Guerras Mundiais e pelo Socialismo, ou seja, trata-se, assim como para muitos octogenários, em especial os europeus, de uma vida estreitamente relacionada com fatos marcantes do século XX. Esse parisiense de pais judeus espanhóis, refugiados na França no início do século XX, considera sua origem judia e a perda da mãe experiências decisivas na constituição de sua visão de mundo. Visão de mundo esta, objeto de reflexão em “Meus Demônios” (2000). Nesse livro, Morin, saborosamente, nos fala de suas influências familiares sem a imposição de crenças e tradições, de uma adolescência influenciada pelo romantismo e pelo racionalismo que lhe chegam através da literatura, teatro, novelas e cinema, num tempo em que a França encontrava-se ameaçada pela guerra iminente.

Experiências sociais e políticas nesse contexto conduziram Morin à vida adulta. Na Sorbonne, no início dos anos 40, estudou História, Sociologia, Economia, Direito e Filosofia, habilitando-se para o ensino de História, Geografia e Direito. Ao sair da universidade participou, até 1944, como combatente voluntário da Resistência Francesa. Nessa experiência da guerra, vivendo em um país derrotado, ocupado pelos alemães, refletiu sobre a vida e a morte, realidade que inquietava Morin desde o falecimento de sua mãe. Em 1945, esteve como representante do Estado-Maior do Primeiro Exército Francês na Alemanha. Em seguida, chefiou a Assessoria de Comunicação e Imprensa do Governo Militar Francês na Alemanha. Tais atividades, relatadas em “Meus Demônios, estimularam Morin a um exercício de reflexão registrado em “O Ano Zero da Alemanha”, seu primeiro livro, escrito em 1946. Trata-se, segundo o autor, de um exercício de jornalismo histórico-sociológico inspirado no marxismo, referência cultivada no Partido Comunista do qual Morin fazia parte desde 1941. Em tempos de guerra, a busca de compreensão dos fins humanos através da História e da Sociologia levou Morin para o PC (Morin, 2000). Nesse seu

primeiro livro, segundo Petraglia (1995), retrata a destruição pela guerra e apresenta a possibilidade de um país conquistar a reintegração histórica, social e humana.

Do caminho histórico-sociológico trilhado no primeiro livro Morin envereda pela antropologia ao trabalhar, de 1949 a 1951, em seu segundo livro, “O Homem e a Morte”, publicado ainda em 1951, ano em que o autor é expulso do PC. A razão dessa expulsão foram as críticas ao stalinismo, o que inviabilizou sua atuação no âmbito do partido. Encerrava-se, assim, uma militância de 10 anos sempre distante do dogmatismo.

A dificuldade de se fazer fiel a um único credo encontra correspondência na abordagem que orienta o estudo da morte, mencionado no parágrafo anterior. Ali se pode constatar uma visão antropológica de sentido amplo na qual se misturam os saberes biológicos, mitológicos e religiosos. Nesse trabalho não ocorre um simples abandono do marxismo para se construir uma interpretação da morte. Para Morin, passados quarenta anos, a experiência desse estudo interdisciplinar que põe em relevo o mito e o imaginário, integrando e diluindo o marxismo em direção à complexidade, foi assim percebida:

“... meu autodidatismo recolhe, enfim, o mel de tantas colheitas passadas e, a partir da colheita, todas as flores de que minhas pesquisas precisam para este livro; os pólenes de uma cultura feita de colheitas aqui e acolá, embebida de todos os gêneros literários e de todas as disciplinas de ciências humanas, encontram-se reunidos e organizados. Foi a produção desse livro que me fez elaborar uma concepção antropossociológica, reservando sua parte aos dois aspectos desprezados pela antropologia, e que o problema da morte salientava: de um lado a realidade biológica do ser humano que é mortal como todos os seres vivos; de outro, a realidade humana do mito e do imaginário que por toda parte constroem uma vida após a morte.”
(MORIN, 2000. p. 33-34).

Importa destacar aqui duas idéias em Hegel e Marx que tocaram positivamente Morin: a insuficiência do conhecimento separado em disciplinas e a contradição como impulso ao conhecimento. No entanto, tais idéias foram sendo por ele questionadas quanto à dialética. No fim dos anos 40,

Morin já não aceitava a idéia de superação de contradições por outras contradições; já não achava importante a dúvida. À dúvida e à superação das contradições contrapôs o pensamento interrogativo e a dialógica, incorporando definitivamente o desafio de enfrentar as contradições como parte indissociável de qualquer realidade (MORIN, 2000. p. 63). Resulta desse entendimento que a questão ética passa a ser colocada em termos de enfrentamento da barbárie como componente da civilização. Nesses termos, a preocupação maior que acompanha Morin a partir dos anos 50, então pesquisador do Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS)³, é o subdesenvolvimento das civilizações desenvolvidas. Quando retoma os estudos sobre cinema no início dos anos 60, a idéia foi abordar um fenômeno social inserido numa cultura de massas, o que resultou na publicação (e republicação nos anos 80) de “O Espírito do Tempo”, em dois volumes (Neurose e Necrose). As reflexões políticas por sua vez, retornam em “Introduction à une politique de l’homme” (1965). Exerceu também atividades de jornalismo em duas revistas – “Arguments” e “Communications”, enquanto se dedicava a pesquisas sobre política e cinema.

No período de 1968 a 1975 Edgar Morin estudou ciências naturais nos Estados Unidos e bioantropologia na França. O interesse pela física e pela biologia tornou-se para ele urgente, uma vez que se operavam nos campos da microfísica, da teoria da informação e da teoria dos sistemas, a reintrodução do observador na observação e a consideração da incerteza e da aleatoriedade como dimensões inseparáveis dos fenômenos estudados. Em linhas gerais, operava-se dessa maneira a crítica à exclusão da contradição, princípio clássico da explicação científica (MORIN, 1982. p. 28). Nos Estados Unidos, enquanto estudou no Salk Institute for Biological Studies de San Diego, Morin integrou, junto com biólogos e cibernéticos, um grupo de discussão que ficou conhecido como o “Grupo dos Dez”. É dessa época as publicações de “Le Paradigme Perdu: la nature humaine” (1973); “L’Unité de l’homme” (1974) e o primeiro volume de “Le Méthode 1: la nature de la nature” (1977). Esse último, especialmente, segundo Morin (2000) se beneficia da crise dos dogmas da física clássica.

Nos anos 80 essa mesma linha de reflexão continua nos outros volu-

3 No CNRS Morin permaneceu de 1951 a 1989. Nessa instituição tornou-se Mestre e Doutor de pesquisa, colaborou com Claude Lefort e Cornelius Castoriadis. Os estudos sobre cinema, política, movimentos estudantis dos anos 60 destacam-se entre suas realizações com o apoio do CNRS (Cf. Petraglia, 1995 e Morin, 2000).

mes daquela que é considerada a mais importante obra de Edgar Morin – O Método. Assim são publicados “Le Méthode 2: la vie de la vie” (1980); “Le Méthode 3: la connaissance de la connaissance”(1986); “Le Méthode 4: les idéés” (1984/1991), entre outros trabalhos.

Adentra assim, num processo de refino de sua abordagem complexa dos fenômenos que, segundo ele, se constituiu “*na longa aventura de Le Méthode*” (2000. p. 160). Nessa obra, Morin sistematiza sua crítica ao pensamento fragmentado com o objetivo de compreender a realidade humana em suas múltiplas dimensões. Tal proposta não postula o fim do conhecimento científico especializado, mas o fim do reinado das especializações destituídas da reflexão, da subjetividade e da ética. Antes mesmo de sistematizar o pensamento complexo em O Método, Morin já pautava sua caminhada intelectual no sentido da crítica ao modelo clássico de conhecimento.

Resgatemos aqui o contexto dos anos 50 e 60, anos que seguem à saída de Morin do PC. Esses anos são marcantes em termos de reconhecimento e questionamento à crítica da instrumentalização científica, da ascensão, da hegemonia e da legitimidade das ciências e da subordinação da natureza ao homem. Associava-se a tal questionamento a crítica a limitação de direitos civis numa organização de sociedade consumista. Nessas duas décadas que seguem o final da II Guerra, ocorre uma intensificação do ativismo público antitiindustrialista (MCCORMICK, 1992. p. 77). Tal ativismo assumia a forma do movimento *hippie* e do movimento ambientalista, importantes manifestações da contracultura e do *antiestablishment* nos Estados Unidos. O movimento estudantil na Europa efervescia em 1968, ano também da realização da Conferência da Biosfera em Paris, na qual especialistas discutiram o impacto humano na biosfera (MCCORMICK, 1992. p.97-98). Nesse contexto, em que se vai pavimentando o caminho para a Conferência de Estocolmo em 1972, Morin, Cornelius Castoriadis e Claude Lefort escrevem “Mai 68: la Brèche”, um questionamento ao hedonismo e ao individualismo dos movimentos estudantis dos anos 60 e um reconhecimento à revolução cultural, geracional e criativa, marcada pela defesa de direitos políticos, civis e culturais (MORIN, et al. 1988).

Em abril de 1968, em Milão, Morin também se fazia presente em um colóquio internacional de bioética: “Scienza e Etica nelle centralita dell’uomo”, onde demonstrou as dificuldades que se apresentavam frente aos conflitos inesperados colocados pelo próprio desenvolvimento da ci-

ência que ignorava a “ecologia da ação”, resguardando-se no imperativo do conhecimento pelo conhecimento, cega a diversos outros imperativos. Disse ele então, questionando as soluções proporcionadas pela ciência, pela razão e pelo humanismo: “Acho que só podemos respeitar verdadeiramente a vida humana se respeitarmos, ao máximo a vida em geral, mesmo sabendo tudo o que comporta de crueldade e de barbárie uma vida humana em relação ao mundo vivo”. Finaliza seu argumento acerca das dificuldades em se apresentar uma moral e uma ética absolutas, centradas apenas nos interesses humanos, alertando que:

“... não estamos na época da solução, não é uma época messiânica, é a época de São João Batista, ou seja, daquele que vem anunciar e preparar a mensagem. Nós não temos a mensagem. O que podemos fazer é levantar os problemas, é formular as contradições, é propor a moral provisória.” (MORIN, 2003 p. 132-133).

O Ponto de vista acima ratificava a abertura do conferencista para outros campos do saber, o que o levou a mergulhar no desafio de fazer dialogar as perspectivas filosófica, antropológica e sociológica com as perspectivas físico-química e biológica que se contrapunham ao *modus operandi* de um pensamento que separa a natureza da cultura, o sujeito do objeto, a mente do corpo, a razão da emoção, a ciência da ética.

Mas, o que a trajetória desse filósofo, antropólogo e sociólogo acusado de “glorificar o acaso” (PETRAGLIA, 1995), ao mesmo tempo considerado um intelectual cuja obra tem lhe auferido reconhecimento suficiente para integrá-lo no conjunto dos pensadores mais discutidos e ouvidos do século XX⁴, propõe em termos de solidariedade, objeto deste artigo?

Já nos anos 40, como militante comunista que enxergava o stalinismo através da idéia hegeliana das “astúcias da razão”, concebia-o “*como um estágio certamente bárbaro, mas inevitável e necessário para salvar a humanidade da barbárie*” (MORIN, 2000. p. 192). Naquele momento, admirava a maestria de Marx em combinar a dialética da história humana

4 Costuma-se colocar Edgar Morin ao lado de nomes como Bachelard, Husserl, Bertrand Russel, Habermas, Michel Foucault, Noam Chomsky, Humberto Eco. Deste último, segundo Petraglia (1995), recebeu homenagem pela *consciência e lucidez* em se dedicar aos estudos da vida na perspectiva da diversidade e da complexidade. Isso aconteceu no encerramento de um curso ministrado por Eco, em 1993, no Collège de France.

com a convicção no aperfeiçoamento da humanidade via saltos revolucionários, o que Morin interpretou como princípio “da grande religião de salvação terrestre” da qual estava seguidor. No entanto, como relata em “Meus Demônios”(2000), revelava assim, em seu diário (1942-43), sua intimidade com a incerteza e o irracionalizável:

“Marxistamente, o esforço de toda vida humana é atingir o essencial. O essencial não é mais o absoluto da idéia hegeliana, mas as relações de amor entre os homens. O amor livre é o essencial da vida. E também o livre conhecimento. Livrar-se do inessencial, isto é o essencial para o homem” (MORIN, 2000. p.193).

Tal perspectiva sobre o amor traduz uma religião do autor com a humanidade e a sociedade moderna - órfãs de certezas - ao romper com o PC no final dos anos 40. Esse momento na existência de Morin significou passar “... da ligação profunda da salvação coletiva à ligação profunda da perdição comum” (MORIN, 2000. p. 251). Podendo isso estar relacionado com a condição de órfão que o acompanhou desde cedo, predispondo-o espiritualmente à ligação fraterna com os irmãos e irmãs da humanidade, e a olhar as coisas com uma consciência da humanidade universal e abstrata.

A inspiração nas idéias de Blaise Pascal sobre fê, dúvida e razão serão decisivas na sistematização da visão complexa de Morin. Para ele, assim como Hegel e Marx foram pensadores inspiradores em sua juventude, Pascal é o pensador inspirador em sua maturidade. A perspectiva da complexidade, comportando complementar e antagonicamente a dúvida, a fê, o misticismo e a racionalidade, veio através das leituras em Blaise Pascal⁵ (2000. p. 264).

Morin contextualiza a obra de Pascal - “Pensamentos” - num conflito cultural na Europa entre Reforma e Contra-Reforma, como esforço bem sucedido de construir um diálogo “fecundo e complementar entre a fê, a dúvida, a religião e a razão” (1998. p. 62-63). O propósito de “Pensamentos” foi considerado por Morin como enfrentamento pessoal de uma an-

⁵ Blaise Pascal (1623-1662), nascido na França, é um nome reconhecido na filosofia, matemática e física. Inventou a calculadora mecânica, estabeleceu os princípios da hidráulica e, com Pierre de Fermat, elaborou a Teoria da Probabilidade. Tornou-se um místico católico, mas opôs-se à opulência da Igreja e ao racionalismo dos jesuítas ao defender o ascetismo e as idéias agostinianas da *predestinação incondicional e da graça fundamentada na vontade de Deus* (Cf. Rohmann, 2000: 305-06).

gústia sócio-histórica que tomava o espírito de Pascal, posta por um combate excludente, que remonta ao Renascimento, entre fé e dúvida, entre religião e razão. A encruzilhada enfrentada por Pascal entre o niilismo e o jansenismo⁶ é considerada por Morin como transcendência, experimentada por alguém que compreendeu “... a relatividade de toda verdade no tempo e no espaço e, pioneiro da ciência moderna, é um adepto rigoroso da racionalidade, mas que, cristão fervoroso, experimentou a iluminação da cruz.” (MORIN, 1998. p. 62).

A partir dessa iluminação da cruz, ou do entrelaçamento das quatro polaridades, Morin vai organizar sua perspectiva complexa que tomará como máxima a seguinte idéia de Pascal:

“Todas as coisas sendo causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas e todas se entrelaçando umas às outras, por um laço natural e insensível que liga as mais distantes e as mais diferentes, acho impossível conhecer as partes sem conhecer o todo; também acho impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”

(MORIN, 2002. p. 3).

Iluminando toda a reflexão e proposta de Morin, a perspectiva de Pascal pode então ser considerada o eixo em torno do qual orbita a compreensão da solidariedade universal, apoiada também na física e na biologia, a partir dos anos de 1970.

Para demonstrar a necessidade de refutação ao domínio do modelo de conhecimento simplificador e disjuntivo, Morin nos remete aos movimentos que o influenciaram a partir dos anos 60, nos campos da física e da biologia, como decisivos passos em direção à complexidade enquanto abordagem. Naquele momento já havia se passado um século desde que Ernst Haeckel, segundo Jean-Paul Deléage (1991), utilizara pela primeira vez o termo *oekologie* para designar a ciência das relações entre os organismos e as suas condições de vida, entre as dimensões física e biológica.

6 Movimento baseado nas idéias do Bispo holandês Cornélio Jansênio (1585-1638) que buscava, com base em Santo Agostinho, a conciliação entre a Reforma e a doutrina católica. Os jansenistas, em oposição à monarquia absoluta, num contexto político instável na França, atuavam em duas correntes. Uma defendia a ascese completa e a outra admitia a militância religiosa (Cf. www.mundodosfilosofos.com.br/pascal.htm. Acesso em 19/08/2004).

Nos anos 60 do século XX, pode-se afirmar que, de certo modo, os movimentos de agrupamento em alguns campos científicos já não eram novidade. A novidade daquela época foi que a ecologia científica, iniciada formalmente com Haeckel, estava em meio ao debate marcado pelo temor do desaparecimento das condições de vida na Terra, resultante da instrumentalização da ciência pelos interesses econômicos e políticos. Este debate, aliás, teve início a partir das primeiras experiências com a bomba atômica nos anos 40. Ainda segundo Deléage (1991), historiador da Ecologia, com a capacidade de destruição atômica “testada”, o cenário do suicídio coletivo imaginado por Francis Bacon se fazia realidade. Não se tratavam mais de ameaças locais ou a grupos específicos de pessoas; a questão passava à dimensão de ameaça à sobrevivência da humanidade no comando da “nave Terra”, imagem creditada aos estudos em geofísica do final dos anos 50, época também em que os primeiros satélites foram postos em órbita.

Do Pós-Guerra em diante, especificamente nos anos 60, vivia-se um período identificado como “Revolução Ambientalista” (MCCORMICK, 1992). Para essa “fogueira”, a “lenha” veio na forma de contribuições, como é o caso do trabalho da americana Rachel Carson intitulado “*Silent Spring*” (1962). Do ponto de vista dessa bióloga e ecologista, o envenenamento químico do solo e da água seria muito mais ameaçador à vida na Terra do que a própria bomba atômica, ou seja, o impacto das atividades humanas, em especial a agricultura moderna, no meio ambiente estava no coração de um debate para o qual convergiam outras contribuições, como a do biólogo americano Paul Erlich, com sua polêmica tese da “bomba populacional”, acusada de neomalthusianismo (MCCORMICK, 1992). O catastrofismo e, ao mesmo tempo, a preocupação solidária com o destino humano, estavam presentes nessa dinâmica chamada de Revolução Ambiental. Nesse movimento as ciências naturais tiveram destaque.

Ilustrando aqui o contexto dos anos 60 com os fatos mencionados, quero chamar a atenção para influências que certamente ajudam a entender a preocupação de Morin em se dedicar aos estudos da física e da biologia a partir daquele período. E, como já visto neste texto, é justamente para a pátria dos biólogos, a mesma de Carson e Erlich, que ele dirigirse-á para vivenciar uma espécie de retiro espiritual-científico submetido ao desejo de compreender a experiência humana, entendida a partir de

então como *megamáquina antropossocial*, idéia apresentada em 1974, no livro “O Método 1 - a natureza da natureza”.

A idéia da megamáquina é de que os homens são uma organização física, biológica, antropológica e social. Todas essas faces são indissociavelmente, complementares, antagônicas e concorrentes e compõem uma teia de relações maquinais, a qual é parte de uma família de máquinas que tem o Sol e a Terra como parentes. Entendermo-nos como máquinas não significa para Morin uma desvalorização do homem, uma diluição da importância dessa realidade. Bem ao contrário disso, o que Morin quer sublinhar é justamente a complexidade de uma realidade que se pensa, se representa e, desse modo, convém ao “... *observador/conceituador [...] refletir sobre si mesmo e imaginar que será necessário, cedo ou tarde, visar um circuito epistemológico, do sol à sociedade da qual ele faz parte, e que o atravessará e o despedaçará*” (MORIN, 2003. p. 225). Trata-se de entender as nossas origens na grande máquina viva, no complexo solar, que por sua vez pertence à *physis organizadora*. Para Morin, compreender que somos máquinas significa nos vermos e nos sentirmos reintegrados na família máquina, na qual a Terra e o Sol, os ventos e os rios são nossos parentes. Estamos assim, tudo e todos, originalmente ligados (MORIN, 2003. p. 344).

Evidencia-se, desse modo, a compreensão de filiação e fraternidade entre todas as coisas - o Sol, a Vida, a Sociedade e a Cultura são fios que tecem uma só realidade. Tal idéia não está apenas presente no exercício epistemológico empreendido por Edgar Morin, um autor que reconhece na sua reflexão a influência do pensamento de Blaise Pascal - leitor atento de Santo Agostinho que, por sua vez, não ignorou a vida de São Francisco (1181/82-1226), testemunho de prática e de crença na fraternidade e solidariedade universais. De acordo com Boff (1981), Pascal entendeu o “cuidado” e a “ternura” como o espírito de fineza (*pathos*) contraposto ao espírito frio da geometria (*logos*).

No contexto feudal marcado pela hierarquia incontestável, Francisco abdicou do conforto e do prestígio dos nobres, segmento social do qual fez parte, e chamou a todos de irmãos, celebrando, assim, o afeto, a convivialidade, a tolerância, o amor incondicional e a ternura absoluta para com todas as coisas do mundo.

No “Cântico do Irmão Sol”, atribuído a São Francisco, percebe-se a compaixão por tudo, inclusive o trágico. Isto se dá porque nessa perspec-

tiva o trágico, a morte, a dor, assim como a vida e o prazer são compreendidos em ligação. Assim, admito uma correspondência interessante entre as idéias daquele que radicalizou na humildade, reconhecendo tudo como parte da grande família de Deus (Cf. Boff, 1981), e a idéia de complexidade na contribuição de Edgar Morin.

Vejamos o Cântico:

*“Altíssimo, todo poderoso e bom Senhor,
em teu louvor, glória, honra e toda benção
a ti só essas coisas ó Tu Altíssimo
E nenhum homem é digno de nomeá-lo.*

*Louvido sejas, Senhor, com
todas as tuas criaturas
especialmente meu Senhor Irmão Sol
através do qual nos dás o dia, a luz
ele é belo, irradiando um grande esplendor
e de ti, Altíssimo ele nos oferece o símbolo.*

*Louvido sejas tu meu Senhor
pela irmã Lua e pelas Estrelas,
no céu tua as formaste claras, preciosas e belas.
Louvido sejas tu meu Senhor,
pelo irmão Vento,
e pelo ar e pelas nuvens
pelo azul calmo e por todos os tipos de tempo,
graças a ele tu manténs com vida todas as criaturas.
Louvido sejas tu meu Senhor,
pela irmã Água,
que é tão útil e tão sábia
preciosa e casta.
Louvido sejas tu meu Senhor,
pelo irmão Fogo
através do qual iluminas a noite,
ele é belo e alegre,
indomável e forte.*

*Louvado sejas tu meu Senhor,
pela irmã nossa mãe a Terra
que nos carrega e nos alimenta,
que produz a diversidade dos frutos
com as flores matizadas e as ervas.
Louvado sejas tu meu Senhor
por aqueles que perdoam por amor a ti,
que suportam provações e doenças,
felizes se conservam a paz,
porque por ti, Altíssimo, eles serão coroados.
Louvado sejas tu meu Senhor,
Por nossa irmã a Morte corporal,
porque nenhum homem dela pode escapar
infelicidade para aqueles que morrem em pecado mortal,
Felizes aqueles que estiverem fazendo tua vontade quando ela
os surpreender
Porque a segunda morte não poderá prejudica-los.
Louvai e bendizei ao Senhor,
dai-lhe graças e servidão
com toda humildade”.*
(Apud LE GOFF, 2001. pp. 115-117)

A reverência e o respeito por todas as coisas, por serem irmãs, filhas do mesmo pai, colocam os homens numa horizontalidade perante o que está fora deles, imputando-lhes apenas o direito de conviver com o que lhes é exterior. Para essa obrigação, chama a atenção Leonardo Boff (1981) quando compreende, nas palavras do fundador da ordem da qual fez parte, uma mensagem que não se esgota numa louvação religiosa *strictu-sensu*. Para esse autor, franciscano convicto, comprometido com a necessidade de libertação dos seres explorados, humanos e não-humanos, enredados numa lógica social excludente, Francisco, já no final de sua curta existência de pouco mais de quarenta anos, estava apreensivo quanto ao destino do movimento cristão por ele criado. Frente ao controle da Igreja, afirma Boff,

“... as coisas para Francisco apareciam como um invólucro de um discurso mais profundo. O louvor cósmico revelava a consciente lin-

guagem simbólica de um itinerário interior, de um desvelamento da profundidade da alma; esta se apresentava como uma poética da reconciliação do homem com sua arqueologia, do abrir-se à totalidade de uma existência na luz do ser.”

(BOFF, 1981. p.)

A referência direta à terra, à água, ao fogo e ao ar, revela, de acordo com Boff, essa consciência plena de íntima relação cósmica de filiação, fraternidade e solidariedade entre toda a existência.

Francisco, no século XIII, radicalizava o cristianismo derramando a fraternidade e a solidariedade para além dos seres humanos, resgatando a união mística vivenciada pelos homens antes da hegemonia do pensamento lógico. No ocidente, a sua passagem não ocorreu sem deixar marcas. De acordo com o historiador Jacques Le Goff (2001), São Francisco, primeiro santo moderno da Igreja Católica que abandonou a vida abastada para dedicar-se a Deus e à natureza, revolucionou o clero e influenciou na maneira de pensar de outros setores da sociedade. Já nos anos 30 do século XX, a essa revolução também se referiu Chesterton (2003), outro estudioso da vida de São Francisco, dando conta de grande quantidade de leis criadas na Idade Média contra a crueldade e o orgulho.

Porém, a influência da percepção e práticas difundidas por São Francisco não se limitou aos tempos medievais; ela continuou, e corresponde no presente a idéias que orientam certos movimentos intelectuais. Em especial, aqueles movimentos que fazem face a uma crise generalizada marcada por uma insatisfação que parece a todos e a tudo atingir. De acordo com Boff (2003), também defensor de um novo *ethos* para superação de uma crise que considera global, a perspectiva de São Francisco deveria ser a base de um agir humano capaz de controlar a irracionalidade de uma modernidade que se fundamenta num conhecimento instrumental, científico e técnico, base da dominação política e econômica da classe burguesa (BOFF, 1981. p. 19-20).

Por todo o século XX surgiram contribuições evocadoras do diálogo, da ação solidária para com a miséria que atinge a tantos seres humanos, da importância da reconciliação do homem com o cosmos, inspiradas, ou não, diretamente no exemplo de São Francisco. Tais contribuições podem também ser identificadas tanto nos movimentos pela igualdade civil e por

justiça social, quanto nos movimentos voltados para a proteção ambiental. Para essas contribuições convergem as proposições do pensamento complexo que considera a família humana e sua *Terra-Pátria* como dimensões da grande família cósmica, cuja origem e fim continuam incógnitos. Reconhecer tal idéia é, no entendimento de Morin (2003), a melhor maneira possível dos seres humanos se religarem e assim se conduzirem com sabedoria à *perdição*. Nessas condições, do ponto de vista pessoal, a salvação frente a essa perdição passaria, então, pela consciência de um destino trágico comum a todos, exigindo de cada um o amor e a fraternidade. Do ponto de vista coletivo, a salvação passa pela prevenção contra o desaparecimento prematuro da humanidade sobre a Terra, a qual precisa ser entendida ainda como “*nosso porto de salvação*”.

Nesse sentido, o amor e a fraternidade, assim como o cuidado com a Terra são princípios éticos para o enfrentamento dos problemas atuais, resgatando claramente a solidariedade como elemento fundamental de laços sociais que se encontram fragilizados.

Sem negar ao conhecimento científico possibilidades de resposta, de acordo com Morin e nesse contexto de fragilização dos laços sociais, à Sociologia resta abordar, simultaneamente, a realidade humana em suas dimensões antropossocial, biológica e imaginária. São Francisco, negando o *logos*, enalteceu e praticou o amor extremado por tudo que existe, como forma de encarnar a essência divina. Edgar Morin submete o *logos* ao exercício e à aceitação constante da dúvida e da incerteza, escolhendo a fraternidade e a solidariedade como caminho, e não como método. Ambas as posições mencionadas estão em sintonia e se diferenciam apenas na medida em que tiveram contextos históricos próprios de surgimento.

Porquanto, tais posições confluem imiscuindo-se no teor do manifesto assinado por associações científicas, governos e organizações da sociedade civil comprometidas com as questões sociais, divulgado por ocasião da ECO-92. Trata-se, portanto, da Carta da Terra, cuja versão mais atual foi ratificada na UNESCO, em Paris, em março de 2000. Neste documento defende-se que é cada vez mais urgente buscar soluções para o agravamento das condições da vida sobre a Terra.

De acordo com um dos participantes da elaboração da Carta, Leonardo Boff, a categoria mais importante é a *inter-retro-relação de tudo com tudo*. Isso quer dizer que o ponto de partida para as soluções é a compre-

ensão de um destino comum a Terra e a Humanidade. Tal compreensão sintetiza *“perspectivas desenvolvidas pelas ciências da terra, pela nova cosmologia, pela física quântica, pela biologia contemporânea e os pontos mais seguros do paradigma holístico da ecologia”* (BOFF, 2003. p. 72).

A *inter-retro-relação* é cheia e transbordante da intuição apaixonada e cuidadosa que o poeta Francisco apresentou no Cântico do Irmão Sol. Nisso podemos identificar traços comuns aos esforços de “religação” manifestados pelos homens em variados tempos e locais. O que isso pode significar? A aproximação entre a visão de São Francisco e a perspectiva complexa poderia ser explicada pela circularidade de idéias e/ou manifestações de um referencial inconsciente universal que insiste em se apresentar demonstrando a impossibilidade de abordar o ser humano ou quaisquer realidades em fragmentos? Sendo assim, como não nos permitirmos pensar de modo complexo, reconhecendo as incertezas do conhecimento científico, reconhecendo a nossa ignorância?

De acordo com Morin (2005), o pensamento complexo, o raciocínio que demanda o conhecimento do conhecimento associado ao conhecimento do humano em sua autonomia e dependência, conduz necessariamente à ética da solidariedade e da responsabilidade de todos para com todos. Apostemos!

Referências

ASSIS, São Francisco de. (2000) Escritos e Biografias. 9. ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, (Seleção e Organização Frei Ildefonso Silveira, ofm).

BOFF, Leonardo. (2003) Ethos Mundial – um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Sextante.

BOFF, Leonardo.(1981) São Francisco de Assis: ternura e vigor. 9. ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.

CHESTERTON, G. K. (2003) São Tomás de Aquino e São Francisco de Assis. Rio de Janeiro: Ediouro.

DELÉAGE, Jean-Paul. (1991) Une Histoire de l'Écologie. Paris: Éditions La Découverte.

LE GOFF, Jacques. (2001) São Francisco de Assis. Rio de Janeiro: Record.

MCCORMICK, John. (1992) Rumo ao Paraíso – a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-dumará.

MORIN, E. LEFORT, C. CASTORIADIS, C. (1988) Mai-968: La Brèche suivi de vingt ans après. Bruxelles: Complexe.

MORIN, Edgar. (2000) Meus Demônios. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MORIN, Edgar. (2002) O Método 2 – A vida da Vida. 2. ed. Porto alegre: Editora Sulina.

MORIN, Edgar. (2003) Ciência com Consciência. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MORIN, Edgar. (2003) O Método 1 – A Natureza da Natureza. 2. ed. Porto alegre: Editora Sulina.

MORIN, Edgar. (2005) O Método 6 – Ética. Porto Alegre: Editora Sulina.

MORIN, Edgar. “*A propos de la complexité*”. Conferencia proferida em 14/01/2002. disponível em: www.cnrs.fr/sgcn/conseil/exposes/Morin.pdf

MORIN, Edgar. L’homme et l’univers, du biologique ao cosmique. In:

Entretien avec Edgar Morin, Philo Recherche – FAC. Disponível em: : www.philagora.net/philo-fac/edgar-morin/um-vivant.htm.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. (1995) Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber. 8. ed. Petrópolis: Vozes.

ROHMANN, Chris. (2000) O Livro das Idéias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus.

www.cnrs.fr/sgcn/conseil/exposes/Morin.pdf. Acesso em 17/03/2004.

www.fboms.org.br/gtnovo/cartadaterra.pdf. Acesso em 18/04/2005.

www.mundodosfilosofos.com.br/pascal.htm. Acesso em 19/08/2004.

www.philagora.net/philo-fac/edgar-morin/um-vivant.htm. Acesso em 13/03/2004.

PROBLEMÁTICAS
DA ÁFRICA
OCIDENTAL

UMA TENTATIVA DE FOMENTO INDUSTRIAL NA ANGOLA SETECENTISTA: A “FÁBRICA DO FERRO” DE NOVA OEIRAS (1766-1772)

Ana Madalena Trigo de Sousa*

Pág. 291 a 308

Introdução

Quando os europeus começaram a frequentar a costa ocidental africana, a sul do Equador, a partir do início do século XVI, rapidamente se aperceberam do dinamismo das sociedades locais que se dedicavam a várias actividades económicas, e eram possuidoras de uma estrutura sócio-política bem definida.

Os grupos Mbundo, população cuja língua é o kiMbundu, ocupavam as regiões banhadas pelo rio Kwanza (rio que atravessa a região norte do actual território angolano) e, desde tempos antigos, exploravam uma variedade de safras, principalmente milho-miúdo, arroz, sorgo, inhames e óleo de palma. Essas comunidades agrícolas dedicavam-se, igualmente, à caça e à pesca e, em zonas onde não havia mosca tsé-tsé, à criação de algum gado. Em simultâneo, os membros dessas comunidades ocupavam-se noutras actividades, em concreto, a exploração de salinas, trabalhos em metal (ferro e cobre) e tecelagem. O sal, o ferro e o cobre animavam um comércio de longa distância, desenvolvido muito antes da chegada dos europeus. Além do sal e dos metais, outros bens como os panos de rafia e palma, as conchas e missangas eram usados para transacções comerciais, como adornos pessoais, marcas de estatuto social ou emblemas de poder, desempenhando um papel preponderante na sua vida económica e social (Cf. BIRMINGHAM, 1970, pp. 163-173, BIRMINGHAM, 1981, p. 15; DIAS, 1992, p. 136; HEINTZE, 1984, pp. 11-59). A maior parte dos Mbundu estava integrada em grupos corporativos parentais ou linhagens cujo chefe exercia um controlo sobre a terra onde habitavam e sobre os seus descendentes. Este tipo de controle era justificado e legitimado pela

* Centro de Estudos de História do Atlântico-Funchal.

terminologia do parentesco, expressão de laços sociais e políticos, tanto no interior dos grupos ou linhagens, como entre si, mesmo quando não existia uma relação de consanguinidade (DIAS, 1992, p. 142; MILLER, 1988, pp. 10-29). Tal como em outras sociedades do continente africano, entre os Mbundu, as pessoas eram consideradas um recurso de grande valor e o poder do chefe de uma linhagem traduzia-se no número de dependentes que conseguisse agregar à sua volta. Quanto maior o seu séquito, maior a sua força política e também o seu poder económico dado que era a transacção dos direitos que exercia sobre os seus filhos e dependentes que lhe proporcionava o acesso a outros bens, com os quais poderia adquirir um maior número de dependentes junto de outras linhagens (MILLER, 1988 p. 40-70; KOPYTOFF e MIERS, 1977, pp. 3-81). Os Mbundu encontram-se no espaço que constituía, em meados do século XVIII, a área de influência portuguesa situada entre os rios Dande, a norte, e Kwanza, a sul, conhecida na corte de Lisboa como “*o reino de Angola e suas conquistas*”. Ocupava as regiões do extinto reino do Ndongo, um estado independente e relativamente poderoso até meados do século XVII, altura em que fora derrotado pelos portugueses com o auxílio dos povos Imbangala, encontrando-se dividido em sobados, comunidades rurais cujos chefes ou sobas descendiam da aristocracia do extinto reino do Ndongo (DIAS, 1992, p. 121; MILLER, 1972, pp. 549-574; MILLER, 1988, p. 34).

As origens do reino do Ndongo são pouco conhecidas, embora a investigação realizada nos últimos anos indique que o poder político e espiritual do Ngola residia no controlo de dois bens essenciais ao funcionamento da economia das populações da região: os depósitos de ferro junto do rio Lukala e as rotas do sal da Kisama (DIAS, 1989, pp. 281-298).

A importância da produção de ferro na vida quotidiana das comunidades que habitavam na região do rio Lukala (entre as actuais províncias de Cuanza Norte e Malanje) vinha, certamente, desde há muito tempo. O ferro era utilizado para fazer utensílios para a agricultura, pesca e caça e, também, para armas de guerra. A extracção deste minério bem como o forjamento de instrumentos de natureza variada, constituiriam técnicas altamente especializadas. Logo, não será de estranhar que o trabalho do ferreiro estivesse relacionado com poderes mágicos e, por vezes, com a própria realeza (DIAS, 1992, p. 144). Esta noção é-nos transmitida pelo governador Sousa Coutinho, ciente de que a extracção e fundição do ferro

em regiões do antigo reino do Ndongo era uma prática muito antiga entre as suas populações: *“sempre os negros trabalharão o ferro em muitos lugares do mesmo reino em que o ha (...) e tem tal propensão estes povos para aquele trabalho que muitos fundidores e ferreiros concervão nas suas Libatas ou Povoaçoes, tem em grande veneração o seu primeiro rey porque foi ferreiro”* (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 45).

Portanto, estamos perante dois mundos diferentes: de um lado, a extracção e fundição do ferro como algo profundamente enraizado no quotidiano das comunidades da região do Lukala, do outro lado, um governador que entendia poder fazer das jazidas de ferro uma importante fonte de receita para a fazenda real portuguesa. Como é que se deu o confronto entre essas duas realidades?

Para dar resposta a esta questão, dividimos o texto em duas partes. Na primeira, vemos como se deu o estabelecimento e o funcionamento da pequena “fábrica”, baptizada com o nome de “Nova Oeiras”, numa evidente homenagem ao Conde de Oeiras, personalidade pela qual Sousa Coutinho nutria uma grande admiração. Na segunda parte, vemos como é que os africanos, os ferreiros e fundidores, foram integrados nesta estrutura e com que resultados. Por último, apresentamos algumas considerações sobre o fracasso desta iniciativa, que se revelaria deslocada e sem fundamento, denotando apenas o irrealismo deste governador perante algo que nunca chegou a compreender.

Estabelecimento e funcionamento da fábrica do ferro de Nova Oeiras (1766-1772)

Na perspectiva portuguesa, a exploração dos recursos minerais de Angola, entre eles o ferro, era uma ideia que remontava ao século XVII, encontrando-se presente no regimento do governador Aires de Saldanha de Meneses, de 12 de Fevereiro de 1676 (AHU, Angola, Cód. 544, fl.1-28v^o). Mas seria no século seguinte que, durante o consulado de D. Francisco de Sousa Coutinho, a exploração das jazidas de ferro da região da Lukala, por parte dos portugueses, seria uma realidade. Em que termos?

Em Dezembro de 1765, Sousa Coutinho dava notícias das primeiras diligências que fizera no sentido de averiguar a existência de jazidas de

minério de ferro no interior do território angolano, mais concretamente na região entre os rios Kwanza e Bengo. Constatando que o ferro era ali produzido e usado pelas populações africanas na fabrico de instrumentos de lavoura e bélicos, Sousa Coutinho enviara alguns ferreiros para o informarem acerca da quantidade e qualidade do minério de ferro existente assim como das condições do local, tendo em vista uma extracção mais sistemática desse minério, orientada a favor do governo de Luanda (AHU, Angola, Cx. 49, doc. 71; BNL, Reservados, Cód. 8742, fl.114v^o-115).

Os resultados desta averiguação teriam sido, na óptica de Sousa Coutinho, bastante satisfatórios: *“a facilidade da extracção nam pode ser mayor (...) nos mesmos sitios ha muitas lenhas e he bastantemente povoado ficando situado entre o Quanza e o Zenza (sic), por onde comodissimamente pode ser navegado”* (AHU, Angola, Cx. 49, doc. 71). Surgiu, assim, a ideia de criar “uma pequena fábrica” com a finalidade de prover de ferro os armazéns reais de Angola e Brasil.

Obtida a aprovação régia logo em Julho de 1766, (AHU, Angola, Cód. 408, fl. 107v^o-110v^o) deu-se a primeira fundição de ferro, sob ordem do governador, e posterior encaminhamento para Luanda. Nesta altura, entre Julho e Setembro, fala-se no envio para Luanda de 30 quintais por mês (AHU, Angola, Cx. 50, docs. 28 e 44). Em Dezembro desse ano estabelecia-se a *Real Fábrica do Ferro*, no território das jazidas de ferro entre o rio Lukala e um seu afluente, o Luina, que Sousa Coutinho baptizou com o nome de Nova Oeiras, *“um grande estabelecimento fundado no mais belo e fertil terreno desta região”*, isto na perspectiva optimista do governador (AHU, Angola, Cx. 50, doc. 64). Consequentemente, é lícita a nossa interrogação: em que consistiu, na prática, a “fábrica” do ferro de Nova Oeiras?

Em primeiro lugar, verificou-se que, associado à exploração das jazidas de ferro esteve o estabelecimento de uma povoação, Nova Oeiras, estabelecimento esse que estaria em perfeita sintonia com os objectivos colonizadores de Sousa Coutinho.

Criada a povoação, em Janeiro de 1767, tornou-se essencial atrair povoadores. Tentando resolver este aspecto, determinava o governador Sousa Coutinho ao capitão-mor do presidio de Massangano que fixasse em Nova Oeiras: *“dez soldados cazados e com filhos e alguns mais pobres moradores dese distrito, que voluntariamente se persuadão deste estabelecimento em que se lhe devem dar terras para cultivar e todo o*

auxílio para formar as suas comodidades” (BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 129vº-130 vº). Além dos povoadores de Massangano estava ainda prevista a vinda de soldados e respectivas famílias dos presídios de Muxima, Cambambe e Mbaka, concretamente 10 soldados de cada presídio (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73).

Escolhido o local para o estabelecimento da povoação e determinada a vinda de povoadores assim como de áreas de cultivo para o sustento dos mesmos, era necessário construir os edificios considerados essenciais ao funcionamento da povoação: igreja, feitoria, tesouraria, casas de residência dos mestres ferreiros a contratar na Europa, armazéns e casas para fundição do ferro (AHU, Angola, Cx. 53, doc. 43). Além das minas, a “fábrica” incorporou os matos em redor para obtenção de lenha, necessária à fundição do minério de ferro, e reunia um conjunto de infra-estruturas que compreendia um açude para aproveitar a energia fornecida pelas águas do Lukala e do Luina, fornalhas e fornos de cal, tijolo e telha para fundição do ferro (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 68; *Ib.*, Cx. 53, doc. 21).

A ausência de mestres ferreiros capazes de produzir ferro de acordo com os métodos europeus, considerados mais eficazes e produtivos, constituiu o principal problema que afectou o empreendimento durante o ano de 1767. Em Julho desse ano, Sousa Coutinho refere que tinha contratado três mestres ferreiros da Baía; contudo, devido a uma estadia em Benguela contraíram febres que os vitimaram em poucos dias, não tendo chegado a Nova Oeiras (AHU, Angola, Cx. 51, doc. 39). Só em Abril de 1768 é que seriam contratados os quatro mestres biscainhos, cuja trágica permanência em Nova Oeiras se encontra bem documentada.

Jozeph Manoel de Echavarria, Francisco Xavier de Zuloaga, Francisco de Echanique e Jozeph de Erretolaza, mestres ferreiros oriundos das regiões da Biscaia e Navarra, estabeleceram, em 30 de Abril de 1768, as suas condições de aceitação do cargo na fábrica de Nova Oeiras: comprometiam-se a trabalhar por um período de 3 anos, contados a partir da sua chegada ao local; prometiam “*edificar o laboratorio e a fabrica*”, além de arranjar os instrumentos necessários aos trabalhos de fundição do ferro; comprometiam-se a ensinar a sua arte aos ferreiros africanos; o salário de cada um ficava estabelecido em 2\$400 réis por dia; as despesas da viagem de ida e volta ficavam a cargo da coroa (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 15).

Os mestres biscainhos desembarcaram em Luanda em Outubro de

1768, tendo chegado a Nova Oeiras no dia 14 de Novembro (AHU, Angola, Cx. 52, docs. 38 e 44). As suas impressões sobre o local revelar-se-iam favoráveis: *“foram ver o rio Luinha e lhe nam acharão dificuldade algua de vir agua para os assudes e se occuparão em ver fundir os pretos e de tarde fuy com elles acima do rio dito e marcarão a passagem para se entrar ja a limpar para se encanar a agua em distancia desta fabrica (...) Viram a pedra de ferro e o carvão e disceram que hua e outra couza estava boa; e acentamos com elles armarem hua fundição e trabalharem com os folles grandes para os negros verem a quantidade que rende”* (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 38).

O método de fundição do ferro utilizado pelos mestres biscainhos seria diferente e menos produtivo daquele que era usado na Alemanha e na França dado que usava fornos de pequena dimensão ao contrário do que se passava no norte da Europa onde, naquela época, a fundição do ferro era feita em fornos de maior dimensão e com auxílio do “cadinho” ou “ouvrage” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 44).

Segundo Sousa Coutinho, apesar de não ser possível introduzir o método de fundição francês ou alemão, ter conseguido pôr a trabalhar em Nova Oeiras quatro mestres, segundo o método da Biscaia, era já um feito considerável, sendo o aspecto mais importante o da sua divulgação, junto dos ferreiros africanos, habituados a produzir reduzidas quantidades de ferro, com o auxílio de pequenos foles de pele de cabra (Ib.).

Poucos dias após a sua chegada a Nova Oeiras, dois dos mestres biscainhos adoeciam, mas sem gravidade, segundo o relatório do intendente de Nova Oeiras que mencionava, também, ter sido a região afectada por chuvas intensas que estavam a dificultar os trabalhos da “fábrica” e a causar danos à recém-criada povoação cujas casas eram feitas de barro (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 47).

Demonstrando, sem dúvida, falta de conhecimento da realidade que se vivia em Nova Oeiras, Sousa Coutinho revelava-se bastante optimista em relação à sua iniciativa e, num officio enviado para o Secretário de Estado dos Negócios e Domínios Ultramarinos, mostrava a sua satisfação pela chegada dos mestres a Nova Oeiras: *“espero que dentro de trez ou quatro mezes trabalhe a fabrica e estejam os negros ensinados a servir se de folez grandes e a fundir como os mestres (...) Hê bem natural e bem de esperar que quando esta carta chegar a mao de V. Ex^a esteja a fabrica*

de todo estabelecida” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 68). O importante seria, num futuro próximo, produzir o ferro em fornos de dimensões maiores e assim fornecer material para artilharia e munições. Sousa Coutinho chegou a afirmar que a sua iniciativa foi construída sobre “fundamentos sólidos”, sublinhando o seu “valor”: “*se persuadirá V. Ex^a de que introduzi e segurei no erario regio hu inexaurivel tezoiro, que adiantado e animado em todos os tempos dara hua extraordinaria força à monarchia*” (Ib.).

Todavia, o desenrolar dos acontecimentos demonstraria, precisamente, o contrário.

Entre Dezembro de 1768 e Janeiro de 1769 morriam os mestres ferreiros biscainhos, vitimados pelo escorbuto e por um clima que se revelava mortífero aos europeus (AHU, Angola, Cx. 53, docs 8 e 11).

Os mestres biscainhos não chegaram sequer a construir o forno de fundição do ferro, continuando a produção a ser feita de acordo com as técnicas dos africanos. Simultaneamente, continuavam as obras de construção de um edifício, a futura “fábrica” e de um açude, estando Nova Oeiras desprovida da presença de ferreiros europeus, cuja vinda persistia Sousa Coutinho em solicitar junto da corte (AHU, Angola, Cx. 53, doc. 21). No entanto, a construção da povoação de Nova Oeiras ficou concluída por volta de Julho de 1769 e, sempre com o objectivo de superar o problema da ausência de artífices europeus no local, propunha o governador que fossem degredados para Angola todos os presos das relações de Lisboa, Porto, Rio de Janeiro e Baía que tivessem o ofício de serralheiro, pedreiro ou carpinteiro (AHU, Angola, Cx. 53, doc. 43; ARQUIVOS DE ANGOLA, 1953, pp. 131-133). Se as obras da fábrica ficaram concluídas em Setembro de 1770, continuavam a faltar os mestres e operários especializados (BNL, Reservados, Cód. 8744, fl. 32v^o-33). Esse problema seria, contudo, superado em Outubro desse ano, através do envio de um conjunto de oficiais mecânicos, oriundos de Portugal e de Castela. Foram 30 homens enviados para Nova Oeiras, com os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro. Na sua maioria estavam na condição de degredados, havendo alguns “*voluntarios, porem obrigados*” como consta no documento (AHU, Angola, Cx. 54, doc. 101). Parece evidente que nenhum destes homens iria de ânimo leve para Angola, para uma empresa não só desconhecida como supostamente arriscada. É de salientar as palavras que constam do final desta *relação de oficiais mechanicos destacados para Angola* que, com

crueza, descreviam as dificuldades que aqueles homens iriam enfrentar: “*por que precisamente hão de adoecer quazi todos e morrer alguns he necessario que haja quantidade que possa suprir*” (Ib.).

O que foi, de facto, produzido em Nova Oeiras? O Quadro I fornece, com clareza, uma relação do ferro produzido em Nova Oeiras e remetido para Lisboa.

Quadro 1. Ferro produzido em Nova Oeiras e remetido para Lisboa

Data	Quantidade	Fonte
2.1.1767	95 quintais, 2 arrobas	AHU, Angola, Caixa 51, documento 1
16.2.1767	32 quintais	Ib., documento 8
17.3.1767	55 quintais	Ib., documento 16
30.7.1767	156 quintais, 2 arrobas	Ib., documento 39
12.3.1768	163 quintais, 3 arrobas	Id., Caixa 52, documento 73

O quadro I permite-nos tirar um conjunto de conclusões sobre a “fábrica do ferro” de Nova Oeiras. Em primeiro lugar, vemos que só houve produção nos anos de 1767-68, ou seja, sem estar a “fábrica” edificada, o que só aconteceu, como já referimos em 1770. A última remessa de ferro ocorreu em Março de 1768, não revelando a documentação posterior a existência de remessas para Lisboa, após essa data. Em 1768, chegavam os mestres biscainhos, cuja trágica e curta estadia defraudara as expectativas de Sousa Coutinho de ver a “fábrica” tornar-se um “grande centro” de produção de ferro. A partir desse ano, a “fábrica” não produziu, revelando-se uma realidade bastante problemática para o governo de Luanda, devido à ausência de ferreiros europeus e de materiais necessários à fundição de acordo com as técnicas europeias (nomeadamente as pedras para o “cadinho” que só existiam em Portugal). Esta situação foi um facto até ao final da permanência de Sousa Coutinho em Angola. Um segundo aspecto, igualmente importante, é que todo o ferro produzido e enviado para Lisboa foi da responsabilidade dos ferreiros africanos a trabalhar em Nova Oeiras. A “fábrica do ferro” de Sousa Coutinho acabou por estimular a produção tradicional e artesanal de ferro na região; a dita fábrica nunca chegou a trabalhar como era previsto visto que os mestres biscainhos morreram

logo após a sua chegada e os mestres portugueses estiveram inactivos devido à falta de materiais que supostamente iriam acelerar a fundição do metal, de acordo com as técnicas usadas em França naquela época.

A despesa de construção e funcionamento da “fábrica” do ferro de Nova Oeiras, entre os anos de 1766 e 1772, representou para a fazenda real do reino de Angola a quantia de 71.350\$931, uma quantia, sem qualquer dúvida, bastante avultada para a época (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28).

Pensamos que o próprio Sousa Coutinho teria acabado por reconhecer essa realidade. Em 1767, altura em que as perspectivas face à empresa de Nova Oeiras se afiguravam optimistas, Sousa Coutinho afirmava que a fábrica do ferro só podia e devia estar na posse da coroa (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73). Contudo, já em 1770, depois dos problemas relacionados com a vinda dos mestres biscainhos e dos sucessivos atrasos nas obras de construção da fábrica, Sousa Coutinho levantava a hipótese do seu arrendamento a um particular (ARQUIVOS DE ANGOLA, 1953, pp. 139-142). Uma mudança de perspectiva justificável pelo facto de não ter o projecto decorrido como Sousa Coutinho idealizara. O sucessor de Sousa Coutinho não se mostraria benévolo em relação ao fracasso da experiência de Nova Oeiras. Para D. António de Lencastre, a fábrica do ferro era “*hua total qui-mera (...) não se vendo mais que leza a real fazenda em hua enormissima despesa e sacrificado o não pequeno numero de vidas nestes infrutuozos descobrimentos (...) tomei a rezolução de mandar suspender todo o trabalho que ainda continuava no material daquela fábrica*” (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28). Ficamos ainda com a informação, através de um relatório elaborado por um funcionário da fábrica que, entre os anos de 1766 e 1772, teriam falecido em Nova Oeiras, devido à malignidade do clima, 77 europeus, e que entre os trabalhadores africanos as baixas teriam sido superiores, falando em “*centos delles*” afirmando que não houvera tempo para assentar o número “*daquelles miseraveis*” (Ib.).

A empresa foi, portanto, abandonada. As últimas notícias da fábrica do ferro de Nova Oeiras, no século XVIII, datam de 1797 e mencionam um local de difícil acesso cuja obra fora condenada ao esquecimento. E, concluía o seu autor, com grande precisão, o porquê deste desfecho: “*Ha hu obstaculo insuperavel para a continuação desta obra. A malignidade do clima he superior a quanto posso dizer*” (REGO, 1974, pp. 395-96).

O trabalho africano em Nova Oeiras

O recurso à mão-de-obra africana por parte dos portugueses era uma prática que remontava ao período do estabelecimento do governo geral de Angola, ou seja, ao início do século XVII, constituindo um direito de conquista exercido pelos portugueses sobre populações derrotadas militarmente.

A prestação de trabalho por parte das populações africanas compreendia duas realidades distintas: por um lado, a prestação de serviços em Luanda, por outro, a prestação de serviços nos presídios do interior (AHU, Angola, Cx. 55, doc. 6). Os serviços na capital compreendiam trabalhos de construção e reparação de edifícios públicos e demais habitações, além do transporte de produtos agrícolas e outros bens dos arredores para Luanda. Tratavam-se de serviços remunerados com exceção dos trabalhadores Mixiluandas (povo habitante da ilha de Luanda), cujo serviço na capital era uma pena imposta pelo poder português devido ao auxílio prestado aos holandeses durante a sua permanência em Luanda de 1641 a 1648 (Ib.). Numa portaria do governador Sousa Coutinho, de 7 de Dezembro de 1770, promulgada com a finalidade de regularizar as prestações de trabalho indígena na capital e nos presídios, era estipulado o salário a ser pago aos trabalhadores de Luanda. Assim, determinava-se, para os africanos que servissem no mar, fossem Mixiluandas ou marinheiros forros, o salário de 100 réis por dia além de uma quantidade de farinha, peixe e azeite de palma necessária ao seu sustento diário; para os que servissem nas conduções do Dande e Kwanza, o pagamento de 40 réis por dia e um exequê de farinha por mês (Ib.).

Relativamente aos presídios, o serviço feito pelos negros foi sempre de graça e incluía as seguintes tarefas: construção e reparação das fortalezas e casas adjacentes, condução de artilharia e munições em tempo de guerra, fazer o serviço postal levando cartas e missivas de Luanda para os potentados da região. Eram serviços não remunerados e foram-se tornando um hábito no seguimento da conquista e subordinação do reino do Ndongo, constando dos autos de undamento dos sobas com o estatuto de obrigação destes em relação ao rei de Portugal (Ib.).

Portanto, para o poder colonial o recurso ao trabalho indígena era considerado um direito de conquista, prova do estatuto de subordinação

das populações africanas em relação à coroa portuguesa e, quando remunerado, era apenas com o estritamente necessário à subsistência dos trabalhadores. Dentro desta perspectiva, a utilização da mão-de-obra africana em Nova Oeiras foi algo perfeitamente comum, inserindo-se numa tradição que remontava ao século XVII.

Conforme foi referido, a extracção e fundição do ferro na vasta região entre os rios Kwanza e Bengo, era uma prática muito antiga entre as suas populações como aliás constatava Sousa Coutinho, em citação anterior, não deixando de fazer transparecer o seu espanto perante algo que denotava o desenvolvimento dos africanos: “*vemos com dor, que neste centro da barbaridade e da ignorancia nos excederão em conhecimentos os mesmos barbaros pois sem meios e sem industria repararão as suas necessidades e aproveitarão os beneficios do ceo nas prodigiosas minas deste precioso e entre todos o mais preciso metal*” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73).

Ao mandar estabelecer a fábrica do ferro em Nova Oeiras, Sousa Coutinho procurou dotá-la de suficiente e competente mão-de-obra aproveitando a tradição e a experiência africanas no trabalho do ferro. Tornava-se necessário, por conseguinte, organizar e regularizar essa mesma mão-de-obra, um processo que não se revelou muito difícil mediante o recurso ao costume da prestação de serviços, junto dos presídios, por parte dos sobas, canalizando-o para uma nova realidade criada pelo governo de Luanda – a fábrica do ferro de Nova Oeiras.

O primeiro passo seria proceder à averiguação, junto dos sobados mais próximos das jazidas de ferro de Nova Oeiras, da existência de ferreiros e fundidores e encaminhá-los para a fábrica. Sousa Coutinho procurou resolver este aspecto escrevendo aos capitães-mores do Golungo, Muxima, Mbaka e Cambambe, ordenando que procedessem ao levantamento do número de ferreiros e fundidores existentes nos sobados das suas jurisdições e remetê-los para Nova Oeiras. Todos os ferreiros e fundidores, identificados como tal, deviam ser remetidos para a fábrica do ferro e, dizia o governador ao capitão-mor de Mbaka “*quanto possível for por sua livre vontade (...) uzando Vossa mercê da força so em ultimo lugar e quando vir que a persuasão não obra nada*” (BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 128v^o-129; fl. 114v^o-115).

Além de ferreiros e fundidores, que deviam ser em menor número, foi reunido em Nova Oeiras um conjunto de homens que trabalhavam na

construção da povoação, na construção da estrutura da fábrica – fornos de fundição, açude -, no desbravamento da mina, na abertura de caminhos e na condução do ferro para Luanda (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28). A documentação, por volta de 1770, refere o número de 300 homens a trabalhar em Nova Oeiras (BNL, Reservados, Cód. 8743, fl. 182vº-184).

O Quadro II dá-nos uma informação sobre o número de homens que estavam afectos ao serviço da fábrica, assim como do local de onde vinham, designadamente o sobado de origem.

Quadro 2. Trabalhadores em Nova Oeiras

Soba	Jurisdição	Nº de trabalhadores fornecidos
Bango Aquitamba	Golungo	60
Bumba Andala	Golungo	30
Caboco Cambilo	Cambambe	40
Cabuto Candalla	Golungo	?
Cariata	Golungo	20
Gonguembo	Golungo	40
Gungue a Quibengue	Golungo	?
Itombe a Candongo	Massangano	?
Mucengue Anzenza	Golungo	40
Muta o Camba	Golungo	10
Ngola Anguimbo	Golungo	40
Ngola Quiato	Massangano	?
Quilombo Quia Catubia	Golungo	30
Quingue aquibengue	Massangano	?
Quissala qui acaboco	Massangano	?
Zambi aqueta	Massangano	?
Zumba aquizundo	Massangano	?

Fonte: AHU, Angola, Cx. 55, doc. 6; Id., lb., Caixa 57, documento 28; BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 14vº e 16º

Trabalhavam em Nova Oeiras cerca de 310 homens, de acordo com os elementos fornecidos pelo Quadro II, sendo a sua maioria proveniente de Massangano e do Golungo, que eram as regiões mais próximas da fábrica. Vemos, também, que cada sobado tinha uma quota fixa de trabalhadores a fornecer mensalmente ao responsável pela fábrica que, por seu turno, devia zelar para que esse processo decorresse de forma pacata e sem violência, o que nem sempre aconteceu (BNL, Reservados, Cód. 8744, fl. 4-6).

O trabalho da mão-de-obra africana presente em Nova Oeiras era um trabalho remunerado, tal como acontecia na capital, tendo sido necessário regular o jornal a ser pago a estes homens de forma a que, na perspectiva da coroa: “*nam falem a esses miseraveis ignorantes os meynos de tirarem do seu trabalho com que possão viver e de sustentarem as suas familias (...) e que pela outra parte nam cresçam os jornaes ao excesso de que rezulte nam fazer conta o genero, assim para o serviço de Sua Magestade como para o comercio geral do reyno*” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 15).

Da parte dos sobas foi apresentada uma proposta ao governador Sousa Coutinho, em 20 de Julho de 1767, na qual afirmavam que aceitariam fornecer os seus “filhos” (isto é, súbditos) de graça em troca da isenção do pagamento do dízimo (BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 169-170). Em Abril de 1768, o rei deferia este pedido dos sobas, ordenando ao governador que tivesse em consideração dois aspectos: por um lado, devia demarcar, com rigor, o território isento do pagamento do dízimo de forma a não haver qualquer tipo de confusão sobre esta matéria; por outro, devia ter o cuidado de deixar, nos sobados, trabalhadores em número suficiente para o cultivo das terras e conseqüente sustento daqueles que estivessem destacados em Nova Oeiras (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 15).

Mas era essencial para o governo de Luanda resolver a questão do jornal da mão-de-obra empregue em Nova Oeiras. Por deliberação da Junta da Fazenda Real do Reino de Angola, presidida pelo governador Sousa Coutinho, ficou acordado que aos trabalhadores provenientes dos territórios isentos do pagamento do dízimo pagar-se-ia, por dia, a quantia de 60 réis em fazendas, sal e mantimentos; aos trabalhadores provenientes dos territórios não isentos do pagamento de dízimo pagar-se-ia um jornal de 80 réis em fazendas, sal e mantimentos; para aqueles que trabalhassem em “*forja e com exercicio tão violento do fogo que exceda o comum*” seria pago um adicional de 10 réis por dia (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 44).

Entendia Sousa Coutinho que, para se obter uma boa produção de ferro, era essencial que os negros fossem bem tratados, conforme referia na instrução para o intendente, quando a fábrica fora estabelecida no início de 1767, tendo este tipo de aviso sido comum por parte do governador junto do intendente (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73; BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 148-149 vº; fl. 182-182 vº). Contudo, na prática, os maus tratos infligidos aos trabalhadores de Nova Oeiras teriam sido uma constante,

apesar das recomendações do governador. Escrevendo ao intendente da fábrica, Sousa Coutinho afirmava que “*os negros do trabalho se queichão das pancadas que lhe dão e que por isto dezertram, Vm evite semelhante tirania*” (BN, Reservados, Cód. 8743, fl. 189 vº). Obviamente que muitos trabalhadores, nada satisfeitos com a situação que lhes era imposta, fugiam, preferindo voltar para o seu soba ou errar pelo sertão. Essas deserções teriam sido em grande número.

Sousa Coutinho, face a uma queixa de um soba que afirmava que os seus “filhos” tinham sido vítimas de “*muitos castigos, insolencias, prisões e roubos*” em Nova Oeiras, ordenou ao intendente que devolvesse esses homens ao seu soba, reconhecendo, com esta ordem, que algo não ia bem na fábrica do ferro (ARQUIVOS DE ANGOLA, 1937, p. 413).

Apesar de a documentação não fornecer elementos abundantes sobre esta matéria, podemos afirmar, com alguma certeza, que a regulamentação do trabalho indígena em Nova Oeiras, através do processo de imposição, junto dos sobados, do fornecimento de um número de trabalhadores por mês, não teria dado bons resultados.

A tentativa de reorganização do esquema de utilização de mão-de-obra na fábrica de Nova Oeiras, por parte de Sousa Coutinho, em 1771, é um importante indicador desse facto. Assim, Sousa Coutinho avançava com uma proposta que assentava na ideia de mandar fixar em Nova Oeiras “*duzentos cazais de muleques de catorze e dezasseis anos cazados para que os machos aprendão e fação o serviço da fabrica e as femeas cultivem as terras de que se hão de alimentar (...) como tambem se bastara pagar hu dia de jornal de cada semana aos machos para se vestirem, porque desta maneira sera o serviço da fabrica muito mais cómodo e se nam necessitara chamar gentes pela força*” (ARQUIVOS DE ANGOLA, 1937, p. 323). Sousa Coutinho reconhecia, ainda que implicitamente, que o uso da força, em relação aos trabalhadores africanos, era uma realidade que não estaria a dar bons resultados. Esta proposta foi feita, formalmente, a Martinho de Melo e Castro em Fevereiro de 1772 (AHU, Angola, Cx. 56, doc. 14). Desconhecemos se houve alguma resposta da parte de Martinho de Melo e Castro.

A fábrica do ferro cessou a sua actividade sob ordem do governador D. António de Lencastre. Pura e simplesmente, não funcionou devido à falta de mestres e operários especializados vindos da Europa e devido à falta de

materiais necessários à fundição do ferro. A estes dois factores, que condicionaram directamente o insucesso da empresa de Nova Oeiras, temos de acrescentar um terceiro: a mobilização de mão-de-obra junto dos sobados mais próximos do local, mesmo com a concessão de isenção do pagamento do dízimo, revelou-se um fracasso, com muitas perdas humanas. Pois daqueles que não teriam conseguido fugir, muitos morreram no local, como testemunhava um dos responsáveis pela fábrica, em 1773: “*He bem constante que grande numero de pretos desertão ou desampararão as suas antigas povoações e que outros acabarão a vida lastimozamente nesta fabrica huns de molestias naturaes e outros de mil desastres como pizados de pedras ou intulhos, afogados nas passagens dos rios em tempo de cheyas e alguns apanhados do jacareo*” (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28). O trabalho era muito duro e perigoso, as condições ecológicas hostis, daí o “*entranhavel odio que os ditos pretos conceberam aos trabalhos desta fabrica (...) porque ja mais acudirão ao dito serviço sem os mandar buscar com violencia*” (Ib.). Sem dúvida, um balanço muito significativo dos perigos que levaram ao fracasso da empresa.

Considerações finais

Ao tentar retirar a Angola o estatuto de reservatório de mão-de-obra escrava para o Brasil, Sousa Coutinho estava a apostar numa hipotética diversificação da actividade económica do território. Foi isso que pretendeu ao implementar a “pequena fábrica” de Nova Oeiras, com a finalidade de fornecer a metrópole e o Brasil em ferro. Mas a experiência revelou-se um completo fracasso. São duas as principais razões deste fracasso. A primeira, foi de natureza estrutural. O meio ecológico africano, mortífero para os europeus, revelou-se o principal obstáculo desta iniciativa de Sousa Coutinho. O clima e as doenças a ele associadas impediram, até à descoberta de profilaxias e terapêuticas no século XIX, a presença europeia nas regiões do interior. Logo, ao fixar a povoação e fábrica naquela zona, Sousa Coutinho estava, praticamente, a condenar à morte os europeus que para lá mandasse.

A segunda razão está relacionada com a incapacidade de se encontrar um esquema eficaz de mobilização da mão-de-obra africana apesar de seu

enquadramento no âmbito das prestações do trabalho indígena, tradicionalmente exercidas junto do governo de Luanda. O factor humano foi determinante dos maus resultados da empresa visto que, face aos perigos que enfrentavam e aos maus tratos que sofriam, muitos homens morreram ou acabaram por fugir, voltando às suas terras ou para qualquer outro lugar em busca da protecção de um novo soba.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, (AHU), Angola, Caixas 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

AHU, Angola, Códices 408, 544

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Reservados, Códices 8742, 8743, 8744

Fontes Impressas

Arquivos de Angola, Luanda, Publicação oficial editada pela Repartição Central de Estatística Geral:

I Série: Volume III, nº 28, Novembro 1937; nº 30-33, Novembro 1937

II Série: Volume X, nº 39-42, Janeiro-Outubro 1953

Bibliografia

BIRMINGHAM, David (1970): “Early african trade in Angola and its hinterland” in *Pre-colonial African trade*, Londres, D.Birmingham e R.Gray (editores), pp. 163-173

BIRMINGHAM, David (1981): *Central Africa to 1870*, Cambridge, Cambridge University Press

DIAS, Jill (1989): “As primeiras penetrações portuguesas em África” in *Portugal no Mundo*, volume I, Lisboa, Alfa, pp. 281-298

Dias, Jill (1992): *África nas vésperas do Mundo Moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

HEINTZE, Beatrix (1984): “Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)” in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, I, Janeiro-Junho, pp. 11-59

KOPYTOFF, Igor e MIERS, Suzanne (1977): “African slavery as an institution of marginality” in *Slavery in Africa. Historical and anthropological perspectives*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 3-81

MILLER, Joseph (1972): "The Imbangala and the chronology of early central african history" in *The Journal of African History*, vol. 13, nº 4, pp. 549-574

MILLER, Joseph (1988): *Way of death. Merchant capitalism and the Angolan slave trade 1730-1830*, Madison, Wisconsin University Press

REGO, António da Silva (1974): "A Academia Portuguesa da História e o II centenário da fábrica do ferro de Nova Oeiras, Angola" in *Colectânea de Estudos em Honra do Prof.Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 387-398

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE LITERÁRIA NA COSTA DO MARFIM: PERCURSOS DE UMA ESCRITA INOVADORA NO UNIVERSO AFRICANO

Benvinda Lavrador*

Pág. 309 a 328

Introdução

O contexto histórico-cultural de emergência da literatura marfinense

A Costa do Marfim, país francófono da África ocidental¹, desprende-se do domínio colonial em 1960. Mas, à semelhança de outras nações africanas, o reconhecimento da autonomia política é posterior à formação de uma identidade literária nacional, já que a primeira obra, da autoria de Bernard Dadié², surge em 1933, seguida de uma produção sem precedentes. O despertar da consciência literária marfinense, em plena época colonial, constitui um momento importante na história de uma literatura que virá a ser marcada pela sociedade em que emerge e evolui. De facto, os primeiros escritores formados pelo sistema de ensino colonial veiculavam uma ideologia franco-africana que, segundo alguns autores, não era mais do que uma forma subtil de assimilar as culturas africanas à francesa levando o homem negro-africano a perder a sua identidade. Paul Désalmand, por exemplo, na obra *Histoire de l'éducation en Côte d'Ivoire*, transcreve o final do texto que regulamentava o funcionamento da Escola William Ponty³, no Senegal, o qual não deixa margem para dúvidas sobre o método utilizado pelo ensino colonial: «*Et cette méthode conduit tout naturellement à (...) l'imprégnation française des élèves, à leur conquête morale, à la création d'une culture qui soit vraiment franco-africaine*» (pp.

* Instituto Camões Universidade Cocody (Abidjan - Costa do Marfim)

1 A Costa do Marfim é limitada a norte pelo Mali e pelo Burkina Faso, a oeste pela Guiné-Conakry e pela Libéria e a este pelo Gana.

2 Trata-se de uma peça de teatro inédita de Bernard Dadié intitulada *Les villes*, que foi escrita em 1933 e representada, pela primeira vez, na Costa do Marfim, em 1934, por ocasião de uma festa na Escola Primária de Bingerville (cf. Amon d'Aby, 1951: 156, Vincileoni, 1986: 20).

3 A escola William Ponty, no Senegal, foi um importante centro de formação dos intelectuais de toda a África Ocidental.

250-251). Nicole Vincileoni, em *L'oeuvre de Bernard Dadié*, explica como eram elaborados os programas para as escolas coloniais: «*Pour éviter d'ailleurs que l'enseignement des indigènes ne devienne un instrument de perturbation sociale, on s'efforce de vider les programmes de tout ce qui n'est pas indispensable aux fins pratiques de la colonisation.*» (1986: 25).

Portanto, a conjuntura colonial com o seu respectivo sistema de ensino veiculador de uma cultura franco-africana que postulava a superioridade da civilização francesa como forma de corrigir a «selvajaria»⁴ africana, influenciou decisivamente os primeiros escritores marfinenses. Amon d'Aby, por exemplo, faz mesmo a apologia da colonização francesa descrevendo o estado da Costa do Marfim antes da chegada dos franceses nos seguintes termos: «*Avant l'arrivée des Français, le pays était morcelé en une infinité de principautés, où régnaient presque toujours l'anarchie, les guerres intestines et les sacrifices humains.*» (1951:14). Sempre na mesma perspectiva legitimadora da ordem colonial, o autor enaltece a acção «civilizadora» da França: «*(...) La France, comme toutes puissances coloniales, a reçu une mission au nom de la Civilisation. Elle doit apporter aux populations attardées le bien-être, le progrès matériel et moral. Consciente de son rôle de libératrice et d'éducatrice, elle veut se maintenir dans le pays pour y dispenser ses bienfaits*» (*idem*, p. 26). Assim, sem plena consciência da verdadeira destruição da cultura do homem negro-africano operada pela colonização, os primeiros escritores marfinenses lançam-se na escrita de obras de carácter essencialmente dramático visando mostrar os aspectos negativos da civilização africana, mas que revelam, no entanto, aspectos histórico-culturais e sociais importantes para o conhecimento deste continente longo tempo ignorado.

1. As obras influenciadas por uma ideologia franco-africana

Aos alunos da escola colonial se pedia que escrevessem textos para serem representados nas festas escolares, únicas manifestações culturais na época, sobre cenas do quotidiano, usos e costumes numa perspectiva

4 Os estudos realizados sobre as populações africanas a partir do século XVIII até princípios do século XX reflectem a noção de que o homem negro é inferior ao branco. Os africanos eram considerados como seres “selvagens”, “bárbaros”, “horribeis antropófagos” (Ramos, 1979:7), vistos como uma raça «sans passé, sans histoire, sans civilisation autre qu'archaïque et primitive.» (Kesteloot, 2001: 442).

destruidora da identidade africana, isto é, importava mostrar aquilo que a África tinha de selvagem e de bárbaro para que a cultura do homem branco-europeu se impusesse como superior porque era tida como melhor⁵. Desta forma, os primeiros autores marfinenses, formados na escola colonial e incitados pelos defensores da cultura franco-africana a mostrarem o que havia de negativo nas lendas e costumes autóctones, dedicaram-se à produção de uma literatura dramática de cariz histórico-social. Assim, Bernard Dadié, por exemplo, escreve *Assémien Déhyle, roi du Sanwi III*⁶ sobre a lenda da etnia baulé⁷ tratando o tema das guerras étnicas e incluindo referências aos ritos de iniciação. Redige também a peça *Situation difficile* sobre a inconstância e eventual infidelidade da mulher casada que tem o hábito de frequentar demasiado a casa paterna para fugir ao despotismo do marido e *Min Adjao-o* («C'est mon héritage»), que revela aspectos como as invejas e o ódio provocados pelo sistema de heranças nas culturas matriarcais, o parasitismo ocasionado pelo dever de hospitalidade e os custos excessivos dos funerais. Amon d' Aby participa na realização colectiva do drama *Les prétendants rivaux*⁸ que critica a cupidez que envolve os casamentos tradicionais por causa do dote recebido pelos pais da noiva. Este autor apresenta, também, os problemas de sucessão nas sociedades matriarcais na peça *Kwao Adjoba*; denuncia ainda o charlatanismo dos feiticeiros nas comunidades tradicionais bem como a inoperância das mezinhas locais noutros dramas: *La conversion des habitants de Yabi* e *Le Mando*, ambos compostos em 1938 (inéditos), *Wodjé, le Karamoko*, escrito em 1940 (inédito), *La couronne aux enchères* (1956) e *La sorcière* (1957). A ideologia franco-africana, instaurada pelo sistema colonial com o intuito de denegrir a identidade sócio-cultural do negro, influenciou Amon d'Aby

5 Paul Désalmand, 1983: 403, após a análise detalhada dos programas e dos manuais escolares, resume assim o papel da escola colonial: «Le rôle de l'école elle-même était manifeste. Il s'agissait de faire accepter la domination en enracinant dans les jeunes esprits l'idée que le Blanc était d'une essence supérieure.».

6 *Assémien Déhyle, roi du Sanwi III*, foi publicada, pela primeira vez, no Senegal, em 1936, incluída na colectânea «L'album officiel de la mission pontificale de Dakar» e, depois, em 1937 e 1965, respectivamente nas revistas *L'Éducation africaine* (número especial, pp. 29-40) e *L'Avant - Scène Théâtre* (nº 343, pp. 37-43).

7 O grupo étnico dos *baulés* (cerca de quatrocentos mil) é originário do bloco florestal da Costa do Marfim que fica abaixo do meridiano de Bouaké. Segundo a tradição, o nome desta etnia tem origem na lenda da heróica rainha Pokou, que, para salvar o seu povo oriundo do leste (actual Gana) perseguido pelo inimigo, sacrifica o filho lançando-o ao rio. «Baouli» significa «o bebé está morto».

8 *Les prétendants rivaux* é representada em Paris, no Teatro dos Campos Elísios, em 1937, e publicada, nesse mesmo ano, num número especial da revista *L'Éducation africaine*, pp.111-115 .

sobretudo na elaboração da peça *La couronne aux enchères* (1956), onde a morte do soberano Mian Aoussi, coroado de forma autocrática segundo os ritos tradicionais, postula o desaparecimento de um regime considerado anacrónico no contexto do ideário colonial. Para Richard Bonneau, esta obra «*n'est pas seulement la tragédie d'un homme, c'est celle d'un peuple, d'une civilisation condamnée à disparaître tout entière au profit de celle apportée par les occidentaux.*»⁹. Tratava-se, portanto, de despojar o homem negro-africano dos valores que fundam a sua identidade ancestral para os substituir pelos valores ocidentais, portadores de progresso e de felicidade. No mesmo sentido, Coffi Gadeau escreve o drama intitulado *Kondé Yao*, onde chega mesmo a elogiar a superioridade do colonizador na fala de Kondé Yao, patriarca da tribo dos *Gbomis*, candidato a acesor do tribunal indígena¹⁰: «(...) *les blancs sont les plus forts*» (p.133).

No entanto, os pioneiros desta jovem literatura, influenciados pelos mentores da Negritude¹¹, sobrevivem às vicissitudes coloniais passando a usar o discurso literário como forma de resistência. A prática discursiva torna-se um factor de coesão social, de reivindicação, de reconquista da autenticidade perdida. A literatura identifica e emancipa o homem negro-africano que, fazendo-se ouvir através de um discurso *sui generis*, dá a conhecer ao mundo a sua história, vivências e anseios.

2. A dramaturgia de contestação político-social

Ainda em plena época colonial, os escritores começam por denunciar situações de dominação conducentes à perda da identidade, sejam elas forjadas pelo colonizador europeu ou pelo presidente africano. De facto, em 1942, Coffi Gadeau denuncia o trabalho forçado a que eram sujeitos os colonizados através da peça *Les recrutés de monsieur Maurice*, cujo título foi al-

9 Richard Bonneau, «Aperçu du théâtre ivoirien d'expression française avant l'indépendance», in *Annales de l'Université d'Abidjan*, p. 76.

10 Segundo um decreto saído em 1924, o tribunal indígena passou a ter, pelo menos, um representante da população local (vide Amon d'Aby, 1951:71).

11 Os autores marfinenses foram, sem dúvida, influenciados pelas publicações dos mentores da Negritude nos anos 30 e 40 que, como se sabe, procurariam restaurar a identidade do homem negro através do discurso literário nomeadamente *La Revue du Monde Noir* (1931), *Légitime Défense* (1932), *Pigments* (1937), *Cahier d'un retour au pays natal* (1939), *Poètes d'expression française* (1947) e *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française* (1948).

terado para *Le chant du retour* em virtude da censura colonial¹². Mais tarde, em 1952, Keita Fodeba, dramaturgo de origem guineense, publica *Le maître d'école* em detrimento da escola colonial e *Minuit*¹³, texto em que critica veementemente as injustiças do regime. Nota-se já entre os dramaturgos o despertar de uma consciência político-militante que conduzirá, posteriormente, à contestação violenta do sistema colonial no plano literário. De facto, é no período pós-independência que se publicam as obras mais inovadoras e contestatárias da dramaturgia marfinense capazes de marcar uma ruptura temática e estética em relação às anteriores. De facto, a legitimação inicial da ordem colonial e a consequente descrição dos usos e costumes indígenas numa perspectiva franco-africana é definitivamente substituída pela crítica aberta ao colonialismo bem como aos novos dirigentes africanos. Bernard Dadié, por exemplo, publica *Monsieur Thôgo-gnini*¹⁴ (cujo título significa «aquele que busca um nome») onde descreve o processo de despersonalização sofrido pelo rei Thôgo-gnini ao servir de intermediário entre as populações da sua aldeia e um branco que ali aporta, em 1840, com intuítos comerciais. Thôgo-gnini, cego pela ambição, não olha a meios para atingir os fins explorando os seus compatriotas e, abdicando da sua cultura, procura imitar o europeu. Pela primeira vez, dá-se expressão teatral aos temas da exploração do povo indefeso, da alienação cultural e do materialismo. O próprio autor se refere à peça nestes termos: «*Monsieur Thôgo-gnini est une pièce qui pose le destin de l'homme dans tous les États, qu'ils soient révolutionnaires ou capitalistes. Il s'agit de savoir si, dans nos États, l'homme doit passer avant certaines choses, si les révolutions sont faites pour les hommes ou les hommes pour les révolutions, si l'homme est fait pour l'argent, si la justice est au service de l'homme ou si l'homme est au service de la justice.*»¹⁵. A crítica à despersonalização do negro-africano operada pelo sistema colonial surge também nas peças *Béatrice du Congo* e *Iles de tempête*, nas quais Bernard Dadié apresenta de novo o tema da alienação cultural das populações africa-

12 Peça escrita por Coffi Gadeau para o Teatro Indígena da Costa do marfim (T.I.C.I.), em 1942, censurada nesse mesmo ano (vide Amon d'Aby, 1951:160).

13 Em *Le maître d'école*, o autor critica a falta de preparação pedagógica de um professor e em *Minuit* relata a história dramática de um jovem guineense injustamente condenado à morte pelo assassinato de um chefe branco.

14 Esta peça, encenada por Georges Toussaint, foi representada não só em 28 cidades da Costa do Marfim, como também nos Camarões, no Congo-Brazaville, no Benin, no Togo, no Níger, no Burkina-Faso, no Senegal, no Zaire, na Argélia, em França e no Canadá.

15 Bernard Dadié, in «Fraternité Matin», n.º 1410, de 4 de Agosto de 1969, p. 1, Gnaoulé-Oupoh, 2000:146.

nas levada a cabo pelo colonizador uma vez que, na primeira obra, o rei do Zaire deixa-se dominar pelos europeus renunciando às suas crenças, abandonando as suas tradições e mudando de identidade (passa a chamar-se D. Carlos I); na segunda, o padre Toussaint Louverture, que sonha tornar-se francês, impõe a prática da religião católica no Haiti obrigando o povo a abdicar das suas crenças ancestrais.

Após a rejeição consciente e assumida do sistema colonial, a literatura dramática marfinense evolui no sentido da crítica à sociedade africana das independências. Por exemplo, Bernard Dadié critica a onipotência e tirania do rei Nahoubou I, símbolo dos dirigentes obcecados pelo poder em *Les voix dans le vent*; fustiga a corrupção que mina o sistema político-social africano em *Papadissi, maitre escroc*; Bernard (Bottey) Zadi Zaourou apresenta os monarcas déspotas como uma figura dos presidentes africanos em *Le secret des dieux* e *La termitière*; satiriza o materialismo e a arbitrariedade que imperam nas novas sociedades em *L'oeil*; Eugène Dervain publica *Termites* em que retrata a mediocridade que corrói o panorama social marfinense; Amadou Koné insurge-se contra as injustiças e os abusos de poder na peça *De la chaire au trône*.

3. A lírica revolucionária e filosófica

Desde cedo, Bernard Dadié, dramaturgo, romancista e poeta, expoente máximo da Negritude na Costa do Marfim, compõe poemas reveladores de uma aguda consciência identitária: as revistas *Genèse* e *Présence Africaine* dão a lume, entre 1945 e 1949, as primeiras composições poéticas desse autor intituladas *Le tam-tam des arènes*, *Réveil*, *Chéri*¹⁶, *Puissance*¹⁷, *Couronne à l'Afrique*¹⁸ (1948) e *Chanter l'Afrique*¹⁹ (1949). Militante do PDCI-RDA²⁰ de 1947 a 1953, preso durante cerca de um ano na sequência de manifestações hostis ao regime colonial, escreveu na prisão alguns

16 In *Genèse*, nº1, Abril de 1945, p. 31.

17b In *Présence Africaine*, nº 1, Outubro-Novembro de 1947, pp. 60-61.

18 *Idem*, nº5, 3º trimestre de 1948, pp. 241-243.

19 *Idem*, nº6, 1º trimestre de 1949, p. 126.

20 Na Costa do Marfim, Félix Houphouët Boigny, o primeiro presidente do país, criou o PDCI-RDA («Parti Démocratique de Côte d'Ivoire»), que ainda hoje é o partido maioritário, filial do RDA – («Rassemblement Démocratique Africain», movimento anti-colonialista que criou no Mali, em 1946, com ramificações em toda a África francófona).

poemas, compilados em 1950 na colectânea intitulada *Afrique debout*. Esta reúne uma poesia activista, de revolta e luta pela liberdade em que o poeta condena o colonialismo e exorta à mobilização nacional, como no caso dos poemas *Ma Côte d'Ivoire qui lutte*, *Nous saisissons les bellicistes au collet*, *Le temps des fous*, *Fidélité à l'Afrique*. Em 1956, Bernard Dadié publica outra compilação de poemas intitulada *La ronde des jours*, em que se orgulha da sua raça e exalta a pátria, como por exemplo no poema «*Je vous remercie mon Dieu, de m'avoir crée noir*». Neste período pré-independência outros poetas, no exílio, como Anoma Kanié, Michel Aka Bonny (pseudónimo de Michel Thew Adjé), Joseph Miezan Bognini, Barthélémy N'Guessan Kotchy e Denis Oussou-Essui, evidenciavam também preocupações de ordem político-social.

A nível da poesia pós-independentista destacam-se quatro grandes tendências: a optimista que exalta o país, a libertação nacional e os valores universais, representada, entre outros poetas, por Bernard Dadié, Jean Baptiste Tiemelé, Grégoire Koumassi Brou, Mamadou Diallo, Paul Ahizi e Bottey Zadi Zaurou; a pessimista, veiculada sobretudo por Maurice Koné (embora o poeta também tenha composto alguns poemas de exaltação patriótica²¹), Dieudonné Séraphin Porquet e Joseph N'Cho Anouma (que se mostra particularmente sensível à miséria social); a filosófica, cultivada essencialmente por Grobli Zirignon e Tanella Boni; e a de crítica político-social, tema que inspirou autores como Charles Nokan e Jean-Marie Adiaffi.

4. A reabilitação da identidade negro-africana através da narrativa

4.1. Do conto ao romance autobiográfico

Na literatura marfinense as primeiras criações em prosa romanesca são os contos e novelas de Bernard Dadié divulgados em jornais e revistas: os contos *Nénuphar, la reine des eaux* e *Araignée, mauvais père ou l'histoire d'Ékédéba l'égoïste*, são publicados em 1942, no jornal senegalês *Dakar Jeunes*²²; *La bataille des oiseaux et des animaux* sai em 1945, na revista *Genè-*

21 Vide alguns poemas de *L'argile du rêve*, como por exemplo «Pays noir» (p. 27), «Ode à la Côte d'Ivoire» (p. 56) e «Attouglan» (p. 39).

22 Respectivamente no nº49, de 10 de Dezembro de 1942, p. 4 e nº 50, de 17 de Dezembro

se²³; *L'aveu* é incluído no primeiro número da revista *Présence africaine*²⁴, em 1947. Neste último, o autor deixa transparecer a ideia de alienação cultural de que é vítima o homem negro-africano no contexto colonial fazendo o elogio da época pré-colonial e a denúncia da angústia do colonizado face à repressão policial e aos trabalhos forçados. As novelas *Mémoires d'une rue*²⁵, *Ablation*²⁶ e *Vive qui?*²⁷, surgidas em 1948, são, igualmente, marcadas por preocupações político-sociais uma vez que apresentam a reivindicação pelos indígenas do direito à liberdade e à dignidade.

A publicação das colectâneas de contos tradicionais *Légendes africaines*, em 1954, que inclui os anteriormente referidos, e *Le pagne noir*, em 1955 revelam, desde logo, a obstinação do autor em revalorizar o património cultural africano como forma de resistência ao esvaziamento cultural sofrido pelo africano durante a época colonial («*les contes sont pour nous des musées, des monuments, des plaques de rue, en somme nos seuls livres*», declara Bernard Dadié, em 1956²⁸). Além disso, alguns contos da primeira colectânea (como *La légende baulé* e *Le règne de l'araignée*) afiguram, ainda, um pendor reivindicativo ao exaltarem a coragem do povo que se sacrifica pela liberdade. Está, pois, já latente o espírito de combatividade que há-de levar à luta pelas independências políticas e que caracterizará a literatura romanesca. No entanto, o primeiro romance da literatura marfinense, *Climbié*, surgido em 1956, da autoria de Bernard Dadié, revela sobretudo um cariz autobiográfico, pois o protagonista (Climbié), imbuído dos ideais republicanos da metrópole, ao aderir ao sindicalismo como forma de luta contra a hegemonia colonial retrata o percurso dos líderes africanos da época.

A configuração de uma literatura romanesca de auto-representação reflecte a busca da identidade negro-africana, pois através de obras autobiográficas, o escritor, livre da opressão colonial, tem necessidade de libertar também a palavra expondo o seu trajecto de vida pessoal. Deste

de 1942, p. 3.

23 *Genèse* (Boletim da associação dos alunos da escola William Ponty), nº1, Abril de 1945, p. 29.

24 *Présence Africaine*, nº 1, Outubro-Novembro de 1947, pp.78-80.

25 *Idem*, nº 4, 2º trimestre de 1948, pp. 599-602.

26 *Ibidem*, pp. 603-606.

27 *Idem*, nº 5, 3º trimestre de 1948, pp. 813-817.

28 Veja-se a alocução proferida por Bernard Dadié no 1º Congresso de Escritores e Artistas Negros, realizado na Sorbonne, em 1956, e publicado em 1957 na revista *Présence Africaine*, número especial, XIV-XV, Junho-Setembro, pp. 165-174.

faz parte, muitas vezes, a realização de uma viagem, que, no seu percurso iniciático, constitui o portal da descoberta. Assim, a França, metrópole colonial e ponto de encontro dos intelectuais africanos desde os tempos do *Quartier Latin* (lugar de eclosão do movimento da Negritude), ascende à categoria de mito no imaginário literário marfinense atraindo os heróis dos romances: *Un nègre à Paris; Kocoumbo, l'étudiant noir; Violent était le vent; La souche calcinée; Les danseuses d'Impé-Éya; Aller retour; Sacrés dieux d'Afrique; Les saisons sèches; Traites; Courses* e *Un impossible amour*. O tema da viagem transfiguradora que permite a aquisição do conhecimento e da maturidade inspira, ainda, outras obras onde o destino das personagens é a América (*Patron de New York*), a Itália (*La ville où nul ne meurt*) ou até o interior do país (*Les dernières paroles de Koimé, Le jeune homme de Bouaké, Vers de nouveaux horizons* e *Le médiateur*).

No entanto, estes romances parcial ou totalmente autobiográficos têm a particularidade de revelar o espírito militante dos escritores que, através da crítica político-social, evidenciam já o forte pendor interventivo que caracteriza a literatura marfinense no percurso africano.

4.2. O romance de intervenção

A reabilitação da identidade negro-africana no concerto mundial passa, ainda, pela defesa de uma sociedade independente justa e fraternal. Assim, os escritores marfinenses fazem da escrita literária uma arma de combate contra a injustiça seja colonial ou pós-colonial. De facto, ainda em plena época colonial, no romance *Climbié* (1956), Bernard Dadié faz críticas veladas à escola dos missionários em que o protagonista estuda porque esta o pretende desenraizar, à administração de Dakar, onde trabalha como funcionário durante dez anos, bem como ao regime marfinense que o prende por actividades subversivas. Com o advento das independências políticas, as novas literaturas tornam-se eco dos problemas do homem negro-africano para quem a busca da sua verdadeira identidade se torna premente dada a conjuntura histórica que o rodeia: as lutas de libertação nacional acabam por desembocar num regime político de partido único em que o dirigente se transforma num ditador. As traições, mortes e vinganças organizadas pelo poder para abafar as oposições são os factores que vão criando a desigualdade, a injustiça e a miséria, que,

por sua vez, catapultam guerras fratricidas. Não admira, portanto, que a criação romanesca marfinense, fundamental para a construção de uma identidade literária, seja marcada especificamente pela sociedade que lhe dá origem. De facto, os acontecimentos histórico-sociais que abalaram a Costa do Marfim no primeiro decénio da sua independência reflectem-se nos universos romanescos, nomeadamente a crise política vivida no país que leva os escritores a denunciar as injustiças cometidas pelas autoridades e a contestar o regime do partido único, o PDCI-RDA, instaurado pelo primeiro presidente Félix Houphouët Boigny. De facto, até 1964, os homens fortes do regime organizam *complots* para incriminar certos políticos indesejáveis ao poder que são presos ou assassinados²⁹. Ora, esses mesmos *complots* servem de pretexto, por exemplo, à prisão e tortura dos protagonistas dos romances de Charles Nokan e de Ahmadou Kourouma, respectivamente *Violent était le vent* (1966) e *Les soleils des indépendances* (1968), os primeiros romances de intervenção manifestando preocupações político-sociais. O título desta última obra, *best-seller* da literatura africana³⁰, remete, desde logo, para o contexto histórico das independências que raiam como o sol (elemento metafórico) trazendo a esperança que depois se transforma em desilusão. O autor de *Violent était le vent*, Charles Nokan, assumindo desde logo uma perspectiva revolucionária no prefácio («*A tous ces maux [des peuples colonisés], il n'existe qu'un remède: la révolution*», p.7), afirma, no prólogo, que o escritor africano tem a responsabilidade de denunciar os males sociais e contribuir para a construção de uma nação livre e justa: «*Nous sèmerons les graines de la liberté / et de la justice*» (p.13). O herói do romance (Kossia), ilustra essa ideologia através das suas acções e discursos, pois, em França, onde estuda, toma consciência das injustiças que se passam em África e, de regresso ao seu país, torna-se sindicalista e mentor de um partido clandestino de oposição ao regime. Imbuído de ideais revolucionários, milita em favor da justiça social denunciando a miséria dos agricultores, a exploração dos pobres e o luxo excessivo dos líderes africanos.

29 Em 15 de Janeiro de 1963, foram presos Joachim Bony, Charles Donwi e Amadou Koné. Ernest Boka, presidente do supremo tribunal, teria sido assassinado em 1964 (*apud* Gnaoullé-Oupoh, 2000:300-301).

30 Traduzido, entre outras línguas, em Jugoslavo, Polonês e Inglês, a obra transformou-se num *best-seller* da literatura africana fazendo parte actualmente dos *curricula* em inúmeras universidades.

Assim, os primeiros romances de crítica político-social (*Violent était le vent* e *Les soleils des indépendances*) baseando-se nos factos históricos ocorridos no primeiro decénio após a independência do país revelam, sem dúvida, o desajustamento entre os ideais e a sua concretização característico do período pós-independentista em África. Posteriormente, outros romances se seguem na mesma linha ideológica revelando um notório pendor intervencionista: *Les saisons sèches* (1979), *Traites* (1980), *En attendant la liberté* (1982), *Courses* (1982), *Les petites rivières* (1983), *La révolte d'Affiba* (1985), *Mariama* (1986), *Silence, on développe* (1992) e *Le fils de-la-femme-mâle* (1993). Por conseguinte, motivados pela vivência de um clima político-social conturbado durante a vigência do partido único na Costa do Marfim (Felix Houphouët Boigny, que governa até 1993, reprime duramente as oposições³¹ vindo a aceitar o multipartismo apenas em 1990), os autores conferem às obras uma componente interventiva incitando os seus concidadãos a participarem activamente na construção da democracia como forma de granjearem um lugar no concerto das nações. Os escritores contribuem, assim, para a reabilitação da identidade africana defendendo a importância de ideais como a justiça, a igualdade e o progresso na reconstrução das novas sociedades e, ainda, recuperando o antiquíssimo património cultural e linguístico das suas comunidades.

4.3. O romance sociológico

A criação romanesca marfinense apresenta, sem dúvida, especificidades relacionadas com aspectos culturais que influenciam os escritores, porta-vozes de uma comunidade social e culturalmente identificável, pois na sociedade africana, o indivíduo faz parte, em primeiro lugar, de uma etnia, linhagem ou geração, elementos definidores da sua identidade. Por isso, os universos ficcionais põem em evidência algumas tradições comunitárias como o casamento forçado, a poligamia, a feitiçaria e a iniciação, embora por vezes com uma intenção crítica. Além disso, o romance sociológico na literatura marfinense dá relevo a problemas específicos da sociedade africa-

31 Apesar da relativa prosperidade inicial do país, os problemas sociais agudizaram-se e a contestação aumentou até culminar, em 1970, numa célebre manifestação da oposição, na cidade de Gagnoa, a qual foi duramente reprimida (trata-se do célebre massacre do povo *guébié*, sub-grupo da etnia *bété*, que inspirou livros como *L'affaire Kragbé Gnagbé*, de Dagbo Joseph Gadjil).

na longamente marginalizada. Assim, as consequências da conjuntura colonial são notórias em obras como *Les dernières paroles de Koimé*, *Le jeune homme de Bouaké*, *Vers de nouveaux horizons*, *Les danseuses d'Impé-Éya*, *Jusqu'au seuil de l'irréel*, *Les saisons sèches*, *La carte d'identité*, *Grelots d'or*, *Les Petites rivières* e *Monnè, outrages et défis*; o tema da desestabilização da sociedade tradicional provocada pela destituição dos chefes é analisado em textos como *Les soleils des indépendances*, *Les saisons sèches* e *Les petites rivières*; a questão da desintegração social motivada pelo êxodo rural está patente em *Les dernières paroles de Koimé* e *Les petites rivières*; o casamento imposto à mulher e suas consequências é examinado em *Une vie hypothéquée*, *Un impossible amour*, e *Les soleils des indépendances*; os problemas decorrentes do casamento misto entre africanos e europeus são abordados em *Aller et retour*, *Sacrés dieux d'Afrique* e *Le médiateur*; as dificuldades ligadas à poligamia e o drama da esterilidade feminina são assuntos tratados em *Masseni* e *Les soleils des indépendances*; a falta de direitos e a perda de todos os bens pela mulher viúva dão origem a romances como *Une vie hypothéquée* e *La révolte d'Affiba*; os perigos das feitiçarias são apresentados em *Traites*, *Jusqu'au seuil de l'irréel* e *Masseni*; a resistência ao progresso provocada pelas superstições é o tema de *Les fils de Kouretcha*; o conflito de gerações inspirou *Mariama*, *Traites* e *Courses*.

Outros aspectos sócio-culturais surgem, ainda, nos textos literários como a gastronomia³², a indumentária³³ e costumes típicos das etnias na tentativa de preservação da identidade cultural africana. Por exemplo, em *Climbié*, alude-se a costumes das sociedades *agni*³⁴ nomeadamente em relação a funerais e adereços. Em *La carte d'identité*, põe-se em evidência a importância da semana sagrada no calendário da etnia *agni*; certas práticas animistas como a invocação da natureza e dos antepassados estão presentes ao longo da narrativa. Em *Les soleils des indépendances*,

32 São abundantes as referências a certos alimentos e pratos africanos como: «igname» (tubérculo semelhante à mandioca), «gombo» (quiabo), «aubergine» (beringela), «tô» (pasta feita à base de farinha de sorgo), «atiéké» (sêmola de mandioca), «fonio» (legume), «torès» (vinho de palma), «plakali» (pasta à base de farinha de mandioca), «foutou de banane plantain pilée» (purê de banana), «sauce de graines de palme» (molho de grãos de palma).

33 São frequentes os termos «boubou» (túnica africana semelhante a um vestido usado tanto por homens como por mulheres), «djampa» (gravata), «pagne» (tecido tipicamente africano usado para fazer todo o tipo de vestuário).

34 A etnia *agni* é originária do este da Costa do Marfim, numa zona denominada Indénie, cuja capital administrativa é Abengourou, e faz parte do grupo *akan*, localizado massivamente no sudeste da Costa do Marfim, que, por sua vez, engloba várias etnias.

são notórias determinadas características da vida social da etnia *malinké*³⁵ tais como o modo de realização dos funerais, a intervenção do *griot*, as crenças e práticas islâmicas, a «arbre à palabre»³⁶. Em *Courses e Traites*, há referências à tradição africana de respeito pelos mais velhos, à hospitalidade e festividades praticadas entre os *Malinkés*. Nas obras de Tidiane Dem, *Masséni* e *Mariama* (Mariama é filha de Masséni), descrevem-se feitiçarias, ritos funerários, danças e um casamento tradicional típicos da comunidade *malinké*. Em *Le fils de-la-femme-mâle*, as crenças e práticas dos *Akans*³⁷ também se imiscuem fortemente no universo romanesco: pratica-se a caça, executam-se ritos funerários, venera-se o chefe da aldeia e consulta-se o conselho de anciãos que toma decisões, resolve conflitos e aplica a justiça. Em *Silence, on développe*, são notórias as influências do misticismo característico das sociedades animistas.

Tendo em conta que ao serem dispersos, partilhados e colonizados, os povos africanos foram sujeitos a um processo de aculturação e consequentemente despojados da sua identidade sócio-cultural, a literatura torna-se uma das formas de fazer conhecer ao mundo o quotidiano tradicional de sociedades parcialmente desmoronadas na voragem de outras culturas.

4.4. A transgressão do cânone linguístico-literário ocidental

Alguns autores assumem uma postura de transgressão dos cânones linguístico-literários ocidentais convocando para o romance aforismos, lendas, fábulas, mitos e canções tradicionais (o que origina, frequentemente, o hibridismo genérico) na tentativa de fazer ouvir ao mundo a voz da sua identidade ancestral. Em *Les naufragés de l'intelligence*, romance de Jean-Marie Adiaffi, publicado em 2000, o autor chega mesmo a criar um novo estilo literário, denominado *N'zassa*³⁸, inaugurando um tipo

35 Os povos da etnia *mandinga* ou *malinké* habitavam o império do Mali, conhecido desde o século XI, viviam em clãs e dedicavam-se ao comércio. Originários do Alto Níger, pertencem ao grupo linguístico *Mandé*, tal como os *Dioula* e os *Bambara*.

36 A «arbre à palabre» é uma espécie de conclave comunitário para resolver conflitos que, nas aldeias, se realizava debaixo de uma árvore.

37 Os *Akans* constituem um grupo étnico-linguístico que reagrupa várias tribos (entre as quais a etnia *agn*) estabelecidas desde o século XII na costa da Guiné, mais propriamente na antiga Costa do Ouro.

38 *N'zassa* é o nome de um tecido africano feito com pedaços de outros tecidos («pagne caméleon qui a toutes les couleurs»); que o editor aplica ao estilo desse romance tendo em conta

de escrita torrencial que mistura poesia épica e ensaio. Todavia, esta tendência para o hibridismo de géneros herdada da literatura oral começou a manifestar-se desde cedo entre os escritores marfinenses, pois em *Climbié* (1956), o primeiro romance publicado, já Bernard Dadié introduzia timidamente excertos de canções. Em 1966, Charles Nokan reconhecia no prefácio ao romance *Violent était le vent* que neste subverteu intencionalmente o cânone romanesco ocidental associando enunciados narrativos e poéticos tal como nos textos orais da etnia *baulé* sempre acompanhados de música e danças: «*Les pages suivantes obéissent à l'esthétique baoulée. Chez nous, la danse satisfait à la fois l'ouïe et la vue grâce à son pouvoir de faire apparaître les beaux masques, de répandre les chants. / J'ai tenté ici de mêler la poésie à la prose, à la musique pour ressusciter les voix des tam-tams*» (pp. 8-9). De facto, na obra o autor introduz canções, poemas e mesmo quadros dramáticos correspondendo a momentos da vida do protagonista ou reflexões deste. Recentemente, em *Le fils de-la-femme-mâle* (1993), que apresenta o subtítulo de «*conte romanesque*», recuperam-se mesmo as fórmulas introdutórias e conclusivas utilizadas nos contos africanos. Além disso, nesta obra, recria-se o maravilhoso característico dos contos, fábulas e mitos africanos: há a intervenção de seres sobrenaturais (os espíritos e a sereia, por exemplo), a descrição de fenómenos estranhos como a metamorfose³⁹, a personificação dos animais⁴⁰ e a mitificação do protagonista (ser hermafrodita nascido em circunstâncias estranhas). Há também passagens épicas, canções de amor e de louvor ao herói, poemas e provérbios; ressuscita-se a lenda da rainha Abla Pokou⁴¹ através do sacrifício do bebé de Bla Yassoua quando as mulheres vão à ilha libertar os maridos presos; o mito do primeiro rei do povo *agni*, Ano Asseman, é reintegrado no discurso através das acções heróicas da personagem Nanan Yao-blé. Esta tendência para recuperar a oratura africana responsável pelo hibridismo genérico das obras manifesta-se, ainda, nos romances *Masséni* (onde há a introdução de canções, provérbios e poemas) e *Grelots d'or*, que inte-

prévias declarações do autor (*vide* prefácio, p. 5).

39 Por exemplo, a personagem feminina Bla Yassoua transforma-se em serpente, em vento, em pomba.

40 Cada animal que aconselha o protagonista dá título a um capítulo (o cão, o carneiro, o porco, o galo, o camaleão, o elefante e a pega).

41 *Vide* nota 7.

gra o «cântico da princesa caprichosa», a «lenda do guerreiro invencível» e o «mito da criação do mundo».

A nível estritamente linguístico detectamos, no discurso literário, expressões e vocábulos próprios dos dialectos locais como forma de resistência à perda da identidade étnico-linguística ocasionada pelo uso da língua do colonizador. Os autores instituem, pois, uma escrita tipicamente africana, livre de preconceitos linguístico-culturais, em que ao francês se mesclam estrangeirismos provenientes das línguas nacionais. Bernard Dadié é o precursor desta tendência, já em 1956, com o romance *Climbié*, onde introduz alguns vocábulos locais como *cabou* (loba), *Mammi Ouatta* (sereia), *gnon* (legume), *bissimilai* (saudação religiosa) e mesmo frases completas na letra de uma canção. Posteriormente, outros escritores transgrediram o cânone linguístico-estilístico ocidental com o propósito de afirmarem inequivocamente a sua identidade africana. Assim, Jean-Marie Adiaffi inova com termos e expressões da etnia *agni*, nomeadamente em *La carte d'identité* (por exemplo: *djibô* – feitiço; *Gnamien pli* - Deus gordo; *Dihié*, *Nanan* - títulos nobres; *Yako* - coragem). Amadou Koné incorpora vocábulos e expressões da etnia *malinké* em *Courses* (por exemplo *blakoroya* - mediocridade, maldade, *Al hamdoulilahi* - glória a Deus, *Baba* - pai, e *Allah ni tché* - graças a Deus). Maurice Bandaman, no seu livro *Le fils de-la-femme-mâle*, faz uso do vocabulário *akan* (por exemplo *kenté* - tecido tradicional multicolorido, *Ehé Gnamien kpli* - Grande Deus) inserindo até uma canção na língua *baulé*, depois traduzida em francês. Tidiane Dem, em *Masséni*, integra no discurso termos locais como *cauri* (conchas utilizadas como moeda), «kouroubi» (dança executada por jovens do sexo feminino), *Djou* (objecto representativo de um deus), *pagne* (tecido africano colorido), *calebasse* (cabaça feita do tronco de uma árvore), *cagoules* (árvore). Posteriormente, em *Mariama*, o mesmo autor utiliza uma gama variada de léxico *malinké*, enunciado no fim do livro. Ahmadou Kourouma revela a mesma postura inovadora, por exemplo, em *Monnè, outrages et défis*, lançando mão de expressões e termos vernáculos como *monnè fi*, *monnè bobelli*, *bilakro*, *botouma*, *bolloda*, *toubab*, *kabako*, *lougan*, *toubougisso*, *boribana*, *soumara*, *dégué* e *sissi*. Através do uso destes vocábulos no romance, de difícil tradução mesmo quando explicados no texto⁴², o escritor pretende não só reavivar a identidade linguística perdi-

42 Eis o significado de alguns: «bilakro» - rapaz incircunciso, «toubab» - branco, «kabako» - extraordinário, «lougan» - lugar, «boribana» - fim da derrocada, «soumara» - condimento natural

da com o fluxo colonial mas sobretudo revelar a inadequação da língua estrangeira adoptada a certas realidades africanas. Da mesma forma em *En attendant le vote des bêtes sauvages*, surgem vocábulos autóctones como *donsomana* (termo que designa a narração dos feitos heróicos dos caçadores *malinkés*), *sora* e *cordoua* (nome dado aos *griots*/trovadores *malinkés* que tinham poderes sobrenaturais), *cora* (instrumento musical), *dankun* (feitiço protector) e *gbaka* (interjeição). Encontramos, ainda, expressões como *nyama tutu*, *donso baw ka dunum kan*, *dayndyon* (títulos de canções inseridas no romance). Mas Ahmadou Kourouma afirma-se, efectivamente, como o expoente máximo destas inovações linguístico-estilísticas na literatura francófona com o romance *Les soleils des indépendances*, em relação ao qual assume abertamente ter pensado o texto na sua língua materna («*Je l'ai pensé en malinké et écrit en français*»⁴³). De facto, nessa obra, o autor transgride deliberadamente a norma francesa fazendo importantes desvios sintáctico-semânticos e utilizando termos e expressões da língua *malinké*, tais como *Gnamokodé* (filho de cão, filho de asno ou filho de escravo), *dja* (espírito), *grossesse de génie* (gravidez imaginária), *asseoir le deuil* (fazer o luto), *bissimilai* (saudação religiosa) e *s'asseoir dans le palabre* (fazer um conclave).

O romance marfinense evidencia, assim, o desejo que o escritor negro-africano tem de eternizar os seus ideais político-sociais e os seus valores linguístico-culturais através de uma literatura *sui generis* que ainda hoje continua a ser a melhor forma de identificar o ser humano.

extraído de uma árvore, «dégué» - iogurte com farinha de sorgo, «sissi» - (vide Monné, *outrages et défis*, pp. 30, 44, 54, 141, 175, 189, 225, 227, 265).

43 Entrevista de Moncef Badday a Ahmadou Kourouma, in *L'Afrique littéraire et artistique*, nº10, Abril de 1970.

Bibliografia

Adiaffi, Anne-Marie (2000), *Une vie hypothéquée*, Abidjan: NEI.

Adiaffi, Jean-Marie (1980), *La carte d'identité*, Abidjan: CEDA.

Adiaffi, Jean-Marie (1992), *Silence, on développe*, Ivry-sur-Seine, Editions Nouvelles du Sud.

Adiaffi, Jean-Marie (2000), *Les naufragés de l'intelligence*, Abidjan, CEDA.

Amon d'Aby, François Joseph (1951), *La Côte d'Ivoire dans la cité africaine*, Paris: Éditions Larose.

Amon d'Aby, François Joseph (1965), *Kwao Adjoba, La couronne aux enchères, La sorcière in, Le théâtre populaire en république de Côte d'Ivoire*, Abidjan: Imprimerie Nationale de la République de Côte d'Ivoire, pp.13-86.

Atta, Raphaël Koffi (1961), *Les dernières paroles de Koimé*, Paris: Nouvelles Éditions Debesse.

Bandaman, Maurice (1993), *Le fils de-la-femme-mâle*, Paris: L'Harmattan.

Bassori, Timité (1983), *Grelots d'or*, Abidjan: CEDA.

Dadié, Bernard Binlin (1964), *Patron de New York*, Paris: Présence Africaine.

Dadié, Bernard Binlin (1965), *Min Adja-o, Situation difficile in, Le théâtre populaire en république de Côte d'Ivoire*, Abidjan: Imprimerie Nationale de la République de Côte d'Ivoire, pp. 91-115.

Dadié, Bernard Binlin (1968), *La ville où nul ne meurt*, Paris: Présence Africaine.

Dadié, Bernard Binlin (1970), *Béatrice du Congo*, Paris: Présence Africaine.

Dadié, Bernard Binlin (1970), *Monsieur Thôgô-gnini*, Paris: Présence Africaine.

Dadié, Bernard Binlin (1972), *Le pagne noir*, Paris: Présence Africaine.

Dadié, Bernard Binlin (1973), *Îles de tempêtes*, Paris: Présence Africaine.

Dadié, Bernard Binlin (1975), *Papadissi, maître escroc*, Dakar/Abidjan: NEA.

Dadié, Bernard Binlin (2000), *Un nègre à Paris*, Paris: Présence africaine.

Dadié, Bernard Binlin (2001), *Les voix dans le vent*, Abidjan: NEI.

Dadié, Bernard Binlin (2002), *Climbié, Afrique debout, Légendes africaines, La ronde des jours*, in *Légendes et Poèmes*, Abidjan: NEI.

Dem, Tidiane (1984), *Masseni*, Abidjan: NEA.

Dem, Tidiane (1986), *Mariama*, Abidjan: NEA.

Dervain, Eugène (1986), *Termites*, Paris: P.J. Oswald.

Désalmand, Paul (1983), *Histoire de l'éducation en Côte d'Ivoire*, Abidjan: CEDA.

Dodo, Jean Digbeu (1978), *Sacrés dieux d'Afrique*, Abidjan: NEA.

Dodo, Jean Digbeu (1984), *Le médiateur*, Abidjan, NEA.

Fodeba, Keita (1952), *Le maître d'école suivi de Minuit*, Paris: Seegers.

Gadeau, Germain Coffi (1965), *Kondé Yao in, Le théâtre populaire en république de Côte d'Ivoire*, Abidjan: Imprimerie Nationale de la République de Côte d'Ivoire, pp. 129-141.

Gnaoulé-Oupoh, Bruno (1982), *En attendant la liberté*, Paris: Éditions Silex.

Gnaoulé-Oupoh, Bruno (2000), *La littérature ivoirienne*, Clamecy: Éditions Karthala et CEDA.

Kaya, Simone (1976), *Les danseuses d'Impé-Éya*, Abidjan: INADES.

Kesteloot, Lilyan (2001), *Anthologie négro-africaine*, EDICEF.

Koné, Amadou (1980), *Traites, sous le pouvoir de Blakoros*, Abidjan-Dakar-Lomé: NEA.

Koné, Amadou (1983), *Courses, sous le pouvoir de Blakoros*, Abidjan, NEA.

Koné, Amadou (1997), *Jusqu'au seuil de l'irréel*, Abidjan: NEI.

Koné, Amadou (2002), *Le respect des morts* suivi de *De La chaire au trône*, CEDA, Coll. Monde Noir Poche.

Koné, Maurice (1963), *Le jeune homme de Bouaké*, Paris: Éditions Jean Grassin.

Koné, Maurice (1979), *L'argile du rêve*, Abidjan: NEA.

Kouadio, Akissi (1983), *Un impossible amour*, Abidjan: INADES.

Kourouma, Ahmadou (1970), *Les soleils des indépendances*, Paris: Seuil.

Kourouma, Ahmadou (1990), *Monnè, outrages et défis*, Paris: Seuil.

Kourouma, Ahmadou (1998), *En attendant le vote des bêtes sauvages*, Paris: Seuil.

Loba, Gérard Ake (1960), *Kocoumbo, l'étudiant noir*, Paris: Flammarion.

Loba, Gérard Ake (1966), *Les fils de Kouretcha*, Bruxelles: Editions de la Francité.

Nokan, Charles Zégoua (1966), *Violent était le vent*, Paris: Présence Africaine.

Nokan, (Charles) Zégoua Gbèssi (1983), *Les petites rivières*, Abidjan: CEDA.

Ouassenan, Gaston Koné (1977), *Aller et retour*, Paris: Saint-Paul.

Oussou-Essui, Denis (1973), *La souche calcinée*, Yaoundé: Clé.

Oussou-Essui, Denis (1979), *Les saisons sèches*, Paris: L'Harmattan.

Oussou-Essui, Denis (1999), *Vers de nouveaux horizons*, Paris: L'Harmattan.

Ramos, Artur (1979), *As culturas negras no novo mundo*, 4ªed., São Paulo, Ed. Nacional.

Vincileoni, Nicole (1986), *L'oeuvre de Bernard Dadié*, Éditions Saint-Paul.

Yaou, Régina (1997), *La révolte d'Affiba* (1985), Abidjan: NEI.

Zaourou, Bottey Zadi (2001), *La guerre des femmes* suivie de *La termitière*, Abidjan: NEI.

Zaourou, Bernard Zadi (1975), *Les sofas* suivi de *L'œil*, Paris: P. J. Oswald.

RECENSÕES

T. F. EARLE; K. J. P. LOWE (eds),
BLACK AFRICANS IN RENAISSANCE EUROPE,
CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, CAMBRIDGE, 2005.

Carlos Almeida

Pág. 331 a 338

Os estudos sobre a história do Atlântico têm conhecido, nos últimos anos, um novo e frutuoso desenvolvimento, com a multiplicação de investigações em torno do que convencionou designar-se por diáspora africana. Em resultado do tráfico atlântico de escravos, milhões de africanos foram arrancados à sua vida e transportados, em massa, para outros continentes, designadamente para as Américas. Depois de uma penosa e mortífera travessia oceânica, foram desembarcados nos portos em diferentes pontos da costa americana, e enviados para o trabalho nas plantações ou nas minas. Nessas novas condições, reconstruíram identidades e memórias, elaboraram novas relações sociais, entre si e com os seus senhores europeus, ajustando-se à nova realidade. Seja a partir de um ponto de vista da história de África, seja a partir da perspectiva da história da colonização das Américas, investigadores de diferentes formações académicas têm chamado a atenção para o modo como, no contexto da colonização das Américas, os africanos foram capazes, em larga medida, de reconstruir as suas cosmologias e, em alguns casos, de contribuir decisivamente, com a sua marca, para forjar novas identidades, agregando elementos culturais de diferentes proveniências¹.

Em comum, estas investigações têm o facto de encontrarem a sua motivação contemporânea no contexto das sociedades americanas fortemente atravessadas pela problemática da construção e negociação de identidades e sobre o papel e função das memórias nesse processo. Talvez por essa

¹ Veja-se em Linda Heywood (ed.), *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001, um bom exemplo de perspectivas abertas no contexto desta linha de investigação.

razão – que está longe ainda assim de explicar inteiramente a questão – estes estudos têm subestimado, ou deixado mesmo na penumbra, uma dimensão essencial da chamada diáspora africana: a presença na Europa, pelos menos desde meados do século XV, de comunidades de africanos oriundos das regiões a sul do Saara ².

No terreno particular da história da Europa, a dimensão e o papel do trabalho escravo na economia rural e urbana, e o dinamismo social de comunidades constituídas por escravos africanos e por um número crescente dos seus descendentes que, por múltiplas formas, adquiriam a alforria, têm sido, também, temas pouco trabalhados. Às dificuldades próprias colocadas pelas fontes documentais susceptíveis de fornecerem respostas a uma tal investigação, somam-se circunstâncias de natureza política e social que, em conjunto, contribuem para um persistente carácter parcelar dos estudos em torno da presença de africanos nas cidades, vilas e campos da Europa. Os estudos publicados em diversos países europeus, sobre esta problemática deixam perceber ser este um campo fértil e com profundas relações com alguns dos mais candentes problemas da nossa contemporaneidade³.

O livro *Black Africans in Renaissance Europe* pode situar-se no cruzamento destas duas perspectivas: o estudo do pólo europeu da diáspora africana – até aqui demasiado centrada no eixo afro-americano – e a reconstrução da presença historicamente continuada, na Europa, de comunidades africanas. Reúnem-se aqui os trabalhos apresentados numa Conferência realizada em 2001, em Oxford, no St. Peter's College, por investigadores, na sua maioria, europeus, de diferentes áreas de trabalho,

2 O termo “africano” reserva-se neste texto para designar as populações oriundas da metade subsaariana do continente.

3 Ainda que sem uma pretensão exaustiva, refiram-se os trabalhos de: William B. Cohen, *The French Encounter with Africans. White Response to Blacks. 1530-1880*, Indiana University Press, Bloomington 1980; Allison Blakely, *Blacks in the Dutch World. The Evolution of Racial Imagery in a Modern Society*, Indiana University Press, Bloomington, 1993; Kim F. Hall, *Things of Darkness: Economies of Race and Gender in Early Modern England*, Cornell University Press, Londres, 1995. Para o caso português refira-se: A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1982; José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, Editorial Caminho, Lisboa, 1988; Ana Maria Rodrigues (coord.), *Os Negros em Portugal – sécs. XV a XIX*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.

desde historiadores, a maioria, a antropólogos e especialistas em literatura. Dentro de um leque cronológico que se estende, desde meados do século XV (1440), por todo o século XVI, os estudos aqui reunidos elegem, preferencialmente, contextos geográficos localizados no sul da Europa – Portugal, Espanha e Itália – com incursões episódicas até França, Inglaterra e Alemanha. De um ponto de vista temático, a maior parte situa-se no terreno do que pode designar-se por história social, com aproximações à história cultural e das mentalidades, aos estudos literários, à história de arte. Essa diversidade constitui, aliás, uma das principais riquezas desta obra, sugerindo diversos cruzamentos e contrastes sobre o modo como em diferentes paragens, e em circunstâncias históricas diversas, foi vivida e pensada a presença dos africanos na Europa e, por sua vez, a diversidade de comportamentos e dispositivos de resposta às novas realidades desenvolvidos por essas comunidades. O confronto entre tais processos no norte da Europa e no sul mediterrânico sai, todavia, prejudicado pela desigual representatividade geográfica dos estudos aqui reunidos.

Esta obra desenvolve-se em quatro partes, a saber, “Conceptualising black africans”, “Real and symbolic black africans at court”, “The practicalities of enslavement and emancipation” e “Black africans with european identities and profiles”. Na primeira parte reúnem-se os estudos de Kate Lowe, Jean Michel Massing, Jeremy Lawrance, Anu Korhonen e Jorge Fonseca. Na sua maioria, estes autores convergem na tese sobre a existência de uma grande similitude no modo como as diferentes sociedades europeias analisadas construíram o estereótipo do africano e como o utilizaram, de forma analítica, para excluir os africanos da vida social e cultural da Europa. No seu estudo introdutório ao tema, Kate Lowe sugere, aliás, que tal similitude pode estar relacionada com o facto de a chegada à Europa de um número considerável de escravos africanos coincidir, na mesma época, com o processo de auto-definição de uma identidade branca e europeia centrada em torno da noção de civilização⁴. Esse estereótipo organiza-se em três planos, a aparência e expressão física, a cor da pele, e os papéis sociais. Tanto no que se refere ao primeiro, como

⁴ Embora a autora nunca o cite, esta tese parece evocar o pensamento de Norbert Elias, expresso, em particular, em Norbert Elias, *O Processo Civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.

ao segundo plano, a generalidade destes autores destaca a centralidade da categorização estética e visual que opõe o branco e o negro como sinónimos, respectivamente, de belo e de feio, de bom e de mau. Na verdade, tanto no que se refere ao negro da cor da pele, como ao seu continente de origem, África (Massing) e o africano (Korhonen) apresentam-se como lugares de inquietação e mistério, que é necessário explicar e aos quais se atribuem significados. Neste contexto, Anu Korhonen realça, a propósito do caso inglês, que os mesmos preconceitos que subjazem à noção de raça foram pensados e tornaram-se socialmente activos antes mesmo da formação da ideia de racismo, ocorrida séculos mais tarde. Por outro lado, estes autores concordam em que, para além da cor da pele, tanto a associação do negro à condição de escravo como o conjunto de ofícios assumidos pelos libertos concorrem para consolidar o estigma de inferioridade associado ao africano. Os estereótipos assim produzidos são, por outra parte, coerentes com as imagens e representações europeias sobre África reflectidas nas relações de viagens, ainda que nenhum dos estudos em presença elabore, extensivamente, sobre esse particular.

Na segunda parte desta obra, Paul H. D. Kaplan, Annemarie Jordan e Lorenz Sellig analisam o papel real e a função simbólica dos escravos na vida de corte. A importância crescente dos escravos africanos ao serviço das casas nobres europeias reflecte-se na gradual emergência de figuras de negros na representação artística. Tanto no caso da obra do pintor Andrea de Mantegna, designadamente na sua representação de Judite de Betulia encomendada por Isabella d'Este, Marquesa de Mântua (Kaplan), como no retrato de Juana de Áustria, futura mãe de D. Sebastião, executado por Cristóvão de Morais (Jordan), as figuras negras surgem para sublinhar, por contraste, a formosura física e a distinção social dos personagens centrais em ambas as composições, evocando a conotação estética do negro atrás realçada. No caso português, este é mesmo o primeiro caso, nos retratos de corte, onde a figura de um escravo negro é justaposta a um modelo aristocrático. Mas, para além deste significado cromático, os escravos cumprem uma outra função. Tanto a generalização do seu trabalho ao serviço de casas nobres, quanto a representação pictórica de africanos segundo o modelo ora enunciado, realizam um programa de exaltação da monarquia imperial que dessa forma se afirma,

projectando o seu poder para lá das fronteiras do conhecido, até aos lugares do exótico, que África sumamente identifica. Neste sentido, verifica-se que os escravos africanos tendem a substituir, nessa função, os naturais de outras paragens, ou os membros de outros grupos minoritários. A este propósito, Kaplan faz notar que, durante todo o século XVI, desde aquela primeira obra de Mantegna, datada de 1491/1492, a representação da criada de Judite de Betulia como uma mulher negra torna-se dominante, ainda que não exclusiva.

Com a terceira parte da obra, passa-se do terreno das representações e das imagens construídas na Europa sobre o negro africano, para o campo das práticas sociais e, gradualmente, também, para o modo como os próprios africanos se ajustam às novas realidades. Os estudos de Sergio Tognetti, Debra Blumenthal, Aurelia Martin Casares, Didier Lahon e Nelson Minnich abordam as práticas sociais relacionadas com a escravatura e a emancipação em diferentes pontos de Itália e Espanha, e em Portugal. No centro das suas atenções estão os sistemas legais e o conjunto de práticas sociais que enquadraram a chegada dos escravos negros à Europa e o modo como estes africanos se ajustaram às novas condições, reconstruindo, nesse contexto, identidades e redes de sociabilidade⁵. A primeira nota que resulta dos diferentes estudos é, justamente, a diversidade de experiências, desde as ideologias de assimilação a um discurso mais preocupado com o estabelecimento de mecanismos de hierarquização social. Essa variabilidade é, em primeiro lugar, geográfica – as diferenças entre o norte e centro de Itália face ao sul são, a esse propósito, paradigmáticas – mas também cronológica, valendo de exemplo, aqui, o caso português. Nestes estudos, é patente a substituição gradual, ao longo do período em consideração, do tráfico mediterrânico, pelo tráfico atlântico, com o conseqüente deslocamento do contingente étnico, da Europa Oriental e Norte de África, para a metade subsaariana do continente. Neste particular, resulta claro que os escravos africanos chegam à Europa numa situação de maior vulnerabilidade face às novas condições sociais, mas dão mostras, ao mesmo tempo, de uma

5 A título de comparação, para o caso americano veja-se, neste âmbito, a obra de James H. Sweet, *Recreating Africa. Culture, Kinship, and Religion in the African-Portuguese World (1441-1770)*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill and London, 2003.

assinalável capacidade de adaptação. As Irmandades são, neste contexto, estruturas fundamentais de integração e socialização, mas ao mesmo tempo, também, de sedimentação de laços de solidariedade e de novas identidades em busca de espaço num contexto social profundamente hierarquizado. Não por acaso, três destes estudos (Blumenthal, Lahon e Minnich) dedicam boa parte da sua atenção à actividade das Irmandades em Valência, Lisboa e Nápoles. A adesão dos africanos, escravos e libertos, a estas estruturas testemunha, do mesmo passo, tanto o processo de assimilação religiosa destas comunidades, como a plasticidade dos seus sistemas de crenças e a capacidade para manipular novas práticas rituais, como o baptismo ou o casamento, em benefício dos seus próprios interesses e visões do mundo. Na linha de indicações deixadas nos capítulos precedentes, os estudos aqui reunidos sublinham a persistência do estigma da escravização, para lá mesmo da emancipação, e que se traduz no padrão típico dos seus ofícios e ocupações, onde predominam o trabalho físico e mais ou menos indiferenciado.

A quarta e última parte desta obra dedica-se, precisamente, à reconstrução do percurso de vida daqueles que escaparam ao estigma de cor da pele e da escravização e que alcançaram, por isso, um estatuto social relevante. O trabalhos de John Brackett, Baltasar Fra-Molinero e T. F. Earle debruçam-se, respectivamente, sobre os percursos de vida de Alessando de'Medici, duque de Florença entre 1529-1537, de Juan Latino, poeta que viveu em Granada (1518?-c.1594), e de Afonso Álvares, dramaturgo, contemporâneo de Gil Vicente, em Lisboa. A notoriedade social alcançada por estas três personagens, em diferentes contextos históricos demonstra, pela sua excepcionalidade, a importância da cor da pele como marcador social, mas revela, ao mesmo tempo, que para além desse, existiam outros atributos de diferenciação social e que, nesse particular, alguns africanos podiam lograr um estatuto social reconhecido. A este propósito, os casos de Juan Latino e de Afonso Álvares põem a claro as tensões que marcavam o relacionamento da sociedade cristã, europeia e branca, com outros grupos minoritários como sejam os mouros ou judeus, e que sobrelevavam aquelas que recaíam sobre os negros. Em Latino, como em Álvares, para além das especificidades próprias de cada percurso, a sua condição de negros cristãos, é erigi-

da como instrumento de propaganda ao serviço da assimilação dessas outras minorias que enfrentavam, então, processos mais ou menos coercivos de conversão ao cristianismo. Ainda assim, os ataques de que foram alvo revelam a incongruência de um tal projecto e as resistências que enfrentava.

A obra suscita importantes questões em relação ao estado da investigação produzida nesta área em Portugal. No total, são quatro os estudos que se debruçam sobre personagens ou contextos históricos do Portugal renascentista. Enunciada, por vezes, sem a competente fundamentação teórica e documental, a ideia de uma excepcionalidade portuguesa nas imagens e nas práticas sociais em relação aos africanos encontra no estudo de Lahon uma abordagem sugestiva, longe de visões teleológicas e apriorísticas ainda frequentes, e que apela a um aprofundamento dos estudos em múltiplas direcções. Uma delas, aliás generalizável para além de Portugal, diz respeito ao cruzamento das representações e práticas sociais relativas ao relacionamento com os africanos na Europa, com as imagens produzidas nos espaços africanos e americanos, em particular, nas relações de viagens e que documentam o encontro do homem europeu com outros povos e diferentes culturas.

O livro encerra, além do mais, uma penetrante actualidade, em vista dos debates contemporâneos sobre as problemáticas da multiculturalidade. Da sua leitura fica claro que, longe de ser um fenómeno recente, a diversidade cultural das sociedades europeias é um dado persistente da sua história, e que a circunstância que enquadra a acção dos indivíduos nem sempre permite o descentramento necessário para relativizar a dimensão dos factos coevos. É muito curioso verificar, por exemplo, como os dados de várias investigações sugerem, a propósito da dimensão e influência na Europa de comunidades imigrantes, a existência, em vários momentos, de um desfasamento entre a realidade vivida e a realidade percebida, sendo que esta última tende, em regra, a hiperbolizar a dimensão daquela. Ao mesmo tempo, não deixa de ser inquietante constatar, a propósito das representações europeias sobre os africanos, a constância histórica de um esteriótipo que enuncia para

ele um estatuto de inferioridade e que se constrói sobre uma combinação de elementos com genealogias diversas, mas que concorrem embora naquele mesmo sentido. Uma questão a exigir redobrados esforços críticos, e novas investigações.

Lisboa, Julho de 2006

ALBERTO OLIVEIRA PINTO

CABINDA E AS CONSTRUÇÕES DA SUA HISTÓRIA 1783-1887,
DINALIVRO, LISBOA, 2006 (COL. OLHAR A HISTÓRIA).

Eduardo Medeiros

Pág. 339 a 340

Cabinda e as construções da sua História, 1783-1887 é a versão em livro da dissertação de Mestrado que o autor defendeu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Apresenta seis capítulos, uma pequena Introdução e uma breve Conclusão. O Prefácio é de Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques. O primeiro capítulo (pp. 36-96) é genérico, trata da colonização, colonialismo e anticolonialismo em Angola, incluindo Cabinda. É nos capítulos II, III, e IV que se problematiza a História do *Enclave*, primeiro no contexto colonial português, depois na perspectiva de “filhos do país”, e, por último, o quarto, trata da *História de Cabinda* numa reconstrução do autor. É portanto um trabalho que contempla um longo período, 1783-1887, com raízes na época mercantilista anterior ao escravagismo dominante. O período considerado propriamente dito é o da época do tráfico negreiro “legal” e “clandestino”, e dos anos da conquista colonial portuguesa. O autor procurou, com sucesso, reflectir cada momento da história local no contexto da história do Atlântico Sul, de Angola, Portugal e do Brasil. Fundamentou a sua pesquisa nas fontes escritas portuguesas e cabindenses, procurando fazer uma nova leitura das tradições orais já registadas e publicadas, chamando a atenção para a obra pioneira de Carlos Moreira Henriques Serrano. Mesmo não tendo tido a oportunidade de fazer trabalho de campo, e desta feita um novo estudo histórico e antropológico da oralidade Cabindense, Alberto Oliveira Pinto devolve-nos singularmente o traço fundamental da cultura dos Cabindas face ao mundo exterior, e demonstra como as novas estruturas políticas das “linhagens novas” na época do escravismo, renovaram as antigas, mostrando como ambas essas estruturas políticas, sociais e económicas tiveram a capacidade de gerir a produção e o comércio da região com outros povos africanos

e com os europeus desde o século XVI, construindo e mantendo a sua identidade.

Como noutras regiões do litoral atlântico africano, em particular no Golfo da Guiné e zonas vizinhas, onde incluo Cabinda, constituíram-se “novas linhagens” para a intermediação do tráfico com os negreiros europeus e americanos. Essas novas linhagens deram origem ali a reinos e outras estruturas políticas chefais que refizeram de algum modo as estruturas preexistentes, procurando novas hegemonias para as relações com o mundo exterior, tanto o mediado pelo Atlântico como o continental. O mesmo se passou em Cabinda, com a chamada *Regência* das “novas linhagens” que substituiu a antiga instituição real de Mangoio (de controlo do comércio local e continental). Tratava-se de um consulado na costa resultante do desenvolvimento do comércio marítimo, sobretudo escravagista, mas não só, incluindo da construção naval. Esta mediação de longa duração que se prolongou com os portugueses no tráfico clandestino, para além pois do término do tráfico legal negreiro, só terminaria com a conquista colonial após a Conferência de Berlim (1884-1885), em 1887. Esta longa duração de interesses salvaguardados permitiram manter viva uma identidade própria, mesmo (ou sobretudo) na diáspora.

Não se querendo envolver na discussão política sobre o estatuto de Cabinda hoje face a Angola, Alberto Oliveira Pinto mostra quão singular é a história do território e que os políticos não podem ignorar.

LOWELL J. SATRE

CHOCOLATE ON TRIAL – SLAVERY, POLITICS & THE ETHICS OF BUSINESS.

OHIO UNIVERSITY PRESS, 2005, 308 PP.

Maciel Santos

Pág. 341 a 346

A campanha do “*slave cocoa*” e o boicote dos industriais ingleses ao cacau de S. Tomé e Príncipe (iniciado em 1909) são, desde os anos 1930, problemáticas recorrentes da historiografia anglo-saxónica sobre África (I. Williams, J. Duffy, C. Hammond, G. Wagner, R. Southall, C. Kennedy, I. Nwaka, K. Grant, etc.). Pode até dizer-se que é dos poucos assuntos relativos à colonização portuguesa a ocupar um lugar de destaque entre os estudos “africanistas” redigidos em inglês.

Um dos mais recentes é o trabalho de Lowell J. Satre, um investigador da Universidade Estadual de Youngstown. A escolha do título é apropriada: o livro tem como objecto documentar um problema “moral”, o da conciliação entre negócios (a próspera manufactura do cacau para três das grandes firmas inglesas) e atitudes perante o trabalho escravo. A narrativa, desenrolada em 11 capítulos, decorre entre 1901 - período em que a firma Cadbury começou oficiosamente as suas investigações sobre o tráfico de escravos entre Angola e o centro cacauífero de S. Tomé - e Novembro de 1909- mês em que foi julgada em no tribunal de Birmingham a acção por difamação interposta pela firma Cadbury contra o jornal *Standard*.

Tendo como objectivo descrever uma trama envolvendo muitas personagens, instituições e jornais, naturalmente que Satre teria de adoptar um estilo narrativo simples e directo. Encontra-se precisamente aí uma das principais virtudes deste livro: bem redigido, consegue reconstituir o ambiente das polémicas da época e, misturando com sobriedade os muitos elementos de informação de que dispõe para *quase* todos os personagens activos nesta intriga, nenhuma parte do relato se torna de difícil de leitura, mesmo para o chamado grande público. Compreende-se assim a boa recepção do livro, que ultrapassou largamente as fronteiras disciplinares da historiografia académica.

Ao escolher *descrever* um processo tão debatido, corria-se o risco de inovar relativamente pouco. Este último problema foi no entanto contornado mediante uma intensa pesquisa em fontes arquivísticas e impressas, de língua inglesa. Satre pesquisou o que havia para ver relativo à documentação do Foreign Office, dos Parliamentary Papers, da documentação pessoal e institucional dos Cadbury e das outras firmas chocolateiras, bem como da imprensa inglesa participante no processo (o que não é tarefa menor, atendendo à vastidão dos títulos e à recorrência do assunto). A sua erudição é igualmente muito útil no que respeita aos personagens biografáveis (desde os Cadbury aos jornalistas, advogados e ministros), bem como à bibliografia recente. Pôde assim ultrapassar significativamente o estado dos conhecimentos quanto à quantidade de informação sistematizada.

Esta erudição é no entanto comprometida: Satre tem uma escala de valores para os diferentes personagens, cujo topo é ocupado pelo abolicionista Fox Bourne e, sobretudo, pelo jornalista H. Nevinson. Todo o “*Chocolate on Trial*” roda entre a denúncia desinteressada, representada por jornalistas e filantropos, e a oposição calculada, representada pelos interesses das firmas chocolateiras. Satre reconhece que a acção de Cadbury, tanto junto do *Foreign Office* como dos portugueses, foi influente mas faz pesar sobre ela o espectro do comprometimento com os interesses materiais das firmas Quaker, para quem o tempo do boicote teria de ser bem pesado. Em várias passagens, à maneira de um *leit motiv*, Satre insere pequenos resumos da sua tese, nos quais contrasta a inactividade resultante das tácticas dilatórias de Cadbury e seus aliados com a militância humanista de Nevinson e Fox Bourne, etc. (pgs. 98-99, 115, 132, 145-46, etc.) Em todo o caso e apesar de Satre querer distintamente fazer passar uma mensagem... moral, é inegável que o seu contributo neste ponto resulta bastante esclarecedor.

Há no entanto, quatro grandes ausentes entre os personagens de Satre: o cacau, os roceiros de S. Tomé, o governo português e ...o modo de produção capitalista.

Ao ganhar em informação, Satre teria necessariamente que perder em explicação. O cacau é o verdadeiro fio condutor desta história— tudo se joga à volta do cacau, um dos mais lucrativos ramos de produção da

época, tanto na agricultura como na indústria. O facto de Satre ignorar praticamente tudo sobre este mercado emergente e as suas estatísticas básicas não poderia deixar de pesar negativamente nas articulações explicativas que usa ao longo do relato. Por exemplo, nunca se chega a saber com exactidão o que representava o mercado inglês para o cacau de S. Tomé - antes e depois do boicote - bem como inversamente (o que seria de grande importância explicativa) o que representava esse mesmo cacau para a procura inglesa (e nomeadamente a de Cadbury, cuja documentação Satre pesquisou com exaustão). Satre ignora, deste modo em absoluto o peso que as procuras alemã e norte-americana tiveram nas exportações de S. Tomé antes de 1909 (p. 134). Sendo assim, quase nada aparece relativo à guerra comercial do cacau entre o cartel dos produtores - organizado inicialmente por Lisboa - e o dos compradores, centrado em Hamburgo (a única menção de Satre aos cartéis do cacau está na página 112). Facilmente se percebe o carácter instrumental que, neste contexto, a campanha do "*slave cocoa*" assumiria, independentemente de não haver, ao contrário do que acusavam os roceiros de S. Tomé, quaisquer interesses materiais por detrás das associações anti-esclavagistas inglesas. É também fácil de deduzir como a correlação de forças entre os dois pólos - Lisboa e Hamburgo - seria afectada pelo desvio do cacau de S. Tomé desde Londres (fosse qual fosse a quantidade para aí expedida antes e depois de 1909, que Satre ignora) para Hamburgo, reforçando assim o cartel dos compradores.

O mercado do cacau explica também alguns factos posteriores a 1909, tais como os relativos ao fim do boicote e que, estando já fora da cronologia do dilema moral, não são menos importantes para a sua compreensão. Satre conta (p.209) como em 1917, quando confrontado com as garantias dadas pelo Foreign Office sobre o agora "livre" regime do trabalho em S. Tomé, Cadbury e as firmas que com ele tinham deixado de comprar esse cacau (em Lisboa, não certamente em Hamburgo) declararam oficialmente não se opor ao fim do boicote mas... terem de momento outros fornecedores. Imediatamente a seguir a esta passagem vem uma referência à justificação dada por Cadbury para essa escolha: a taxa aceitável de mortalidade em S. Tomé deveria ser de 5, não de 10%! Se alguma dúvida houvesse sobre o carácter instrumental que a campanha do "*slave cocoa*" poderia ter, enquanto arma no mercado do cacau (e independentemente da since-

ridade da maioria dos seus promotores) esta passagem daria certamente que pensar. Como se sabe, a guerra tinha desfeito o cartel de Hamburgo e agora Londres concentrava cerca de metade da oferta mundial de cacau, possibilitando super-lucros aos exportadores ingleses, revendedores e... manufactureiros. Apenas numa nota – e que nota, a 115 do cap. 7 - Satre enumera as diferentes associações que a historiografia de língua inglesa já tinha feito entre o mercado do cacau e a moralidade do boicote.

Dar mais “deixas” à personagem cacau e ao seu mercado (Satre reproduz declarações dos Cadbury e de Rowntree receando que o efeito do boicote de 1909 fosse nulo, obrigando-os apenas a comprar o seu cacau a *terceiros* – pp. 28, 84 , 107 e 147) teria permitido conhecer um pouco mais as motivações dos roceiros de Lisboa, que não tiveram sempre os mesmos objectivos nem funcionaram sempre em bloco. Por exemplo, Satre refere, sem retirar ilações, a divergência entre Vale Flor e Mantero, a propósito da visita de Cadbury a Lisboa em 1907 – pg. 96. Ora, os roceiros são o negativo dos personagens centrais do enredo de Satre: estão, para o “mal” (não esqueçamos de que aqui se trata sobretudo de moral) como Nevinson e as associações abolicionistas (ASS, APS) estão para o “bem”. Satre não se questiona como personalidades com interesses tão vitais no mercado do cacau (e infelizmente, o cacau persegue como uma sombra estas escolhas morais) se mantiveram tão monolíticos e inflexíveis ao longo de quase um século!

A mesma perplexidade se poderá ter relativamente ao que teria feito o governo português. É conhecido o poder *lobbyistico* dos roceiros sobre o Ministério do Ultramar mas não parece plausível que toda a política colonial portuguesa pudesse ser ditada exclusivamente pelos interesses cacaueiros (como Satre parece crer – pg. 95, citando Merck). Sobretudo se estes chegassem a colocar em risco – como Satre também explicitamente afirma – o próprio património colonial, como sucedeu durante a fase das negociações anglo-alemãs sobre as hipotecas de Angola e Moçambique. Na verdade, Satre ignora *tudo* sobre as fontes portuguesas salvo quando estas aparecem citadas pelas fontes que pesquisou. Essa circunstância é responsável por alguns erros, de gravidade variável, e especialmente concentrados no seu capítulo 3, “Portugal and West Africa”: Sá da Bandeira não esperou até aos anos 1850 para abolir o tráfico de escravos (confusão entre tráfico e escravatura – pg. 41); as deportações de traficantes

de escravos de Angola em 1903 relacionam-se com a revolta Ovimbundu do planalto central, não com qualquer “revolta de Luanda” (como indica na pg. 25, citando apenas um jornal inglês); e, contrariamente ao que se percebe apenas pelas fontes inglesas, oficiosas ou não, as autoridades portuguesa estavam desde 1902 consideravelmente preocupadas com os raids escravagistas feitos a partir do planalto central: alguns deles tinham já tido repercussões internacionais na Bélgica e na Inglaterra, potências com fronteiras coloniais com Angola, e ameaçavam recolocar a questão da soberania portuguesa.

Estes detalhes não têm apenas um interesse erudito. Ao ignorar praticamente como evoluíram os “personagens” portugueses, Satre falha um ponto essencial: a contradição entre os interesses cacauzeiros – que pagavam trabalhadores quase a qualquer preço, sem fazer perguntas (coisa que Burtt percebeu no seu relatório – ver p.93) e os capitais estatais, para quem a soberania e as receitas orçamentais de Angola eram vitais, especialmente a partir do momento em que a conquista definitiva do território se fez. Não é coincidência o facto de a legalidade da figura do “resgate” – base jurídica com que se iniciou a ficção do contrato dos “serviçais” angolanos - ter terminado precisamente quando se iniciou a cobrança efectiva do imposto indígena em Angola, isto é, depois do fim da I Guerra. Todas as divergências entre o *lobby* roceiro e os governos republicanos (e que não foram pequenas, especialmente em 1912-13) estão ausentes em Satre. Pode dizer-se que estão à margem do seu objecto, sendo este o dilema moral dos chocolateiros e da opinião publica inglesa; no entanto, explicam factos perante os quais se colocou esse dilema, como, por exemplo, os números relativos às famosas repatriações e a sua cronologia.

Por fim, o ultimo dos “ausentes”. Satre coloca “*on trial*” a permissividade perante a escravatura em Angola e S. Tomé, facto incontestado para todos, incluindo os roceiros à medida que iam arranjanado alternativas e expedientes. Mas não a relaciona com as muitas e variadas formas do trabalho forçado que a exportação do modo capitalista de produzir implementou nas sociedades africanas. Este omissão fa-lo confundir a persistência das muitas formas do “trabalho forçado” nas colónias portuguesas - modalidade indispensável tanto para os capitais públicos como privados e que durou até à década de 1960 (veja-se o relatório Ross, que Satre cita) – com o “resgate” dos serviçais, extinto ainda antes da I Guerra. A ex-

ploração capitalista em África não podia passar sem a coacção extra-económica para satisfazer a sua procura de trabalhadores mas o expediente utilizado pelos roceiros de S. Tomé entre 1876 e 1909 foi apenas uma das muitas situações possíveis. Nada a assinalar sobre as emigrações cabo verdeana e moçambicana, que praticamente substituíram a angolana e perante a qual as reacções inglesas foram, por razões específicas, inexistentes?

Em suma, *Chocolate on Trial* vale bem a sua leitura mas arrisca-se a dar mais uma oferenda para o peditório da “escravatura intemporal abolida por convicções morais”, que a historiografia recente tanto tem cultivado. Com um tal programa “ético”, qualquer relação entre o trabalho forçado africano e a acumulação capitalista do século XX, em todas as colonizações europeias, parece um pouco mais diluída.

JEAN-PIERRE PATAT,
AFRIQUE, UN PARTENARIAT NORD-SUD,
PARIS, L'HARMATTAN. 2005, 238 PP.

Mohamed Abdillahi Bahdon

Pág. 347 a 353

Jean-Pierre PATAT présente une réflexion sur une initiative africaine en matière de développement, appelé : le Nouveau Partenariat pour le Développement de l'Afrique (Nepad). Il mélange la description du processus, qui a mené à l'élaboration de cette initiative, et une analyse des questions qu'elle soulève surtout pour les partenaires occidentaux. En effet face à l'unité apparente affichée par les auteurs du Nepad on observe une division ou divergence d'opinions des responsables des pays du G8, et particulièrement entre les Etats-Unis et les pays européens.

L'auteur manifeste une opinion positive du continent noir à un moment où le discours unique dominant parle de marginalisation de l'Afrique dans un monde globalisé. Au contraire pour lui, les choses changent dans ce continent comme jamais auparavant. Effectivement, après les programmes d'ajustement structurel imposés par le FMI et les réformes politiques des années 1990, le contexte politique, économique et social des pays africains n'est plus le même que celui des décennies antérieures.

Il ne manque pas de rappeler un aspect important des débats des décennies antérieures, qui se réduit à une accusation mutuelle : d'une part l'indifférence du Nord envers les pays du Sud et surtout aux conséquences du legs colonial, du pillage des ressources naturelles, et d'autre part la responsabilité des dirigeants africains, responsables des guerres interétagiques, conflits tribaux, l'incapacité de gérer un espace politique, qu'ils ne contrôlent pas totalement. A introduction l'auteur passe en revue presque tous les problèmes auxquels sont confrontés les pays africains comme l'éducation, la santé, la gouvernance politique, les investissements, la sécurité alimentaire...

Par commodité et pour une meilleure compréhension de la perspective créée par le Nepad, il expose sa réflexion en deux parties. Dans la première partie, il analyse le contexte économique et social de l'initiative des auteurs du Nepad. elle est divisée en trois chapitres : le premier dé-

crit la situation africaine depuis la fin de la décennie 1970, époque où les prix des matières premières – unique source de revenu pour beaucoup de pays africains – ont permis aux producteurs africains d’avoir des devises étrangères et donc de définir des politiques de développement. Mais cette période n’a duré que peu de temps pour avoir un impact. Et à la fin de cette décennie commence ce qu’il appelle «la marginalisation économique, culturelle et sociale» ; les investissements étrangers baissent de manière drastique. D’autre part la mauvaise gestion des affaires publiques, les coups d’Etat et la mise en place des gouvernements corrompus – appuyés de l’extérieur comme la Françafrique - aggravent davantage des crises socioéconomiques latentes à la fin des années 1970. Au début des années quatre-vingt, beaucoup des pays du continent ont été soumis à des Plans d’Ajustement Structurel (PAS) du Fonds Monétaire International et de la Banque Mondiale, connus pour leurs conséquences économique et sociales désastreuses pour les sociétés africaines. Les mesures préconisées par ces deux institutions financières ont été critiquées par certains économistes.

La fin de la guerre froide est une marginalisation encore plus marquée après la chute du Mur de Berlin, avec la dévaluation de l’intérêt stratégique de certaines régions africaines. En termes économiques et de développement, cela résulte une situation critique dans la grande majorité des pays africains, non pas en voie de développement mais en voie de “disparition” selon l’expression de l’auteur de *l’Afrique est mal partie*, René Dumont. Les causes d’une telle situation sont bien connues du public averti ; elles sont d’ordre interne comme les conflits armés, la corruption, la mauvaise gouvernance et la mauvaise gestion des dirigeants politiques et d’ordre externe comme la détérioration sensible de l’aide des pays riches, l’évolution défavorable du prix des produits primaires, l’application de politiques d’ajustement structurelles – qu’ont réduit le rôle de l’État comme agent organisateur du développement – et l’imposition du libéralisme économique par la privatisation des entreprises publiques, la réduction drastique de la fonction publique et la soumission des relations socioéconomiques officielles à des normes juridiques et économiques extérieures dont les dirigeants locaux ont peu d’impact sur leur adoption.

Alors face à une crise socioéconomique et politique grave, il fallait réagir et chercher des solutions pour sortir de cette crise. C’est une tâche

à laquelle des dirigeants d'Etat se sont fixée. A part un groupe de pays comme l'Angola, le Congo, le Gabon, au début de la décennie 2000 les responsables politiques ne sont plus les mêmes ; ce sont des dirigeants qui arrivent au pouvoir après les processus de changement politique entrepris à la fin des années 1990. Sans que le moment sociopolitique que les sociétés africaines vivent à partir des années 1990 soit une variable qui explique tout, ces derniers font preuve d'un "nouvel état esprit" quant aux problèmes du continent. Thabo Mbeki avance l'idée de renaissance africaine. Pour une communauté internationale occupée par les points de l'agenda fixée par les grands pays du Nord comme la sécurité, le contrôle des armes nucléaires, le contrôle de l'immigration ; les responsables africains posent non seulement les problèmes quotidiens auxquels est confronté le continent africain, mais relèvent aussi les atouts qu'il dispose. Par rapport à leurs pairs des trois décennies antérieures, on note une différence de l'approche et de la méthodologie.

Le premier chapitre revient sur certaines causes : manque d'investissements, baisse de l'aide au développement..., qui ont des effets : la marginalisation socioéconomique. Il constitue une introduction à la réflexion que mène l'auteur du livre.

Dans les deux chapitres suivants, Jean-Pierre PATAT expose d'une part la «démarche du Nouveau Partenariat pour le Développement Africain» et d'autre part retrace son historique ou plutôt sa péripétie dans le troisième chapitre «de Gênes à Kananakis...» C'est une idée qui est née de la fusion de deux initiatives en l'an 2000 : le Programme de Renaissance de l'Afrique pour le millénaire proposé par les présidents algérien, Abdel Aziz Bouteflika, Nigérian Obassango et Sud Africain Thabo Mbeki et le plan Oméga proposé par le président Sénégalais, Abdoulaye Wade. À cela il faut ajouter l'Accord de Rectification de l'Afrique élaboré par la Commission Économique des Nations Unies pour l'Afrique. Le NEPAD constitue une vision et un cadre stratégique pour la Renaissance de l'Afrique. C'est la première fois que les dirigeants des pays africains se mettent d'accord sur une initiative du développement du continent après le Plan de Lagos des années quatre-vingt. Avec cette initiative, on passe des relations d'assistance, l'aide venant des pays développés, au partenariat entre les pays africains et le Nord. Sur ce point elle introduit une nouvelle approche sur la question des projets de développement ; même

si l'aide du Nord constitue encore un facteur important. L'établissement d'un partenariat recherché par les acteurs africains change la donne entre les deux parties impliquées. L'aide au développement, quelque soit sa forme, a favorisé le développement d'un système de corruption des élites politiques du Nord comme du Sud. Le partenariat souhaité fait place à d'autres acteurs et particulièrement au secteur privé ; il correspond à un nouveau monde où ce secteur joue un rôle central dans l'organisation sociale. Le partenariat placé au centre de cette initiative africaine montre que le développement est aussi ouvert à l'extérieur, aux pays du Nord. C'est ainsi qu'ils l'ont présentée aux membres du G8 lors de sa réunion annuelle en 2001 à Gênes en Italie sous la dénomination de Nouvelle Initiative Africaine (NIA). C'est est en réalité à ce moment-là que naîtra le Nouveau Partenariat pour le Développement de l'Afrique. Faut-il préciser qu'il n'entre pas en contradiction avec d'autres initiatives qui sont élaborées de l'extérieur, qui ne cherchent pas l'appui des premiers bénéficiaires comme l'AGORA, initiative des Etats-Unis. Son objectif est de favoriser l'entrée sur le marché de ce pays des produits de certains pays africains. C'est une idée conforme à la pensée estasunienne du développement de «commerce, aid no».

Le NEPAD prévoit un plan stratégique de développement intégré qui poursuit deux principaux défis, l'un économique : la croissance et l'autre social : la réduction de la pauvreté. Ce plan est axé sur 4 domaines importants économiquement et socialement : eau et assainissement, transports et les nouvelles technologies de l'information et de la communication. Dans ces défis, il y a l'idée que la croissance économique, mesurée en termes de production et de Produit Intérieur Brut permet de réduire l'exclusion sociale de millions de personnes. Or celle-ci n'est pas forcément un moyen qui permet une réduction de la pauvreté sociale ; il est largement démontré qu'une croissance économique n'est pas suffisante pour la réduire dans une société s'il n'y pas un système de répartition de la richesse, organisé par un Etat doté de structures fortes et ayant des ressources suffisantes. Pour accomplir ces deux défis, l'effort des pays industrialisés s'impose en matière d'aide publique au développement et de la réduction de la dette des pays africains. Or pour les premiers, la recherche de la paix, la fin de conflits politiques et de guerre, l'instauration de la démocratie et de la bonne gouvernance, auquel il faut ajouter deux points

prioritaires dans l'agenda de la politique intérieure et extérieure des pays du Nord : la lutte contre le terrorisme et l'immigration illégale.

Dans la seconde partie, il traite le NEPAD d'aujourd'hui en quatre chapitres. Dans le quatrième chapitre, l'auteur analyse un aspect important : le contrôle des partenaires du Nord, lequel se réalise par la mise en place d'un mécanisme qu'il appelle *mécanisme d'examen par les pairs*. En fait c'est la possibilité offerte à ces derniers de constater l'accomplissement des aspects importants comme la bonne gouvernance, une administration bien gérée, tout comme l'amélioration de la justice. A non pas douter, ce mécanisme crée des oppositions ou frictions entre les deux partenaires ; les dirigeants africains considèrent un tel mécanisme comme une ingérence dans les affaires intérieures de leurs Etats. Or ceux du Nord insistent sur ce point pour une raison politique : ils doivent convaincre leurs parlementaires pour l'augmentation de l'aide publique et la société civile, laquelle est de plus en plus impliquée sur les questions internationales. L'expression «bonne gouvernance» est un concept récent dans les relations internationales, qui parfois introduit une certaine morale dans ces relations entre les Etats en imposant un modèle de gestion politique à certaines régions du monde du fait de leur supposé retard en développement. Jusqu'au Coup d'État en Mauritanie en août 2005, on ne peut conclure qu'il y ait une bonne gouvernance dans tous les pays. Le panorama politique et économique africain est pluriel. Il y a toujours des conflits politiques nationaux comme la Côte d'Ivoire ou régionaux comme le Soudan et le Tchad ou comme l'Éthiopie et l'Érythrée, ce qui complique et retracing l'instauration de la démocratie, le respect des droits humains et la liberté économique nécessaire pour le développement socio-économique des sociétés. L'autoritarisme règne encore des pays comme la Guinée Equatoriale, l'Angola, l'Ouganda, les pays de la Corne de l'Afrique... On observe aussi des transitions démocratiques réussies et consolidées comme le Bénin, le Mali, le Cap Vert, l'Afrique du Sud et une amélioration de la situation économique de certains pays comme le Botswana, le Cap Vert...

Quant au cinquième chapitre, après une brève exposition des voies de mobilisation des ressources financières (augmentation des flux de capitaux privés, accroissement de l'épargne locale, augmentation de l'Aide Publique au Développement et le renforcement des mécanismes d'allègement de la dette extérieure...), l'auteur soulève deux questions impor-

tantes dans les relations entre l'Afrique et les pays du Nord : l'aide publique au développement et l'allègement de la dette. A part les critiques légitimes faites sur sa gestion tant du pays donateur comme des pays récepteurs, la première constitue une source importante pour les gouvernements confrontés à des difficultés budgétaires. Or contrairement à ce que dit Jean-Pierre PATAT, il est difficile d'expliquer son rôle dans la croissance économique d'un pays. Ce qui est important, et il en relève, c'est l'engagement pris par les pays industrialisés lors de la conférence sur le développement à Monterrey, au Mexique en mars 2002. D'après les chiffres qu'il donne on note des intentions de certains pays du G8 quant à l'augmentation du pourcentage de leur PIB consacré à l'APD. Or il est tout aussi important d'une part d'améliorer son efficacité en matière de développement et d'autre part de contrôler son utilisation par les pays récepteurs. Le dernier point posant un problème pour certains pays africains qui n'admettent pas le contrôle par un organisme international ; ils considèrent comme une ingérence dans leurs affaires intérieures.

La paix, la démocratie et la bonne gouvernance constituent les points centraux du sixième chapitre. Avec le même esprit qu'au début du livre, il fait le constat de la fin de certains conflits militaires africains et le rôle joué par certains pays comme l'Afrique du Sud et les organisations régionales africaines. Le NEPAD a un rôle très réduit sur le règlement des conflits comme le conflit politique inter-Ivoirien. Les différents processus de changement entrepris au début de la décennie 1990 n'ont pas conduit à l'instauration de régimes démocratiques sauf quelques pays comme le Bénin, le Cap Vert, Mali alors que dans d'autres cas on se trouve dans des régimes qualifiés de « démocraties » où les principes du régime démocratique sont bafoués ; et les mêmes régimes se maintiennent.

Dans le dernier chapitre, il revient sur la croissance, qui aurait augmenté ces dernières années. Mais non pas à un taux suffisant qui permettrait une réduction sensible de la pauvreté, 7 % selon l'auteur, qui prend comme référence le cas de certains pays d'Asie. Le continent africain n'a pas encore atteint un tel taux, même ceux qui reçoivent plus d'investissements étrangers comme les pays producteurs de pétrole comme le Nigeria et l'Angola d'après PATAT. La question de la croissance soulève une problématique tout aussi importante comme les infrastructures ; le développement est d'une importance stratégique pour les économies africaines.

Pour cela il faut non seulement une augmentation de l'APD, mais aussi une augmentation et un ciblage des investissements privés. C'est un point qui a conduit à la France et au Royaume Uni de reconsidérer leur position ; ils accordent un certain intérêt aux propositions du NEPAD sur ces points. A en croire certains économistes libéraux l'existence et l'efficacité des infrastructures constituent un support à la croissance.

Quel est le bilan du NEPAD depuis son adoption? Son résultat est mitigé. Comme le remarque l'auteur lui-même, les investissements privés, source de richesse et croissance économique ont augmenté. Non plus la bonne gouvernance politique des pays ne s'est généralisée dans tout le continent.

Or sans changement des structures du commerce international, c'est-à-dire l'ouverture des produits africains aux marchés des pays du Nord, sans une augmentation significative des investissements étrangers ; l'impact de cette nouvelle initiative sur le développement est insignifiant ou nul en termes de progrès socio-économique pour les populations africaines. Symboliquement, les membres du G8 ont pris en considération la volonté de quelques dirigeants africains de voir établir une nouvelle approche de la question du développement, mais les décisions de ce groupe ont peu d'impact sur les échanges commerciaux et économiques ; ils ne décident pas l'orientation des investissements des entreprises. Cependant leur principal apport se note sur la question de l'APD et celle de l'allègement ou l'annulation de la dette. En se limitant à ce deux points on peut observer que les promesses non tenues des partenaires du Nord. Quels que soient les discours d'intention, les gestes et les initiatives des gouvernements britannique et français, l'augmentation de l'aide publique au développement n'a pas été sensible au cours de ces dernières années. Aussi faut-il préciser que son augmentation aussi soit importante n'est pas une solution définitive aux problèmes liés au développement, si elle n'est pas efficace et orientée à des secteurs stratégiques.

Le NEPAD est certes une initiative louable, mais elle paraît difficilement réalisable, en raison, d'une part, des faiblesses de financement de ses priorités et, d'autre part, de son incapacité à sortir du carcan des politiques néolibérales.

Mohamed Abdillahi Bahdon, Diplômé en Science Politique, Université Montesquieu, Bordeaux, France.

PAULUS GERDES

*ETNOMATEMÁTICA - REFLEXÕES SOBRE A
MATEMÁTICA E A DIVERSIDADE CULTURAL.*

PORTO 2007, EDIÇÕES HÚMUS

Maria Fernanda Correia

Pág. 355 a 359

Paulus Gerdes é matemático, professor catedrático, de nacionalidade moçambicana por opção e aí residente, participando activamente na construção do país novo por que os moçambicanos sonharam e lutaram. As necessidades de formação de professores no Moçambique independente e com falta de homens e mulheres para as ciclópicas tarefas da educação de massas conduziram-no à interligação entre as práticas culturais dos cidadãos moçambicanos e a Matemática.

Reconhecido internacionalmente, tem uma vasta bibliografia, publicada em português, inglês, francês e alemão e dirigiu ou dirige diversas instituições internacionais relacionadas com a Matemática e a Etnomatemática:

Presidente da Comissão Internacional para a História da Matemática em África (desde 1986) e Presidente da Associação Internacional para Ciência e Diversidade Cultural (2000-2004). Em 2000, sucedeu a brasileiro Ubiratan D'Ambrosio como Presidente do Grupo Internacional de Estudo da Etnomatemática. É membro da Academia Internacional para a História da Ciência e, em 2005, foi eleito Vice-Presidente da Academia Africana de Ciências. (pág. 7)

Saliente-se as suas funções na GIEE, sabendo-se que Ubiratan D'Ambrosio é um pioneiro consagrado mundialmente, e, como o próprio autor afirma, “o pai intelectual do programa de etnomatemática”.

O livro editado pelas Edições Húmus é o primeiro publicado em Portugal sobre Etnomatemática, e reúne um conjunto de textos de grande valor científico organizado em quatro grandes secções, a saber:

- Etnomatemática e a produção de ideias matemáticas em diversos contextos culturais.
- Etnomatemática e educação matemática.

- Etnomatemática e investigação matemática.
- Publicações etnomatemáticas.

A introdução, do professor da Universidade de Coimbra, Jaime Carvalho e Silva, contextualiza a obra de Gerdes e chama a atenção para o facto de a Etnomatemática se aplicar em todas as sociedades, concluindo que este livro pode ser um relevante material de trabalho para os professores de Matemática em Portugal.

Ao longo das duzentas e oitenta páginas que constituem o livro, o autor analisa as grandes temáticas acima referidas.

Na primeira secção, refere os “sistemas africanos de numeração”; mostra que “as culturas africanas produzem conhecimentos matemáticos desde tempos imemoriais” – revelando automaticamente a ignorância e o preconceito europeus, quando se afirmava que os africanos não tinham capacidades matemáticas; explicita os conceitos matemáticos envolvidos na criação de peças do artesanato africano e de outras regiões do mundo.

Na segunda secção mostra como as relações entre a cultura e a Matemática podem ser decisivas para uma mais eficaz aprendizagem desta, não só porque cria novos instrumentos de trabalho, mas fundamentalmente por “facultar-lhes reais possibilidades de desenvolverem plenamente as suas capacidades potenciais” (pág. 143), por “aumentar a autoconfiança de todos os alunos (...) [a] autoconfiança nas suas capacidades e talentos individuais, autoconfiança nas capacidades e talentos do seu grupo cultural, do seu género, da gente da sua classe [por] (...) valorizar as contribuições dos vários povos e grupos culturais para o desenvolvimento das ciências, da tecnologia, das artes e da educação” (pág. 144). É nesta senda que continua mostrando como a Etnomatemática pode “matar” o medo pela matemática que miúdos e graúdos nutrem, não se limitando a formular princípios gerais mas também a analisar múltiplas situações concretas profundamente enraizadas numa longa experiência. A “exploração matemático-educacional dum jogo de meninos fulbe nos camarões” ajuda a mostrar a ligação da Matemática à vida e o facto de estar ao alcance de todos.

O autor termina esta secção com uma completa e concisa história da Etnomatemática (Etnomatemática e Educação Matemática: uma Panorâmica Geral), dela resultando claramente a universalidade epistemológica e pragmática desta ciência, e uma sua pormenorização para Moçambique.

Um dos aspectos extremamente interessantes na obra de Gerdes é o facto de mostrar que a leitura matemática dos artefactos construídos, dos jogos praticados, da comunicação realizada é um estímulo à investigação matemática. Os trabalhos dos artesãos contêm cálculos matemáticos e capacidades de abstracção que a Etnomatemática revela. Esta formalização matemática conduz por vezes a problemas matemáticos novos, a conceitos e relações úteis para os progressos da Matemática “pura e dura”. É o que pretende mostrar de uma forma precisa no artigo que constitui a terceira secção: “A investigação etnomatemática como estímulo para a pesquisa matemática”.

Finalmente, na última secção faz algumas referências bibliográficas à Etnomatemática.

Estamos a falar de Etnomatemática.

Provavelmente já ressaltou do anteriormente referido que é uma ciência que tem como objecto de estudo a leitura matemática dos produtos culturais, que é, de alguma forma, uma intercepção entre acção cultural e conhecimentos matemáticos.

Para uma abordagem mais precisa, o melhor é citarmos Gerdes:

A Etnomatemática é a área de investigação que estuda as multifacetadas relações e interconexões entre ideias matemáticas e outros elementos e constituintes culturais, como a língua, a arte, o artesanato, a construção, a educação. É a área de investigação que estuda a influência de factores culturais sobre o ensino e a aprendizagem da matemática. É a área de investigação que estuda os conhecimentos matemáticos dos povos chamados “indígenas”. A Etnomatemática é também a área de investigação que estuda os saberes e saberes-fazer matemáticos adquiridos e desenvolvidos na actividade prática, pelos vendedores nas ruas, pelos trocadores de dinheiro, pelos cesteiros, pelos pintores, pelas costureiras, pelas tecelãs, pelos jogadores de diversos desportos, pelas cozinheiras...

A Etnomatemática mostra que ideias matemáticas existem em todas as culturas humanas, nas experiências de todos os povos, de todos os grupos sociais e culturais, tanto de homens como de mulheres. (pág. 156)

De tudo o que afirmámos, só podemos concluir que é um livro importante. Importante para quem tenha preocupações culturais, importante para quem tenha que ensinar Matemática ou queira contribuir para um melhor aproveitamento escolar na Matemática, importante para quem

queira aplicar a Portugal a Etnomatemática e criar projectos de investigação nessa área.

Diria ainda que é importante para todos quantos têm “complexos” em relação à Matemática, mostrando como esta está presente no nosso quotidiano.

Gerdes é um cientista e, como tal, sabe delimitar o seu campo de análise, precisar as suas afirmações, evitar especulação sobre possíveis utilizações da Etnomatemática por outras áreas do conhecimento que ainda não encontraram referências tão sólidas quanto a Matemática. Louvamos essa atitude, mas atrevemo-nos nos pontos seguintes a, por nossa responsabilidade e risco, ultrapassar um pouco esses limites.

1. A Ciência é um tipo de conhecimento que tem as suas regras de produção, de difusão e de aplicação. Contudo os segmentos da realidade em que incide a sua análise, a metodologia utilizada e as formas que assume é um produto cultural. A exploração desta constatação conduz-nos para a interculturalidade do conhecimento científico. A Etnomatemática – incidindo numa ciência justamente considerada como exacta, fortemente protegida da falseabilidade popperiana, com o rigor da dedução milenarmente estabelecida – é uma ciência particularmente útil para este tipo de exploração. Será que a Matemática que estudamos é uma das Matemáticas possíveis que se impôs porque a Europa se impôs cultural, social e politicamente? Se respondermos afirmativamente, o que não é garantido, é viável uma síntese intercultural dos saberes disciplinares?

Não temos respostas para estas, e outras questões, mas devemos ter a ousadia de, não pondo em causa o rigor da Etnomatemática, repensar as nossas certezas, equacionar novas problemáticas. Temos de ter a ousadia de o fazer, sabendo que estamos em terreno filosófico e científico difícil, trilhando fronteiras de grandes disputas.

Quem queira explorar estes desafios intelectuais, encontrará em FERNÁNDEZ um primeiro desafio, ao fazer uma comparação entre a Matemática europeia e a “Matemática” – as aspas correspondem às suas hipóteses de partida – chinesa:

Pues bien, ésta es la hipótesis fuerte con la que propongo jugar. Las matemáticas, lo que suele entenderse por matemáticas, pueden pensarse como el desarrollo de una serie de formalismos característicos de la peculiar manera de

entender el mundo de cierta tribu de origen europeo. Por ser sus primeros practicantes habitantes de ciudades o burgos, podríamos llamarles la 'tribu burguesa'. Y a sus matemáticas, 'matemáticas burguesas'. Estas matemáticas burguesas, en las que todos (tal vez, sólo casi todos) hemos sido socializados, reflejan un modo muy particular de percibir el espacio y el tiempo, de clasificar y ordenar el mundo, de concebir lo que es posible y lo que se considera imposible¹.

2. Hoje chama-se frequentemente a atenção para os conhecimentos tácitos (“os que resultam sobretudo de uma experiência pessoal e intransmissível, isto é, ligados ao plano da singularidade existencial do indivíduo (...) logo, conhecimento experimental, intuitivo e que exige o face-a-face de modo a que a comunicação se efective”²) e para a sua importância em diversos campos da actividade económica. Associado a este conceito surge frequentemente o de conhecimento endógeno que tende a ser hipervalorado por alguns autores ao tratarem da problemática do desenvolvimento³.

Estamos perante uma temática que ainda carece de muita análise crítica e de uma reapreciação da sua validade epistemológica e social, mas também aqui a Etnomatemática pode dar um importante contributo para o seu estudo. Se faz sentido falar em conhecimento tácito, se faz sentido falar em conhecimento endógeno, muitos aspectos trabalhados pela Etnomatemática estão certamente englobados nessa designação e são um ponto de partida sólido para a sua investigação.

Enfim, um livro a não perder. Um livro para meditar. Um livro para repensar o que considerávamos já estar pensado de uma forma definitiva.

1 FERNÁNDEZ, Emmánuel Lizcano. 2004. As matemáticas da tribo européia: um estudo de caso. In Etnomatemática, Currículo e Formação de Professores, edited by G. Knijnik, F. Wanderer and C. J. d. Oliveira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. Também possível de encontrar em LIZCANO, EMMÁNUEL. 2006. Metáforas que nos pensan. Sobre ciencia, democracia y otras poderosas ficciones: Ediciones Bajo Cero.

2 Retirado de Ana Catarina Abrantes & Rui Pedro Castro, “NOVA ECONOMIA: O Desafio de Gerir Conhecimentos”, trabalho da disciplina de Estudos Económicos Aplicados, 2003/2004

3 Vide, por exemplo, Negrão, José Guilherme. 2001. Como induzir o desenvolvimento em África? Documento de Trabalho CESA, (61):25. Começando por lançar uma questão, “A pergunta, todavia, mantém-se, como induzir o desenvolvimento? Como assegurar que o investimento a realizar tenha os efeitos multiplicadores para que o desenvolvimento se torne endógeno ao próprio continente”, refere mais à frente que “Em matéria de capital humano as conclusões apontam para o desenvolvimento das capacidades endógenas, incluindo do conhecimento tecnológico, ao nível local. A transferência de conhecimento deve assentar no conhecimento endógeno existente no local” A endogeneidade sistematicamente referida a propósito de situações diversas e com diferentes significados.

ARMÉNIO VIEIRA, MITOGRAFIAS

Maria Luísa Baptista

Pág. 361 a 369

Arménio Vieira é autor caboverdiano (Praia, 1941) – uma voz singular, autêntica, cujo perfil estético se vem progressivamente definindo e apurando, numa produção vigorosa, succulenta, de leitura particularmente estimulante, ainda que por vezes enigmática.

Na verdade, na sua oficina literária, conhecida há largos anos pela colaboração em numerosas revistas (caboverdianas, portuguesas, angolanas)¹, pela presença em antologias como as de Manuel Ferreira, *No Reino de Caliban I* (1976), de Luís Romano, *Contravento. Antologia bilingue de poesia Cabo-Verdiana* (1982), de Manuel Ferreira, *50 Poetas portugueses* (1989), na sua oficina – dizia – forjaram-se também quer a novela *O Eleito do Sol* (Praia, ICL, 1989), quer, mais recentemente, a recolha de poemas *Mitografias* (Cabo Verde, Ilhéu Editora, 2006). Acrescente-se a tempo que em 1976 fora distinguido com o primeiro prémio dos Jogos Florais.

Desta última obra focaremos de seguida vectores que se nos afiguram nucleares. Antes, entretanto, reflectindo uma obra literária – directa ou indirectamente – o lastro vivencial do seu autor, apontaremos breves traços biográficos de Arménio Vieira. Com efeito, o que o poeta escreve inclui-se no seu perfil humano, nem que seja a contraluz.

Arménio Vieira conheceu muito jovem a dureza da interrupção dos seus estudos regulares, seguida da da prisão política (PIDE), seguida da da incorporação na guerra colonial em Angola, seguida da do desemprego prolongado. Trabalhou como ajudante de meteorologista, como professor de Português, como jornalista.² Estas actividades – e o tempo disponível

1 *Cabo Verde, Seló, Imbondeiro, Vértice, Raízes, Mákua I, ...*

2 LABAN, Michel - *Cabo Verde - Encontro com Escritores*, vol. II, pp. 501- 534, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1992. GOMES, Aldónio e CAVACAS, Fernanda – *Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1997. LOPES FILHO, João – *Voices da Cultura Cabo Verdiana Cabo Verde visto por Cabo-Verdianos*, pp. 193-197, Lisboa, Ulmeiro, 1998.

das inactividades forçadas – ter-lhe-ão permitido quer reflexão sobre a própria experiência vivencial, quer o gosto de apurar a pena, quer ainda a oportunidade de consolidar o conhecimento crítico das culturas helénica e bíblica, pilares estruturantes da civilização ocidental, o conhecimento de numerosos autores de coordenadas temporais mais próximas das suas próprias.

Deste poeta, que rompe em vários sentidos com figurinos, deste poeta consciente do carácter ímpar da sua produção, atentemos na última obra publicada, apreciemo-la, isto é, comecemos a apreciá-la. Trata-se de *Mitografias*.

A aproximação que tentaremos só pode confessar-se como um incipiente, inócuo *strip-tease*, já que a opacidade do discurso poético lhe é em geral inerente, já que, de forma expressa, Arménio Vieira intenta “ocultar” o referente directo no intuito de universalizar o âmbito do seu canto. Concha, espiral que tanto se pode enrolar como desenrolar. Cada leitor então aprofundará a desvenda, à procura da íntima verdade poética.

O Título

Atendendo aos elementos de formação da palavra mitografias, não nos é difícil concluir, sendo ambos de origem grega (mito + grafia), que a palavra poderá significar algo como ‘ciência dos mitos’ ou ‘exposição de fábulas antigas’ (sugestão dos dicionários ‘práticos’). Interrogamo-nos então:

- apresentar-se-nos-á uma nova versão, actualizada, das lendas gregas, de roupagens actuais, cenários e discurso contemporâneos? Intenções subjacentes de grande divulgação, pedagogia de massas?
- ou tratar-se-á meramente de poesia relativa à mitologia clássica, em torno dos *topi* consagrados, numa eventual reformulação formal?

A perplexidade instalada perante o enigmático título é por si só um elemento propulsor da necessidade de uma resposta à curiosidade incisiva. Motivador, bom título!

O Índice

Aberto o livro, depara-se-nos de chofre o *Índice*, sem qualquer texto de apresentação do Autor ou da obra. Nudez estreme sob o olhar do interessado leitor, literalmente nas suas mãos.

Observa-se que a obra se articula numa estrutura tripartida:

- Canto das Graças – 7 poemas – pp. 8 – 14 – 7 pp.
- Dez poemas mais um – 10 poemas* – pp. 16 – 26 – 11 pp.
- Mitografias – 67 poemas – pp. 28 – 117 – 88 pp.

Observa-se também o número crescente de poemas em cada parte, sendo a última, como o seu título faria depreender, a que vai dar o nome à totalidade da compilação.

Canto das Graças

Como se de uma litania se tratasse, cada um dos sete poemas inicia-se por uma mesma estrutura (“Graças dou por...”) que acaba por conferir à sequência o estatuto de ‘conjunto’, unidade formada de subunidades melódicas (“Canto”). Do mundo bíblico das mil e uma noites a Fernando Pessoa, passando por Spinoza, Camões e Rimbaud, a cada entidade o poeta agradece o seu contributo de beleza, a sua ruptura criativa ao longo da história da estética literária.

As personalidades evocadas são de estatura excepcional, mítica, videntes de um tempo, uma verdade, inacessível ainda ao comum dos seus contemporâneos. Em rigor todavia nenhum nome nos remete para a esfera da Antiguidade Clássica. De assinalar, curioso, o último agradecimento – às flores (beleza, perfume e música) evocadoras de um amor antigo.

Dez poemas mais um

Nesta série de poemas dedicados a João Cabral de Melo Neto, o Autor começa por, em cada um, interpelar o poeta brasileiro utilizando um processo de tipo anafórico semelhante ao que encontrámos em “Canto das Graças”.

* Na realidade contam-se não “dez” mas nove poemas, “mais um”.

Solidário com o cantor dos deserdados do Nordeste brasileiro e sobretudo com eles próprios, Arménio Vieira desfia, de olhos irmãos, o rosário das suas adversidades.

O despojamento formal, timbre do poeta, acentua-se, a contenção expressiva – na selecção vocabular como na construção frásica – sublinha todas as carências, todo o infortúnio em que só a fome, a sede, a dor e enfim a morte abundam.

Este núcleo, tenso na sua solenidade crua, fecha com a sóbria exaltação do cantor do Nordeste, João Cabral, poeta que, partindo de elementos tão prosaicos como *feijão*, *pedra*, *cabra*, particularmente significativos naquelas paragens de carestia, se eleva à condição livre do “pássaro” e “canta”.

Mitografias

Vimos de um “Canto das Graças”, hino à beleza universal nas pessoas de ínclitos criadores, seguimos por um hino ao Amor dos Outros, preocupação social, – “João” é o vocativo, de coração solidário, atento à condição dos excluídos, o destinatário natural da homenagem de Arménio Vieira.

Eis-nos agora perante o corpo central da obra, a parte mais extensa, a mais problematizante, por certo a mais densa; como se as duas partes anteriores funcionassem como intróito, antecâmara, epígrafe deste mar largo que vai ser “Mitografias” – o Belo, os Outros. É aqui que melhor se vai ter possibilidade de apreciar o proteísmo da expressão poética e sobretudo a atitude de frontal desassombro face ao poder, às instâncias socio-políticas, religiosas, ideológicas, face enfim a um cosmos instalado, triturrante, desumano. Amplia-se o espectro do referente poético, tende-se a do factual se passar à sua universalização, a abranger quanto é humano. Da historieta, do caso ao mito. E, se há mitos que permanecem, se há mitos que emergem, há seguramente mitos a abater. Arménio Vieira revisita mitos na acepção mais lata que o significante possa assumir (do sentido estrito de ‘narrativa de proezas de deuses e semideuses’ ao de ‘composição / efabulação puramente imaginativa’) e, partindo de um conhecimento profundo e muito elaborado das culturas judeo-cristã e helénica, como

da cultura ocidental *lato sensu*, revê e questiona conceitos e ilações. Toda uma construção milenar abala / pode abalar. Por outro lado, Arménio Vieira faz subir ao pedestal os seus heróis – novos heróis, novos mitos. Arménio Vieira precisa de ser largamente ouvido, largamente divulgado.

Se Heraclito e a implacável passagem do tempo constituem uma constante iniludível (cf. “Heraclito”, p. 81), se a insana busca romântica do (amor) absoluto e consequentes decepção, desgaste, indiferença, teimosamente se mantêm (“Mulheres”, p. 36), então é porque se trata, sem dúvida, de mitos que permanecem. Como unha e carne na inerência do Humano.

Se, por outro lado, Apollinaire, sonhador, ainda se ilude com o esplendor da guerra (“Apollinaire nas trincheiras”, p. 50), diga-se-lhe então que mais valem os afectos e inscreva-se o anti-belicismo como um dos novos mitos. Eleja-se Rimbaud, de puríssimo canto, que se ‘suicida’ aos dezano-ve anos, mas que esteticamente não se vende. Juntem-se-lhes, por exemplo, Baudelaire, Maiakovski, Neruda ou Lorca, os que vivem na coerência do fio do Ideal, os que não se mentem, que não mentem, poetas malditos, a esmagar por massas ignaras, rápidas na condenação, na aniquilação do diferente, do visionário.

Estes serão os novos mitos, os novos heróis, afinal eles ou os livros, registo da beleza destruída: “porque somente nos poemas / se encontram aves que ainda cantam” (p. 65). Subam estes ao pedestal.

Na especialíssima, originalíssima leitura que Arménio Vieira faz dos faróis que, desde eras muito longínquas vêm norteando a navegação do homem ocidental, merecem-lhe particular atenção a actuação e os ditames dos mentores religiosos, no gesto arrogante, prepotente, arbitrário a que subjazem as intocáveis prerrogativas do dogma – a omnisciência, a onnipotência. Assim, o poema “Quando a chuva não chove” (p.32), por exemplo, satiriza a atitude de humildade, resignação e agradecimento que os crentes são incitados a assumir sobretudo quando sujeitos a uma série de adversidades. Tal só poderá conduzir à aceitação submissa, subser-viente e nunca à acção construtiva, à luta pelas soluções, à reivindicação

do justo. Para eterno sossego dos poderosos. O poeta grita por fim: “Vai para o Inferno, que o Céu não existe!”

Eis um mito que estremece. Outros casos veremos:

“Interpelação ao Pai” (p. 45), Vieira ousa por em causa os critérios divinos de arbitrária exaltação / condenação dos chefes bíblicos, como, em “Analogias” (p. 47), ironiza, desmascarando a crença de que a morte não é o fim: com efeito, Cristo ressuscita, mas Sócrates não. Deus, por outro lado, cerceia o sonho e a liberdade – prefere fé e submissão aos dogmas; por isso, o Poeta é a negação de Deus e a vitória sobre Ele (“Hai-kai”, p. 66). O conceito de *Inferno*, analisado em diversas acepções – da ingénua e convencional iconografia beata, passando pelo petrarquismo e seus “infernos de amor” – já não colhe; «No entanto – conclui A. Vieira – há infernos sérios, / pavorosos como o vento, ciclónicos / não cabem nos livros, ninguém os pinta» (p. 69). Essa será a realidade que importa enfrentar e solucionar. Entretanto, os deuses riem, cínicos, da inocência humana que crê num paraíso (beleza que o Poeta viu num jardim) (“Flores do Paraíso”, p. 70). Uma particular teogonia evolucionista inverte “à sua imagem e semelhança” para concluir: «Depois, encontrou-se / o verdadeiro rosto de Deus, afinal o próprio / rosto do homem reflectido em águas paradas» (“A Explicação dos Deuses”, pp. 72-73). Conclusão em que não deixa de ser intencionalmente equívoca a expressão final: se o espelho natural só se obtém pelo estatismo do fluido, a imagem poderá também ser lida como símbolo de estagnação, negação de uma superação.

Fecharemos esta selecção com a referência a “Exercício teológico” (p. 74), ironia sobre a onnipotência de Deus, comparado a Masoch e a Sade.

Desta resenha sublinharemos o ataque sem tréguas ao obscurantismo, a uma religião / um deus que domina e não emancipa o homem, que o vê com arrogância e cinismo. Arménio Vieira invectiva e não deixa o leitor indiferente: exige-lhe uma tomada de posição, promove-o, tornando-o activo participante no acto – afinal de criação – que é também a recepção (cf. “Construção na vertical”, p. 28: «Quando estiver concluído, / não as-sines, o poema [já] não é teu.»)

Este zurzir de lúcida crítica de mitos cuja fragilidade racional só é compensada por um drástico policiamento das consciências – o argumento da autoridade, o dogma e o espectro do Inferno – tanto quanto pela manutenção / fomento de um acriticismo bacoco e comodista, irá atingir outros domínios. Sob os focos de Vieira se perfilarão, entre outros,

- o paradigma convencional do Herói, flagelador e incendiário (“Homens terríveis”, p. 42)
- a vénia incondicional a homens considerados excepcionais (“Excentricidades gregas”, p. 78) quando, como humanos, são contraditórios (excepcionais, mas, por exemplo, supersticiosos)
- a atitude de demissão atávica dos que preferem a súplica aos deuses à própria acção deliberada (“A que deusa ou deus?”, p.85)
- a displicência dos deuses para quem os conflitos humanos funcionam como jogo de dados gratuito (“Metáfora”, p. 92)
- a exploração humana do Homem (“Die Welt als Wille und Vorstellung”, p. 83)
- a ‘divina’ aliança arte – moral no mais desassombrado decerto de todos os poemas (“Nietzsche versus Schopenhauer versus Buda & J. C.”, p. 84): num discurso que atinge a irreverência sacrílega, exalta o Homem, i. e., o Super-Homem
- o comprazimento sádico no espectáculo apocalíptico da carnificina e da dor (“Crueldades”, p. 112)
- o mito do Poeta, homem extraordinário (“Eu sou como sou”, p. 43) – caso a incluir num núcleo que apeteceria designar como “Ars poetica”, já que envolve uma série de aspectos adentro da metalinguagem do texto / da condição do poeta. Assim destacaremos “Construção na vertical”, p.28 e “Abre-te, Sésamo!”, p. 67 (contra o mito da ‘inspiração’ poética); “Quevedo e Gôngora”, p. 48 (crítica irónica à utilização de processos rebuscados na elaboração da poesia, ou, tomando a expressão de Arménio Vieira, pela “metaforização do discurso”, mas não em excesso!); “Prosa e poesia”, p. 49, poema em que se confessa a irrelevância da distinção dos conceitos; “2 Quintetos”, p.75 (contra a logorreia); “Epopéias”, p. 40 (contra a reprodução cega de modelos obsoletos, literários ou outros); “Quem passa?”, p.99 (para atingir um objectivo, é necessário enfrentar e dominar os obstáculos).

Um espírito lúcido não se compadece com “vãs façanhas / fantásticas, fingidas, mentirosas”⁴, por mais poéticos, piedosos, louváveis que sejam os seus intentos. Não pode ignorar. Não pode calar. Ver claro e fazer ver claro é também o múnus cívico do poeta, do pensador, do intelectual *lato sensu*. Uma sociedade esclarecida e crítica exige a revisão objectiva e a depuração do seu repositório de afectos, pela leitura distanciada, racional dos mitos e lendas que lhe sedimentam a História; exige também a remoção do que lhe compromete, por obscurantista, o crescimento limpo, saudável e adulto. É que há detritos que não servem de adubo, putrefazem a terra, comprometem as colheitas futuras.

Depurar é o que faz Arménio Vieira nesta sua obra escorreita, corajosa, bela: discurso másculo, sem concessões⁵, provocatório, jogando frequentemente com a surpresa (desde os títulos) e sobretudo com a ironia («Sou dos que pensam que a literatura não é uma coisa necessariamente séria»)⁶. Vieira exprime-se de forma despojada, ainda que por vezes esfíngica ou mesmo hermética. Poderá desiludir o leitor que na poesia aprecia sobretudo a musicalidade da palavra, a harmonia do ritmo, a expressão linear da ideia. Vieira é de outro modo: a beleza do poema nasce-lhe algures eventualmente, por exemplo, do poder sugestivo de inesperadas associações vocabulares, de uma sintaxe de sucessivos encaixes (que nem “matrioscas”), de quantos outros meios tão originais quanto esteticamente eficazes.

A ironia multiforme passa por procedimentos que, entre outros, vão desde a utilização de uma construção paródica da silogística (o raciocínio levado ao ridículo), ao uso do quase arcaizante “o qual”, ao emprego inadequado / deslocado do léxico (inclusive coloquialismos e mesmo calão), à sintaxe gongorizante, à inversão expressiva da organização natural da frase, à construção de frases em que a proposição principal, ainda que elidida, não faz falta, à exploração desconcertante do non sens, etc, etc.

3 CAMÕES, *Os Lusíadas*, I, 11.

4 Assume expressamente o seu sentido libertário: “Um poeta [...] não está com o poder...” – Michel Laban, op. cit., II vol., p. 523.

5 João Lopes Filho, op. cit., p. 197.

O riso (a gargalhada) – dissera-o Eça – abala e faz ruir instituições. Vieira sabe-o. Discreto, intitula a sua obra como *Mitografias*. Bem poderia chamar-lhe *Mitoclastias*.

LEÃO LOPES
CAPITÃO FAREL

Maria Luísa Baptista

Pág. 371 a 376

Não sei nada de piratas, mas a introdução fantasiosa, fantástica, que *Capitão Farel* permite a tal mundo é verdadeiramente fascinante. Não me converterá à pirataria, que já é tarde para os excessos românticos dos vinte anos, mas só posso aplaudir vivamente toda a sábia artilharia estético-literária e pedagógica que lhe subjaz. Com efeito, a mestria de manipulação dos processos utilizados, numa adequação perfeita à matéria em causa e aos prováveis interesses e gosto dos destinatários visados (“todos os meninos do mundo”), tal saber e tal prática vão desaguar num efeito encantatório, envolvente, desde os capítulos iniciais.

Poder-se-á dizer que, de certo modo, Leão Lopes actualiza no protagonista desta obra a figura dos ancestrais contadores de histórias, preciosos repositórios do conhecimento em comunidades predominantemente ágrafas; de modo idêntico, dirigindo-se a *in-fantes* (etimologicamente ‘os que — ainda — não falam’), o Autor instila nas jovens mentes tanto quanto nos seus corações, a curiosidade e mais a informação, novos elos de transmissão de memórias e vivências. Fâ-lo num tom poético que caracteriza o diálogo Narrador – Capitão Farel, em que a fronteira entre o real e o sonho se esfumam, como nas neblinas de Novembro da bem amada Santo Antão – bem amada por Farel, *por coincidência* berço de Leão Lopes.

O título da obra é de imediato o primeiro elemento apetitoso, convidativo ao conhecimento da “Fabulosa História” de um pirata tratado como ‘Capitão’: tudo são maiúsculas, de resto, e a coisa deixa-se assim, desde logo, antever como algo de provavelmente extraordinário. Além disso, a excelente ilustração da capa (como aliás todas as outras) é singularmente expressiva: a criança da imagem bem pode funcionar como o *eu* do leitor/ouvinte visivelmente interessado nas inimagináveis revelações de um

velho, poço de sabedorias acumuladas durante uma existência tão longa que se tornou mítica. Na verdade, *Capitão Farel* é uma magnífica oportunidade para leitura acompanhada, quer pela dramatização que propicia, quer pela extensão conversacional de esclarecimentos vocabulares e factuais, quer ainda pelos laços de afecto que, mediante a história, se revigoram. Criam-se ou desenvolvem-se cumplicidades, empatias, confiança mútua, companheirismo.

O carácter cativante da leitura não para de se acentuar, pela criteriosa distribuição da acção em capítulos curtos, com remissões frequentes para o já narrado (apoio da memória, sedimentação do aprendido), com um modo muito elaborado ainda que na aparência trivial de abrir caminho para novos territórios da curiosidade, isto é, para novos degraus de auto-superação. As *histórias* encadeiam-se, enredam-se, o protagonista, narrador primeiro, passa a ouvinte, **Capitão** torna-se protagonista/narrador e passa a palavra aos heróis das suas façanhas (suas vivências), seus pares. A esta técnica de sobreposição de planos de narração não será com certeza alheia a experiência do Autor como cineasta. Na verdade, a contaminação dos processos resulta francamente num visualismo a três dimensões, numa aproximação em grande plano do episódio a actualizar, num certo 'verismo' convincente. Tal processo vem sublinhar, de resto, o que o Autor desde o início garante e reitera: “esta história é verdadeira, o meu Capitão existe” [...] “Todos os piratas que vão encontrar neste livrinho são personagens históricas e conhecidas” (p. 10). Aliás, a autenticidade será cunhada no retrato do pirata justamente pela fuga ao convencional, ao estereótipo: um pirata sem olho de vidro nem perna de pau, sem largas calças de lona desbotada nem tricórnio sebento, etc., etc., *apenas*, todavia, de barba hirsuta, sobranceiras espessas, olhos transparentes cor de água e um longo e bonito monóculo extensível (p. 13), traços identificadores indispensáveis. O narrador primeiro (ou o Autor?) não deixará, entretanto, de referir a existência de “provas” a confirmarem a veracidade da história, já que, aliás, se tinha comprometido a resgatar do esquecimento para os habitantes de Fontainhas a memória do seu pirata.

O perfil humano do Capitão, a multiplicidade pícara das suas vivências envoltas numa aura de mistério e segredos a desvendar, a busca da

utópica Libertália, casam na perfeição com a avidez adolescente de saber, com o sonho de uma realização ímpar, nunca vista.

Estes e outros condimentos, criteriosamente administrados, vão permitir a inclusão desmitificadora de uma História não encolarinhada nem abstracta: tanto a fome e a imundície de Londres e do País de Gales, que levam crianças de treze anos a fugirem clandestinamente nos barcos que por lá aportam, como, por exemplo, o comércio negreiro que envolveu a grande Europa – civilizada – durante séculos; ou as fomes caboverdianas devidas à lestada e, consequentemente, à seca.

Estas e outras informações assentam em convenientes e oportunas considerações sobre o clima, directa e inteligentemente relacionadas, por exemplo, com a orografia ou o regime de ventos:

Dos soberbos picos dos montes que protegem Fontainhas dos ventos do nordeste, destaca-se o de Manel Jeí / [...]; A neblina cerrada e leitosa cobria de Setembro a Março a grande, bela e serena montanha virada a norte, envolvendo-a num véu brumoso lembrando em cada ano a história que parecia esconder. Em Fontainhas apenas se contavam duas estações do ano. A estação do sol nascente e a estação do sol ausente. (pp.45 e 46).

Incorporando o saber tradicional, aludir-se-á aos festejos do Dia do Sol, quase “esvanecidos da memória”, e que, por necessidade absoluta de preservação, em defesa da própria identidade local, o Capitão decidiu contar. Neste intento de perpetuação de uma identidade se inclui a caracterização e enumeração de produções e actividades, ilha a ilha. Eis a consciência do restabelecimento a operar no orgulho justo de quem foi *uma gente alegre e laboriosa, uma gente viva e empenhada* (p.51), já que, *perdendo o sentido da festa, perdendo a música, a evocação do canto e da dança, perdemo-nos de nós próprios.* (p.51).

E assim, caminhando sem se dar por isso pela Geografia e pela História, se aprendem os oceanos, os continentes e as ilhas, se incorpora subtilmente todo um vasto léxico de cunho náutico a propósito das grandes navegações, sem que os piratas sejam exactamente os ‘maus da

fitas', mas tão só o produto de epocais circunstâncias de carência, não mais condenáveis possivelmente do que os nautas ao serviço oficial das potências europeias (sobretudo Holanda, Inglaterra, França, Espanha, Portugal).

O fascínio exaltante da desvenda de mundos ex-óticos (isto é, 'à margem do caminho') compreende o reverso da medalha, traduzido em intempéries naturais (borrascas sem nome, risco de naufrágios, naufrágios mesmo, prejuízos), ataques de inimigos, doenças (escorbuto, diarreias, ...) por múngua de alimentos frescos e água potável. Pungente mas necessária é a referência à acção do cirurgião de bordo que, praticamente sem meios, deverá actuar sem perda de tempo, forçado a dispensar anes-tésicos e anti-sépticos. Por outro lado, Capitão não deixará de aludir às duras actividades de reparação de danos nos navios após os temporais, durante as calmarias que não permitem a continuação da viagem.

E, no meio de todo este vasto palco que as marinhas tornaram familiar, porque contadas de forma compatível com a capacidade intelectual dos sujeitos leitores/ouvintes, aí mesmo no meio, centro do mundo, as gentis e esforçadas ilhas de Cabo Verde (Santo Antão no coração), a beleza de suas montanhas, ribeiras, vales verdes e praias ora de areia branca ora preta, com suas produções e actividades transformadoras típicas, com as ocorrências específicas que lhes marcam a vida, a elas e aos homens que estoicamente as habitam, as sabem apreciar e usufruir.

Notar-se-á ao longo de toda a narrativa o delicioso tom poético do discurso, que, entretanto, não deixará de ir adequando o seu registo à expressão de um narrador adulto, mesmo quando não se trata de Capitão Farel. As nimbadadas referências à despedida / à morte assumem um tocante tom elegíaco, que bem pode contar com a reacção emocionada do receptor, de qualquer receptor, aliás. De referir, todavia, que será a memória – e isso o Autor/Capitão sublinha-o – que virá resgatar do esquecimento todo o vigor de vivências seculares. Não foi de facto despicienda a relação estabelecida com o leitor ao longo da obra, relação que passa pela sua própria interpelação. Um só exemplo:

O que é que esta história tem a ver com Thomas Farewell e o facto

de ele ter sido confundido com francês, poderão perguntar. Mas, já lá vamos ter. (p. 64)

É, de resto, este tratamento em paridade, esta não infantilização do interlocutor, que também distingue esta de tantas outras bem intencionadas histórias em que o leitor criança se sente inferiorizado, considerado como menos capaz.

Um outro factor que contribui positivamente para uma leitura aprazível consiste numa selecção vocabular clara e acessível, com criterioso recurso ao léxico estritamente caboverdiano, o que amplia o âmbito de difusão desta bela obra para além da fronteira insular, como efectivamente merece. (Ocorrências como *tarrafê*, *barafula*, *trapiche*, *sangue de drago* ('dragoeira') conferem uma justa cor local, sem prejuízo do entendimento do texto).

A conseguida recuperação da saga pícara de Thomas Farewell a partir da "...nesga muito fininha da memória" dos meninos da ilha resulta de uma amorosa acção de restauro palimpséstico, fio de Ariadne vindo de um jogo infantil; isto segundo o que, em gesto de singular discrição, Leão Lopes nos informa na última página do seu **Capitão Farel**. Aí é que estava, afinal, a chave do tesouro da Gran Praia ...

Saudaria ainda de novo Joana Campante, pela qualidade das suas ilustrações.

Atrever-me-ia a sugerir que uma futura edição da obra incluísse como anexos mapas diversos (planisfério, o Atlântico, o arquipélago de Cabo Verde, cada uma das suas ilhas). Isso facilitaria ainda mais a compreensão das histórias, no apoio visual que o suporte constituiria.

Numa nota final, se me é permitido, gostaria de por à consideração da Editora a conveniência de uma cuidada revisão gráfica de obras de elevado cariz estético-literário, como é o caso de **Capitão Farel**, de LEÃO LOPES.

Parabéns a Leão Lopes pela sua bela obra, contributo inestimável para a difusão da cultura, fonte de prazer para crianças e adultos, sonho e liberdade feitos livro.

RESUMOS

África - Que Desenvolvimento?

Jacinto Rodrigues

Resumo

Este artigo pretende estabelecer um diagnóstico actual ao modelo civilizacional e à crise ecológica.

Com efeito, a tecnosfera produzida ao longo do processo histórico, criou um impasse à regeneração da biosfera. A saída deste modelo passa pelo decrescimento sustentado das energias fósseis e da contaminação produzida pela tecnosfera, criando uma alternativa ecotecnológica, assente em energias renováveis.

A emergência do pensamento ecológico, a ecosofia, poderá contribuir para a transformação do actual modelo civilizacional esgotado, em desenvolvimento ecologicamente sustentável, se forem criadas as condições sociais e políticas.

Palavras-chave

Tecnosfera; Ecotecnosfera; Tecnociência; Ecotécnica; Decrescimento sustentável; Crescimento; Desenvolvimento ecologicamente sustentável; Ecosofia; Energias renováveis; Participação social; Auto-Gestão; Paradigma;

Résumé

Cet article vise à établir un diagnostic au modèle actuel de la civilisation et de la crise écologique.

En effet, la technosphère produite au cours de l'histoire, a créé une barrière à la régénération de la biosphère. La sortie de ce modèle est la décroissance durable des combustibles fossiles et de la contamination produite par la technosphère, ainsi que la création d'une alternative ecotechnologique, basée sur les énergies renouvelables. L'émergence de la pensée écologique, la ecosophie, pourrait contribuer à la transformation du modèle actuel de la civilisation épuisé, dans un développement écologiquement durable, si on crée les conditions politiques et sociales.

Mots-clés

Technosphere; Ecotechnosphere; Technoscience; Ecotechnique; Développement durable; Développement écologiquement durable; Ecosophie; Energies renouvelables; Participation social; Auto-gestion; Paradigme;

Embuste do Desenvolvimento

Carlos Pimenta

Resumo

Partindo da hipótese de que o conceito de “desenvolvimento” continua a ser incorrectamente utilizado, o artigo visa demonstrar a validade de tal hipótese, explicitando o sentido da sua utilização actual e propondo conceitos e políticas diferentes.

Neste percurso começa por desmontar a utilização que normalmente é feita de “cooperação” e “desenvolvimento”. Utilizando a decomposição já consagrada de «desenvolvimento-processo», «desenvolvimento-resultado» e «desenvolvimento-utopia» e articulando-a com as teses estruturalistas cepalistas e a observação da realidade, constrói uma outra concepção de desenvolvimento. Desliga totalmente os conceitos de cooperação e desenvolvimento demonstrando a forte probabilidade de antagonismo. Chama a atenção, complementarmente, para o que é designado por “indústria da cooperação” que promove o desenvolvimento, mas exclusivamente nas economias já desenvolvidas. A concepção institucional actual de desenvolvimento é parte integrante da globalização e do agravamento das relações entre “centro” e “periferia”.

Palavras-chave

Cooperação; desenvolvimento; economia sombra; globalização.

Abstract

Starting from the hypothesis that the “development” concept continues to be used wrongly, this article seeks to demonstrate the validity of this hypothesis by clarifying the meaning of its current use and proposing different concepts and politics.

The demonstration begins by taking apart the normal use of “cooperation” and “development”. Using the already consecrated decomposition of “development-process”, “development-result” and “development-Utopia” and articulating it with the Cepalist structural theories and the observation of reality, this text builds another development conception. It totally

separates the concepts of cooperation and development and even demonstrates a strong possibility of an antagonism. It calls the attention, as well, for what is designated as “industry of the cooperation” that promotes the development, but only in the already developed countries. The contemporary institutional concept of development is a full part of the globalization and of the growing gap between “center” and “periphery”.

Keywords

Cooperation; development; shadow economy; globalization.

Mortality in Africa: an Introductory Overview

Ana Pires de Carvalho

Resumo

O conhecimento dos níveis, causas e diferenciais de mortalidade contribui para a compreensão da dinâmica da população, das suas fragilidades e das suas tendências de desenvolvimento. É também importante conhecer a sua evolução no tempo. Uma característica fundamental de uma sociedade desenvolvida é de as pessoas viverem vidas longas e saudáveis. Esta não é, contudo, a situação de África, onde os níveis de mortalidade são dos mais elevados do mundo. Mas Africa tem sido palco de profundas transformações políticas, económicas e sociais nas ultimas decadas e existe uma grande variação destes níveis no tempo e entre regiões. Mesmo as causas e os diferenciais de mortalidade tendem a variar no tempo e de região para região. O artigo que se segue faz uma introducao à situacao da mortalidade em Africa e apresenta a sua evolução e tendências. Salienta também a premente necessidade de a estudar mais e melhor.

Palavras-chave

Mortalidade; Causas de mortalidade; Diferenciais de mortalidade; Taxas de mortalidade; África

Abstract

The knowledge of mortality levels, causes and differentials contributes to the understanding of population dynamics, its fragilities and development trends. It is also important to know their evolution over time. An elementary characteristic of a developed society is that people live long and healthy lives. This is not, however, the situation in Africa, where deep political, economic and social changes have been taken place for the last decades and there is a great variation of mortality levels over time and between regions. Even the mortality causes and differentials vary over time and from region to region. The paper intents to make an introduction to the mortality situation in Africa and presents its evolution and tendencies. It also points out to the overarching need for its more and better study.

Key-words

Mortality; Mortality causes; Mortality differentials; Mortality rates;
Africa

A abundância ilusória da água em Angola: desafios ao sistema institucional

Álvaro Pereira

Resumo

O artigo que se apresenta trata da governação da água em Angola, em particular o papel do sistema institucional na sua gestão, tendo em conta o contexto regional - a África Austral - com tradução institucional e territorial na *Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)*. Procura-se dar a conhecer as orientações técnico-políticas preconizadas para a gestão dos recursos hídricos e identificar os problemas mais prementes de acesso à água, enfrentados pela generalidade da população. A incapacidade de resposta institucional às necessidades básicas de consumo de água, tem originado a proliferação descontrolada de um sector informal, com fortes repercussões nos indicadores de desenvolvimento do país e na persistência de graves problemas de saúde pública.

Palavras-chave

Angola, recursos hídricos, governação, sistema institucional.

Abstract

The paper focuses on the water policy in Angola, particularly on the role played by institutions on its management, having into account the regional context of *Southern Africa Development Community (SADC)*. More specifically, it aims at understanding the political and technical orientations underlying water resources management and also to identify the more acute problems on water delivery to populations. The inability shown by institutions to attend to the most basic needs of water consumption is at the basis of the emergence of an informal sector, with serious repercussions on the national health sector and country's development.

Key words

Angola, water resources, governance, institutional system.

As Catástrofes naturais como condicionantes do desenvolvimento dos PALOP

Carlos Garrido

Resumo

Este artigo começa por definir os conceitos de catástrofe, numa perspectiva operacional, e de economia das catástrofes. Após se referirem as principais diferenças dos impactos das catástrofes naturais nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, são apresentadas algumas estatísticas relativas aos PALOP, dando ênfase aos constrangimentos que tais catástrofes representam para o desenvolvimento económico e social destas economias e às potencialidades de uma colaboração com Portugal na resposta às catástrofes naturais.

Palavras-chave

Catástrofe; Países em Desenvolvimento; Desenvolvimento económico; Cooperação internacional; Catástrofes naturais; Resposta a catástrofes; Análise de riscos.

Abstract

This article defines both concepts of catastrophe and economy of catastrophes. The main difference between the impacts of natural catastrophes on developed and developing countries are presented, as well as statistics related to PALOP (Portuguese speaking countries). Such catastrophes introduce severe constraints to the economic and social development of those economies.

It is emphasized the potential cooperation between Portugal and PALOP in organizing an adequate response to natural catastrophes.

Key-words

Catastrophe; Developing countries; Economic development; International cooperation; Natural catastrophe; Response to catastrophes; Risk analysis.

Pancho Guedes, um arquitecto em Moçambique - - Pré-sustentabilidade ou intuição tectónica

Miguel Fernandes Santiago

Resumo

As vivências de Pancho Guedes foram múltiplas e diversas tanto no tempo como no espaço; esta dimensão nómada propõe e intensifica uma epistemologia abrangente e complexa, baseada nos valores locais e num conhecimento profundo da história.

A permanência eclética do seu discurso permitiu um estilo reconhecível – homogéneo – na complexidade e multiplicidade das “famílias” arquitectónicas, mantendo, simultaneamente, o equilíbrio entre um vocabulário próprio e um “ecletismo”, sem nunca descurar uma direcção muito pessoal. Dependendo das características do programa, das “imposições” do cliente e das contingências do processo, a sua obra possui, com maior ou menor evidência, aspectos universais, intemporais e poéticos mas também a influência do mundo colonial através dos sistemas de proporção autóctones, da métrica e de um topos que evidencia os valores sócio-culturais de determinada região, povo ou país.

Palavras-chave

Pancho, desenho, construção, erudito, popular, economia.

Résumé

Les modes de vie de Pancho Guedes ont été multiples e diversifiés, soit dans l'espace soit avec le temps: cette dimension nomade propose et intensifie une épistémologie englobante et complexe, soutenue par des valeurs locales et par une connaissance profonde de l'histoire.

La permanence éclectique de son discours a permis un style reconnaissable – homogène – dans la complexité et la multiplicité des «familles» architectoniques, en maintenant simultanément l'équilibre entre un vocabulaire qui lui est propre et un «éclectisme», sans jamais négliger une direction très personnelle. En dépendant des caractéristiques du programme, des «impositions» du client et des contingences du procès, son

œuvre possède, avec plus ou moins d'évidence, des aspects universels, intemporels et poétiques mais aussi l'influence du monde colonial énoncée par les systèmes de proportion aborigènes, par la métrique et par un *topos* qui met en évidence les valeurs socioculturelles d'une région, d'un peuple ou d'un pays en particulier.

Mots-clé

Pancho, dessein, construction, érudit, populaire, économie.

Boticas e Beberagens: a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guiné

Philip Havik

Resumo

No quadro da reforma da administração 'colonial' na Guiné no primeiro quartel do século XIX, criaram-se os primeiros serviços de saúde no distrito então ainda tutelado pelo governo de Cabo Verde (até 1879). Com poucos meios e facultativos, a assistência médica estava principalmente virada para atender os habitantes dos presídios ou *praças* da Guiné e das forças militares ali colocados. A população mais abastada pouco concorria para beneficiar dos seus cuidados por terem regra geral as suas próprias boticas, enquanto a grande maioria recorria aos curandeiros, cujos tratamentos eram muito apreciados no interior. Os médicos ali destacados que regra geral vieram de outras colónias portuguesas como Cabo Verde e Goa, iniciaram um processo de aprendizagem das patologias tropicais através do contacto com os presídios, embora, mas raramente, com povoações na sua periferia. A guerra de ocupação travada durante varias décadas contra o 'gentio rebelde' alargou o seu campo de acção e acelerou o intercâmbio de saberes que não se limitou a medicina. Assim surgiram os primeiros estudos etno-biológicos que, além de preencher grandes lacunas na ciência médica de então, ficaram profundamente marcados pelo contexto conflituoso em que nasceram. Ao reproduzir abordagens coevas em torno de conceitos de cidadania e etnicidade, mas também os ensinamentos da geografia e climatologia de saúde, os seus relatos deixaram um rasto significativo na antropologia colonial da região. Porém, os médicos não formaram um grupo coeso e mostraram divergências no que dizia respeito as patologias e as curas a aplicar, além de discutir a questão da colonização da região. A sua actuação e os relatos por eles produzidos se revestem de suma importância para uma melhor percepção de uma ciência em formação, mas também para medir o impacto da etno-geografia e bio-medicina sobre o discurso colonial da época.

Palavras-chave

Medicina tropical, curandeirismo, colonização, campanhas militares, aclimatização, imunidade, etno-biologia, antropologia, Guiné, Cabo Verde, Goa

Abstract

With the introduction of the reforms of the colonial administration in Portuguese Guinea during the first quarter of the nineteenth century, the first medical services were established in the territory, still administratively dependent upon the Cape Verde islands at the time (until 1879). With very limited means and understaffed, medical support was mainly directed at the inhabitants of Guinea's coastal towns or *praças* and of the troops stationed there. While the more affluent strata did not use them because they themselves had their own medicine cabinets, the large majority of the population took recourse to healers, whose methods and remedies were greatly appreciated in the interior. In general, the medical personnel based there which originated from other Portuguese colonies such as Cape Verde or Goa, initiated their encounter with tropical pathologies through patients in the towns, and rarely with neighbouring rural communities. By increasing the services' operational range, the Portuguese military campaigns which were conducted against the 'rebellious heathen' during the second half of the nineteenth and early twentieth century, accelerated this empirical process, which was not restricted to medical issues. As a result, the first ethno-biological studies were carried out, which besides filling great lacuna in medical science of the day, were also deeply influenced by the ongoing armed conflict. By reproducing existing approaches regarding citizenship, race and ethnicity, as well as associating health with currents of thought based upon geographical and climatological notions, their report left its marks upon the colonial anthropology of the region. However, medical staff did not form a cohesive group and aired their differences on a wide range of subjects including diseases and cures, above all when it came to the colonisation of the territory. Thus their careers and the documents they produced are essential for an understanding of a science in the making, but also provide better insight into the impact of ethno-geographical and bio-medical precepts upon colonial discourse.

Keywords

Tropical Medicine, Healers, colonisation, military campaigns, acclimatisation, immunity, ethno-biology, anthropology, Guinea, Cape Verde, Goa

Complexidade e Solidariedade: Lições em Edgar Morin e S. Francisco de Assis

Maria José da Silva Aquino

Resumo

Neste artigo, remetemos o leitor a passagens da vida e do pensamento de Edgar Morin com o propósito de contribuir para a compreensão e o debate acerca da perspectiva da complexidade enquanto crítica à razão. Ressalta-se aqui, sobretudo, como a trajetória intelectual e a proposta de Morin manteve-se dentro do campo científico, profundamente marcado pela hegemonia do *logos*, comprometido com a solidariedade entre os saberes, entre os seres humanos e entre estes e o que lhes é exterior. Nesse sentido, trata-se de evidenciar, de acordo com o próprio Morin, o seu reconhecimento ao pensamento do cientista e religioso Blaise Pascal (1623-1662). No entanto, alguns séculos antes de Pascal, a compreensão das ligações complexas que tecem a vida, e a imaginação sobre ela, já podiam ser identificadas nas “iluminações” de São Francisco de Assis (1181/82-1226).

Palavras-chave

Solidariedade, Pensamento Complexo, Crítica da Razão

Abstract

In this article, we send the reader to passages of life and thought of Edgar Morin with the purpose of contributing to the understanding and debate about the perspective of complexity as critical reason. It is emphasized here, especially, how Morin's intellectual trajectory and his proposal remained within the scientific field, deeply marked by the hegemony of *logos*, committed with the solidarity among knowledge, among human beings and among these and what is outside them. In this sense, it handles to evidence, according to Morin himself, his recognition to the thought of the scientist and religious Blaise Pascal (1623-1662). However, some centuries before Pascal, the understanding of complex links that weaves the life and imagination on it,

could already be identified in the “illuminations” of St. Francis of Assisi (1181/82-1226).

Keywords

Solidarity, Complex Thought, Criticism of Reason

Uma Tentativa de Fomento Industrial na Angola Setecentista: A “Fábrica do Ferro” de Nova Oeiras (1766-1772)

Ana Madalena Trigo de Sousa

Resumo

A construção de uma pequena unidade de produção de ferro em Nova Oeiras, Angola, durante o governo de D. Francisco de Sousa Coutinho, constituiu uma originalidade susceptível de alguma reflexão. O minério de ferro que existia com alguma abundância na região banhada pelo rio Lukala era, desde tempos imemoriais, explorado pela população local. Contudo, na segunda metade de Setecentos, por iniciativa de Sousa Coutinho, foi instalada nessa zona uma pequena unidade de produção de ferro. Assim, interessa-nos aferir as motivações deste governador, demonstrar como funcionou a pequena fábrica de Nova Oeiras e porque fracassou completamente esta iniciativa de Sousa Coutinho.

Palavras-chave

Angola; Francisco de Sousa Coutinho; Fábrica do Ferro; Século XVIII

Abstract

The construction of a small unit of iron production in Nova Oeiras, Angola, during the government of D. Francisco de Sousa Coutinho, was an original event worthy of some reflection. The iron that existed with some abundance in the region bathed by the Lukala river was, since immemorial times, explored by the local population. However, in the second half of the 18th century, by initiative of Sousa Coutinho, a small unit of iron production was installed in this zone. Thus, it is of our interest to survey the motivations of this governor, to demonstrate how the small plant of Nova Oeiras functioned and why the initiative of Sousa Coutinho failed completely.

Key words

Angola; Francisco de Sousa Coutinho; Iron Factory; 18th Century

A construção de uma identidade literária na Costa do Marfim: percursos de um escrita inovadora no universo Africano

Benvinda Lavrador

Resumo

Tendo em conta que a literatura da Costa do Marfim se encontra pouco divulgada em Portugal, o presente estudo oferece uma resenha crítica da criação literária marfinense desde os primórdios até à actualidade a nível dramático, lírico e narrativo. Não se pretende fazer o inventário das produções existentes mas antes equacionar criticamente o contributo das principais obras na construção de uma identidade estético-literária africana fornecendo uma vasta base de dados capaz de suscitar a reflexão.

Palavras chave

Identidade, literatura, Costa do Marfim, resenha.

Résumé

Compte tenu du fait que la littérature de la Côte d'Ivoire est peu connue au Portugal, l'essai présente une étude critique de la création littéraire ivoirienne depuis les débuts jusqu'à l'actualité au niveau dramatique, poétique et narratif. Le but de l'étude n'est pas de recenser exhaustivement les productions existantes mais de faire une analyse critique des principaux œuvres dans le cadre de la construction d'une identité esthétique-littéraire africaine.

Mots-clés

Identité, littérature, Côte d'Ivoire, synopsis.

Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues 2 exemplares dactilografados em papel A4, acompanhados de um ficheiro informático em disquete ou CD, de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias, etc sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70.000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos)
- 4) As resenções não poderão exceder os 25.000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenções que ultrapassem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referencia citada for de vários autores ficará.(Rodrigues *et alia.*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Colectâneas : Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África, Africana Studia*, nº 8, págs. 12 a 35.
 - § Artigos em Colectâneas : Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs , *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1ª publicação e o tradutor.
 - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*, recebendo os autores 2 exemplares da revista e 25 separatas.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.

ÁFRICA E O ECO-DESENVOLVIMENTO

Jacinto Rodrigues

Africa – que desenvolvimento?

Filipe Francisco, Nuno Duarte, Tiago Mateus, Jacinto Rodrigues

Africa – que desenvolvimento? - fichas de trabalho

Carlos Pimenta

Embuste do desenvolvimento

Ana Pires de Carvalho

Mortality in Africa: An Introductory Overview

Álvaro Pereira

A abundância ilusória da água em Angola: desafios ao sistema institucional

Carlos Garrido

As catástrofes naturais como condicionantes do desenvolvimento dos PALOP

Miguel Fernandes Santiago

Pancho Guedes, um arquitecto em Moçambique – pré-sustentabilidade ou intuição tectónica

Philip Havik

Boticas e beberagens: a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guiné

Maria José da Silva Aquino

Complexidade e solidariedade: lições em Edgar Morin e S. Francisco de Assis

PROBLEMÁTICAS DA ÁFRICA OCIDENTAL

Ana Madalena Trigo de Sousa

Uma tentativa de fomento industrial na Angola setecentista: a “Fábrica do Ferro” de Nova Oeiras” (1766-1772)

Benvinda Lavrador

A construção de uma identidade literária na Costa do Marfim: percursos de uma escrita inovadora no universo africano

RECENSÕES